



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

*Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG- PMUS
Mestrado em Museologia e Patrimônio*

ALICERCES DO PATRIMÔNIO:

Rodrigo Melo Franco de Andrade e as narrativas de patrimonialização na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937- 1945)

André Fabrício Silva

UNIRIO/MAST – RJ, março de 2019

ALICERCES DO PATRIMÔNIO:

*RODRIGO MELO FRANCO FRANCO
DE ANDRADE E AS NARRATIVAS DE
PATRIMONIALIZAÇÃO NA REVISTA
DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO
NACIONAL (1937-1945)*

por

André Fabrício Silva,
*Curso de **Mestrado** em Museologia e Patrimônio
Linha 2 – Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento.*

Dissertação de Mestrado apresentada à
Coordenação do Programa de Pós-
Graduação em Museologia e Patrimônio.

Orientador: Priscila Faulhaber Barbosa

FOLHA DE APROVAÇÃO

Alicerces do Patrimônio: Rodrigo Melo Franco de Andrade e as narrativas de patrimonialização na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTIC, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Profa. Dra. Mariza Veloso Motta Santos
Mariza Veloso Motta Santos – Universidade Federal de Brasília / UnB

Prof. Dr. B. Brulon
Bruno César Brulon Soares - PPG-PMUS / UNIRIO

Profa. Dra. Priscila Faulhaber Barbosa
Priscila Faulhaber Barbosa (orientador)

Rio de Janeiro, 08 de março de 2019.

SILVA, André Fabrício.

Alicerces do Patrimônio: Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade e as narrativas de patrimonialização na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional(1937-1945). André Fabrício Silva – Rio de Janeiro: MAST/UNIRIO, 2019.

Orientadora: Priscila Faulhaber Barbosa.

xi., 162 p. : il.

Dissertação (mestrado) MAST/UNIRIO - Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, 2019.

1. Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade. 2. Patrimônio. 3. Revista do Patrimônio. 4. IPHAN. 5. Editor. 6. Redes de Sociabilidade 7. Museologia I. Faulhaber, Priscila. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais / Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio. III. Título

Agradecimentos

Essa pesquisa não existiria sem a cuidadosa colaboração de Luciano Machado Tomaz “Biscoito” ao longo do processo de escrita do projeto de mestrado. Agradeço as trocas, as indicações de bibliografias, que foram essenciais para o desenvolvimento desse trabalho. Agradeço pela amizade que mantemos de longas datas que, apesar da distância, ainda se mantém viva.

Agradeço à Jurema Beraldo pelos constantes diálogos e afetos reconfortantes em um momento de mudanças drásticas na minha vida, que se tornaram mais brandas devido a sua presença. Estendo o agradecimento à Erivelton Pimenta “Queixada”, figura importante nesse processo. E àquelas que, de forma direta, ou indireta, contribuíram para essas mudanças.

Agradeço imensamente à Fernanda Bento, primeira pessoa a me acolher no Rio de Janeiro, o que tornou o processo de chegada no Rio mais fácil. Da mesma forma, agradeço o acolhimento de Marcella Klimuk e Harielle Rocha.

Meus mais sinceros agradecimentos aos amigos que fiz no Rio: Bia, Matheus, Sergio, Mariana, Clarissa, Hannah, Tiago e Cristiane, que fizeram com que essa experiência de viver em uma cidade como o Rio de Janeiro fosse incrível. Agradeço em especial à Mara, pessoa ímpar que tive a oportunidade de conhecer e que foi essencial no meu processo de adaptação à cidade. Agradeço pelo acolhimento, conversas, companhia, brigas, experiências gastronômicas e rolezinhos. Agradeço também, em especial, Nelson Cayer. Uma pessoa de coração grande e de um saber tão aprofundado que tive o privilégio de conviver e de aprender com cada conhecimento por ele compartilhado. Os passeios pelo Rio se tornaram mais enriquecedores com a sua presença. À Odessa.

Aos amigos de Mariana/Ouro Preto, Douglas “Ulisses”, Silas, Renato, Fabiano “Minimim”, Guilherme Bianchi, Lucas “Lula”, Paulo Victor “Castor”, Paulo Ricardo “Castorzinho”, Marcelinhas, Ludimila e a todos os amigos do Coletivo “Rock Generator”. À Karem, que de maneira tão gentil colaborou nos últimos meses de escrita desta dissertação. Pelas conversas, pelas traduções, pelos empréstimos de livros, pelas correções, os meus mais profundos e sinceros agradecimentos. À Gabriela “Alm” e à Ana Ferreira, duas grandes pessoas que tive a oportunidade de me aproximar e conhecer durante o meu período de vivência no Rio.

Aos professores e pesquisadores que compartilharam comigo seu tempo e conhecimento para o amadurecimento da pesquisa, especialmente a Priscila Faulhaber, pelas orientações que ajudaram na fluidez do trabalho. A Bruno Brulon, Mariza Veloso e Roberto Ferreira da Rocha, pelas críticas pontuais durante a qualificação.

À minha mãe, Maria, que a sua maneira, e dentro das suas possibilidades, proveu o melhor que pode para a minha formação humana. Da mesma forma, agradeço à Angelita, minha segunda mãe, que sempre ajudou para que eu pudesse crescer de maneira digna. À minha Tia Nonoca, à minha prima Gláucia, a meu irmão Sandro, a “Seu roque” e a “Seu Rone”.

No entanto, esse trabalho é dedicado inteiramente à minha irmã, Andreia. Para o bem, a sua vida gira em torno do bem-estar da minha mãe, do meu irmão, e, principalmente o meu. Com uma vida devotada em fazer o bem, sempre se esforçou para que eu pudesse ter o mínimo dentro de uma sociedade tão dura e excludente, principalmente para nós, que não tivemos o privilégio de nascer em “berço de ouro”. Seu esforço e dedicação contribuiu para que eu me tornasse a pessoa que sou hoje. Vejo em seus olhos, a cada nova conquista minha, um sentimento de felicidade e gratidão, de quem sabe o quão importante são essas pequenas conquistas diante da realidade tão dura em que tivemos que viver. Agradeço imensamente tudo o que ela fez pelo meu bem-estar e por ser a pessoa que é, que devotada a sua religião católica, sempre mostrou que em tempos de intolerância ainda há esperança de que possamos viver em um mundo justo, em que todas as pessoas possam ser respeitadas pelo que são.

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão da bolsa durante todo o período de realização deste mestrado.

RESUMO

SILVA, André Fabrício. Alicerces do Patrimônio: Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade e as narrativas de patrimonialização na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2019. 162p. Orientador: Priscila Faulhaber.

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi o primeiro órgão a estabelecer uma narrativa oficial sobre o patrimônio cultural no Brasil. Criado em 1937, teve como primeiro diretor Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, que permaneceu no cargo até o ano de 1967. Dentre as medidas de proteção ao patrimônio, Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade cria a linha editorial do SPHAN, com as séries Publicações do SPHAN e a Revista do Patrimônio, que se tornou um espaço de legitimação das ações do órgão. A Revista do Patrimônio apresentou, durante o período do Estado Novo, uma variedade de autores que procuraram, por meio dos artigos publicados, elaborar distintas narrativas sobre o patrimônio histórico e artístico nacional. Nesse sentido, esse trabalho tem por objetivo compreender como se estabeleceu os primeiros conceitos acerca do patrimônio no Brasil a partir da criação do SPHAN, tendo como referencial a Revista do Patrimônio. Pretende-se destacar o personagem Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade e suas articulações na produção dos textos publicados na Revista durante o período do Estado Novo. Assim sendo, busca analisar o papel de Rodrigo Melo Franco editor dentro da sua rede de sociabilidade, procurando compreender em que medida o editor articulou, de acordo com seus interesses, a escrita sobre o patrimônio histórico e artístico nacional consagrada por meio da Revista do Patrimônio. Além disso, tomamos a Revista do Patrimônio como fonte de análise, no intuito de perceber quais critérios e valores sobre o patrimônio estavam sendo elencados nas narrativas dos artigos e de que maneira eles refletiram nos processos de patrimonialização do SPHAN.

Palavras-chave: Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade; Revista do Patrimônio; IPHAN; Patrimônio; Patrimonialização

ABSTRACT

SILVA, André Fabrício. Bases of Heritage: Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade and narratives of patrimonialization on the Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2019. 164p. Orientador: Priscila Faulhaber.

The National Historic and Artistic Heritage Service (SPHAN) was the first federal agency to establish an official narrative on cultural heritage in Brazil. SPHAN was created in 1937 and Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade was the first director, and remained in this position until 1967. Among the policies of heritage protection, Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade set a SPHAN editorial line with Publicações do Spahan and Revista do Patrimônio, which became a space of legitimation of the federal agency actions. The Revista do Patrimônio presented, during Estado Novo period, a variety of authors from different research areas that sought, through articles published in Revista do Patrimônio, develop different narratives on the national historical and artistic heritage. Therefore, this work aims to understand how the first concepts about heritage in Brazil were established from the creation of the SPHAN, with reference to the Revista do Patrimônio. Intended to highlight the character Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade and his articulations in the production of the published texts in the magazine during the Estado Novo period. Therefore, it seeks to analyze the role of Rodrigo Melo Franco editor within his network of sociability, trying to understand to what extent the editor articulated, according to his interests, the writing about the national historical and artistic heritage consecrated through Revista do Patrimônio. In addition, we took the Revista do Patrimônio as a source of analysis, in order to understand which criteria and values about heritage were being listed in the articles narratives and how they reflected in the SPHAN patrimonialization processes.

Keywords: Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade; Revista do Patrimônio; IPHAN; Heritage; patrimonialization

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS:

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MHN – Museu Histórico Nacional

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

S.E.A.L - S.E. Amigos do Livro

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	1
Cap. 1 A REVISTA DO PATRIMÔNIO COMO OBJETO DE ESTUDO SOBRE O PATRIMÔNIO	12
1.1 - PRIMEIROS OLHARES SOBRE A REVISTA DO PATRIMÔNIO	15
1.2 – A REVISTA DO PATRIMÔNIO COMO OBJETO DA HISTÓRIA	22
1.3 – REPRESENTAÇÕES DE RODRIGO MELO FRANCO NA REVISTA DO PATRIMÔNIO	32
1.4- MUSEOLOGIA, PATRIMONIALIZAÇÃO E POSSIBILIDADE DE ANÁLISES DA REVISTA DO PATRIMÔNIO	35
Cap. 2 RODRIGO MELO FRANCO E A ESCRITA DO PATRIMÔNIO NA REVISTA DO PATRIMÔNIO	49
2.1 – EDITOR, AUTOR E TEXTO	50
2.2 – RODRIGO MELO FRANCO EDITOR EM FORMAÇÃO	55
2.3 – A CONSTITUIÇÃO DA ESCRITA DO PATRIMÔNIO NA REVISTA DO PATRIMÔNIO	68
2.4 - A “MÃO DO AUTOR E A MENTE DO EDITOR” NA REVISTA DO PATRIMÔNIO	90
Cap. 3 NARRATIVAS SOBRE O PATRIMÔNIO: A REVISTA DO PATRIMÔNIO E OS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO	101
3.1 - VALORES E CRITÉRIOS NAS NARRATIVAS PATRIMÔNIAS DA REVISTA DO PATRIMÔNIO	105
3.1.1 – Valor histórico: mitos e heróis da nação	106
3.1.2 – Valor educativo, moral e cívico	112
3.1.3 – Valor de herança: o legado colonizador	114
3.1.4 – Valor artístico: autenticidade e originalidade no barroco mineiro	117
3.2 - OS CRITÉRIOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA REVISTA DO PATRIMÔNIO NAS PRÁTICAS DE TOMBAMENTO	123
3.3 – MUSEU NACIONAL E MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI: CONTRIBUIÇÕES MUSEAIS NA ELABORAÇÃO DE OUTROS CRITÉRIOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO NA REVISTA DO PATRIMÔNIO	134

CONCLUSÕES	146
REFERENCIAS	152
ANEXOS	161

INTRODUÇÃO

Na década de 1930 do século passado o Brasil viveu uma modificação que representou mudanças na sua conjuntura, ao mesmo tempo que alterou o entendimento da relação do intelectual com o Estado e com as preocupações voltadas para a questão cultural na política brasileira. As mudanças sociais, econômicas e políticas, ensejada pela Revolução de 1930, exigiram uma nova organização do Estado brasileiro, no qual a valorização da nacionalidade foi essencial para a estruturação de um projeto de país e determinando tendências e direções políticas assumidas por diferentes atores e agências do Estado.

Na esteira das mudanças ocasionadas pela Revolução de 1930 o pensamento em torno das políticas culturais ganha força na agenda do governo. O papel do intelectual no debate público nacional passa por uma forte mudança na trilha das discussões sobre bens culturais, com destaque para o movimento modernista, cujas ideias, entrelaçadas com os acontecimentos que ocorreram na década de 1920, representaram uma busca sem precedentes pela identidade brasileira, no âmbito das artes plásticas e da literatura.

A recuperação do passado nacional, da identidade brasileira, caminhou em um duplo sentido, conforme aponta Ângela de Castro Gomes, representando em um primeiro aspecto um esforço político voltado ao campo da cultura, que se destinou a conformação e divulgação de normas e valores identitários da nacionalidade. A articulação dessa política mobilizou setores especializados da burocracia estatal com diversos atores sociais, com destaque para os intelectuais, que tiveram um envolvimento muito amplo de adesão ao projeto político do Estado. Tal articulação, em um segundo momento, definiu-se por um recorte, um espaço característico de representação da nacionalidade, cuja base de leitura e valorização do passado foi o elemento central das ações culturais e políticas (GOMES, 1998, P 122).

Nessa lógica, floresceu no Estado Novo uma política cultural que consagrou uma “cultura histórica”¹ pela apropriação de autores e obras históricas, assim como um conjunto de discursos e práticas que diz respeito ao povo e à nação. (GOMES, 1998, P 125). O patrimônio histórico e artístico nacional será uma das principais ferramentas políticas culturais desenvolvidas pelo Estado Novo. Como tal, o pensamento em torno

¹Ângela de Castro Gomes usa o conceito de “Cultura histórica” tomado por Le Goff de Bernard Guenée, para caracterizar a relação que uma sociedade mantém com seu passado, ou seja, para nos possibilitar entender melhor o que especificamente os homens consideram seu passado e que lugar (espaço e valor) lhe destinam determinado momento do tempo.

desse novo campo cultural será desenvolvido por intelectuais, dentro da lógica de uma “cultura histórica”, privilegiando aspectos que dizem respeito a uma história gloriosa nacional. Os intelectuais irão assumir um importante papel no desenvolvimento do pensamento em torno das políticas culturais voltadas para a defesa do patrimônio.

A organização dos intelectuais se articulava em torno do Estado Novo, o corporativismo institucionalizado pelo regime aplicou-se ao grupo de intelectuais, “profissão” reconhecida e oficializada pelo Estado. Nesse sentido, os intelectuais dotados de identidades e direitos se organizavam em múltiplas redes que convergiam ao Estado. ((PEACULT, 1990, P11). Conforme aponta Daniel Pecauly, a geração dos anos 1920-1940 mostrou-se disposta a auxiliar na construção da sociedade, participando das funções públicas, estabelecendo uma linguagem ligada ao poder do Estado, definindo a vocação desse grupo para a elite dirigente. (PECAULT, 1990, P 22).²

Os intelectuais recrutados pelo regime Vargas assumiram tarefas políticas e ideológicas determinadas pela intervenção do Estado nos diferentes setores da sociedade. A relação dos intelectuais com o Estado definiu e constituiu o domínio da cultura como um instrumento oficial de ação do Estado, “implicando um orçamento próprio, a criação de uma “*intelligentsia*” e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico.” (MICELLI, 1979, P 13)”. Nesse sentido, os intelectuais tiveram um papel central na gênese do pensamento em torno do patrimônio cultural que se configurou no Brasil.

Getúlio Vargas, quando do seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, ressaltou o distanciamento que havia entre “intelectuais” e “políticos” até a década de 1930, afirmando que “Políticos e administradores caminhavam de um lado e intelectuais do outro, ocupando margens opostas na torrente da vida social”. Da mesma forma advertiu: “O Brasil realizou a sua emancipação política, constrói agora a sua emancipação econômica e inicia, finalmente, a sua emancipação cultural. As responsabilidades dessa magna tarefa têm de recair necessariamente sobre os intelectuais e os homens de pensamento”³. Esse discurso reforça a responsabilidade

². Segundo Lucia Luppi Oliveira “A intelectualidade brasileira já vinha, desde os anos 20, se ocupando em diagnosticar as causas dos males brasileiros(...) A intelectualidade brasileira, perfeitamente integrada às questões que se originavam na matriz europeia, pensava e propunha alternativas, reinterpretando soluções diante do que considerava ser a realidade nacional. (OLIVEIRA, 1982, P 14-15) “. Nesse sentido, o intelectual brasileiro, nesse período, estava diretamente integrado ao Estado, razão pela qual a sua atividade está vinculada a compreensão que o Estado possui da liberdade intelectual.

³Discurso de posse. Disponível em <http://www.academia.org.br/academicos/getulio-vargas/discurso-de-posse>. Acessado em 09/01/2019.

dada a estes de serem agentes da emancipação cultural, assim como representantes da consciência nacional.

Diante dessa perspectiva, uma série de discussões e ações em torno da criação de políticas culturais e de ações preservacionistas tomam conta do cenário público. Logo quando assume o poder, Getúlio Vargas cria o Ministério da Educação e Saúde e, com ele, uma nova concepção de política e de cultura começa a se delinear, tendo Gustavo Capanema como Ministro (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2001). O ministro Capanema convida o modernista Mario de Andrade, então Diretor do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo, para a tarefa de escrever o anteprojeto para a criação de um serviço de defesa do patrimônio histórico e artístico nacional.

Dentro do projeto de construção e modernização da nação, Mario de Andrade elabora em 1936 o anteprojeto de criação do SPHAN⁴, constituindo-se em referência central para a elaboração do Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937, que estabeleceu o conceito de patrimônio cultural e criou o instrumento do tombamento. A direção executiva do SPHAN coube a Rodrigo Melo Franco de Andrade, que permaneceu seu diretor até 1967. Durante a “fase heroica”⁵, Rodrigo Melo Franco exerceu um importante papel, principalmente nos primeiros anos do SPHAN, que ainda era carente de recursos, de estrutura e de pessoal, somado a quantidade monumental de trabalho a ser realizado. Sob sua coordenação foram elaboradas às primeiras ideias de patrimônio no Brasil. Montou uma equipe formada por intelectuais modernistas oriundos do “Movimento de 22, uma “constelação de estrelas” tão grandiosa e importante para o início da institucionalização do patrimônio que ajudou na construção de um mito para a instituição: “o Sphan do doutor Rodrigo” (CORREIA, 2010, p. 26). Mariza Veloso Motta Santos vai compreender a instituição como uma “academia, a “Academia Sphan”, por compreender que desde o momento de sua fundação o órgão assumiu uma territorialidade, o lugar de uma “tribo” específica, que reuniu um grande número de

⁴Para o nosso estudo utilizaremos a denominação SPHAN. A denominação da instituição foi modificada diversas vezes: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN (1936-1946); Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/DPHAN (1946-1970); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN (1970-1979); Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN (1979-1990); Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural/ IBPC (1990-1994); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ IPHAN (desde 1994).

⁵O termo “fase heroica” é usado na literatura sobre o órgão para se referir a primeira fase do Iphan, em que Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve no comando (1937-1967). Foi necessário, nesse período, estabelecer uma série de medidas para preservar o patrimônio histórico e cultural do Brasil. Diz respeito ao “romantismo” das viagens para desvendar a desconhecida realidade brasileira, pela escassez de recursos e número de funcionários, na difícil tarefa de classificar e tomar conta dos bens em todo o território nacional.

intelectuais com grande representatividade no cenário cultura dos anos 1930 (SANTOS, 2018, P 144)⁶.

Nota-se, nesse sentido, que o SPHAN, como instituição, torna-se um espaço acadêmico em que o lugar de fala é agora institucionalizado, realizando debates que sugerem uma formação discursiva específica, cuja discussão central é dada pelo permanente debate em torno da ideia de patrimônio. A tematização do significado das categorias históricas, do passado, da estética nacional, é pensada dentro desse eixo articulador ligado a ideia de patrimônio. Patrimônio este pensado num primeiro momento como edificado, tendo no tombamento a sua primeira forma de preservação. É justamente a relação com as políticas nacionalistas e o ineditismo no pensamento das políticas de patrimônio no âmbito nacional que irão caracterizar o projeto de ação do SPHAN.

Rodrigo Melo Franco, ao ser nomeado diretor do SPHAN, conduz suas manifestações criadoras e produtivas com o intuito de proteger os bens patrimoniais do país. Em sua atuação junto ao SPHAN colabora na criação de uma legislação específica e prepara a equipe técnica, além de lutar pela sobrevivência do SPHAN junto a políticos e governantes. Patrocina o surgimento de uma consciência nacional de preservação. Dono de uma narrativa sobre patrimônio, tida como exemplar, que vai compor a rede discursiva, amarrada numa proposta obstinada que visava sedimentar no imaginário nacional os valores universais da história e da arte, Rodrigo Melo Franco, desde a sua posse, até o ano de sua morte, se tornará um homem obstinado na conscientização das políticas patrimoniais no Brasil (VELOSO, 2018).

O seu discurso simbólico, no contexto do pensamento nacionalista, do “resgate” da identidade nacional, carregou em si aquilo que definia até então as significações de patrimônio. As noções elaboradas ao longo dos anos por Rodrigo Melo Franco são as que vão compor a rede discursiva em torno do patrimônio, determinando boa parte daquilo que se produzia. Rodrigo Melo Franco adota o tombamento como forma primeira de preservação do patrimônio, estabelecendo estratégias de identificação e preservação dos bens culturais brasileiros.

⁶Em seu livro “O tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia Sphan” Mariza Veloso destrincha de maneira aprofundada o nascimento da “Academia Sphan”, revelando o conflito de grupos no campo cultural, a formação do grupo que representou a “Academia”, os modos de procedimentos relacionados as pesquisas, viagens, tombamentos, restaurações, enfim, todo o universo que permeou o grupo ligado a “Academia Sphan”.

Segundo Raul Lanari, Rodrigo Melo Franco buscava aproveitar as colaborações de diferentes intelectuais quando estes contribuíam aos estudos e confluíam com os conceitos afirmados pela instituição. No mesmo sentido, o autor afirma:

Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, atuando como um “intelectual dos bastidores”, foi extremamente pragmático na escolha dos colaboradores do SPHAN, visando às instituições dotadas de maior legitimidade, a despeito da visão referente ao passado que elas veiculavam. A aproximação entre a instituição e o IHGB, nesse sentido, é bastante elucidativa das estratégias discursivas adotadas na consolidação do SPHAN (LANARI, 2010, p 124).

Rodrigo Melo Franco, na sua missão diante do SPHAN, pensou na execução de uma agenda que permitisse o entrelaçamento entre indivíduo e sociedade, fazendo destacar uma singularidade histórica nas políticas patrimoniais, fundando assim uma prática que permitisse nomear um conjunto de ações culturais concebidas como genuínas e autênticas. Com os intelectuais que trabalhavam no SPHAN, Rodrigo Melo Franco pôde colocar em ação durante a sua gestão diversas práticas que permitiram, em certo sentido, estender a sua figura a própria significação do conceito de patrimônio. Rodrigo Melo Franco acreditava que à missão pública em relação ao patrimônio não deveria restringir-se apenas à preservação dos bens tombados, mas deveria incluir também a produção de conhecimento sobre os bens patrimoniais (SANTOS, 2018).

No esforço de colocar em prática suas ideias, Rodrigo Melo Franco formou uma equipe com pesquisadores, historiadores, juristas, arquitetos, engenheiros, restauradores, mestres-de-obras etc. Sob sua meticulosa orientação, foram realizados inventários, estudos e pesquisas, obras de conservação, consolidação e restauração de monumentos, organização de arquivos de documentos e dados colhidos em arquivos públicos e particulares, a estruturação de uma biblioteca, dentre diversas outras realizações. Além disso, Rodrigo Melo Franco tinha interesse em relação à divulgação dos trabalhos realizados pelo SPHAN. De maneira que, no intuito de estabelecer um espaço em que pudesse apresentar as ações do órgão, tanto no campo teórico quanto no prático, criou uma linha editorial dentro da instituição, com destaque para a Revista do Patrimônio.

Assim, a produção discursiva, a construção da ideia de patrimônio e o lugar de fala se estabeleceu dentro da instituição SPHAN e representou uma mudança concreta na ideia de patrimônio. O seu discurso simbólico no contexto do pensamento nacionalista, do “resgate” da identidade nacional, carregou em si aquilo que definia os conceitos oficiais de patrimônio. O esforço de materializar, dar significado aos bens tombados pelo órgão SPHAN, necessitava passar por um processo de tradução, ou seja,

não bastava apenas selecionar os bens a serem preservados, era necessário justificar os valores implícitos e evidenciar os processos de escolhas referentes ao valor de cada bem. Diante disso, é possível compreender o real valor da Revista do Patrimônio, por se tratar de um periódico que se tornou o primeiro meio pelo qual procurou-se legitimar a ideia de patrimônio, configurando um novo campo por meios dos estudos produzidos na Revista.

A Revista do Patrimônio constituiu-se como um espaço de publicação de artigos ligados aos monumentos da história nacional, abordou aspectos da cultura, da arte, apresentou reproduções de documentos, resumos de obras consagradas, além de apresentar alguns estudos teóricos que delimitaram o campo de ação do órgão. Por meio de sua política editorial, o SPHAN reiterou e propalou representações sobre a nação e suas ações, consolidando conceitos que diziam respeito as suas práticas. Nesse processo, os intelectuais tiveram um papel fundamental dentro da política de demarcação da área do patrimônio que se constituía e consolidava.

Entendemos que as qualificações que determinam um objeto enquanto patrimonializável são nitidamente marcadas por posições ideológicas definidas historicamente, onde essas ideias e valores são direcionados ao objeto caracterizando-o enquanto um monumento passível de ser preservado. Essas ações não se constituem de maneira natural, estando relacionadas a um universo específico de produção e legitimação do patrimônio. A partir dessa afirmação é que se iniciou o interesse pelo estudo da Revista do Patrimônio. Em nosso objetivo de compreender as transposições das ideias entre o campo intelectual e a ação política do SPHAN, se fez necessário um olhar atento para os resultados da recepção das ideias e do espaço de representação da intelectualidade sobre o patrimônio que configurou a Revista do Patrimônio. Segundo Jean-François Sirinelli, o estudo das revistas aparece como um campo privilegiado de estudo, no sentido em que essas, enquanto espaços de sociabilidade, representam a complexidade do universo de relações entre cada autor e seu tempo/espaço cultural.

As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão - pelas amizades que as subtemem, as fidelidades que arrebanham e influência que exercem - e de exclusão - pelas posições tomadas, debates suscitados, cisões advindas. Ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são aliás um lugar precioso para a análise do movimento das ideias (Sirinelli, p249.1996).

Entender esse complexo universo das relações que permeiam o universo editorial foi o primeiro passo para procurar apreender como se estabeleceram os primeiros debates em torno do patrimônio no Brasil, tendo a Revista do Patrimônio como elemento

central desse processo. Dessa forma, o primeiro objetivo foi definir o recorte de análise da Revista, tendo em vista que ainda ocorre o seu processo produção. Ele foi estabelecido justamente no período em que houve um incessante investimento por parte do Estado nas políticas culturais, isso incluía um elevado investimento em periódicos, sendo que alguns deles serviram como mecanismo de propaganda do Estado⁷. Sendo assim, o período estabelecido de análise do periódico é o compreendido no do Estado Novo (1937- 1945), o que permite analisar a Revista dentro do espectro ideológico que se estabeleceu durante o regime. De fato, após o período do fim do Estado Novo houve uma redução no número de publicação da Revista, sofrendo um hiato muito grande na sua publicação, demonstrando que o periódico teve uma atenção maior durante o período Estadonovista. Perante isso, o caminho escolhido procurou delimitar o trabalho realizado e articulou o conjunto de matérias produzidas no universo de análise que compreende os 8 primeiros volumes da Revista do Patrimônio⁸.

Diante da importância da Revista, a primeira questão colocada foi: de que maneira abordar uma revista tão amplamente estudada por diversos pesquisadores, de distintas áreas, que procuraram se debruçar sobre o periódico, entendendo o seu lugar e sua significação no campo do patrimônio? Essas indagações suscitaram o desenvolvimento de pesquisas que culminaram na escrita do primeiro capítulo dessa dissertação. Nele, foi mapeado os trabalhos desenvolvidos tendo a Revista do Patrimônio como objeto e fonte de estudos. A partir da análise desses estudos, delineamos uma série de questões que possibilitaram traçar novos estudos em relação a Revista. Foi possível identificar como a Revista do Patrimônio situa-se dentro do debate em torno das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil nas décadas de 1930 e 1940, além de compreender como ela se enquadrou dentro dos estudos sobre o patrimônio nos diversos trabalhos que procuraram se debruçar sobre a história do SPHAN. A partir da

⁷Podemos citar a criação da revista Cultura Política, diretamente ligada ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), cunhada no intuito de doutrinar na construção de diretrizes que guiarão o estado nacional (CÂMARA,2010). Da mesma forma caminhou a Revista Ilustração Brasileira. Em sua dissertação "A revista e a propaganda: o projeto político-cultural do Estado Novo nas páginas da Ilustração Brasileira" (2010) a autora Geane Paula de Oliveira Silva vai apresentar como a revista, criada no ano de 1909 na cidade do Rio de Janeiro, foi cooptada pelo governo Vargas, servindo como propaganda ideológica do regime.

⁸Até o número 11, as datas impressas na capa (ano de registro) seguem uma sequência. Um intervalo de oito anos separa o número 11 do 12 e, a partir deste número, o periódico volta a ter uma certa regularidade. De acordo com Marcia Chuva a Revista não seguia a regularidade apresentada nas capas, demonstrando que, no caso a edição número 11, que estampa o ano de 1947 na capa, só circulou no ano de 1954. Dessa maneira, os 8 números da Revista que iremos analisar dentro do nosso recorte tem impresso em sua capa as datas que vão de 1937 a 1944. Porém a edição número 8 circulou somente em 1947. A sua inserção dentro do nosso recorte se dá devido ao fato de que, como iremos analisar no segundo capítulo, a maioria dos artigos publicados foram produzidos durante o período que antecede o fim do Estado Novo, sofrendo um atraso na sua publicação devido algumas exigências realizadas por Rodrigo Melo Franco.

identificação dos principais autores e suas visões sobre o universo da Revista do Patrimônio foi tecida algumas observações a respeito da Revista e da relação de Rodrigo Melo Franco com a mesma.

Nesse processo, foi possível constatar que praticamente todos os estudos apresentaram à figura de Rodrigo Melo Franco como um importante personagem no procedimento de constituição tanto da Revista quanto na produção dos trabalhos nela publicados. Porém, a maneira pela qual Rodrigo Melo Franco exerceu tal influência nos textos que consagraram a escrita do patrimônio no período não foram devidamente esclarecidas. A partir dessas observações surgiram algumas problematizações sobre de que maneira abordar a Revista do Patrimônio a partir de uma perspectiva museológica, tendo em vista que o periódico até então não serviu como objeto de interesse no campo da museologia.

Como iremos discutir posteriormente, os estudos sobre o patrimônio sempre foram de interesse da área da Museologia. Diversos são os estudos elaborados que procuram compreender as dinâmicas que envolvem o processo de patrimonialização e sua representatividade. Sendo assim, a Revista do Patrimônio, enquanto espaço de consagração da escrita do patrimônio, oferece importante contribuição para os estudos desenvolvido no âmbito da Museologia no que tange pensar as narrativas constituídas sobre o patrimônio. Nessa lógica caminharam os estudos desenvolvidos nessa dissertação, voltando o olhar para a patrimonialização e de que maneira essas narrativas se estabeleceram dentro da Revista do Patrimônio. A pesquisa andou no sentido de perceber a Revista em duas dimensões, que se complementam e permitem entender a maneira pela qual se estabeleceram as narrativas sobre o patrimônio no Brasil durante o período do Estado Novo. Para isso, tomamos a Revista do Patrimônio como fonte de análise para a compreensão do nosso objeto de estudo que diz respeito a patrimonialização. A complementaridade das dimensões se enquadra na análise da Revista enquanto objeto de análise, destacando a figura de Rodrigo Melo Franco no seu processo de produção e enquanto fonte a partir dos artigos publicados na mesma. A junção de ambos revelam o propósito deste trabalho a partir de uma análise da estruturação do pensamento acerca do patrimônio.

No segundo capítulo tomamos a Revista como foco de análise a partir das brechas encontradas no primeiro capítulo quanto a representatividade de Rodrigo Melo Franco no processo de construção da mesma. O intuito foi revelar que Rodrigo Melo Franco teve um papel crucial no processo de produção da Revista, na elaboração dos

artigos publicados, sendo responsável direto pela elaboração do discurso sobre o patrimônio que se estabeleceu dentro do periódico. Dessa maneira, foi realizado o exercício de abordar Rodrigo Melo Franco a partir de um novo aspecto, entendendo-o enquanto editor. Essa abordagem possibilitou a análise de Rodrigo Melo Franco a partir de uma perspectiva teórica que envolve o processo editorial. Nessa dinâmica, importante foram os estudos desenvolvidos sobre a figura do editor. Para a compreensão do papel de Rodrigo Melo Franco editor foi significativo os estudos desenvolvidos por Roger Chartier sobre o campo editorial, permitindo compreender o conceito de editor, a relação entre autor e editor, os processos de autoria e todo o universo que permeia à produção textual, que serviram como base de análise para entender as articulações de Rodrigo Melo Franco na produção da escrita sobre o patrimônio cultural brasileiro na Revista. Procuramos perceber que a articulação realizada por Rodrigo Melo Franco se estabelece dentro da missão tomada para si da proteção do patrimônio, entendendo a sua figura como um “intelectual orgânico” do patrimônio, nos apoiando assim nos estudos de Antônio Gramsci, e de “líder carismático”, na acepção elaborada por Max Weber. Trata-se de entender como Rodrigo Melo Franco editor articulou, por meio dos artigos publicados na Revista do Patrimônio e através da sua rede de sociabilidade intelectual, o discurso acerca do patrimônio artístico e nacional.

Neste capítulo foram utilizados documentos encontrados no Arquivo Central do IPHAN, séries Personalidades, também denominado Arquivo Noronha Santos, e nos Arquivos Literários da Fundação Casa de Rui Barbosa, fundo Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade (pastas Artigos, Discursos e Conferências, Editoriais, Diversos, Entrevistas, Manuscritos de Rodrigo, além da pasta Correspondência Pessoal). Também foram utilizadas as correspondências já publicadas em dois trabalhos do IPHAN, sendo eles “Cartas de Trabalho: correspondência com Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade” e “Rodrigo e o SPHAN”. As correspondências, bilhetes, notas de jornais, documentos, depoimentos, revelaram como Rodrigo Melo Franco editor da Revista do Patrimônio mobilizou sua rede de contatos, buscando a colaboração de intelectuais consagrados nas suas respectivas áreas como forma de legitimar o discurso sobre o patrimônio histórico e artístico nacional, tendo influência direta na produção dos artigos publicados na Revista. Colocaram-se em relevo aspectos da vida de Rodrigo Melo Franco, demonstrando que, antes mesmo de se tornar diretor do SPHAN, já exercia o papel de editor nos jornais nos quais trabalhou, articulando uma rede de intelectuais que futuramente teriam participação central no órgão SPHAN e na sua linha editorial. Além de que, já demonstra uma

preocupação de Rodrigo Melo Franco com o patrimônio, principalmente o mineiro, desde a década de 1920, que se consagrou durante a “fase heroica” do SPHAN.

A partir da análise do processo de elaboração dos artigos que figuraram na Revista do Patrimônio, no terceiro capítulo a Revista é tomada como fonte de estudo. A escrita dos artigos é compreendida como elemento narrativo cujo essência coadunava com o discurso nacionalista do Estado Novo. A estrutura narrativa dos textos publicados possuía elementos literários que produziram critérios e valores que guiaram as ações do SPHAN nos processos de tombamento. Assim sendo, procuramos compreender as narrativas elaboradas na Revista do Patrimônio como elementares no processo de criação de critérios e valores que se tornaram centrais nos processos de patrimonialização realizados pelo SPHAN. O objetivo foi perceber quais critérios e valores estavam sendo elencados nas narrativas e de que maneira eles refletiram nos processos de tombamento do SPHAN. Pretendeu-se debruçar sobre os artigos da Revista do Patrimônio tendo como referencial os teóricos da história contemporânea que procuraram adaptar categorias originadas no campo da literatura para a análise historiográfica, destacando os estudos desenvolvidos por Hayden White e Paul Ricoeur sobre o tema. Nesse sentido, como historiadores e historiadores da arte foram os mais numerosos a contribuir com artigos para a Revista do Patrimônio, procuramos analisar a narrativa sobre o patrimônio descrita na Revista do Patrimônio como ferramenta que produz no imaginário a ideia do patrimônio, bem como da identidade ligada aos monumentos que a Revista, e o Estado Novo, deseja “resgatar”.

CAPÍTULO 1

A Revista do Patrimônio como objeto de estudo sobre o patrimônio

Diversos especialistas de distintas áreas têm se debruçado sobre o campo do patrimônio no intuito de compreender a gênese das discussões sobre a proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural brasileiro. Esse esforço tem apresentado uma série de contribuições de arquitetos, arqueólogos, antropólogos, sociólogos, museólogos e historiadores na construção de narrativas sobre o patrimônio, cujo debate central permeia a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), as polêmicas, os intelectuais envolvidos e as políticas do Estado Novo na consagração da ideia no Brasil.

Se as discussões sobre o patrimônio e a importância do SPHAN na configuração daquilo que se denominou como patrimônio histórico é latente nesse debate, mais ainda é crescente o número de olhares sobre documentos diversos, aumentando sobre esse campo o espectro de análise sobre as narrativas patrimoniais.

Um objeto que vêm despertando, e despertou, o interesse de vários pesquisadores é a Revista do Patrimônio, editada pelo SPHAN desde 1937. Esta surgiu logo após a criação do SPHAN e procurou demarcar um espaço de excelência na produção sobre a história, a arte e a arquitetura brasileiras (LANARI, 2010, p 32). Durante muitos anos, foram publicados artigos e ensaios sobre patrimônio nacional, arte e história, com a colaboração de diversos especialistas ligados aos quadros do SPHAN e também de outras instituições⁹, como Lucio Costa, Mário de Andrade, Gilberto Freire, Joaquim Cardoso, Curt Nimuendaju, Manuel Bandeira, dentre outros. É a primeira publicação a tratar dos monumentos históricos e artísticos no país, que até então, como afirma Rodrigo Melo Franco em seu prefácio a primeira edição, se achavam “dispersos em folhetos, jornais e revistas, cuja procura requer esforço e paciência”.¹⁰

É interessante notar que a política editorial do SPHAN foi dirigida por Rodrigo Melo Franco. A Revista do Patrimônio, cuja ideia inicial era ser lançada semestralmente¹¹, continha artigos, resenhas, resumos bibliográficos e reproduções ou transcrições de

⁹Intelectuais de diversas instituições consagradas contribuíram com artigos para a Revista do Patrimônio. Dentre as principais, podemos citar o IHGB e os IHGB's regionais e o Museu Histórico Nacional.

¹⁰ANDRADE, Rodrigo Melo Franco Franco de. *Programa*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937, P3.

¹¹Contrariando a ideia inicial do Programa da Revista de realizar publicações semestrais, as publicações foram anuais. Como aponta Marcia Chuva (1998), até o número 11, as datas impressas na capa (ano de registro) são sequenciais. Um intervalo de oito anos separa a edição número 11 da 12 e, a partir deste número, o periódico volta a ter uma certa regularidade.

documentos, além de reproduções fotográficas. Inspirava-se no modelo das revistas científicas editadas no Brasil desde o século XIX (LANARI, 2010), apresentando os estudos com o propósito de justificar a importância dos mesmos para o patrimônio nacional.

Rodrigo Melo Franco, além de buscar sedimentar o sentimento de pertencimento à memória nacional, procurou, como editor da Revista, sedimentar também uma “cultura do patrimônio”, da qual ele próprio seria o principal articulador. Isso se reflete na sua política de escolha de intelectuais que publicaram trabalhos na Revista. Além disso, serviu como mecanismo de legitimação pública das práticas do SPHAN. Tratando-se de um órgão ainda jovem, necessitava de argumentos que comprovassem a importância da instituição onde suas atividades valorizassem a identidade nacional.

A Revista foi objeto de estudos de diversos intelectuais brasileiros que despontavam nos anos 1930 e 1940 no bojo dos debates sobre a identidade nacional. Tinha um perfil acadêmico e um público específico, aquela comunidade intelectual que se preocupava com o estudo da história nacional. A Revista instituiu-se como um lugar dotado de legitimidade para centralizar as discussões sobre o patrimônio. A emergência de valores identitários no debate político estrutura um novo panorama no cenário social brasileiro, oferecendo ao intelectual uma posição diferenciada e uma função social na sociedade. As tomadas de posições desse “novo ator” tornam-se visíveis principalmente através da Revista. De fato, no que diz respeito ao ambiente intelectual, o período que assiste à fundação da Revista do Patrimônio (princípio do Estado Novo) é marcado pelo compromisso dominante do engajamento de boa parte dos intelectuais modernistas com a afirmação da identidade nacional. Nesse processo, o patrimônio é apropriado, cuja finalidade política se enquadra no propósito de se pensar a nação a partir da sua representatividade material.

Devido os aspectos apresentados, a Revista tornou-se referência de análise, ora servindo como objeto, ora como fonte de pesquisa. Nesse processo, distintas foram as abordagens em torno da Revista. Interessa neste momento, perceber os diferentes olhares lançados sobre a Revista, para, logo em seguida, debruçar sobre as discussões que se pretende realizar no segundo capítulo.

A Revista do Patrimônio é de suma importância para as pesquisas sobre o patrimônio no Brasil, justamente por ser um instrumento por meio do qual se legitimou esse novo campo no país. Em alguns autores é analisada como espaço ou lugar de disputas de conceitos em torno do patrimônio. Em outros, como ferramenta que buscou

pensar a nação através da cultura, tendo como referencial o discurso político do Estado Novo.

1.1 Primeiros olhares sobre a Revista do Patrimônio.

Silvana Rubino (1991) em “As Fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Sphan, 1937-1968”, ao tratar do período denominado como proto-história do SPHAN, debruça-se sobre os documentos fundadores do órgão, suas práticas e principalmente em seus textos. Parte desses textos se encontram nos artigos da Revista do Patrimônio. A autora, por ser umas das primeiras a pensar a Revista como objeto de natureza antropológica, representou uma importante contribuição a produção de conhecimento sobre o SPHAN, alargando os olhares sobre as análises realizadas sobre os estudos do patrimônio no Brasil.

Para a antropóloga, se apoiando em Francisco Iglesias, a historiografia brasileira se enriqueceu com a publicação da Revista do Patrimônio, que se diferenciava pelo rigor metodológico, uso de fontes primárias e documentação severa (citado por RUBINO, 1991, P 158). Entende que a análise da Revista para conhecer sobre a História e Arte do país a partir da prática do SPHAN é essencial para entender o investimento simbólico realizado pelo SPHAN na produção do que a autora chama de “patrimônio conceitual”.

Em Rubino, a Revista do Patrimônio apresenta um caráter pedagógico, tendo em vista a falta de informação e apreço que o brasileiro teria com seu patrimônio. Assim, mais do que preservar os bens patrimoniais brasileiros, era necessário apresentar esse conjunto ao público. Era necessário um lugar para o evento passado se construir.

A construção desse passado é permeada tanto por um discurso patriótico quanto por um discurso de uma história social (RUBINO, 1991). A Revista do Patrimônio representava a tentativa de romper com a tradição ensaística até então presente nos trabalhos sobre arte no Brasil. Rodrigo Melo Franco, como diretor do SPHAN, apoiava a busca de elementos genuinamente nacionais, encontrando no barroco traços de originalidade da cultura brasileira. Pretendia distanciar os estudos sobre o conhecimento dos valores da arte no Brasil do que ele considerava literal e retirava, assim, o caráter objetivo dos estudos¹². Mesmo criticando o aspecto literal de alguns estudos, a autora irá

¹²A Revista do Patrimônio se destaca pelo constante uso de documentos. Era uma preocupação de Rodrigo Melo Franco revelar as pesquisas desenvolvidas pelo SPHAN na busca de documentos importantes vinculados a formação do estado brasileiro. O espaço da *Revista* se mostrou um ambiente propício em que os relatos sobre fatos memoráveis da história do Brasil eram comprovados através do uso de fontes oficiais.

demonstrar que na Revista do Patrimônio, aquilo que Rodrigo Melo Franco preconizava e o que ele combatia, encontravam um lugar de convivência.

No prefácio a “Mocambo do Nordeste” Rodrigo Melo Franco diz:

O serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se empenhará no sentido de impedir que a literatura enfática ou sentimental, peculiar a certo gênero de amadores, se insinue nestas publicações. Por este meio, não interessa publicar páginas literárias, ainda que brilhantes. O que interessa é divulgar pesquisas seguras, estudos sérios e trabalhos honestos e bem documentados acerca do patrimônio histórico e artístico do Brasil¹³

Para Rubino o empenho apresentado por Rodrigo Melo Franco não se solidificou, pois, a Revista tendeu a tornar-se um espaço de coalizão, onde temas que não entravam nos tombamentos, mas estavam previstos no decreto, como os estudos etnográfico, encontravam ambiente de debate nos primeiros números da Revista¹⁴. Da mesma forma, como iremos ver adiante, a literatura sentimental descrita por Rodrigo Melo Franco teve seu espaço na Revista, em textos de funcionário do SPHAN, com destaque para os textos do poeta Godofredo Filho¹⁵. Acrescento que, como veremos no segundo capítulo, a intenção de “divulgar pesquisas seguras”, “estudos sérios”, nem sempre foram seguidas, tendo em vista os prazos exigidos por Rodrigo Melo Franco a colaboradores do SPHAN para a produção de textos a serem publicados na Revista, cujo período era muito curto para uma produção mais aprofundada.

A Revista do Patrimônio abriga discursos diversos, mais do que sequenciais e consensuais, evidenciam a face da instituição, além de oferecer mais uma possível história do SPHAN, uma história intelectual, indo além dos vagos decretos sólidos de tombamentos (RUBINO,1991, P184). Nesse sentido, a Revista comportou diferentes opiniões autorais, sobretudo no que tange os aspectos originais ou não do patrimônio histórico brasileiro. O debate sobre a nacionalidade, a tradição e a modernidade brasileira, ganha a dimensão escrita sobre os processos que determinam os bens a serem tombados.

Um embate apresentado está entre as discussões da originalidade ou não da arquitetura civil, onde reina o debate sobre a história e o caráter nacional. O primeiro

¹³ANDRADE, Rodrigo M.F. de Andrade. Prefácio. In: FREYRE, Gilberto. Mocambos do Nordeste. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1937. Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 1. Apud Rodrigo e o Sphan (op.cit.), p. 95.

¹⁴ Nos oito números abordados dentro do nosso recorte, é interessante notar que houve uma série de textos sobre Arqueologia e Etnografia, mesmo não sendo objeto de interesse do SPHAN nos primeiros anos de atuação.

¹⁵ Godofredo Filho publicou na edição número 01 e 03 da Revista do Patrimônio. Poeta, participou da semana de arte moderna de 1922.

deles diz respeito a concepção de Wash Rodrigues¹⁶ e Mario de Andrade¹⁷ sobre a arquitetura brasileira. A autora considera que Wash Rodrigues vê na casa antiga do Brasil um dos principais elementos para a compreensão da história do país, devido a suas características permanentes, imutáveis. Em Rodrigues, a casa tem uma perspectiva evolucionista e é definida por sua negatividade, pela falta de elementos que a tornariam dignas e elogiáveis do ponto de vista arquitetônico. Ressente do fato de não ter o colonizador português encontrado aqui uma tradição construtiva. Para Rubino, sua constatação é ressentida e não conduz, como no discurso de Mario de Andrade, a uma busca de relevância nos aspectos históricos a se salvar, pois a visão negativa e detratora de Rodrigues está relacionada a casa e a história. Para Rodrigues, é na religião que se encontra a realização da obra de arte genuinamente brasileira (RUBINO, 186).

Dialogando com esse pensamento, Rubino apresenta um ponto de vista diametralmente próximo defendido por Joaquim Cardozo, que publicou na 7ª edição da Revista. Para Cardozo, a arquitetura religiosa desperta o culto pelos heróis, gênios, monstros sagrados, enquanto na casa de habitação a personalidade do projetista é ausente.

Esse debate se estende a Lucio Costa e José de Souza Reis. Para Costa, foi na figura dos mestres e pedreiros “incultos” que se transferiram para o Brasil as qualidades da arquitetura popular portuguesa. Essa presentificação estaria presente na representação da casa, transitando do móvel a obra pública. José Souza Reis busca aproximar a arquitetura colonial às modernas leis da arquitetura e urbanismo. Estabelece um elo no intuito de caracterizar o valor dessas obras na medida que estabelecem uma relação com a arquitetura moderna.

O mobiliário é abordado nesse viés, onde o elo é traçado entre o início do Brasil colônia e as possibilidades do modernismo europeu, que terminaria por chegar até nós. O tema é analisado a partir da publicação de Lucio Costa sobre o mobiliário no Brasil, publicado na 3ª edição da Revista. A autora aponta que a característica do colono, para Lucio Costa, era o apreço ao essencial e tal sobriedade mobiliária permaneceu como característica da casa brasileira. Lucio Costa vê um espírito moderno no mobiliário

¹⁶Wash Rodrigues foi conselheiro do SPHAN. Dentro do recorte da pesquisa, publicou na 7ª edição da *Revista*, tratando do mobiliário em Minas Gerais.

¹⁷ Apesar da sua contribuição direta na elaboração do pré-projeto, que posteriormente se tornaria o projeto oficial de fundação do SPHAN e de sua íntima relação com Rodrigo Melo Franco, Mario de Andrade pouco colaborou com a *Revista do Patrimônio*, publicando somente em duas edições, sendo elas a 1ª e a 5ª.

setecentista e dessa forma elimina simultaneamente a emulação do antigo (RUBINO, 1991, P 190).

Outro debate diz respeito à arquitetura religiosa. Nesse aspecto, ela ganha uma dimensão histórica e artística. Esse critério formulado por Mario de Andrade em seu artigo na primeira edição da Revista norteou e informou a ação do SPHAN na cidade de São Paulo. Mario de Andrade o criou justamente por não encontrar nas igrejas do Estado de São Paulo as belezas que se encontravam nas igrejas mineiras¹⁸. Lucio Costa, ao contrário, observa um valor artístico nas igrejas paulistas, principalmente nas jesuítas. Reconhece nessas obras grande interesse plástico, afirmando que os retábulos das igrejas paulistas são autênticas expressões da arte brasileira em oposição à influência portuguesa. Godofredo Filho afirmava que a beleza da arquitetura jesuíta está representada no olhar que lançamos sobre ela. Tal arquitetura é bela conforme a admiramos com emoção e senso moral, compensando todas as imperfeições morais que podem apresentar. É justamente no texto de Godofredo Filho que Rubino vai encontrar os aspectos de fervor religioso que caminha contrária ao discurso de Rodrigo Melo Franco ao caracterizar a seriedade dos estudos propostos pela Revista. A autora evidencia os elementos literários que imperam no discurso de Godofredo Filho no intuito de vangloriar o patrimônio religioso. Elementos esses que serão melhor abordados no terceiro capítulo, quando pretendemos analisar a construção das narrativas sobre patrimônio dentro da Revista do Patrimônio.

Podemos perceber em Rubino que a Revista não cumpre o programa desejado por Rodrigo Melo Franco, posto que abriga gêneros literários. Como rosto do SPHAN, a Revista “agrega tradição e modernidade, patriotismo raçosos, patriotismo modernista, patriotismo cientificizado, ensaio e história” (RUBINO, 1991, P 194). Serviu como espaço de disputas internas relacionadas a arquitetura civil que, como veremos no segundo capítulo, teve interferência direta de Rodrigo Melo Franco para apaziguar embates dentro da Revista.

Tarcila Guedes (1994) e Reginaldo Gonçalves (1996) em seus respectivos estudos abordaram de forma superficial a Revista do Patrimônio como objeto de análise. Em “O lado doutor e o gavião de penacho” Guedes busca analisar o movimento modernista que vai encontrar ao longo de seu desenvolvimento canais de concretização

¹⁸ É interessante notar que a falta de igrejas monumentais no estado de São Paulo, como as encontradas em Minas Gerais, guia os estudos dos técnicos do SPHAN em São Paulo para um outro caminho, no intuito de legitimar essa arquitetura religiosa como autêntica, se opondo as ricas igrejas mineiras, apontando que não são genuinamente nacionais, mas sim copias portuguesas.

e solidificação de suas principais ideias. Para a autora o SPHAN seria umas das principais instituições a legitimar o discurso dos modernistas. Como descreve a autora, grande parte dos estudos realizados pelos modernistas carecia de legitimação social, pois, em sua maioria, ficaram restritos a divulgação entre técnicos da instituição. Nesse aspecto, a autora apresenta o espaço da Revista do Patrimônio como ambiente de circulação dessas ideias, divulgando estudos mais descritivos que analíticos, geralmente voltados para suprirem informações técnicas elaboradas pelos modernistas e como meio de acessar o público em geral (GUEDES, 2000, P 69).

Reginaldo Gonçalves tece rápido comentário sobre a Revista do Patrimônio em sua obra “Retórica da perda”. O autor analisa as modalidades de invenção discursivas do Brasil produzidas por intelectuais associados a formulações e implementações de políticas oficiais de patrimônio cultural no Brasil desde a década de 1930 a 1980. Busca interpretar esse discurso como “narrativas nacionais”, modalidades discursivas cujo propósito é a construção de uma “memória” e de uma “identidade” nacional. Para Gonçalves, Rodrigo Melo Franco foi um grande articulador dessas narrativas. Sem ser historiador profissional, fez uso de um discurso histórico para justificar suas teses e propostas em relação à cultura brasileira.

Nessa acepção, Gonçalves analisa as falas de Rodrigo Melo Franco nos mais diversos meios para compreender suas narrativas sobre o patrimônio. Isso justifica a análise somente do primeiro número da Revista do Patrimônio, cujo prefácio é apresentado por Rodrigo Melo Franco. Suas ideias, em Gonçalves, eram reveladas em entrevistas, publicações em jornais, palestras etc. Ao analisar o discurso de Rodrigo Melo Franco no prefácio a primeira edição do seu livro, Gonçalves descreve que Rodrigo Melo Franco aparece como um personagem da história narrada, delineando seu papel como o de um herdeiro de uma “tradição” que deve ser resgatada, defendida e preservada (GONÇALVES, 1996, P 44). Os estudos que iremos apresentar no segundo capítulo têm como propósito revelar que mesmo sem escrever qualquer artigo na Revista, Rodrigo Melo Franco teve uma influência direta no discurso da escrita do patrimônio que se estabeleceu no periódico. A ausência de artigos com sua assinatura não significa que ele não tenha consagrado suas ideias dentro da Revista por meio de artigos publicados por outros colaboradores.

Certamente nos estudos cujo tema é o patrimônio cultural a citação do trabalho realizado por Maria Cecília Londres Fonseca (1997) em “O patrimônio em processo: trajetória da política de preservação no Brasil” é quase unânime. Em sua análise atrela à

constituição do patrimônio histórico e artístico nacional a uma prática característica dos estados modernos. Assim como Reginaldo Gonçalves, foca seu estudo em dois períodos significativos para a história do SPHAN, sendo eles o período denominado “fase heroica”, que diz respeito ao período em que Rodrigo Melo Franco dirigiu à instituição, e a “fase moderna”¹⁹, período que Aloisio Magalhães foi diretor e colaborou para o processo de transformação no discurso do SPHAN.

Por meio de determinados agentes, recrutados entre intelectuais, tendo como base instrumentos jurídicos específicos, o estado delimita o conjunto de bens no espaço público a serem preservados. Para a autora, as políticas de preservação atuam no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, colaborando assim na formação do cidadão (FONSECA, 2009, P 121). Assim, tanto a escrita quanto as políticas patrimoniais podem ser percebidas na autora como uma ação coletiva de intelectuais ou ligada a figura de uma instituição, o SPHAN. Esses intelectuais possuem um perfil tradicional (historiadores, artistas, arquitetos, escritores, etc.) que atuam no Estado em nome do interesse público, na defesa da cultura, esta geralmente ligada a valores das camadas cultas.

Para Fonseca o SPHAN dos anos 1930 e 1940 é considerado legitimados da ideia de patrimônio, tornando-se quase sinônimo daquilo que se considerava patrimônio. Se atrelava ao objetivo do Estado Novo, na ideia de pensar uma cultura nacional homogênea, que propiciasse a identificação dos cidadãos com a nação. Na chamada “fase heroica”, a autora ressalta a importância e o pioneirismo dos intelectuais modernistas em elaborar, a partir de suas próprias concepções de arte, história, tradição e nação, o conceito de patrimônio adotado pelo Estado através do SPHAN. No entanto, desconsideram as contribuições de outros intelectuais que também tiveram um papel fundamental na constituição de uma política nacional de preservação do patrimônio, como Gilberto Freyre e Gustavo Barroso²⁰.

A autora vê, em certo sentido, que o espaço da Revista do Patrimônio serviu como lugar para afirmação dessas ideias. Porém, pouco se debruçou sobre a Revista,

¹⁹A partir da década de 70 o IPHAN adota outras políticas de patrimônio: amplia-se o escopo dos trabalhos de registro e preservação priorizando a preservação de conjuntos arquitetônicos; estimula a preservação de áreas naturais; representação pluralista da cultura. Há uma descentralização das ações de preservação e o discurso é fundado sobre o conceito de referências culturais. Conceito de patrimônio como resultado de processos dinâmicos da cultura e valorização dos traços culturais imateriais e cultura popular. Essas transformações tiveram a colaboração de Aloisio Magalhães, diretor do IPHAN entre 1979 e 1981, e que criou o Centro Nacional de Referência Cultural, o CNRC.

²⁰ Para aprofundamento, ler a obra “A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro” de Mário Chagas.

limitando-se apenas em perceber as publicações como importante espaço de divulgação de trabalhos de autores nacionais e estrangeiros, muitos desses trabalhos feitos sob encomendas para atender as necessidades do SPHAN (FONSECA,2009, P 98). Certo é que, a legitimação social do SPHAN foi uma grande conquista do órgão, na visão da autora. Essa legitimação foi alcançada, sobretudo, por meio da fixação de um padrão ético de trabalho, onde Rodrigo Melo Franco lançou vários recursos, apoiando a produção de trabalhos mais rigorosos, textos modernos e científicos, atentando-se ao cuidado na escolha de seus colaboradores, criando assim a imagem de uma instituição coesa, desvinculada de interesses políticos partidários, voltada apenas para o “interesse público” (FONSECA, 2009, P 106)

Lauro Cavalcanti (1999) em seu artigo “Modernistas, arquitetura e patrimônio” faz uma pequena menção a Revista do Patrimônio. Como arquiteto, procurou abordar em seu artigo o modernismo na arquitetura brasileira constituída no início dos anos 1930, como uma reinterpretação das ideias de Le Corbusier. Nas palavras de Cavalcanti, citando Lucio Costa, “somente ele conseguia reunir argumentos em torno de três fatores que considerava essenciais: o técnico, o artístico e o social” (CAVALCANTI,1999, P 180). Mesmo diante dessa influência europeia, os modernistas brasileiros criaram uma linguagem própria, unindo o tradicional e o moderno na construção de uma ideia de nacionalidade. A intenção dos modernistas era de pensar um novo tempo constituidor da nação brasileira. Engajados na realização desse projeto, depositaram uma imensa carga simbólica na materialidade da nação. O barroco ressurgiu nesse momento de modo triunfal, caracterizando a originalidade e independência da cultura brasileira.

Ao abordar a Revista do Patrimônio Cavalcanti incorre em alguns erros perceptíveis em sua análise sobre a Revista. Em um primeiro momento o autor diz que

A Revista de Patrimônio era um instrumento fundamental na difusão das idéias patrimoniais e no incentivo dos trabalhos de pesquisa. Seus artigos eram gerados de duas formas básicas: a partir de uma “encomenda” do dr. Rodrigo, um técnico debruçava-se “exclusivamente” sobre um tema, abandonando temporariamente suas outras obrigações com o fito de desvendar uma faceta até então pouco estudada de nossa cultura; em uma segunda modalidade, eram os ensaios consequência de descobertas feitas nas viagens de “redescoberta” do Brasil que caracterizou a fase “heroica”(CAVALCANTI, 1999, 187).

Por meio de cartas analisadas trocadas entre Rodrigo Melo Franco e diversos colaboradores da Revista, cartas essas que serão abordadas no segundo capítulo, é possível perceber que a “encomenda” de Rodrigo Melo Franco não representava necessariamente o abandono por partes desses autores de suas obrigações. Isso fica claro, por exemplo, nas cartas trocadas entre Rodrigo Melo Franco e Mário de Andrade,

que se encontram nos livros “Rodrigo e o SPHAN” e “Mário de Andrade, cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945)”, no qual Rodrigo Melo Franco solicita à colaboração de Mario de Andrade para a Revista do Patrimônio e este atrasa justamente por estar envolvido em outras atividades em São Paulo, tanto para o SPHAN quanto para o Departamento de Cultura do Município de São Paulo, do qual foi o primeiro diretor. Além disso, os ensaios, como enfatizou Cavalcanti, não eram necessariamente frutos das viagens feitas por seus autores. A análise desses ensaios na Revista revelam que muitas vezes esses trabalhos eram frutos de pesquisas realizadas por esses autores que nada tinham a ver com as atividades do SPHAN.

Outro erro ocorre da afirmação de que a “revista, em sua fase inicial, funcionou 11 anos seguidos, de 1931 a 1947, com um número anual”, sendo que em 1931 o SPHAN ainda não existia e o primeiro ano de circulação da Revista foi em 1938, apesar de datada de 1937. A análise de Cavalcanti sobre a Revista do Patrimônio está focada exclusivamente em dados estatísticos, no intuito de afirmar o grande número de publicações cujo tema era arquitetura. Esclarece que ao examinar os primeiros cinco exemplares da Revista, é possível confirmar o elevado número de textos envolvendo arquitetura. Segundo Cavalcanti, “Predominam artigos sobre arquitetura, arte e história (84%), sendo os restantes 16% dedicados, nessa ordem, a etnografia, museologia e história natural.” (CAVALCANTI, 1999, P 187)

1.2 A Revista do Patrimônio como objeto da História.

Os estudos analisados até agora, que abordaram de alguma maneira a Revista do Patrimônio, foram desenvolvidos no campo da Antropologia (RUBINO, 1991; GONÇALVES, 1996), Sociologia (GUEDES, 1994; FONSECA, 2009) e Arquitetura (CAVALCANTI, 1999). A contribuição da História viria alguns anos depois, com os estudos realizados por Marcia Chuva (1998). Seu trabalho, “Os arquitetos da memória - sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 – 1940)”, veio trazer uma nova perspectiva para os estudos do patrimônio cultural no Brasil, principalmente sobre a relevância da Revista do Patrimônio para as narrativas de patrimônio. A autora demarca bem as discussões em torno da ideia de “invenção” do patrimônio nacional, entendendo como uma prática constitutiva dos processos de formação do Estado e da construção da nação, forjada por meio de um projeto de afirmação da “unidade nacional”.

Chuva identifica três *locus* de ação do SPHAN. Baseiam-se na tríade formada pela arquitetura dos monumentos, o exercício das práticas administrativas e a produção impressa, incluindo a Revista do Patrimônio, assim como a série Publicações do SPHAN²¹. Por considerar a produção editorial do SPHAN uma das estratégias políticas da instituição, por meio do qual os intelectuais ligados ao serviço, ou próximos a ele, legitimaram as práticas de proteção realizadas, Chuva dedica um capítulo em seu livro a analisar todo o universo editorial do SPHAN. Nesse sentido, a autora desenvolveu uma análise mais crítica acerca dos livros e periódicos, com o intuito de compreender todo o corpo editorial do SPHAN, incluindo recursos gráficos, qualidade da revista, número de tiragens etc.

A política editorial do SPHAN procurou, segundo Chuva, realizar a “escrita do patrimônio”, utilizando-se dos monumentos como documentos para a elaboração de uma “biografia da nação” (CHUVA, 2009, P 30-31). Isso demonstra que o investimento na produção impressa foi uma das eficientes ações adotada pelo SPHAN, tendo como foco a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (CHUVA, 2009, P 245). O debate intelectual e propagandista encontra nas publicações editoriais do SPHAN o papel articulador nesse contexto de legitimação de um discurso nacionalista.

Como tratava de assuntos de interesse do Estado, a Revista do Patrimônio teve ampla circulação no meio intelectual e acadêmico, mantido por investimentos políticos que contribuíram para que a Revista mantivesse uma regularidade na qualidade de seus artigos e a colaboração de autores prestigiados no contexto de publicação. Contexto esse em que houve um investimento massivo por parte do Estado Novo em periódicos com o intuito de reforçar o imaginário nacional e as propostas políticas do governo. Nessa dimensão, podemos citar as revistas Ilustração Brasileira²² e Cultura Política, que tornaram-se importantes periódicos de publicação e afirmação da ideologia estado-novista.

Como espaço privilegiado de legitimação recíproca dos agentes envolvidos nas ações do SPHAN, Chuva apresenta que tais agentes envolvidos constituíram uma rede de alianças e reciprocidades no debate nos quais os seus discursos legitimavam a ação

²¹A série Publicações do SPHAN fez parte da política editorial do SPHAN, divulgando estudos aprofundados, geralmente monográficos, sobre um único tema, geralmente ligado a monumentos de arte e arquitetura do período colonial.

²²Em sua dissertação “A revista e a propaganda: o projeto político-cultural do Estado Novo nas páginas da Ilustração Brasileira” (2010) a autora Geane Paula de Oliveira Silva vai apresentar como a revista Ilustração Brasileira, criada no ano de 1909 na cidade do Rio de Janeiro, foi cooptada pelo governo Vargas, servindo como propaganda ideológica do regime.

do órgão (CHUVA, 2009, P 246). Por meio de tais discursos, difundiu-se uma ideologia institucional e também uma noção cultural brasileira. Sendo assim, é possível observar esse espaço como um importante ambiente na construção de uma nova área de intervenção no que diz respeito a preservação cultural.

Marcia Chuva reconhece a importância do periódico no delineamento de uma nova área de intervenção que estava sendo construída, percebendo o conceito de civilização material na formulação de um discurso sobre patrimônio no Brasil (CHUVA, 2009, 247). Entende que o viés da história parece ter sido o responsável pela unidade do periódico, pois os conjuntos dos trabalhos apresentavam um cunho histórico, mesmo que o universo das práticas dos autores que colaboraram com o periódico sejam diversos. A ideia de cultura material permeou a maioria dos artigos, quase em sua maioria voltados para o estudo das artes e arquitetura colonial, eruditas e populares, além de aspectos socioambientais e etnográficos. Podemos perceber o periódico em Chuva como um espaço especializado na “história da civilização material no Brasil”, cujo recorte temporal se concentra no período colonial.

Chuva vê a Revista do Patrimônio como um espaço de “autolegitimação” das atividades do SPHAN. Isso se reflete na escolha dos estudiosos especializados que contribuíram com textos para o periódico, quase em sua maioria técnicos ligados aos serviços administrativos. Os colaboradores eram estimulados a ingressar nos estudos que posteriormente seriam publicados na Revista do Patrimônio.

Cabe lembrar que as datas impressas nas publicações não corresponderam aos anos em que foram lançadas. Para Chuva, essa regularidade fictícia e o corte histórico, também forjado, foram intencionalmente construídos pelo próprio SPHAN. Essa estratégia editorial visava, segundo Chuva, o reconhecimento do espaço conquistado pela Revista enquanto periódico sério nas discussões sobre o patrimônio. A estratégia editorial refletia também nos cuidados gráficos, onde a Revista era recheada de fotografias e desenhos, capa dura, caracterizando-se quase como coleções de consultas enciclopédicas.

A Revista foi inaugurada visando demarcar um espaço para uma produção de excelência. Os autores que contribuíram com o periódico enriqueceram a Revista com qualidade literária, ao mesmo tempo que emprestavam a mesma um aspecto “científico”, devido aos meios e técnicas apresentada pelos autores, focada na análise de documentos, conferindo à narrativa sobre o patrimônio aspecto de uma história verdadeira, comprovada pelos acervos documentais apresentados. Esses autores

exerceram um importante papel na criação e legitimação da “causa” do SPHAN. Homogeneizaram as concepções sobre o patrimônio histórico e artístico nacional, ao intercalar o discurso apresentado na Revista ao recorte realizado pelo órgão na seleção de bens a serem tombados (CHUVA, 2009, P 264).

O perfil predominantemente historiográfico foi o responsável pela unidade do periódico. Esse viés delimitou a forma como a escrita dos textos publicados no periódico foram direcionadas para a valorização do passado colonial como cerne da história a ser contada. Esse passado representava a origem da nação, uma origem ancestral que deveria referenciar-se numa matriz portuguesa, “mas que a partir dela configuraria um universo tipicamente brasileiro” (CHUVA, 2009, P 273). A Revista se enquadrava ao discurso do Estado Novo na invenção de um passado nacional. A importância da Revista do Patrimônio na construção de uma narrativa histórica sobre o patrimônio, cujo propósito corroborava o discurso do Estado Novo, será melhor discutida no terceiro capítulo deste trabalho.

Ao enfatizar em seu trabalho o momento fundador das práticas de preservação cultural no Brasil, Chuva coloca em evidência o papel do patrimônio na estratégia de construção da noção do estado brasileiro. Lança um novo olhar sobre a Revista do Patrimônio, entendendo-a tanto como objeto, como fonte de pesquisa, ampliando a sua dimensão cultural e histórica nas discussões sobre o patrimônio no Brasil.

Podemos perceber que a análise feita por Marcia Chuva sobre a Revista do Patrimônio, abordando-a enquanto objeto de estudo, para a compreensão do universo das discussões sobre a formação do pensamento patrimonial no Brasil, contribuiu para que outros pesquisadores lançassem um olhar mais aprofundado sobre a Revista, revelando a importância do periódico para a compreensão de diversos temas que envolvem a consolidação da ideia de patrimônio no Brasil.

Os estudos apresentados até agora foram todos desenvolvidos nos anos 1990. Não se sabe as motivações, mas ao que parece, as discussões que apresentam a Revista do Patrimônio como objeto de estudo, surgiram novamente uma década após a obra de Marcia Chuva. O periódico surge agora como elemento essencial para os estudos sobre o patrimônio. Torna-se tema de diversas dissertações e artigos.

O primeiro estudo foi realizado por Luciano dos Santos Teixeira (2009), que vai perceber a influência do pensamento de Afonso Arinos de Melo Franco, primo de Rodrigo Melo Franco, na Revista do Patrimônio. Afonso Arinos ministrou em 1941 um curso voltado para a formação dos técnicos do SPHAN. A aula realizada, sob o convite de

Rodrigo Melo Franco, resultou no livro “Desenvolvimento da civilização material no Brasil” tornando-se, segundo Teixeira, obra-chave para a compreensão das bases teóricas e metodológicas que influenciaram as ações iniciais do SPHAN (TEIXEIRA, 2009, P 47).

O autor se apoia em Chuva e Fonseca para afirmar que o conceito de civilização material elaborado por Afonso Arinos possibilita uma leitura dos bens e conjuntos tombados pelo SPHAN a partir de sua relação com o processo histórico de ocupação das diferentes regiões no Brasil. Utilizando a ideia de *operação histórica* de Michel de Certeau, identifica o conceito de civilização material como o principal elemento no discurso histórico presente na Revista do Patrimônio nos seus primeiros números.

Partindo do princípio de que toda concepção de história implica representação no tempo, o autor irá perceber que a representação dentro do SPHAN se materializou em um passado histórico comum, na figura do passado nacional, presentificado em objetos da cultura material. A Revista se situa como parte de um programa articulado de definição dessa fronteira. Fronteira essa que também vinha sendo delimitada por outras ações políticas dentro do Estado Novo²³.

Os esforços de Afonso Arinos deixaram marcas profundas na maneira pela qual a Revista do Patrimônio foi planejada e executada. A escrita dos artigos sugere métodos cujo propósito visa legitimar essa ideia de cultura material. Procedimentos atribuídos a historiadores, apresentando um amplo número de fontes documentais, transcrição de documentos, preocupação com a verdade histórica, textos narrativos e descritivos, somados a erudição e seriedade acadêmica na escrita, vão consolidar o pensamento sobre o patrimônio ligado a civilização material.

O primeiro estudo dissertativo tendo como objeto de pesquisa a Revista do Patrimônio foi o apresentado por Raul Lanari (2010), “O Patrimônio por Escrito: a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-45)”. O autor vai apresentar uma análise profunda entendendo todo o universo editorial que circula o periódico, abordando desde o processo de produção da Revista, sua circulação e recepção nos meios intelectuais.

Lanari, a partir das teorias de Pierre Nora sobre a consolidação dos “lugares de memória”, vai focalizar a política editorial do SPHAN entre as décadas de 1930 e 1940

²³ Entende-se tais fronteiras dentro do universo simbólico de investimento massivo dentro do regime do Estado Novo, elaborando o primeiro esforço abrangente na área cultural no Brasil. O Governo de Getúlio Vargas procurou gerir a educação e a cultura por meio de um viés pedagógico com intenção de fixar no imaginário nacional a ideia de nacionalidade. A criação do SPHAN é pensada dentro dessa estratégia de delimitação da fronteira nacional, assim como outros órgãos criados pelo Estado Novo como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Esse assunto será discutido no terceiro capítulo.

como um desses “lugares”, por entender a Revista como um lugar de produção de representações sobre o nacional, dentro de um contexto onde se consolidava o pensamento sobre a “cultura histórica” no Brasil. Assim como, segundo Pierre Nora, os monumentos tiveram grande importância na configuração da memória nacional a partir do século XIX na Europa, no Brasil do Estado Novo, os segmentos políticos voltaram seus olhares também para os monumentos, na fragmentação de um passado que ganha destaque na política editoria do SPHAN. Ao situar a política editorial do SPHAN num conjunto de “políticas de memórias” empreendidas no Brasil, o autor insere as publicações integrantes da linha editorial do SPHAN como “revistas e publicações científicas” que se consolidaram no Brasil desde a segunda metade do século XIX²⁴ (LANARI, 2010, P46).

Ao inserir a política editoria do SPHAN nesse lugar consagrado de produção científica, Lanari vai entender o periódico como um espaço de sociabilidade intelectual característicos dos periódicos existentes desde o século XIX. Sendo assim, afirma que para os periódicos do SPHAN se consolidarem no cenário intelectual das décadas de 1930 e 1940, intelectuais e profissionais envolvidos na identificação e proteção do patrimônio histórico e artístico da nação tiveram que estabelecer uma rede de contato com intelectuais de outras instituições envolvidas com a recuperação de passado, como o IHGB (LANARI, 2010, P 68).

O olhar sobre as redes de sociabilidades estabelecidas apresenta a importância de Rodrigo Melo Franco na mobilização dessas redes, até então pouco exploradas. A mobilização de intelectuais, profissionais letrados, dotados de reconhecimento profissional foi uma importante estratégia elaborada por Rodrigo Melo Franco para dar legitimidade aos trabalhos divulgados no periódico. Sugere pela primeira vez a ideia de pensar Rodrigo Melo Franco enquanto editor, responsável pela articulação de diversas redes de instituições, intelectuais e profissionais, transformando a Revista em um “espaço de sociabilidades intelectuais” e veículo de interpretação sobre o nacional (LANARI, 2010, P 73).

²⁴Lanari realiza um interessante estudo sobre o universo editorial brasileiro. Vai demonstrar que esses tipos de publicações eram frutos da vida urbana que se desenvolveu, no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais - a partir da chegada da Corte portuguesa em 1808. A partir desse fenômeno, novas instituições foram criadas, contribuindo para a proliferação das publicações científicas. Demonstra que no início do século XX o Brasil já contava com periódicos respeitados por sua produção. Além da Revista do IHGB e dos Archivos do Museu Nacional pode-se destacar a Revista do Museu Paulista, o Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, a Revista do Arquivo Público Mineiro. A essas, somaram-se, na década de 1920, os Anais do Museu Histórico Nacional e a Revista Brasileira de Educação (LANARI, 2010).

Através da leitura de cartas trocadas entre Rodrigo Melo Franco e diversos colaboradores do SPHAN, Lanari percebe as articulações realizadas por Rodrigo Melo Franco dentro de sua rede de sociabilidade, procurando informações sobre novos pesquisadores, sugerindo estudos para amigos próximos, como Mario de Andrade e Gilberto Freyre, e recebendo sugestões acerca do aprimoramento do aspecto físico da Revista do Patrimônio. Por isso, o periódico foi um espaço de articulação de interesses e poderes de diferentes escalas, posto que aceitava a colaboração de intelectuais ligados a diversas outras instituições. A ligação desses intelectuais com outras instituições já demonstrava o processo de seleção de Rodrigo Melo Franco, sempre voltado para a importância que esses intelectuais tinham no meio profissional.

Outra estratégia usada por Rodrigo Melo Franco para consolidar a política editorial do SPHAN estava na preocupação com as características gráficas da Revista. Esta era uma preocupação recorrente de Rodrigo Melo Franco na tentativa de inserir os periódicos dentro dos padrões internacionais de publicação. Para atingir esses padrões, como afirma Lanari, Rodrigo Melo Franco acompanhava pessoalmente o processo de composição e impressão dos exemplares da Revista do Patrimônio (LANARI, 2010, P 84). Além disso, tinha o objetivo de alcançar um público que até então a Revista não alcançava. Nas palavras de Rodrigo Melo Franco:

O nosso principal objetivo é alcançar um público a que não atingem a Revista e as monografias que vamos editando para propagar o conhecimento dos valores de arte e história do país: quero me referir ao público constituído pelos transeuntes mais ou menos ocupados ou distraídos, mais ou menos mal informados ou indiferentes, que passem pelas imediações deste local e cuja atenção tentamos atrair por meio de imagens sugestivas, afim de lhes inculcir uma primeira idéia das riquezas históricas e artísticas que o Brasil possui."²⁵

Como apresentado, Rodrigo Melo Franco estava envolvido em todo o processo de produção do periódico do SPHAN. Questionava a demora por parte da Imprensa Nacional na impressão das publicações do SPHAN, o que acarretava no atraso do lançamento das publicações. Para Lanari, essa insatisfação com os atrasos e erros tipográficos diz respeito à importância dessas publicações para qualificar o SPHAN como um órgão dotado de métodos científicos de produção sobre o passado brasileiro. Para isso, a Revista deveria ter os mais modernos recursos gráficos, já que não se

²⁵Retratos do Brasil que passou: Fala ao Globo sobre a exposição de arte e história o Sr. Rodrigo Melo Franco de Andrade. O Globo, sem data, 1938. Arquivo da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta Entrevistas, fl. 5.

caracterizam como revistas de circulação “popular”, possuindo grandes volumes de páginas e diversas gravuras impressas em papel especial.

No que tange à circulação dos exemplares da revista, Rodrigo Melo Franco utilizou novamente da sua rede de influências para fazer circular os periódicos. Reuniu informações sobre bibliotecas e instituições para onde as publicações deveriam ser enviadas. Da mesma forma, recebia diversas correspondências de pessoas pedindo o envio de exemplares das Revistas e Publicações do SPHAN (LANARI, 2010)

Lanari confirma que a política editorial do SPHAN foi relevante no processo de legitimação pública das atividades do SPHAN e foi fundamental na consagração da figura de Rodrigo Melo Franco. Sua análise amplia o olhar sobre a Revista do Patrimônio e principalmente sobre a grande influência que Rodrigo Melo Franco teve sobre ela.

Além do importante papel de Rodrigo Melo Franco, os estudos apresentados na Revista alçaram o órgão à condição de autoridade nos assuntos referentes a preservação do patrimônio histórico e artístico. Dessa forma, serviu como consolidação da vertente do patrimônio de “pedra e cal”. Como podemos observar em Lanari, esse assunto teve predominância na política editorial do SPHAN. O Brasil identificado pela política editorial do SPHAN era barroco e português.

O passado, nas palavras do autor, é identificado e justificado através de conceitos como “autenticidade”, “originalidade” e “genuína tradição”. Associada às ideias dos arquitetos que ocupariam a maioria dos cargos do corpo técnico do órgão, porém minoritários entre os autores que publicaram artigos no periódico, os artigos da Revista consolidariam o reconhecimento e apoio aos bens materiais arquitetônicos brasileiros, refletindo assim nas políticas de tombamento do órgão.

Cintia Mayumi (2010), assim como Lanari, procura entender em seu trabalho, “Revista do Patrimônio: editor, autores e temas”, o espaço da Revista como “lugares de memória”, evocado pelo *boom* das narrativas que se deram sobre o passado na modernidade. A autora entende essa emergência das “narrativas modernas” sobre os passados nacionais, o que envolve a patrimonialização desse passado, a partir da noção do “regime de historicidade” postulada por François Hartog. Pode ser entendido como um quadro de pensamento de longa duração e engloba uma formulação da experiência do tempo que modela a forma de dizer e viver no próprio tempo. Dessa forma, nesta modernidade, onde a instabilidade e a transitoriedade das transformações predominam, o “regaste” da memória e do patrimônio contribuem para garantir uma certa estabilidade nesse ambiente de afirmação das identidades nacionais (SILVA,2010).

A autora pensa a Revista do Patrimônio como instrumento por meio do qual se legitima a “invenção do patrimônio” no Brasil, colaborando para construir um novo campo de debate no país, por meio de suas publicações. Porém, aqui a autora se detém em analisar os principais colaboradores do periódico para pensar a partir dessa rede a construção do conceito e do campo do patrimônio. Busca perceber na Revista a veiculação de um discurso polissêmico, não homogêneo, justamente pela variedade de autores que publicaram na Revista. Debate a efetividade desse discurso “oficial” do SPHAN partindo do princípio de que a Revista serviu mais como um campo de formulações e debates do que necessariamente um lugar de afirmação das ações do SPHAN.

Interessante notar que por realizar seu estudo no mesmo período que Lanari, acaba por apresentar ideias semelhantes ao tratar da rede de sociabilidade entre os intelectuais e ao enquadrar a Revista dentro da tradição periódica do período. Aborda a concepção de intelectual, assim como Lanari, a partir do conceito apresentado por Jean-François Sirinelli, entendendo o intelectual por meio de um caráter polissêmico, destacando duas vertentes: uma sociológica e cultural, identificando os intelectuais como produtores de bens simbólicos e mediadores culturais; e outra política, fundada sobre a noção de engajamento na ação política.

Silva traça a reconstituição dos itinerários dos intelectuais colaboradores do SPHAN a noção de geração e os lugares de sociabilidade. Ou seja, o periódico é o lugar em que as forças de adesão e exclusão se cruzam e onde as redes são formadas. Trata-se de um lugar que apresentou ideias de intelectuais de distintas gerações, divididas pela autora entre uma geração dos que nasceram no século XIX, entre 1876 e 1900, e outra no início do século XX, entre 1902 e 1915. Essa última, mais jovem, assim como alguns intelectuais ligados a primeira geração, conviveram com os movimentos de vanguarda da década de 1920, especialmente o modernismo, alavancando a grande quantidade de interpretações do Brasil, que contabilizaram as maiores colaborações para a Revista do Patrimônio.

Se Lanari entende a Revista dentro das tradições de periódicos científicos desde a segunda metade do século XIX, Cintia Mayumi, a partir das tipologias elaboradas por Ana Luiza Martins e Tania de Luca, a enquadra no conceito de revista de alta cultura. De certa forma, os dois pensamentos se confluem, mudando somente a nomenclatura. Ambos enquadram a Revista do Patrimônio nas tradições de revistas institucionais e científicas, como a Revista do IHGB, apresentada por Lanari, periódicos que forneciam

um quadro de referência na afirmação da identidade nacional. Todo o universo apresentado por Lanari, também é discutido por Cintia Mayumi, no que tange às características do periódico, circulação, tiragens, irregularidade nas publicações.

No estudo de Mayumi Rodrigo Melo Franco ganha novamente visibilidade como editor, ao buscar centralizar umas de suas missões no SPHAN através de políticas editoriais. Embora procure apresentar o papel do editor, a autora se limita à afirmação de que Rodrigo Melo Franco era responsável pela organização e seleção do conteúdo do SPHAN, realizando convites e cuidando de sua distribuição. Mesmo entendendo a importância de Rodrigo Melo Franco, a discussão se atém a este ponto, não aprofundando em como Rodrigo Melo Franco articulou a sua rede, utilizou de seu papel de editor para a produção da Revista e dos artigos publicados na mesma.

Um dos últimos estudos mapeados a respeito da Revista do Patrimônio foi o realizado por Robson Orzari (2013) em sua dissertação “Revista do Patrimônio e a História da Arte”. Vai entender a Revista como pioneira nos estudos sobre História da Arte e História do Patrimônio no Brasil. Através da produção dos conhecimentos vinculados, construiu um novo campo de saber no país, legitimando a “invenção do patrimônio”.

Parte da ideia de que o SPHAN é um local privilegiado da luta estatal para a construção da identidade nacional, tendo o órgão a responsabilidade na seleção dos bens que representariam a nação. Entende a nação como “comunidade imaginada”, se apoiando nas concepções de Benedict Anderson, Eric J. Hobsbawm e Ernest Gellner, resultantes de condicionantes sociais como a cultura, o território, a economia, a etnia, a língua e a religião. Tais bens são partes de uma “parafernália nacionalista que caracteriza a nação, criada a fim de ajudar na construção e garantir a consolidação do poder dos Estados” (ORZARI, 2013, P 13).

Através da historicização da prática preservacionista no Brasil identifica um paralelismo entre a criação do patrimônio histórico e artístico, por meio de órgãos como o SPHAN, e a ascensão das políticas nacionalista na representação do Estado Novo. Essa concepção universalista de pensar o Brasil na representação dos símbolos das nações civilizadas e leis para legitimação das mesmas é o que vai guiar o órgão SPHAN nas políticas de tombamento e na sua produção intelectual.

Orzari destaca a noção de civilização material, já apontado anteriormente neste trabalho, como um conceito chave para entender a Revista do Patrimônio. Concorda com as observações de Luciano Teixeira, ao perceber que o SPHAN, por meio da Revista,

sugeriu estudos incomuns para os primeiros anos de circulação do periódico, como análise de técnicas construtivas e sua relação com as técnicas portuguesas, formas de ocupação de território, análise de arquitetura das cidades e do campo, monumentos religiosos e populares(ORZARI,2013).

A qualidade pretendida por Rodrigo Melo Franco, segundo o autor, refletiu o alcance e na importância do periódico, revolucionando, assim, o estudo da História da Arte no Brasil. Os textos da Revista explicavam e materializavam a ideia de patrimônio. Afirmava-se por meio dos textos editados uma memória nacional e coletiva. Os trabalhos dos autores que publicaram na Revista ratificaram uma memória coletiva, principalmente em torno da produção artística produzida no Brasil. Os múltiplos códigos culturais foram confrontados, as fontes revistas e sua linguagem decodificadas, estabelecendo assim novos saberes ao público leitor por meio da escrita, dando inteligibilidade aos fragmentos do passado (ORZARI, 2013, P 69).

A busca de setores do SPHAN pela autenticidade da produção artística realizada no Brasil colonial foi o ponto de partida para escrever sobre determinados temas no periódico. O caráter descritivo dos textos complementaria o trabalho técnico realizado pelo SPHAN, permitindo um diálogo entre as observações empíricas dos objetos patrimoniais e as formulações teóricas sobre os mesmos. Isso, como visto anteriormente, legitimava o trabalho do órgão perante a sociedade.

1.3 Representações de Rodrigo Melo Franco na Revista do Patrimônio.

Todos os estudos apresentados após as primeiras observações de Marcia Chuva sobre a Revista do Patrimônio foram realizados no campo da História. Isso contribuiu para que novos olhares fossem lançados sobre a Revista. Se antes os estudos abordados apresentavam aspectos ligados ao tombamento, a concepção patrimonial, ao inventário dos bens, aos restauros conduzidos, onde a Revista aparecia apenas para confirmar aspectos das práticas do SPHAN , sem análises aprofundadas de seu encadeamento lógico e do seu processo construtivo, dentro do âmbito da História, a Revista representou um outro espaço, tornando-se agora objeto de estudo ao mesmo tempo que seus artigos serviram como fontes de análises para a compreensão das ações políticas que ocorriam no Estado Novo e para afirmações de narrativas sobre o patrimônio.

Destaca-se pela representação da Revista do Patrimônio como um ambiente que, sobre o olhar de variadas observações teóricas, ora torna-se um espaço de "lugar de memória", ora serve como espaço de recuperação da memória e do patrimônio; campo para o debate intelectual; rede de sociabilidade; lugar de consagração dos estudos sobre a História da Arte e do Patrimônio e/ou ferramenta para a legitimação de personagens históricos. É vista como foco central tanto para a afirmação das políticas do SPHAN como espaço em que as ideias nacionalistas do Estado Novo também são debatidas.

Permite compreender a Revista para além do objeto em si, relevando seus atores, o ambiente político que estava inserida, os processos de produção, publicação e circulação. Destaca-se, em alguns aspectos, o importante papel de Rodrigo Melo Franco durante o período que foi diretor do SPHAN, na produção do periódico.

O papel representado por Rodrigo Melo Franco merece destaque para o propósito da pesquisa. Recorrentemente, quando são tratadas as discussões sobre a gênese da ideia de patrimônio no Brasil, tende-se naturalmente a ligar a consolidação do discurso oficial sobre o patrimônio ao órgão SPHAN. Na mesma medida, quando se trata da Revista, é comum destacar a participação de diversos intelectuais na consolidação desses discursos, na medida que colaboraram com a Revista produzindo trabalhos que trataram em sua maioria dos bens materiais da história nacional.

Observa-se que o patrimônio histórico e artístico nacional costuma ser abordado tendo como foco o conjunto de objetos que os constituem, ou quando muito, os discursos que os legitimam. Discursos esses sempre relacionados a instituição SPHAN ou a um grupo de intelectuais ligados à Revista do Patrimônio. Da mesma forma, quando se trata desta, as discussões sobre a consagração do patrimônio são identificadas no coletivo que se estabelece em torno da Revista (TEIXEIRA, 2012; CHUVA, 2009; FONSECA, 2009; GONÇALVES, 1996, CAVALCANTI, 1999).

Em alguns casos, como foi possível perceber anteriormente, cita-se a participação de Rodrigo Melo Franco dentro do processo de constituição da Revista. Descreve-se a influência de Rodrigo Melo Franco no apoio a produção de trabalhos rigorosos, produção de textos modernos e científicos e no cuidado nas escolhas dos colaboradores. Porém, não revelam em que medida as ações de Rodrigo Melo Franco tiveram influência direta nos discursos sobre o patrimônio elaborados na Revista. Houve um Rodrigo Melo Franco diretor e um editor. Interessa para os estudos a serem realizados no segundo capítulo deste trabalho, de que forma o Rodrigo Melo Franco editor se relacionou com todo o universo da Revista do Patrimônio.

Rodrigo Melo Franco teve um destaque na análise realizada por Lanari. O autor pensou de maneira distinta o papel de Rodrigo Melo Franco dentro de um “espaço de sociabilidade” privilegiado. Procurou entender as aproximações e afastamentos dentro do universo da Revista, onde a criação das publicações foram vistas como um veículo para a difusão da produção dos intelectuais ligados a Rodrigo Melo Franco. Compreendeu o papel do primeiro diretor do SPHAN dentro dessa rede de sociabilidade, na articulação de elementos que envolviam toda a produção gráfica da Revista, sua inserção no mercado e principalmente como intelectuais próximos a Rodrigo Melo Franco contribuíam diretamente com sugestões de estudos a serem realizados e publicados no editorial do SPHAN. Lanari procurou mostrar como Rodrigo Melo Franco, por meio da política editorial do SPHAN e de sua participação nos debates veiculados na imprensa, buscou afirmar determinados aspectos da memória nacional, mas, ao mesmo tempo, consolidar uma memória sobre si próprio e sobre os intelectuais e profissionais que colaboraram com o SPHAN.

A investigação da trajetória e do perfil da Revista do Patrimônio realizada por Cintia Mayumi, revelando suas características materiais e editoriais para se ter acesso às ações que tornaram o periódico lugar de formação do campo de patrimônio, procurou destacar o papel editor de Rodrigo Melo Franco, como foi apresentado anteriormente. Entende que mesmo não sendo mencionado como um editor, Rodrigo Melo Franco era o responsável pela organização e seleção do conteúdo da Revista do Patrimônio.

Embora ambos tenham destacado o lado editor de Rodrigo Melo Franco, pouco se debruçaram sobre a maneira como o diretor do SPHAN exerceu sua influência direta na produção dos textos publicados na Revista. Mesmo destacando, em alguns casos, dentro da rede de sociabilidade estabelecida, a forma como Rodrigo Melo Franco solicitava estudos, indicações de autores para a Revista, não fica claro o grau de interferência realizado por Rodrigo Melo Franco na produção dessa escrita sobre o patrimônio dentro do periódico. Preencher essa lacuna é um dos propósitos dos estudos que serão apresentados no próximo capítulo.

Além de compreender o universo que envolve a produção da Revista, as articulações de Rodrigo Melo Franco em meio a sua rede de sociabilidade, esse trabalho tem o propósito de lançar um novo olhar sobre a Revista do Patrimônio. Percebe-la pelo viés Museológico, considerando o periódico como importante ferramenta de formulação e consagração de critérios e valores que dizem respeito a Patrimonialização

1.4 Museologia, Patrimonialização e possibilidades de análises da Revista do Patrimônio.

Na área da Museologia, nos estudos relacionados aos museus, o patrimônio, ou os processos de patrimonialização, são observados de forma paralela ao desenvolvimento do campo museal²⁶. Tais processos são analisados dentro da abordagem de valores e ideias de distintos grupos e categorias sociais. Os processos de análises históricos sociais vinculados à Museologia, configurando a dinâmica de formação da área museológica no Brasil, perpassam, na mesma medida, aos processos que envolvem a área do patrimônio. Justamente por essa aproximação, é quase nula as análises que dizem respeito aos museus que não levam em consideração as dinâmicas que envolvem as narrativas sobre o patrimônio em distintos contextos históricos. As transformações de significados nas duas áreas são dinâmicas e, ao mesmo tempo, análogas, isso porque “os significados não repousam sobre as coleções museológicas e os patrimônios, mas são construídos por grupos e categorias sociais que lhes atribuem determinados sentidos e valores.” (SILVA, 2012, P 14). No processo de construção desses significados, Mario Chagas vê o museu como o bastião na fortaleza do patrimônio cultural. Isso lhe permite afirmar que “o processo de musealização confunde-se com o que se poderia chamar de patrimonialização” (CHAGAS, 2009, P 47).

Pela linha tênue que une as duas áreas, profissionais ligados à área da Museologia têm se debruçado sobre os estudos do patrimônio, oferecendo importante contribuição para análise do patrimônio e os processos de patrimonialização. Uma primeira, que se faz necessária observação, é compreender o patrimônio como elemento de disputa identitária, vivenciada por grupos específicos, na medida em que as encenações das identidades são delimitadas por relações sociais que criam e recriam as percepções sobre o patrimônio (BRULON SOARES, 2017). Assim, de acordo com Chagas, percebemos que a instituição do patrimônio, da deflagração dos critérios que envolvam a necessidade de preservação de determinado bem cultural, está condicionada a um grupo específico que se considera possuidor de certos atributos para tal. (CHAGAS, 2009).

Bruno Brulon vai identificar a musealização como um processo ideológico, cuja finalidade seria a representação de determinada identidade, do qual a crença em uma narrativa criada por meio de um objeto é necessária para torna-la legítima. (BRULON

²⁶Segundo definição teórica, Museal é tudo aquilo que tem relação com o museu. Disponível em: <http://icom-portugal.org/multimedia/Conceitos-Chave%20de%20Museologia.pdf>

SOARES,2015). Para diversos autores, o fenômeno da patrimonialização se estabelece na mesma medida. A gênese deste fenômeno remonta à Revolução Francesa, que reconfigurou o papel do Estado em relação aos bens culturais. Nesse sentido, o termo passa a estar ligado a uma lógica de preservação, em que a feição de nacionalização dos bens se solidifica por meio de critérios que se inserem a uma identidade nacional que deveria ser preservada da destruição provocada pela revolução(CHAGAS, 2009; LIMA , 2012; SCHEINER;SOARES,2010) . Sendo assim,

A Patrimonialização, assim, configurou-se como ato que incorpora à dimensão social o discurso da necessidade do estatuto da Preservação. Conservação a ser praticada por instância tutelar, portanto, dotada de responsabilidade(competência) para custodiar os bens. E conservar, conceito que sustenta o Patrimônio, consiste em proteger o bem de qualquer efeito danoso, natural ou intencional, com intuito não só de mantê-lo no presente, como de permitir sua existência no futuro, ou seja, preservar.” (LIMA,2012, P 34)

Nesse quadro, o museu é visto como um lugar de abrigo dos bens que se encontram em perigo de deterioração por meio do vandalismo. Torna-se o guardião do patrimônio nacional. O valor que legitima o patrimônio Francês é que irá marcar a “ideia de museu que ainda hoje se perpetua, (...)o nacional” (BRULON SOARES; SCHEINER, 2010, P 19). A lógica dos critérios de valoração do museu e do patrimônio baseadas no aspecto nacional é que irá configurar o espectro de análise das narrativas sobre o patrimônio estabelecida no Brasil dentro do âmbito da Museologia.

Os museus, dentro da esfera dos debates na área da Museologia, têm se colocado como lugares de pungência das discussões que envolvem as relações estabelecidas entre os distintos cenários culturais que se configuram em diferentes sociedades. Surgem como instituições privilegiadas no âmbito da vida social, intermediando as trocas culturais, espaço onde a representatividade do mundo é realizada por meio de uma seletividade do patrimônio (BRULON SOARES,2012). Nessa acepção, a Museologia tem procurado contribuir para uma reflexão e problematização dos processos de formação e configuração das áreas da Museologia e do Patrimônio e os diferentes papéis desempenhados pelos atores nesse processo.

Marcio Rangel e Mário Chagas identificam a convergência que se estruturou no cenário brasileiro no que tange as iniciativas de salvaguarda do patrimônio cultural nacional e seus critérios de valoração. Marcadas por um embate entre intelectuais, as configurações do campo do patrimônio cultural no Brasil estiveram permeadas por duas visões de nacionalidade. Ao mesmo tempo distintas, e com a ideia de que uma venceu, ambas caminharam conjuntamente, principalmente nos espaços museológicos.

As “portas do domínio patrimonial”, tanto na França, quanto no Brasil, foram construídas dentro de uma lógica de embate em torno do imaginário, transformadas em ferramentas de disputa simbólica que envolve tanto a memória nacional quanto do patrimônio (CHAGAS, 2009, P 43). No Brasil, como analisado na introdução, essa iniciativa se dará a partir das décadas de 1920 e 1930, momento em que uma parcela significativa de intelectuais se envolveram com a salvaguarda do patrimônio cultural nacional. No intuito de inibir constantes ações de depredação e transferências dos bens, diversos projetos foram desenvolvidos como forma de proteger esses bens por meio de uma legislação específica²⁷. Embora esses projetos não tenham vingado, Mário Chagas vai compreender como importante elemento que irá contribuir para a consolidação preservacionista no Brasil (CHAGAS, 1998). A visão conservadora, apegada aos vestígios do passado, no culto de figuras ilustres e grandes feitos da nação, defendida por Gustavo Barroso contrapõe-se às ideias de vanguarda, na busca da identidade nacional, defendidas pelo grupo de modernistas liderados por Mário e Oswald de Andrade. No entanto, ambas visavam a valorização estética do patrimônio histórico e artístico. (RANGEL,2012).

Gustavo Barroso vai colocar seu projeto de patrimônio em prática por meio do Museu Histórico Nacional (MHN), cujo processo de aquisição de acervos “configurou-se na associação entre a ideia de passado e a noção de tradição” (ABREU apud MAIA, 2014, P 89). Na junção entre o projeto museológico e de patrimonialização, Gustavo Barroso contribui para a criação do primeiro curso de Museus no Brasil, que configuraria como um espaço de implementação de sua visão sobre o Museu e o Patrimônio (COELHO DE SÁ; GRANATO; SIQUEIRA, 2008), (COELHO DE SÁ, 2017). A história do MHN é mesclada com a história da preservação do patrimônio e dos museus brasileiros. Idealizando um projeto de memória nacional, propõe a criação da Inspeção de Monumentos Nacionais que se vincula diretamente aos discursos e projetos de preocupação com os monumentos nacionais, no intuito de evitar a sua destruição. Conforme aponta Rangel, esse foi um pretexto utilizado por Barroso para direcionar as diretrizes do patrimônio nacional (RANGEL,2012, P 107). Ouro Preto se torna o principal

²⁷Marcio Rangel cita alguns projetos: “Em 3 de dezembro 1923, o deputado pernambucano Luís Cedro Cameiro Leão apresenta à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº. 350, que propõe a criação de uma Inspeção de Defesa dos Monumentos Históricos e Artísticos do país. Em 16 de outubro de 1924, o deputado mineiro Augusto de Lima apresenta à Câmara o Projeto de Lei nº. 181, que proíbe a saída de obras de arte brasileiras(...)Jair Lins, jurista mineiro, elaborou um anteprojeto muito semelhante ao de Augusto de Lima. Ainda neste ano, mais especificamente a 4 de junho de 1925, em uma ação de âmbito estadual, o governador de Minas Gerais, Fernando de Mello Vianna, organiza uma comissão que elabora um projeto para impedir a dilapidação do patrimônio das velhas cidades mineiras.” (RANGEL, 2012, P 104)

foco da Inspetoria. A cidade, a partir desse contexto, ganhará contornos da representação máxima da identidade nacional, assim como outras cidades cuja arquitetura remetia ao período colonial, conforme aponta Daryle Williams:

A medida que o trabalho de restauração progrediu, descrições fotográficas e textuais de Ouro Preto sob andaimes começaram a aparecer na imprensa nacional e regional, criando a iconografia visual da Idade de Ouro trazido de volta à vida. Estruturas velhas e decrépitas, localizadas em cidades remotas, rapidamente adquiriram a aura de locais sagrados que todos os bons brasileiros deveriam visitar, pelo menos em suas imaginações (WILLIAMS,2001,P 97. Tradução nossa).

A Inspetoria Geral dos Monumentos encerra a sua atividade no ano de 1937. Foi substituída pelo SPHAN, considerado o grupo vitorioso na idealização da ideia de patrimônio. Embora a Inspetoria, que representava o pensamento de Gustavo Barroso, tenha sido derrotada politicamente pelo projeto de memória Modernista, na figura de Rodrigo Melo Franco e Mario de Andrade, será considerada um dos principais órgãos que antecederam o SPHAN na elaboração de critérios para defesa do patrimônio. O próprio projeto de musealização e patrimonialização caracterizada pela Inspetoria será adotado pelo SPHAN. Conforme aponta Marcio Rangel, “o projeto de musealização do patrimônio histórico e artístico nacional não foi abandonado” (RANGEL,2012, P 108). As práticas de patrimonialização do SPHAN estavam intimamente ligadas a uma vertente museológica formulada pelo órgão (CHUVA, 2009). Não à toa, o órgão criou diversos museus no período de consolidação de suas práticas, como o Museu da Inconfidência (1938), Museu das Missões (1940), Museu do Ouro (1945), Museu de Caeté(1950), Museu do Diamante (1954), Museu Regional de São João Del Rei (1954), dentre outros.

O discurso simbólico, no contexto do pensamento nacionalista, do “resgate” da identidade nacional, carregou em si as definições de patrimônio. As noções de patrimônio elaboradas dentro do SPHAN são as que irão compor a rede discursiva em torno do patrimônio, o bem cultural transformado em monumento mediador entre o passado e o presente, estabelecendo essa ideia de que os objetos carregam elementos significativos da identidade nacional.

Nos estudos sobre a teoria do patrimônio, Teresa Scheiner oferece importante contribuição pensando a relação entre sociedade e patrimônio como um grande mosaico, em que as imagens se rearticulam de forma contínua, redefinidas no constante movimento entre as fronteiras e zonas de proximidade (SCHEINER, 2004). Em um exercício de reflexão sobre a natureza da experiência museológica, na relação do humano com o real, a partir do Mito de Narciso, vinculado ao reflexo que essa relação

estabelece sobre o indivíduo, no seu envolvimento com às coisas que o cercam, Scheiner e Brulon Soares vão determinar que

A imagem refletida no espelho patrimonial tem função defensiva; assegura a identificação, mesmo que essa não corresponda exatamente à realidade. Ela faz referência, dando a esta figura narcisista mais solidez e autoridade. Para Jeudy (2005) este processo de reflexividade, que incita toda estratégia patrimonial, consiste em promover a visibilidade pública dos objetos, dos locais, assim como dos relatos que constituem a estrutura simbólica de uma sociedade. É como se a identidade cultural precisasse ser constantemente representada e reivindicada para poder existir; como se ela não existisse naturalmente e necessitasse de ser produzida e a todo tempo reiterada. Os signos identitários funcionam, neste caso, como “índices de uma singularidade cultural mantida e exibida” (JEUDY, 2005, p. 28). Como indica Jeudy, tal qual um monumento histórico, a raça, o povo, a nação, tomaram-se objetos patrimoniais usados para a construção das identidades no espelho (SCHEINER; SOARES, 2010, P 19).

Nesse mosaico, o processo de reflexividade incitado pelas estratégias de consagração do patrimônio elaborado pelo SPHAN sobressaiu, como vimos, sobre os reflexos buscados por Gustavo Barroso. Nesse processo, os contornos do patrimônio que se estabeleceram foram definidos por um grupo específico, uma rede de intelectuais guiada por Rodrigo Melo Franco, que elaborou seus critérios a partir de uma lógica identitária, definida pela essência do passado nacional como elemento cultural central na estruturação das identidades durante o período do Estado Novo. Dentro desse contexto, quais critérios de patrimonialização foram utilizados na elaboração desse espelho patrimonial para justificar a conservação e o tombamento dos bens culturais? Dentro de uma lógica política, narrativas foram estabelecidas, memórias foram valorizadas em detrimento de outras. Diversas foram as ferramentas utilizadas pelo SPHAN na elaboração de critérios para a patrimonialização.

Sobre a patrimonialização é interessante notar como ela é conceituada dentro dos debates teóricos desenvolvidos no intuito de definir o espectro de ação da Museologia. Ivan Vaz destaca, em seu estudo “Sobre a Musealidade”, que a perspectiva que definia a Museologia como uma área voltada apenas para os museus foi superada trazendo a afirmação de que ela se define pela relação do Homem com a realidade, mediada por instituições e pela noção de patrimônio (IVAN VAS, 2017, P 19)²⁸. Nessa lógica, a

²⁸Tal afirmação se baseia no amplo debate realizado no campo da Museologia nos inícios dos anos 1980, cujo objetivo era propor reflexões sobre o caráter científico da Museologia ou se ela apenas se enquadrava dentro das práticas ligadas aos museus. Esse debate resultou em duas publicações na *Museological Working Papers (MuWoP)*, organizado pelo Comitê Internacional de Museologia (ICOM), que realiza uma série de publicações propondo reflexões sobre o pensamento teórico museológico. Esses dois volumes contaram com a participação de consagrados pensadores do campo da Museologia. Disponível em: <http://network.icom.museum/icofom/publications/museological-working-papers/>. Acessado em: 02/01/2019.

Museologia passa a entender o museu como um fenômeno²⁹, destacando o olhar do Homem na relação com o objeto, em que este pode ser pensado como qualquer objeto criado pelo Homem, adquirindo um caráter específico de importância ao estabelecer uma relação com o tempo e a memória, definindo identidades, que em distintos momentos históricos se destacam pela sua representatividade.

Esse pensamento contribuiu para a elaboração de conceitos caros a museologia, que irão oferecer elementos que definirão o seu campo de análise. Um desses conceitos é a musealidade, que carrega em si elementos teóricos que vão, em certa medida, de encontro a ideia de patrimonialização, o que permite destacar esses dois conceitos como centrais para o pensamento museológico. O conceito de musealidade, destacado por Ivan Vaz, se apoiando em autores como Ivo Maroevic, Zbyněk Stránský,

pode ser basicamente referenciado a qualidades e valores. Tais qualidades/valores, não obstante, se dariam a partir de processos em que um objeto se desloca de sua realidade originária, sendo dotado de significações condizentes a um novo contexto, no caso, museal. Este processo instauraria a configuração de uma representação do real, não substituta, mas referente na *musealia* (IVAN VAZ, 2017, P 35).

Nesse sentido, a musealidade diz respeito a musealização de um objeto que se amplia para além do seu valor material, sendo utilizado como signo. O processo de musealização tem um “caráter seletivo e político, impregnado de subjetivação, vinculado a uma intencionalidade representacional e a um jogo de atribuições de valores socioculturais” (CHAGAS apud CURY, 2005, P 25). Segundo Ivan Vaz, esses critérios contribuem para a elaboração de qualidades e valores que têm como objetivo destacar determinado objeto da realidade na qual está inserido. Tais qualidades podem ser determinadas como indicadores de musealidade do objeto, legitimando assim as suas formas de proteção (IVAN VAZ, 2017, P 62). Desta forma, a categorização e o tratamento do patrimônio são de interesse direto da Museologia. Os processos de musealização dizem respeito às relações entre o patrimônio e o ser humano. Os signos que definem o patrimônio são elaborados dentro de uma lógica que envolve a patrimonialização, cujo processo pode ser analisado dentro da afirmação proposta por Mario Chagas sobre os processos de musealização. Assim, a patrimonialização se caracteriza pela elaboração

²⁹ Teresa Scheiner, sobre o fenômeno, destaca: “Perceber o Museu como fenômeno é percebê-lo livre e plural, podendo existir em qualquer espaço, em qualquer tempo. Inexiste, portanto, uma forma ‘ideal’ de Museu, que possa ser utilizada em diferentes realidades: o Museu toma a forma possível em cada sociedade, sob a influência dos seus valores e representações, intrinsecamente vinculado às diferentes expressões do real (passado, presente ou devir), do tempo (duração), da memória (processo) e do pensamento humano (Homem como produtor de sentidos). Como fenômeno, o Museu está sempre em processo, revelando-se sobmúltiplas e diferentes faces. E todas as formas conhecidas de Museu serão vistas como suportes, manifestações do fenômeno numa dada realidade. (SCHEINER, 2005, p. 94)

de critérios e valores cujo objetivo é trazer a luz a área de determinado objeto tal qual como ocorre nos processos de musealização. Um dos focos da Museologia, dentro da sua área de abrangência, não se atenta somente a categoria de patrimônio sobre o qual se debruça, mas pelos processos de categorização e tratamento sobre o patrimônio. A patrimonialização busca a autenticidade dos objetos, dos lugares e da identidade, utilizando-se de mecanismo para auferir ao objeto aspiração de signo representativo de determinada realidade (IVAN VAZ, 2017). A Museologia, ao estabelecer diálogos com outras áreas de conhecimento, tem no patrimônio, e nas suas possibilidades de enquadramento, um dos vetores de interesse para objetivar os processos de musealização.

Nosso interesse principal é compreender os apontamentos sobre a construção do patrimônio elaboradas na Revista do Patrimônio. Pensar quais critérios e valores elencados, os interesses políticos por trás desses critérios, os valores que estavam ligados ao Estado Novo. Acreditamos que a figura de Rodrigo Melo Franco é crucial nesse processo. Como foi mostrado no tópico anterior, pouco se discutiu sobre a influência de Rodrigo Melo Franco na elaboração de critérios para as políticas patrimoniais. A Revista do Patrimônio representou um dos principais espaços para a elaboração destes. Nesse sentido, interessa apreender como a Revista produziu critérios e valores na sociedade brasileira que resultaram em práticas de tombamentos, podendo ser entendida como a efetivação de um discurso.

Rodrigo Melo Franco e a Revista do Patrimônio são importantes elementos para compreender como se estabeleceu a gênese de determinada concepção de patrimônio no Brasil. A Revista do Patrimônio consagrou-se graças às iniciativas de Rodrigo Melo Franco. Por isso, torna-se impossível sua dissociação enquanto objeto de análise. Para compreender a importância da Revista do Patrimônio no âmbito da Museologia, é necessária a investigação sobre a figura de Rodrigo Melo Franco enquanto articulador no campo editorial e como isso representou a escrita do patrimônio na Revista. cremos que Rodrigo Melo Franco, enquanto diretor e editor da Revista do Patrimônio, soube articular bem esse papel, estabelecendo dentro dessa rede de sociabilidade um profundo papel de editor, admitindo assegurar que, em certa medida, os debates passavam pelo crivo das suas ideias. Rodrigo Melo Franco sempre foi uma figura conhecida no meio intelectual,

exercendo, mesmo antes de ser nomeado diretor do SPHAN, o papel de editor em outros jornais³⁰.

Rodrigo Melo Franco tinha uma missão na luta pela preservação do patrimônio cultural brasileiro. Como missão, era necessário articular uma série de ações que envolvessem diversos setores da sociedade que coadunassem com suas ideias e legitimassem suas ações. Essa articulação só seria possível se esses setores da sociedade vissem em Rodrigo Melo Franco um líder capaz de guiar o projeto político de nação que se ramificava nos setores políticos e intelectuais da sociedade brasileira na década de 1920 e 1930. Destarte, dentro do contexto político no qual se encontrava, entendemos o papel de Rodrigo Melo Franco como “intelectual orgânico”, na perspectiva elaborada por Antônio Gramsci, articulado à figura do líder carismático elaborada por Max Weber. As ações desempenhadas por Rodrigo Melo Franco dentro da sua rede de sociabilidade, majoritariamente envolvidas por intelectuais que viam em Rodrigo Melo Franco a figura capaz de salvaguardar o patrimônio nacional ligado à identidade da nação, permitem compreendê-lo dentro das perspectivas apresentada.

O conceito de “intelectual orgânico” de Gramsci está associado à ideia de que o intelectual está organicamente ligado a uma classe de origem ou de adoção, representando dessa forma as ideias desse grupo (GRAMSCI, 1981). Ao evidenciar essa ideia de vínculo dos intelectuais com os grupos sociais que o definem, podemos perceber em Gramsci que essa relação não se estabelece de maneiras neutra, o que define que esses intelectuais têm um papel político dentro desse grupo. Os intelectuais são assim os “comissionários” do grupo dominante para o “exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (GRAMSCI, 1981, P 11). Há uma lógica que se estabelece a partir do consenso “espontâneo” oferecido pelas grandes massas da população. Consenso esse que nasce historicamente do prestígio que o grupo dominante obtém devido a sua posição e de sua função social. Soma-se a isso o aparato estatal de coerção que assegura a “legitimidade” da ação desses grupos de intelectuais. É dentro dessa dinâmica que podemos pensar os grupos intelectuais que se debruçaram sobre o patrimônio durante o período do Estado Novo.

Conforme destaca Carlos Nelson Coutinho, uma das características marcante de todo grupo social que se desenvolve no sentido de domínio é a luta pela assimilação e

³⁰Durante a pesquisa realizada na Casa Rui Barbosa, o acesso aos documentos relacionados a Rodrigo Melo Franco confirma que desde os anos de 1920 ele trabalhou como editor em alguns jornais como “O Tempo”, de Belo Horizonte e “O Diário de S. Paulo”.

conquista “ideológica” dos intelectuais (MOUTINHO, 1990, P 9). Nessa lógica, vimos que Gramsci destaca que os intelectuais orgânicos são formados por um determinado grupo social. Neles se incluem as classes dominantes, no caso uma elite que forja seus próprios intelectuais para pensar a estrutura. Nesse sentido, pensando no período Vargas, a própria política do Estado Novo permitiu a organização de um grupo de intelectuais em torno do estado, formulando e pensando a cultura a partir de uma perspectiva nacional. Esses intelectuais procuraram compreender as maneiras como se constituiu a memória da nação brasileira, ora baseada num pensamento tradicional, ora pensando nas dinâmicas imateriais constituinte da identidade nacional.

Essa afirmação nos remete ao conceito cunhado por Coutinho denominado de “intimismo a sombra do poder”. Tal intimismo estaria ligado à ornamentalidade da cultura. Se caracterizaria pelo processo de cooptação do intelectual por parte do Estado, mas que não obriga necessariamente ao intelectual cooptado a se colocar diretamente a serviço das classes dominantes enquanto pensadores de determinada ideologia. Não são obrigados a criar ou defender apologias ideológicas. Conforme aponta Coutinho

O que a cooptação faz é induzi-lo – através de várias formas de pressão, experimentadas conscientemente ou inconsciente, a optar por formulações culturais anódinas, “neutras”, socialmente assépticas. O “intimismo a sombra do poder” lhe deixa um campo de manobra ou de escolha aparentemente amplo, mas cujos limites são determinados precisamente pelo compromisso tácito de não pôr em discussão os fundamentos daquele poder a cuja sombra ele é livre para cultivar a própria “intimidade” (COUTINHO, 1990, P 46).

Esse conceito de “intimismo a sombra do poder” caracteriza a maneira como os intelectuais ligados ao SPHAN se posicionavam. De certa forma, eles foram recrutados pelo Estado Novo. Apesar da autonomia concedida, não deixaram de expressar o discurso ideológico e político assimilado pelo Estado Novo em suas narrativas sobre o patrimônio descritas na Revista do Patrimônio, de maneira que tais narrativas não deslegitimavam o discurso do Estado novo. Ao contrário, como veremos no terceiro capítulo, ajudavam a reforça-lo.

Conforme destaca Gramsci, todo grupo social dominante elabora sua própria hegemonia política e cultural criando os próprios quadros e intelectuais, sendo que estes podem ser criados pela própria estrutura dominante ou, ao mesmo tempo, serem de uma geração social anterior. No Estado Novo a cultura foi colocada diretamente a serviço do estado, assim como o poder político e social. Dentro do Estado Novo, a questão da cultura esteve muito mais ligado à “sociedade política” do que à “sociedade civil”, tendo em vista que os processos de pensamento voltados para a área cultural eram

desenvolvidos sobre a lógica do Estado. Pensar Rodrigo Melo Franco como intelectual orgânico nesse contexto é entendê-lo como um articulador de um grupo restrito de intelectuais em torno do SPHAN, que procuraram se debruçar sobre a questão do patrimônio, elaborando narrativas que legitimavam o discurso hegemônico. Esses intelectuais estavam organicamente ligados a estrutura social e ideológica do Estado Novo e principalmente ao diretor do SPHAN. Nesse processo, Rodrigo Melo Franco exerceu um importante papel na constituição dessa narrativa patrimonial justamente pela representatividade da sua figura enquanto líder com características carismáticas que tomou para si a missão de proteger o patrimônio brasileiro que se encontrava abandonado.

Weber, ao tratar da missão que define o líder carismático, afirma que ela

pode estar dirigida a um grupo de homens que são delimitados localmente, etnicamente, socialmente, politicamente, ocupacionalmente ou de algum a outra forma. Se a missão se dirige assim a um grupo limitado de homens, como é comum, encontra seus limites dentro desse círculo (WEBER, 1982, P. 285).

Nessa acepção, entendemos que o ambiente político do qual Rodrigo Melo Franco estava inserido era delimitado por um grupo específico de intelectuais que se identificavam politicamente e socialmente, dentro da mesma lógica de elaboração de visões que representasse a ótica do nacional. As ideias modernistas que sobressaíram às visões do passado vinculadas a vertente conservadora na figura de Gustavo Barroso vão se estabelecer dentro do órgão SPHAN tendo em Rodrigo Melo Franco seu principal articulador. Ou nos termos de Weber, seu principal líder carismático. Reginaldo Gonçalves descreve de maneira clara o papel de Rodrigo Melo Franco de tomar para si a missão de preservar o patrimônio histórico nacional, enquanto herdeiro de uma tradição que deve ser “resgatada” e preservada.

Rodrigo concebe-se a si mesmo, assim como à elite intelectual de que faz parte, como o responsável pela missão de dar continuidade à “obra de civilização” que vem sendo desenvolvida no Brasil desde os tempos coloniais. Essa obra é pensada como uma “tradição” que assegura a continuidade da nação brasileira. Ele é um personagem da história que é narrada, descrevendo seu papel como o de um herdeiro de uma “tradição” que deve ser resgatada, defendida e preservada contra os riscos de esquecimento e perda definitiva (GONÇALVES, 1994, P 43-44).

O líder carismático, segundo Weber, toma para si a tarefa que lhe é adequada, ao mesmo tempo que exige obediência e um “séquito” em virtude da missão que tomou para si. Sua posição como líder está ligada ao reconhecimento daqueles a quem dirige sua missão de o reconhecer-lo como tal. (WEBER, 1982). Iremos perceber que Rodrigo Melo Franco tomou para si a responsabilidade da escrita do patrimônio, e o sucesso dessa

missão está ligada ao reconhecimento que os intelectuais tinham do importante papel desempenhado por ele. Devido a sua cordialidade, Rodrigo Melo Franco soube transitar nos diversos setores da camada social e com isso articular um seleto grupo de intelectuais em torno de sua missão.

A construção da Revista do Patrimônio e os artigos publicados estão vinculados à lógica da influência carismática de Rodrigo Melo Franco. A articulação do seu papel enquanto editor se estabelece dentro dos parâmetros que caracterizam o líder carismático, no reconhecimento por parte dos intelectuais da sua missão, possibilitando que Rodrigo Melo Franco articule de acordo com seus interesses a escrita do patrimônio vinculada a Revista. Weber afirma que “o líder carismático ganha e mantém a autoridade exclusivamente provando sua força na vida” (WEBER, 1982, P 287). Ao visualizarmos a trajetória de Rodrigo Melo Franco, iremos perceber a incessante necessidade de comprovar a importância da sua missão para a preservação do patrimônio. Justamente por isso, esteve diretamente envolvido em todo processo de elaboração dos critérios de patrimonialização que culminaram nas políticas de tombamento.

Com o objetivo de contribuir com os estudos da Museologia voltados para o patrimônio/ patrimonialização, acreditamos que a análise a ser abordada no segundo capítulo, tomando a Revista do Patrimônio como objeto de análise, entendendo a figura de Rodrigo Melo Franco nesse processo, irá oferecer importantes elementos para a compreensão da elaboração dos artigos que carregam em si discursos que se converteriam em práticas de tombamento. No âmbito da História Cultural, procuraremos apreender a Revista dentro de suas significações representativas das práticas cotidianas, da maneira como os intelectuais liam o mundo, melhor dizendo, o passado nacional brasileiro (CHARTIER, 1988).

Para Chartier as representações dizem respeito ao modo como em diferentes contextos históricos a realidade social é construída. Essas representações elaboradas por intelectuais criam figuras as quais dotam o presente de sentido. Seus códigos, padrões e sentidos são compartilhados por meio de discursos que dão a ver e a pensar o real. A leitura dos discursos feitas pelos sujeitos e a conseqüente produção de sentido são determinadas por certas condições e processos que podem ser estabelecidas na relação flexível entre texto e leitor (PESAVENTO, 2003). Sendo assim, há uma pluralidade de modos de emprego dos discursos e uma diversidade de leituras que, evidenciadas, revelam que a definição de patrimônio é construída historicamente. A Revista do Patrimônio representa essa pluralidade de modo de discurso que pode ser

entendida dentro da política do Estado Novo. Permite afirmar que o sentido do patrimônio pensado na Revista foi historicamente construído e que os critérios e valores constituídos na Revista foram efetivos para os processos de tombamento, processos esses vinculados aos critérios estabelecidos pelos intelectuais que assumiram a missão de pensar o passado nacional.

A Revista do Patrimônio configurou-se como representação de uma realidade que elaborou discursos sobre o patrimônio que se perpetuaram, e ainda perpetuam, no imaginário nacional. Na trilha de Chartier, considera-se que “as representações do mundo social assim construídas são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam.” (CHARTIER, 1988, P 17). Como revista científica (LANARI,2010), ou cultural (MUYMI,2010), a Revista contribui para a elaboração de critérios científicos que reverberaram nas ações políticas do SPHAN. Interessa para nós, nesse sentido, compreender como se estabeleceu esse grupo em torno da Revista do Patrimônio na construção dessa representatividade e como Rodrigo Melo Franco foi o principal articulador nesse processo.

Para mergulhar nessa rede de relações e entender em quais aspectos Rodrigo Melo Franco articulou, de acordo com seus interesses, o discurso acerca do patrimônio histórico e artístico nacional, uma tarefa se faz necessária: a consulta de correspondências trocadas entre Rodrigo Melo Franco e os diversos colaboradores do SPHAN. O exercício de escrever e trocar cartas é uma das práticas culturais modernas de “produção de si” (LANARI,2010). É possível perceber, através das cartas a publicação de autobiografias, a constituição de uma memória, realizada através da escolha de diversos elementos da escrita presente em uma carta. Por meio da escrita de cartas, o indivíduo atribui significado ao mundo que o rodeia, relacionando com seu tempo presente, construindo nesse sentido uma “identidade de si”. Através da análise de correspondências, é possível analisar um “espaço de sociabilidade” privilegiado, pois possibilita aproximações e afastamentos, relações sociais que revelam a multiplicidade de interesses e de negociações postas em prática em momentos e situações específicas. As cartas se encontram no limite entre o público e o privado, revelando o caráter pessoal de quem a escreve e a lê (GOMES, 2004, P 7-26).

Pesquisas realizadas na Casa Rui Barbosa e no Arquivo Central do IPHAN possibilitaram encontrar uma série de cartas trocadas entre Rodrigo Melo Franco e diversos intelectuais ao longo de sua carreira, tanto no período no qual que foi editor de jornais como do período que dirigiu o SPHAN. Tratando-se dos colaboradores da Revista

do Patrimônio, dentro do recorte estabelecido, foi possível encontrar diversos documentos a respeito da biografia desses autores, permitindo ver o Rodrigo Melo Franco editor como um grande articulador, buscando especialistas consagrados nas mais diversas áreas para publicarem na revista. Esses autores constituíram uma rede de alianças e uma reciprocidade nas trocas, onde seus discursos legitimavam a ação institucional.

As cartas encontradas permitiram estabelecer o grau de intimidade estabelecido entre Rodrigo Melo Franco e os colaboradores da Revista, fornecem exemplos de como ele exerceu o papel de editor, solicitando artigos, propondo estudos, sugerindo e realizando correções, traduzindo textos. Permitiu entender a Revista como um espaço privilegiado para a produção e divulgação de um pensamento institucional cuidadosamente articulado, polarizando os debates sobre a temática do patrimônio em um círculo limitado de intelectuais.³¹

Além de esclarecer a forma como os colaboradores da Revista se direcionavam a Rodrigo Melo Franco dentro dessa rede intelectual formada por um grupo fechado de amigos, as cartas ajudaram a entender um outro aspecto interessante a respeito da figura de Rodrigo Melo Franco editor: nelas, além das direcionadas aos colaboradores, há outras diversas de cunho profissional em que Rodrigo Melo Franco se revela uma outra figura, muitas vezes direcionado pela necessidade de afirmação do seu papel enquanto diretor do SPHAN; em algumas ocasiões procura autoridades a fim de solicitar colaborações para realizações dos serviços do SPHAN; em outras, se revela mais sério, apresentando um discurso baseado na lei, como forma de intimidação para que se siga as solicitações do SPHAN. Como figura pública, é interessante notar através do uso das cartas um outro aspecto da figura de Rodrigo Melo Franco, revelando as transições no seu discurso de acordo com seu interesse e a quem se direcionava

Pretendemos caminhar nessa direção. Buscar compreender através das cartas, como o Rodrigo Melo Franco editor da Revista do Patrimônio articulou uma rede de sociabilidade, buscando a colaboração de profissionais consagrados nas suas respectivas áreas como forma de legitimar o discurso sobre o patrimônio histórico e artístico nacional. Perceber a importância do seu papel enquanto editor na articulação da escrita do patrimônio, revelando em certo sentido que parte dos textos publicados na

³¹ Ao analisar a Revista, foi possível perceber um mesmo autor publicando em diversos números da Revista, confirmando a ideia de que as publicações nas Revistas eram reduzidas a um grupo limitado de especialistas.

Revista passaram pelo seu olhar. Demonstra que a relação do discurso estabelecido sobre o patrimônio nesse período se ligava àquilo que Rodrigo Melo Franco entendia enquanto patrimônio e conseqüentemente justificando as ações do SPHAN na defesa do patrimônio nacional. Para tratar da Revista do Patrimônio, nos apoiamos em Dutra (2005, p.40), entendendo-a como produção social e cultural, percebendo-a como objeto da história e conseqüentemente como unidade de compreensão. Isso permite situar a Revista em função do meio ao qual pertence e reconhecer o seu ambiente de circulação, assim como as discussões intelectuais e políticas do período. Consideramos, nesse aspecto, o periódico não somente como fonte, mas também como objeto privilegiado de análise, tendo em vista o seu importante papel na consolidação dos debates sobre o patrimônio no Brasil.

CAPÍTULO 2

RODRIGO MELO FRANCO E A ESCRITA DO PATRIMÔNIO NA REVISTA DO PATRIMÔNIO

“Diziam que os primeiros artigos não tinham sido escritos por ele, mas deviam ter sido inspirados; foi a sua paixão contagiosa que os ditou ao amigo complacente que os escreveu ...Durante os cinco anos que estive na redação, senti que o seu estado d’alma “pegava”, alastrava-se pelos amigos e subalternos, tanto que, nas suas ausências, o diário não perdia o tom e os artigos pareciam ter sido revistos por ele véspera e saírem de sua fonte inexaurível de desgosto, despeito e rancor (...)Proprietário da Folha, absorvera-a toda em si: os artigos, a criação das seções, as referências elogiosas, as “cavações”, tudo só se fazia com sua audiência e aprovação(...) o jornal era ele e a coerência de suas opiniões vinha dos impulsos desordenados de sua alma... era uma espécie de senhor feudal a quem todos prestam vassalagem e juramento de inteira dependência: são seus homens.”

**Recordações do Escrivão Isaías Caminha –
Lima Barreto**

Como apresentado no capítulo anterior, Rodrigo Melo Franco editor tem estado, por assim dizer, na “porta de entrada” de algumas dissertações e teses, mas não no centro da análise quando são tratadas as articulações realizadas em torno da Revista no que diz respeito à produção dos artigos publicados no periódico e o quanto Rodrigo Melo Franco teve uma influência direta sobre essa produção antes de suas publicações na Revista. Deslocamos o foco neste capítulo para Rodrigo Melo Franco editor da Revista do Patrimônio. Nesse sentido, trata-se de entendermos de onde nos apoiaremos para realizar nossa análise, buscando compreender o conceito de editor, a relação entre autor e editor, os processos de autoria e todo o universo que permeia a produção textual. O percurso traçado por Rodrigo Melo Franco antes de se tornar diretor do SPHAN também será eixo de nossa reflexão, a fim de que se possa compreender o trajeto que influenciaria no seu papel de editor. Por fim, será realizada uma densa análise das cartas trocadas entre Rodrigo Melo Franco e diversos colaboradores da Revista do Patrimônio, atentando-se para os direcionamentos realizados por Rodrigo Melo Franco na construção dos artigos publicados nos periódicos, artigos esses que contribuiriam para sacralizar a ideia de patrimônio no Brasil.

2.1 – Editor, Autor e Texto

Segundo Eliana Regina de Freitas Dutra, os editores são considerados “homens duplos”, figuras intermediárias que se movimentam entre os produtores de cultura e o público, difundindo a novidade cultural. É importante não somente para identificar a construção das tradições editoriais, mas, principalmente para analisar os pontos de contato entre estas e o projeto pedagógico e discursivo específico de afirmação da cultura nacional. É a pessoa encarregada de organizar um periódico, na medida em que seleciona, revisa e supervisiona previamente aquilo que se pretende publicar. Em alguns casos, é o responsável por prefaciá-los ou escrever o editorial dos periódicos (DUTRA, 2009). Ao atuar na produção de bens simbólicos ou culturais, a ideia de prestígio percorre todo o universo do editor, sendo um dos meios que o editor dispõe para ser reconhecido como sujeito representativo de uma política social (PONTES, 2001, P 442- 443). Por ser um sujeito responsável por uma “missão social”, Pontes trata os editores como heróis da cultura, assim como os intelectuais e escritores.

Ao empenharem-se em cumprir um papel social análogo a estes, eram inseridos como responsáveis, o mediador cultural, na difusão e consolidação de ideias.

Chartier destaca o papel de natureza intelectual e comercial do editor caracterizado pela busca de textos, encontrar autores, controlando dentro do processo editorial, desde a impressão da obra a sua comercialização (CHARTIER, 1994, P 50). Afirma que a relação entre editor e autor se estabelece pelo que o autor chama de “reciprocidade”³², compreendido dentro do parâmetro da “dedicatória”³³. Dentro dessa relação o editor se beneficia do autor à medida que oferece uma contrapartida, seja ela um cargo, um emprego ou um pagamento pela criação. Além disso, essa relação de “reciprocidade” visa oferecer ao editor aquilo que ele já desejava previamente, permitindo afirmar que mesmo não produzindo determinado texto, suas ideias e intenções se encontram implícitas (CHARTIER, 1994, P50).

Essa relação entre autoria e texto merece ser destacada, pois vai definir em quais aspectos a figura do editor estabelece um elo de influência no que diz respeito tanto à autoria quanto à produção de um texto. Apoiando-se nos estudos de Michel Foucault sobre a proveniência do autor, Chartier estabelece algumas análises que configuram a ideia de autoria, afirmando que o pensamento sobre o autor passou a ser representado no ato de escrever obras próprias. Antes, a figura do autor não era referenciada, porque se acreditava que tudo vinha de um plano divino. Os livros manuscritos eram uma junção de textos em que os mesmos não eram identificados pelo nome próprio dos autores. Foucault sugere que, numa determinada sociedade, certos gêneros, para circular e serem recebidos, passou a ter a necessidade de uma identificação fundamental dado pelo nome de seu autor.

Para que exista o autor são necessários critérios, noções, conceitos particulares. Nesse sentido, Chartier, baseado em Barthes e Sontag (citados em Chartier, 2012) vai diferenciar o conceito de *writer*, que seria aquele que escreve alguma coisa, de *author*. Comparando com o termo francês, *auteur*, o *authoré* é aquele cujo nome próprio dá identidade e autoria ao texto. Qualifica aquele que publicou obras impressas, o que se diferencia do *écrivains*, cujo texto produzido permanece manuscrito e fora de circulação.

³²Para Chartier, a reciprocidade é um trato entre Autor e Editor, onde o autor oferece um livro contendo o texto que escreveu e, em troca, recebe as manifestações da benevolência do Editor, traduzida em termos de proteção, emprego ou recompensa.

³³Chartier esclarece: “A dedicatória pode ser, tratando-se de um impresso, a oferta de uma cópia manuscrita com bela caligrafia e ricamente ornamentada. Na cena da dedicatória, a mão do autor transmite o livro à mão que o recebe, a do príncipe, do poderoso ou do ministro. Em contrapartida deste dom, um contra-dom é buscado, seja ele um cargo, um emprego, uma pensão.” (CHARTIER, 1994, P50.)

A ideia de autoria na era moderna aponta dois aspectos: ao mesmo tempo que revela a importância do nome daquele que produziu o texto, dando legitimidade, facilitando sua circulação e como era recebido, era apropriado penalmente por seu discurso, segundo Foucault. Os autores podem agora ser perseguidos e condenados por um texto considerado transgressor. A necessidade de dar autoria a determinados textos servia como forma de punição. Isso permite ordenar autores nas mais variadas formas de sistemas políticos, demonstrando que antes de ser detentor de sua obra, o autor encontra-se exposto ao perigo relevado por suas ideias. Revela que o direito de exercer a censura e a definição daquilo sobre o que ela deve ser exercida são sempre objetos de rivalidade, reveladoras de tensões sócio-políticas numa determinada sociedade. No nosso caso, essa relação entre censura e liberdade de escrever pode ser percebida pelo poder de censura do Estado Novo, revelando que a liberdade de escrever dos autores que publicaram na Revista do Patrimônio estavam ligadas à tutela do estado e, como veremos, daquilo que Rodrigo Melo Franco considerava que deveria ser publicado.

No quadro que envolve o universo editorial, além da figura do editor e do autor, Chartier se atém à importância da escrita, ao poder da palavra impressa, afirmando que todo texto tem um aspecto material, uma materialidade, cuja forma tem uma grande representação social (CHARTIER, 2014). Lidamos com diversos elementos do passado, quando se trata da escrita da história, aqui remetida a toda produção da Revista do Patrimônio, por meio de um corpo tipográfico. A materialidade dos textos é diversa, se encontra nos livros, nas revistas, jornais. Diversos fatores influenciam na sua reunião ou disseminação, a partir de fatos que permitem incluir ou não a obra de um autor na materialidade dos impressos.

Um texto possui, nesse sentido, uma série de elementos que expressam as múltiplas relações implícitas entre o autor e o editor, as leis do mercado e a própria relação entre os autores e leitores. (CHARTIER, 2014). Os significados atribuídos a uma obra dependem do “pórtico” textual que leva o leitor dentro do texto em si e que guia a leitura a ser feita sobre determinada obra. A sustentação textual está ligada aos elementos narrativos de um texto, da estrutura literária que leva o leitor a formar um pensamento que é determinado pela estrutura da obra. Sendo assim, a materialidade do livro, revista, jornal, etc., é inseparável da materialidade do texto. As formas as quais o texto se insere na página, conferindo à obra uma forma fixa, mobilidade e instabilidade, diz muito sobre o significado do texto. No que tange aos periódicos, as características da

materialidade escrita da palavra estão ligadas a seu formato, *layout* da página, a forma como o texto é dividido, uso de imagens ou não, convenções tipográficas e pontuação.

Isso permite afirmar que autor e obra são sempre permeados por uma mediação. Nem todo texto, mesmo atribuído a um único autor, representa necessariamente a ideia deste. Como afirma Chartier, “autores não escrevem livros, nem sequer seus próprios livros. Livros sempre são resultados de múltiplas operações que supõem uma ampla variedade de decisões técnicas e habilidades” (CHARTIER, 2014, P 38). A palavra impressa não é destituída de poderes, palavras são atribuídas por intervenções técnicas e construções socioculturais, passam por diversas operações até se tornarem um livro, um artigo em um periódico.

Podemos perceber em Chartier a necessidade de se atentar para a diferença entre produção de textos e a produção de livros. Para o autor, a produção de textos movimentaria variadas convenções, códigos de escritas produzida por um autor em sua obra a fim de produzir uma leitura mais relacionada com sua intenção. Outras formas de dispositivos somariam a estes dispositivos textuais, trazidos pelos padrões tipográficos, que já não pertencem ao universo do autor, nesse caso pertencendo ao papel específico do editor. Os mecanismos que dizem respeito ao papel do autor não se definem somente no momento da prática de escrita, mas se inserem dentro de uma ordem específica que engloba o universo do editor.

“A ‘mesma’ obra não é de fato a mesma quando muda sua linguagem, seu texto ou sua pontuação” (CHARTIER, 2014, P. 11). A afirmação de Chartier reitera o pensamento de Antonio Houaiss apresentado por Aníbal Bragança ao procurar definir o papel do editor. Houaiss abarca o editor como aquele que dá à luz, no espectro amplo do autor. Determina que o editor, em diversas situações, confunde-se com o autor, chegando a agir como tal na edição de livros (HOUAISS apud BRAGANÇA, 2005). O editor, em diversas ocasiões exerce a atribuição semântica do conceito de autor, permitindo determinar que a figura do editor está incluída no conceito “amplo” de autor (BRAGANÇA, 2005, P 222).

Bragança explicita, pois, que são os editores que decidem quais textos serão transformados em livros. Pensam a qual público deve servir, demonstrando que mesmo não partindo do editor a iniciativa do projeto, ele quem determina a direção a seguir. Os editores funcionam como um filtro na ligação entre autor e leitor, possui saberes específicos que os diferenciam dos demais envolvidos no processo editorial (BRAGANÇA, 2005).

Nesse lugar, às vezes de juiz, às vezes de polinizador, entre as leituras possíveis e as efetivamente disponíveis na sociedade, entre a apatia e a dinamização do mercado de bens culturais, é que se deve buscar sua dimensão histórica, econômica social e cultural (BRAGANÇA, 2005, P 224).

O universo editorial é permeado por uma rede complexa de indivíduos e ações. Como foi possível notar, a produção do autor, o sentido dado ao texto, a forma como o leitor tem acesso a determinado texto está intimamente ligada ao processo editorial cuja figura do editor é determinante na produção desse texto, sua circulação e absorção por parte do leitor. Acreditamos que Rodrigo Melo Franco, enquanto editor da Revista do Patrimônio, soube articular bem esse papel, estabelecendo dentro de sua rede de sociabilidade uma profunda relação de “reciprocidade”, admitindo assegurar que parte dos debates em torno do patrimônio passava pelo crivo de suas ideias.

Pretendemos caminhar nessa direção: procurar compreender como Rodrigo Melo Franco editor da Revista do Patrimônio articulou uma rede de sociabilidade, buscando a colaboração de profissionais consagrados nas suas respectivas áreas como forma de legitimar o discurso sobre o patrimônio histórico e artístico nacional. Perceber a importância do seu papel enquanto editor na articulação da escrita do patrimônio, revelando em certo sentido que os textos publicados na Revista passaram pelo seu olhar de editor, sugerindo essa relação de “reciprocidade” apontada por Chartier. Demonstra que a relação do discurso estabelecido sobre o patrimônio nesse período se ligava àquilo que Rodrigo Melo Franco entendia enquanto patrimônio e conseqüentemente justificando as ações do SPHAN na defesa do patrimônio nacional.

É possível perceber que Rodrigo Melo Franco articulou de forma efetiva o seu papel de editor. Solicitou estudos, sugeriu correções, evitou publicações de algumas ideias afim de evitar discordâncias entre autores que publicaram na Revista, realizou traduções de textos estrangeiros etc. Enfim, contribuiu para a materialidade do texto, como discutida por Chartier, exercendo a função de revisor, tipógrafo, copista. A Revista do Patrimônio pode ser representada dentro da metáfora do livro como criatura humana, onde a figura de Rodrigo Melo Franco editor pode ser comparada à “...figura de Deus como editor, que põe sua imagem na prensa de impressão, de modo que “a cópia esteja de acordo com a forma que deveria ter...” (CHARTIER, 2014, P 31).

2.2 – Rodrigo Melo Franco editor em formação

Rodrigo Melo Franco nasceu em Belo Horizonte no dia 17 de agosto de 1898. Herdeiro de uma família letrada mineira, esteve desde a sua infância, quando se alfabetizou em casa, envolvido em um ambiente letrado, o que manifestou o gosto pelas letras e as artes. Foi o filho primogênito do professor de direito criminal e procurador seccional da República, Rodrigo Bretas de Andrade, e de Dália Melo Franco de Andrade, pertencente à família Melo Franco, da qual descenderam Francisco de Melo Franco e Afonso Arinos de Melo Franco, importantes personagens da história brasileira. Seu bisavô paterno, Rodrigo José Ferreira Bretas, foi o primeiro biógrafo de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.

Seus primeiros estudos foram feitos em casa, onde conheceu clássicos da literatura e a poesia simbolista, uma de suas principais referências poéticas. Aos 12 anos de idade, foi viver com seu tio Afonso Arinos em Paris. Vivendo na capital francesa, teve os primeiros contatos com personalidades políticas, literárias, artistas plásticos e intelectuais brasileiros que frequentavam a casa de seu tio, como Graça Aranha, Tobias Monteiro, Alceu Amoroso Lima, dentre outros. Ao retornar ao Brasil, formou-se pelo curso de Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Antes havia estudado em Belo Horizonte e São Paulo. Tal transição em diversos estados possibilitou a Rodrigo Melo Franco conhecer e fazer contato com diversos intelectuais que posteriormente se consagrariam por suas obras, como Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, Oswald de Andrade e outros, que participaram do Movimento Modernista.

Em 1919, após a conclusão do curso, trabalhou como oficial de gabinete do diretor da Inspetoria de Obras Contra as Secas, exercendo a função por oito anos. As atividades que influenciariam na construção de Rodrigo Melo Franco editor foram iniciadas em 1921, quando começou a executar suas atividades profissionais como colaborador do jornal O Dia, dirigido por seu primo Virgílio Melo Franco. Trabalhou também como jornalista e diretor para O Jornal, do empresário dono de um império jornalístico, Assis Chateaubriand, onde assinava a seção Boletim Internacional e fazia críticas literárias. Torna-se redator-chefe da Revista do Brasil, recém adquirida por Assis Chateaubriand do seu proprietário anterior, o escritor Monteiro Lobato. Sob sua direção,

foram publicados dez números da Revista do Brasil, tornando-se um importante instrumento de manifestação dos ideais modernistas³⁴.

Rodrigo Melo Franco colaborou ainda em vários jornais e revistas como o Estado de Minas, A Manhã, Diário da Noite, O Estado de São Paulo, O Cruzeiro, Diário Carioca e Módulo. Durante esse período, conciliou por algum tempo o jornalismo com as atividades de advogado, trabalhando no escritório dos seus tios Afrânio e João de Melo Franco. Ainda exerceu cargo na administração pública como chefe de gabinete do ministro dos Negócios da Educação e Saúde Pública, Francisco Campo, e do secretário-geral de Viação e Obras Públicas da Prefeitura do Distrito Federal. Como escritor, publicou poucas obras, apesar de grande amante da literatura. Escreveu o poema Ode pessimista, publicado na revista Estética em 1925 e deixou oito contos reunidos no livro Velórios, publicado em 1936.

Durante o período que antecedeu o SPHAN, Rodrigo Melo Franco tornou-se uma figura respeitada no meio político e intelectual. Nos jornais onde trabalhou, atuou como articulista das primeiras ações que irão caracterizar o seu papel como editor e influenciar na elaboração da política editorial do SPHAN.

Dentre os jornais onde trabalhou, o lado editor se revela de forma mais clara nos documentos encontrados que dizem respeito ao período em que trabalhou no O Jornal. Aqui, percebemos as articulações de Rodrigo Melo Franco na solicitação de artigos para serem publicados no jornal, ao mesmo tempo que revela a representação da sua figura no que tange à representatividade do seu olhar nas sugestões para os textos que eram enviados para o jornal.

Em fins de 1928 Rodrigo Melo Franco organiza uma edição d'O Jornal cujo propósito é homenagear o estado de Minas Gerais, enfatizando o barroco mineiro e as cidades históricas. O exemplar, publicado em 24 de junho de 1929, teve a participação de personalidades como Manuel Bandeira, João Alphonsus de Guimarães, Mario de Andrade, Paulo Prado, Carlos Drummond de Andrade, além de diversas figuras políticas e intelectuais. Rodrigo Melo Franco e Carlos Drummond trocam intensas correspondências a respeito dessa edição.

Ao que tudo indica, Rodrigo Melo Franco e Carlos Drummond haviam conversado a respeito de uma possível colaboração de Carlos Drummond com um artigo sobre a cidade de Sabará, para que fosse publicado na edição d'O Jornal. Em carta datada de 21

³⁴ Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4543> . Acessado no dia 27/03/2019.

de dezembro de 1928 Carlos Drummond comenta não ter escrito o artigo que havia prometido sobre Sabará para a edição especial sobre Minas Gerais. Confessando os motivos, diz está sem tempo para trabalhar durante o dia, devido as ocupações na Secretaria de Educação, e a noite no Diário de Minas. Pede que o amigo Rodrigo tenha paciência e que espere mais alguns dias pelo artigo.³⁵ Posteriormente, no mês de janeiro de 1929, Carlos Drummond envia uma carta a Rodrigo Melo Franco, informa o envio do artigo sobre Sabará e pede desculpas por ter escrito uma coisa tão chata, segundo ele³⁶. Fala do seu esforço por produzir tal artigo e se diz insatisfeito com o resultado. O artigo é elogiado por Rodrigo Melo Franco, o que gera uma surpresa por parte de Carlos Drummond. A resposta de Carlos Drummond revela a importância que uma crítica de Rodrigo Melo Franco representa para ele, que até então não havia publicado nenhuma obra que o consagraria como grande poeta. Não considera de qualidade o artigo, visto que julga sua prosa inferior à poesia. Assume que poesia escreve com prazer e a prosa não, a considera “laboriosamente perdida”³⁷.

Em carta de 19 de janeiro de 1929 Carlos Drummond diz:

Fiquei espantado com os elogios que V. fez à minha “Viagem de Sabará”. Eu não acreditava que esse artigo prestasse e estava meio envergonhado de mandá-lo. Vejo agora que ele não é tão ruim assim.³⁸

Em seguida, demonstrando-se surpreso com o elogio do amigo, se espanta quanto ao fato de, além de elogiá-lo, Rodrigo Melo Franco o convidar para colaborar com outras edições do jornal:

Motivo que faz receber assustado o seu generoso convite para colaboração no “O jornal” e “Diário de S. Paulo”. Aceito, é claro, mas não sei si darei conta do recado. Que espécie de artigo deve ser?³⁹

No processo estratégico que envolve as políticas editoriais, na influência que o editor exerce sobre a produção de artigos para determinados periódicos, as cartas enviadas por Carlos Drummond a Rodrigo Melo Franco demonstram que a relação de “reciprocidade” reconfigura-se ,à medida que Rodrigo Melo Franco articula em torno do jornal, e também na Revista do Patrimônio, um grupo de colaboradores que pertencem ao seu núcleo de amizade. Dessa forma, suas sugestões são mais bem aceitas, permitindo que tenha uma influência maior sobre os textos produzidos sob sua

³⁵Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais – Carlos Drummond de Andrade, RMF CP9.

³⁶ Ibidem

³⁷ Ibidem.

³⁸ Ibidem

³⁹ Ibidem

solicitação. O deslumbramento de Carlos Drummond sobre a boa recepção de Rodrigo Melo Franco em relação ao seu artigo e o convite para colaborar novamente com outras publicações coloca Rodrigo Melo Franco em um patamar de autoridade sobre o que, no caso, ele deseja que Carlos Drummond produza. Isso é revelado na carta, quando Carlos Drummond pergunta a Rodrigo Melo Franco “Que espécie de artigo deve ser?”. Ou em sua excitação quanto ao convite, onde afirma que em sua primeira folga irá preparar “qualquer coisa” para ser publicado em “O jornal” e o “Diário”⁴⁰.

Importante personagem da política mineira na primeira república, Daniel Carvalho também foi convidado a colaborar com a edição especial sobre Minas Gerais em O Jornal. Em carta enviada no dia 06 de janeiro de 1929, Daniel de Carvalho confirma a Rodrigo Melo Franco que está enviando, como prometido, sua colaboração para um número d’ O Jornal. Informa que à investigação histórica foi feita com o necessário cuidado, podendo não ser grande coisa, mas que “deu trabalho”⁴¹. Em outra carta, de janeiro de 1929, Daniel Carvalho responde a uma carta que Rodrigo Melo Franco teria enviado tratando do referido artigo. Assim como Carlos Drummond, Daniel Carvalho se sente horado pelos elogios de Rodrigo Melo Franco. A animação demonstrada com a resposta incentiva Daniel Carvalho a aprofundar-se nos seus estudos, afirmando ter novos elementos que tornarão a investigação mais interessantes. Relata a Rodrigo que está pesquisando atentamente, confrontando fatos para formular um estudo documentado que esclareça as informações sobre a participação dos mineiros na independência brasileira⁴².

As palavras de Rodrigo Melo Franco revelam um fascínio nos autores convidados por ele para colaborarem com o jornal. Não foi possível ter acesso às cartas enviadas por Rodrigo Melo Franco para uma compreensão mais aprofundada da sua influência na pesquisa realizada por Daniel Carvalho, mas sua resposta parece sugerir que ao mesmo tempo que revelam um Rodrigo Melo Franco que elogia, comprova que na mesma medida que o faz, propõe correções ao texto desses autores. No caso de Daniel Carvalho, a sugestão de Rodrigo Melo Franco pareceu motivadora:

Sua carta sobre o meu trabalho anima-me não só a corrigi-lo, como [ilegível], edital-o, com elementos novos que [ilegível]...⁴³

⁴⁰ Ibidem

⁴¹ Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais – Carvalho, Daniel de RMFCp 37.

⁴² Ibidem

⁴³ Ibidem

O convite efetivado por Rodrigo Melo Franco desperta o mesmo interesse a Teixeira da Costa, que residia na cidade de Sete Lagoas. Em carta enviada a Rodrigo Melo Franco no dia 22 de dezembro de 1928, agradece o convite feito por Rodrigo Melo Franco para colaborar com a edição especial d'O Jornal. A carta sugere que Rodrigo Melo Franco o tenha convidado a escrever sobre o movimento bancário em Minas, no qual Teixeira da Costa se coloca à inteira disposição “desse conceituado jornal”⁴⁴ e pede mais informações sobre a abrangência do tema. Envia o artigo no dia 27 de dezembro de 1928 junto a uma carta esclarecendo que desejaria saber a extensão que devia dar sobre o assunto para melhor focalizar seu ponto de vista. Mesmo enviando o artigo pronto, o autor aguarda a apreciação de Rodrigo Melo Franco sobre a matéria, por acreditar não ter dado o tratamento adequado ao assunto.⁴⁵

A dúvida demonstrada por Teixeira da Costa permite perceber que em alguns casos, além de realizar os convites, Rodrigo Melo Franco indicava quais temas deveriam ser abordados pelos convidados, de acordo com a especialidade de cada autor. É o caso de Saint Clair Miranda, importante figura no ramo industrial e da construção civil no período. Fora convidado por Rodrigo Melo Franco para escrever sobre o “Movimento Industrial Mineiro”⁴⁶,mas recusou o convite pois acredita não ter o devido preparo para fazer um artigo que mereça sair na edição especial.

Os convites realizados por Rodrigo Melo Franco as pessoas mais próximas parecem lhe garantir uma autonomia de que seus pedidos sejam atendidos, tendo em vista o profundo grau de respeito que estes têm em relação a sua figura. Isso significa que a recusa é quase nula, e quando esta ocorre, parece haver um sentimento de culpa por parte de quem não o pode realizar. Assim como Saint Clair Miranda, Gilberto Amado⁴⁷, primo do famoso escritor Jorge Amado, não se dispôs a realizar o artigo. O autor promete a Rodrigo Melo Franco, porém, não cumpre a promessa. Envia uma carta em janeiro de 1929 se desculpando e “lamenta a falha para com o amigo”⁴⁸, pede para que esta falha não seja levada para o terreno das considerações pessoais. Outro autor,

⁴⁴Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais – COSTA, Teixeira da. RMFCp 46.

⁴⁵ Ibidem

⁴⁶Carta de Saint Clair Miranda a Rodrigo Mello Franco de Andrade, de 30 de dezembro de 1928. Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais – Miranda, Saint Clair. RMFCp 100.

⁴⁷ Fala que ele matou o poeta doidaola

⁴⁸Carta de Gilberto Amado a Rodrigo Mello Franco de Andrade, de 27 de janeiro de 1929. Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais – Gilberto Amado. RMFCp 08.

Raul Fernandes, manifesta-se engrandecido pelo convite, que lamenta não poder aceitar, devido a vasta leitura prévia que a produção do artigo exige e ele acredita não possuir⁴⁹.

Como diretor do jornal nesse período, Rodrigo Melo Franco foi o responsável por articular o processo de busca de artigos para serem publicados na edição especial do jornal dedicado ao estado de Minas Gerais. Exerceu o papel de editor, na medida em que mobilizou um número de políticos e intelectuais do seu ciclo de amizades, sugerindo estudos, propondo correções, que como foi possível perceber, em alguns casos eram acatadas sem resistência. Quando realizava o convite, Rodrigo Melo Franco citava o nome dos autores que iriam colaborar com a edição especial, envaidecendo alguns deles, por fazerem parte do grupo, o que pode ser pensado como uma estratégia de Rodrigo Melo Franco para que o convite fosse aceito. Em alguns casos, eram bem efetivos:

Pelos nomes dos colaboradores que V. menciona, vejo que devo envaidecer-me da companhia, mas o que me põe na mão, é o único desejo de ser agradável ao organizador do número especial, consagrado a Minas⁵⁰

Na edição do dia 23 de junho de 1929 do O Jornal, um dia antes da publicação da edição especial sobre Minas Gerais, saiu uma pequena chamada sobre a edição especial que circularia no próximo dia:

A edição especial do O JORNAL dedicada ao Estado de Minas Geraes

A exemplo do que tem feito outras unidades da Federação, como Pernambuco, Bahia, Espirito Santo e Rio Grande do Sul, O JORNAL organizou um número especial consagrado ao Estado de Minas. Essa edição circulará amanhã, nesta Capital e no Interior do paiz.

Mais do que simples homenagem a Minas Geraes, esse número d'O JORNAL constituirá de um repositório, tanto quanto possível, completo e detalhado de informação e crítica sobre o grande Estado Central, seus homens e suas coisas. Contendo grande número de secções, fartamente illustradas pelo artista pernambucano Manoel Bandeira, o intuito dessa edição é fincar, de modo duradouro, os aspectos mais característicos da vida mineira, desde o período colonial, ligando o passado ao presente e o presente ao futuro⁵¹

Como já foi abordado, o editor é importante não somente para identificar a construção das tradições editoriais, mas, principalmente para analisar os pontos de contato entre estas e o projeto pedagógico específico de afirmação da cultura nacional,

⁴⁹Carta de Raul Fernandes a Rodrigo Mello Franco de Andrade, de 14 de novembro de 1928. Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais – Fernandes, Raul. RMFCp 57.

⁵⁰Carta de José Eduardo de Fonseca a Rodrigo Mello Franco de Andrade, de 31 de outubro de 1928. Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais – Fonseca, José Eduardo de. RMFCp 61.

⁵¹ Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/110523_02/43877. Acessado no dia 10/04/2018.

na medida em que organiza um periódico, seleciona autores, revisa e supervisiona previamente aquilo que se pretende publicar. Pela data de publicação da edição especial sobre Minas Gerais e das cartas trocadas, percebemos que Rodrigo Melo Franco passou seis meses articulando o processo de produção dos artigos. É possível apreender que essa ação tinha um propósito, na medida em que foi publicada em um periódico de importância nacional. Representou um ponto de passagem entre o vanguardismo da Semana de Arte Moderna de 1922 e os processos de patrimonialização dos monumentos coloniais, fundamental no projeto que daria origem ao SPHAN no final da década de 1930. O período colonial, com destaque para as cidades mineiras e todo o universo artístico desenvolvido nesse período, seria o foco principal das ações do SPHAN nos anos em que Rodrigo Melo Franco foi diretor do órgão.

Os desenhos de que trata a chamada, feitos por Manuel Bandeira, já vinham sendo realizados a pedido de Rodrigo Melo Franco desde o final do ano de 1928 pelo poeta. Correspondências trocadas entre Manuel Bandeira e Rodrigo Melo Franco mostram que o poeta viajou pelas cidades mineiras e na medida em que se instalava, produzia os desenhos e enviava a Rodrigo Melo Franco para sua apreciação. Em carta de dezembro de 1928, Manuel Bandeira informa a Rodrigo Melo Franco que enviará sua produção de dezembro no dia 31 do mesmo mês. Diz não saber quando chegará a cidade de Ouro Preto, pois iria viajar a cidade de São João Del Rei e São José para produzir os desenhos destas cidades⁵². Cumpre o cronograma e em carta do dia 31 de dezembro de 1928 enviada da cidade de Ouro Preto menciona que está enviando as produções de dezembro. São 22 desenhos, sendo dez sobre Sabará, dez sobre Ouro Preto, um de Congonhas e um de Belo Horizonte. Frisa que deseja saber a opinião de Rodrigo Melo Franco sobre os desenhos ⁵³. No dia 04 de janeiro de 1929, escreve outra carta a Rodrigo Melo Franco em resposta a uma carta enviada por ele, em que elogia os desenhos, onde Manuel Bandeira demonstra extrema satisfação com o elogio do amigo e diz estar trabalhando com mais 10 desenhos que pretende enviar até o dia 15 de janeiro⁵⁴.

Os diálogos entre Rodrigo Melo Franco e Manuel Bandeira indicam que esta ida de Manuel Bandeira a Minas foi estratégica. Apontam que a maior parte do tempo Manuel Bandeira passou na cidade de Ouro Preto. À medida que enviava os desenhos a Rodrigo

⁵²Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais – Bandeira, Manuel. RMFCp24.

⁵³ Ibidem

⁵⁴ Ibidem

Melo Franco, compartilhava suas impressões e informações obtidas a respeito da cidade. Isso permite confirmar que Manuel Bandeira já buscava informações para escrever o Guia de Ouro Preto, sob encomenda de Rodrigo. De fato, por meio dos diálogos visto nas cartas, não é exagerado tomar o Guia de Ouro Preto como uma crônica de costumes, ou moderado ensaio histórico, elaborado por Manuel Bandeira.

A respeito da produção do Guia de Ouro Preto, cabe aqui uma análise que diz respeito ao papel do editor. Como discutido no tópico anterior, Chartier aponta que uma obra não é a mesma obra de fato quando há uma mudança na sua linguagem, no seu texto, na sua pontuação (CHARTEIR, 2014). O editor, ao interferir em uma obra, pode mudar completamente o sentido da mesma, colocando o seu discurso, na medida em que interfere na linguagem. O Guia de Ouro Preto, mesmo sendo escrito por Manuel Bandeira, foi uma encomenda de Rodrigo Melo Franco. Por isso, antes de sua publicação, Rodrigo Melo Franco leu o guia e realizou um grande número de correções. Nos documentos analisados, que se acham no acervo da Casa Rui Barbosa, foi possível encontrar uma versão datilografada do Guia de Ouro Preto⁵⁵. Nesta versão, há correções e observações de Rodrigo Melo Franco por todo o texto. Observa-se páginas inteiras corrigidas por Rodrigo Melo Franco, em outras, parágrafos riscados com acréscimos de informações. Além disso, realiza diversas correções gramaticais.

O Guia de Ouro Preto, portanto, não deve ser lido apenas como guia da cidade de Ouro Preto. É uma mescla da poesia de Manuel Bandeira com os propósitos de Rodrigo Melo Franco. Propósito esse que representa um esforço na difusão dos critérios modernistas sobre o patrimônio e adotados posteriormente pelo SPHAN. A escrita e a publicação do guia são realizadas em momento de aguda afirmação nacional e regional, os debates em torno da proteção do patrimônio afloram e Rodrigo Melo Franco é um grande defensor desse patrimônio, utiliza dos espaços editoriais para construir no imaginário uma ideia em que o patrimônio mineiro se torna representação da identidade nacional.

Além da sua experiência no universo jornalístico, Rodrigo se enveredou nos processos de produção de livros. Foi membro do *S.E. Amigos do Livro* (S. E.A.L),⁵⁶ grupo

⁵⁵Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais – Guia de Ouro Preto. RMFCp 56.

⁵⁶ As cartas enviadas a Rodrigo Melo Franco sugerem que a sede oficial do *S.E Amigos do Livro* na Rua Rio de Janeiro, 661 – Sala, 13 – Belo Horizonte.

do qual pertenciam diversos intelectuais do Estado de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro⁵⁷.

(...)Uma das mais interessantes iniciativas editoriais da história da capital mineira, a cooperativa “Os Amigos do Livro”. Idealizada pelo crítico Eduardo Frieiro (1889-1982), a publicação lançaria, entre 1931 e 1937, 25 títulos, dentre eles alguns dos mais significativos da história da literatura brasileira, como *Brejo das almas*, de Carlos Drummond de Andrade, *Ingenuidade e Canto da hora amarga*, de Emílio Moura, *Galinha cega*, de João Alphonsus (1901-1944), *Velórios*, de Rodrigo M. F. de Andrade (1898-1969), e *O amanuense Belmiro*, de Cyro dos Anjos (1906-1994) (RUFATO,2012).⁵⁸

Os membros pagavam mensalmente uma taxa que os tornavam credores consignatários de várias livrarias tanto em Belo Horizonte, quanto no Rio de Janeiro e São Paulo. Ao pagarem mensalmente esse valor fixo, obtinham créditos em diversas livrarias e editoras⁵⁹. Os Amigos do Livro possuíam uma credora oficial, a Imprensa Oficial, que imprimia não só os livros, como também todo o material de propaganda. Possuíam o direito de examinar detalhadamente os livros do S. E.A.L “para maior conhecimento das miudezas nelles lançadas”⁶⁰. Tinham também a possibilidade de enviar seus livros a S. E.A.L para que fossem distribuídos. É o que demonstra o documento abaixo:

O sócio dr. Mario Casanta entregou aos “Amigos do Livro” alguns exemplares de “Minas e os Mineiros na Obra de Machado de Assis”, para serem por eles distribuídos.⁶¹

Procuravam ainda lucrar sobre as obras que eram impressas sob o domínio da instituição:

Sobre os auspícios da casa estão sendo impressos: “O tratador de pássaros”, ensaios de philosophia social do sr. Wellington Brandão, do qual a S.E.A.L. espera lucrar algumas dezenas de mil reis⁶²

O S. E.A.L instituiu-se como o que Pierre Bourdieu e Jean- François Sirinelli compreendem como “redes de sociabilidade”. Sirinelli afirma que “todo grupo de intelectuais se organiza a partir de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de

⁵⁷ Um recibo contendo a lista de alguns sócios do S. E.A.L mostra que o grupo tinha sócios importantes no cenário político e literário brasileiro. Eram eles: “Prudente, Nava, Soeiro, Dr. Lúcio, Raquel de Queirós, Augusto Silva Telles, Afonso Arinos, Lúcia e Antônio Joaquim Literatos, Clarice Lispector, Murilo Rubião, Zilah Correa de Araujo, Luis Vilela, Walmir Ayala, Zulmira, Raposo Tavares Antonio Cândido, Augusto Campos, Vinicius de Moraes, Fernando Sabino, Rubem Braga. Nelson Werneck Sodré (Revista Civilização Brasileira), Luiz Costa Lima, Caca Diegues”.

⁵⁸ Disponível em: <http://rascunho.com.br/revistas-literarias-em-belo-horizonte/>. Acessado no dia 12/04/2018

⁵⁹ Nos documentos pessoais de Rodrigo Melo Franco foi possível encontrar uma nota em que são discriminados quais livrarias, editoras e o valor de crédito que *Os Amigos do Livro* possuíam. Cada livraria e editora possui o valor do seu crédito a frente. São Elas: Livraria Americana 21.000; Cia Dias Cardoso ...26.200; Livraria Alves – Bello Horizonte ...134.200; Ariel, editora Ltda ... 300.000; Oliveira, Costa & Cia ... 212.800; Livraria Academica ... 20.000.

⁶⁰Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais. RMFCp 52.

⁶¹ Ibidem

⁶² Ibidem

afinidades, que alimentam o desejo e o gosto de conviver” (SIRINELLI, 2003, P 246). Os vínculos de sociabilidades intelectuais se estabelecem dentro do microcosmos, que para Bourdieu trata-se de um espaço social determinado por leis específicas e estruturas próprias, determinando sua natureza (BOURDIEU, 2011). Essas redes constituem uma ferramenta elucidativa para apreender a organização e a dinâmica do campo intelectual nos aspectos das amizades, dos vínculos e tomadas de posição. Nesse sentido, os espaços de sociabilidade configuram-se como um microuniverso no qual os intelectuais vinculam-se uns aos outros, por meio dos laços de afinidade, em torno de espaços de sociabilidade. Sirinelli identifica esse movimento como um tipo de “estrutura organizacional” de sociabilidade que varia conforme épocas e subgrupos. Rodrigo Melo Franco, dentro da lógica do intelectual orgânico e líder carismático abordado no capítulo anterior, irá constituir uma rede de sociabilidade no S.E.A.L que envolve todo o universo analisado por Bourdieu e Sirinelli que refletirá da mesma forma dentro do universo da Revista do Patrimônio.

Como membro do S. E.A.L Rodrigo Melo Franco lançaria sua única obra literária, *Velórios*, e revelaria o seu lado editor na organização de um livro em homenagem a Manuel Bandeira. No ano de 1936, Rodrigo Melo Franco mobilizou um grupo de amigos com o intuito de produzir um livro com o propósito de homenagear Manuel Bandeira. Articulou, da mesma forma, como realizara na produção da edição especial d’O Jornal sobre Minas, um grupo de amigos e intelectuais consagrados para que colaborassem com o livro, produzindo textos sobre Manuel Bandeira. A lista incluía nomes como Gastão Cruels , Carlos Drummond, Ribeiro Couto, Abgar Renault , Carlos Leão, Lucio Costa, Ruy Coutinho, Pedro Baptista Martins, Affonso de Mello Franco, Dhalia Mello Franco de Andrade, Rodrigo, João de Mello Franco, Prudente de Moraes Netto , José Lins Rego, Gilberto Freyre, Olívio Montenegro, Annibal Machado, Pedro Nava, Gustavo Capanema, Sergio Buarque, Candido Portinari, José Claudio Costa Ribeiro, Jorge de Lima, Milton Campos, Carlos Medeiros Silva, Luiz Jardim, Octavio Machado, Mucio Leão, Mucio de Senna, Mario de Andrade, João Gomes Teixeira, Amando de Oliveira, Manoel Leão, Antonio José de Costa Ribeiro, Alceu de Amoroso Lima, Osorio Borba, René Laclete, Vinicius de Moraes ⁶³.

Todo o processo de produção dos textos era acompanhado por Rodrigo Melo Franco. Ele enviava cartas as pessoas de seu interesse solicitando a produção dos textos

⁶³Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais. RMFCp 56.

e realizava o mesmo processo do papel do editor, interferindo nos textos e articulando a escrita, tendo total liberdade na modificação dos textos, estabelecida pela relação de amizade que possuía com esses autores. É o caso do Octavio Faria. Em carta enviada a Rodrigo Melo Franco em julho de 1936 o autor trata sobre um artigo feito para o livro e diz:

Ai vae o artigo tal como o pude faser. Peço que você passe os olhos nele e veja, com toda a sua franqueza, se está em condições...*Deixo a você toda a liberdade e peço mesmo que faça como se o artigo fosse seu [grifos nosso].*⁶⁴

A carta enviada por Couto de Barros é esclarecedora quanto a influência de Rodrigo Melo Franco na escolha dos textos que seriam publicados no livro:

Meu caro rodrigo:

Só recentemente é que fui avisado para escrever alguma cousa em homenagem ao Manoel. Não me pediram urgência. Não me marcaram prazo. Por isso, só agora mando algumas palavras, aereas divagações sobre a poesia e o sentimento poético. *Si julgar o que ahi vae digno de figurar no livro em honra ao nosso caro Manoel, muito bem. Do contrário rasgue ou pulverize. E absolva a minha culpa, com a sua amável generosidade [grifos nosso].*⁶⁵

A representação da figura de Rodrigo Melo Franco promove sempre nos autores que lhe enviam os trabalhos uma autocrítica em relação aos textos publicados. Há sempre uma justificativa prévia de que os textos não estão bons, possibilitando a Rodrigo interferir nos mesmos. A autocrítica surge quando da produção dos textos e em outros momentos quando alguns autores atrasam na entrega, como foi descrito por Couto de Barros e pode ser observado na carta enviada por Vinícius de Moraes:

Perdoe a demora injusticável sobre o artigo, mas, realmente só ontem tive a cabeça para termina-lo. Não é o que eu desejava escrever sobre o Manuel, está mesmo bem longe disso. Mas... você veja si presta e si merece figurar (ilegível) entre todos eles ...⁶⁶

Por meio das cartas, Rodrigo Melo Franco articulava a sua rede de sociabilidade e expressava o seu descontentamento quando da recusa de alguns autores ao seu convite. Ele insistentemente utilizava de artifícios para que tivesse o seu pedido atendido, buscando sempre oferecer soluções para que os autores convidados produzissem os textos. Caso particular que esclarece esse aspecto é o que envolve Mario de Andrade. O

⁶⁴Carta de Octávio Faria a Rodrigo Mello Franco de Andrade, de 24 de julho de 1936. Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais. Faria, Octávio. RMFCp 55.

⁶⁵Carta de Couto de Barros a Rodrigo Mello Franco de Andrade, de 17 de setembro de 1936. Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais. Couto de Barros, A.C. RMFCp26.

⁶⁶Carta de Vinícius de Moraes a Rodrigo Melo Franco, de 04 de agosto de 1936. Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais. Vinicius de Moraes. RMFCp 103.

autor se colocou contra a homenagem a Manuel ser realizada no ano de 1936 por declarar estar muito ocupado com outros trabalhos, o que impedia a produção de um artigo para o livro:

Não poderei compreender, não se compreender uma homenagem ao Manuel sem a minha colaboração. E esta não poderia vir tão já(...)é absurdo Rodrigo, como estou trabalhando, não sei como aguento. Ora, como fazer um estudo digno do Manuel nestas condições? Por outro lado, um livro para ele sem mim é francamente penoso pra mim.⁶⁷

Sugere que Rodrigo Melo Franco mude a data de publicação do livro:

Se você não tem o preconceito das datas, façamos o livro pro ano que vem. Toda gente trabalhará melhor, guarda-se o segredo apenas entre os colaboradores e ficarei feliz. Me responda para meu sossego.⁶⁸

Rodrigo Melo Franco, ao que parece, aceitou a proposta de Mario de Andrade para adiar a publicação do livro e aguardaria a sua colaboração, o que provocou um certo desconforto em Mario.

Rodrigo
Respondo aceitando a proposta, não sem bastante melancolia, mas sempre ficamos entendidos que dia 15 de agosto você terá nas mãos o meu escrito sobre o Manuel(...) Quanto a Melancolia ela deriva apenas a ridículo de vocês esperarem só por mim e ter a certeza de que escreverei merda. (...) Vou fazer um esforço danado e vamos ver o que sai.⁶⁹

Mesmo prometendo o texto, Mario de Andrade não o fez, deixando Rodrigo Melo Franco desapontado. Ele então envia uma carta expressando esse sentimento ao mesmo tempo que utiliza da sua rede sociabilidade para pedir a Mario de Andrade que convide Couto de Barros a colaborar com o livro.

Ainda não pude me consolar de Você não escrever uma grande coisa para o livro de homenagem ao Manuel. Se eu pudesse adivinhar seu impedimento, teria renunciado à idéia. Mas, apesar da trabalhadeira desenfreada, de sua impugnação, de sua doença e tudo, fiquei contando até a última com uma contribuição que Você não deixaria de dar.

Ainda agora tenho às vezes a esperança absurda de Você achar umas horas propícias para o trabalho desejado. Será mesmo inteira e absolutamente impossível?

Não sei se Você terá falado como lhe pedi, ao Couto de Barros para colaborar também. Se não falou, veja, por favor, se obtém alguma coisa dele.⁷⁰

⁶⁷Carta de Mario de Andrade a Rodrigo Melo Franco, de 04 de maio de 1936. Mario de Andrade: cartas de trabalho: correspondências com Rodrigo Melo Franco de Andrade, 1936- 1945. Brasília: Secretaria do patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1981. Carta enviada no dia 04/05/1936. P 58.

⁶⁸ Ibidem

⁶⁹Carta de Mario de Andrade a Rodrigo Melo Franco, de 15 de maio de 1936. Ibidem.

⁷⁰Rodrigo e o SPHAN; coletânea de textos sobre o patrimônio cultural/ Rodrigo Melo Franco de Andrade – Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. P 121.

Couto de Barro, como foi visto, aceitou o convite feito por Rodrigo Melo Franco por intermédio de Mario de Andrade. Ia “inventar uma teoria sobre o Manuel Bandeira e escrevinhar a dita pro livro”⁷¹. Mario de Andrade, mesmo diante de tanta insistência de Rodrigo Melo Franco, não colaborou, o que despertou o estranhamento de Ribeiro Couto em carta enviada a Rodrigo Melo Franco no dia 24 de fevereiro de 1937.

Estranhei que o Mario de Andrade não houvesse escrito algumas páginas, êle, que tanto sabe sobre Manoel.⁷²

Além de participar da escolha dos autores, das correções dos textos, Rodrigo também foi responsável por articular o processo que envolve a impressão e circulação do livro. Como membro do Amigos do Livro, utilizou-se dos benefícios dado aos sócios para realizar a impressão dos livros e fazer circular nas livrarias. Em nota de crédito da Livraria José Olimpio, direcionadas a Rodrigo Melo Franco, datada do dia 09 de setembro 1937, é discriminada a impressão de 140 exemplares do livro “Homenagem a Manuel Bandeira” pelo preço de 45:22.5. Na nota é relatado um crédito de mais 140 exemplares devido a consignação⁷³. Outra nota de crédito, do dia 23 de setembro de 1937, trata do credito no valor de 2:565\$000, referente a entrega que foi feita por Rodrigo Melo Franco de 114 exemplares do livro, ao preço de 45\$000⁷⁴.

A análise realizada revela o importante papel desempenhado por Rodrigo Melo Franco na produção do livro em homenagem a Manuel Bandeira. Recordando Chartier, podemos perceber que o Rodrigo Melo Franco editor foi o responsável por decidir quais textos se transformariam em livro, voltou-se ao processo editorial de impressão, a materialidade do livro, sua distribuição, definindo qual público o livro deveria atingir. Realizou tanto o trabalho de natureza intelectual quanto comercial, buscou textos, encontrou autores, controlou o processo editorial, desde a impressão da obra a sua comercialização. Funcionou como um filtro na ligação entre os autores e os leitores. Ribeiro Couto define bem o papel do Rodrigo Melo Franco:

Rodrigão, recebi a Homenagem, com sua carta de 20 de janeiro. O volume está ótimo. Só a ordem alfabética dos autores é que saiu errada, pois nem é ordem pelo nome, nem pelo sobre-nome(verifique). *Que trabalho insano teve v.! Não é*

⁷¹Mario de Andrade: cartas de trabalho: correspondências com Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, 1936- 1945. Brasília: Secretaria do patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1981. Carta enviada no dia 04/05/1936. P 62.

⁷²Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais. Ribeiro Couto, A.C. RMFCp42.

⁷³Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais. RMFCp56 A.

⁷⁴O valor é calculado em Contos de Réis, plural do nome das unidades monetárias de Portugal, do Brasil e de outros países lusófonos. No Brasil, esta moeda foi substituída pelo cruzeiro em 5 de outubro de 1942, na razão de 1 cruzeiro por mil-réis então circulantes. A moeda era utilizada no país desde os tempos coloniais.

um livro, é um monumento, de que v. foi o arquitecto, o ideador, e também o pedreiro: carregou as pedras, fez argamassa, ergueu os muros. Por isso, a referência do Manoel, ao seu nome, no final do artigo, foi a mais eloquente e justa possível (grifo nosso).⁷⁵

O trajeto feito até aqui demonstra que, ao se tornar diretor do SPHAN, Rodrigo Melo Franco já possuía ampla experiência no mundo editorial e estava inserido numa rede de intelectuais que se constituiu desde os anos 1920, quando ainda era editor do O Jornal, do qual ele se colocava como grande articulador. A criação da linha editorial do SPHAN não foi um processo isolado. No anteprojeto de criação de SPHAN já se atentava para a importância da criação de um periódico para a divulgação dos trabalhos do órgão. Como vimos, a Revista representou o lugar oficial que consagraria o discurso sobre o patrimônio. Voltando a Sirinelli, entendemos a Revista como um espaço privilegiado de análise, de ações que envolvem todo um ambiente social, na elaboração de ideias que vão estabelecer as representações sociais que envolvem a ideia de patrimônio. Nesse processo, diversos são os atores, e a Revista consagra e revela em sua minuciosidade como essas ideias se constituíram.

As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão - pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e influência que exercem - e de exclusão - pelas posições tomadas, debates suscitados, cisões advindas. Ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são aliás um lugar precioso para a análise do movimento das ideias. (Sirinelli, p249.1996)

Pretendemos perceber, nesse sentido, que o processo de escrita dos textos para a Revista do Patrimônio teve a influência de Rodrigo Melo Franco. Como editor, realizou as mesmas ações de quando era diretor no O Jornal e na organização do livro em homenagem a Manuel Bandeira.

2.3 A construção da escrita do patrimônio na Revista do Patrimônio

Como foi apresentado, no anteprojeto de criação do SPHAN a preocupação com a publicidade já era tema dentro das discussões sobre a constituição de um órgão de proteção do patrimônio. Na seção de que trata da publicidade é descrito:

O S.P.A.N deverá ter necessariamente, pertencente ao seu próprio organismo, um serviço de publicidade...⁷⁶

⁷⁵Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais. Ribeiro Couto, A.C. RMFCp42.

⁷⁶ Disponível em : [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf). Acessado no dia 17/04/2018. P 61.

Aborda em seguida sobre a publicação da Revista:

2ª. Na publicação da Revista do S.P.A.N. A revista é indispensável como meio permanente de propaganda, e força cultural. Nela serão gradativamente reproduzidas também as obras de arte pertencentes ao patrimônio nacional. Nela serão publicados os estudos técnicos, as críticas especializadas, as pesquisas estéticas, e todo o material folclórico do país.⁷⁷

A Revista era pensada como um importante espaço de propaganda e consagração das atividades que o órgão viria realizar. No anteprojeto elaborado por Mario de Andrade havia uma preocupação com a divulgação daquilo que ele chamava de “*folclórico*”, que evocou argumentações a respeito do que se denominou como bem imaterial⁷⁸. Como veremos, o assunto não teve destaque na Revista dirigida por Rodrigo Melo Franco, pois sua preocupação estava voltada para os bens de cultura material⁷⁹. Talvez isso justifique o fato de no decreto lei 25/37, cuja base é o anteprojeto elaborado por Mario de Andrade, ter sido retirado o artigo que trata da Revista e do termo “*folclórico*”.

A centralidade da política editorial do SPHAN é então definida por Rodrigo Melo Franco editor que, mesmo antes da regulamentação do órgão, já articulava a publicação do primeiro número da Revista. A necessidade de publicar o periódico antes mesmo da regulamentação do órgão descaracteriza em certo sentido a ideia de seriedade com que alguns estudos direcionam quanto à produção dos textos publicados. Tal acepção pode ser percebida nas correspondências trocadas entre Rodrigo Melo Franco e Mario de Andrade.

Cinco meses antes do decreto lei 25/37 Rodrigo Melo Franco procurava por meio de sua rede de sociabilidade articular a produção de material para publicar o primeiro número da Revista. Em carta enviada a Mário de Andrade no mês de junho de 1937 diz:

Mas o motivo principal dessa carta é o seguinte: estou providenciando agora no sentido de reunir material para o primeiro número da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que desejo publicar no fim deste mês. Será uma publicação semestral, pois parece impossível fazê-la mais frequente, atendendo-se à escassez de trabalhos aproveitáveis para a sua finalidade. Para o primeiro número, sua colaboração é imprescindível. Consulto-o, portanto, se

⁷⁷ Ibidem. P 62.

⁷⁸De acordo com a definição do Governo Federal: “Os bens culturais imateriais estão relacionados aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, ao modo de ser das pessoas. Desta forma podem ser considerados bens imateriais: conhecimentos enraizados no cotidiano das comunidades; manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; rituais e festas que marcam a vivência coletiva da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; além de mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais”.

⁷⁹De acordo com a definição do Governo Federal: “O patrimônio material é formado por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis – núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais – e móveis – coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos”.

“você não terá aí alguma coisa pronta que sirva para a revista. Caso não tenha, ser-lhe-á inteiramente impossível escrever uma nota, pequena que seja, - pelo menos para prestigiar a publicação com seu nome entre o dos colaboradores ? Os originais me devem chegar às mãos até o próximo dia 15 deste. Se não for abusar de sua bondade, peço-lhe também com muito empenho o favor de ver se me arranja até aquela data, além de alguma coisa de sua autoria, qualquer colaboração dos auxiliares que Você tomou, relacionada com uma das obras a tombar pelo Serviço. O que é preciso, de qualquer maneira, é que São Paulo não deixe de figurar na revista.”⁸⁰

Tudo indica que, para o primeiro número da Revista, não interessa a Rodrigo um estudo elaborado, científico, tendo em vista que solicita à Mario de Andrade “qualquer trabalho”, e, caso não tenha, se é possível escreve-lo. Isso se reflete da mesma forma no tempo dado para elaboração do texto tanto por parte de Mario de Andrade quanto por seus auxiliares. Rodrigo Melo Franco envia a carta no dia 06 e pede que sejam enviados os originais até o dia 15 do mesmo mês. Menos de 10 dias para que se produza um texto sobre algum bem a ser tombado pelo futuro SPHAN. Mario de Andrade esclarece ser impossível realizar um trabalho digno em tão pouco tempo:

“É impossível, humanamente impossível fazer coisa boa pra Revista de vocês. Pedi ao Nuto os dados que lhe encomendei. Dados gerais. Só pode me entregar no sábado. Verei o que se poderá fazer. Quanto a Luiz Saia talvez seja possível algum trabalho dele(...)vou fazer apenas o possível, mas creio que esse possível será impossível. Se você nos desse ao menos até dia 30 deste. Veja se dá, e escreva. E o folclore? Já pode entrar na revista?”⁸¹

Além de sugerir o adiamento do envio dos artigos, Mario de Andrade aponta que dois de seus auxiliares irão produzir um texto para a Revista, conforme solicitado por Rodrigo. Interessante notar que, mesmo diante da exigência de Rodrigo Melo Franco sobre a produção de artigos sobre “uma das obras a tombar pelo Serviço”, Mario de Andrade não deixa de tocar no assunto a respeito do “*folclore*”. Em relação à data do envio dos textos, Rodrigo Melo Franco resolve adiar, tendo em vista o pedido de Mario de Andrade. Para ele, era essencial que Mario de Andrade prestigiasse a publicação com seu trabalho e que não faltasse subsídios paulistas⁸². Porém, é taxativo quanto a publicação de textos sobre o “*folclore*”:

⁸⁰Carta de Rodrigo Melo Franco a Mario de Andrade, de 06 de junho de 1937. Rodrigo e o SPHAN; coletânea de textos sobre o patrimônio cultural/ Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade – Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. P 129.

⁸¹Carta de Mario de Andrade a Rodrigo Melo Franco, de 07 de junho de 1937. Mario de Andrade: cartas de trabalho: correspondências com Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, 1936- 1945. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1981. Carta enviada no dia 04/05/1936. P 70.

⁸² Carta de Rodrigo Melo Franco a Mario de Andrade, de 11 de junho de 1937. Rodrigo e o SPHAN; coletânea de textos sobre o patrimônio cultural/ Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade – Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. P 129.

A propósito do folk-lore, desconfio de que não haverá por enquanto lugar para ele na revista, atendendo-se as atribuições atuais do Serviço. Entretanto, assim que for promulgada a lei nova (que atualmente se acha em transito pelo Senado), penso que deveremos introduzi-lo, compreendido no conceito de arte popular. Você não acha?⁸³

O “*folclore*” não teve destaque na Revista no período em que Rodrigo Melo Franco foi diretor e editor da linha editorial do SPHAN. Mario de Andrade deixa de questionar a respeito, tratando somente dos textos que prometera enviar. Atrasa o envio dos textos, no que é cobrado por Rodrigo Melo Franco:

Como vão os artigos necessários para a revista?⁸⁴

Mario de Andrade envia o artigo somente no dia 01 de julho de 1937. Assim como os outros autores que enviaram seus textos a Rodrigo Melo Franco, tem interesse em saber a sua opinião a respeito dos artigos:

Rodrigo, enfim aqui vão os artigos. Escrevi meu artigo em tempo. A demora veio exclusivamente dos auxiliares! O engenheiro Luiz Saia só agora, são 13 e 25, me telefona avisando que vem trazer os planos... Tenho interesse em saber se lhe agradaram os artigos...⁸⁵

A publicação do primeiro número da Revista foi realizada com um atraso muito maior do que o desejado por Rodrigo Melo Franco, como consequência do atraso no envio do artigo por parte de outros colaboradores, dentre eles os artigos de “[...]dona Heloisa, do Roquete Pinto, do Carlos Leão e do Augusto Meyer.”⁸⁶. Da contribuição paulista exigida por Rodrigo Melo Franco, Mario de Andrade colaborou com o artigo “A Capela de Santo Antônio” e Nutto Sant’anna com o texto “A igreja dos remédios”. Luiz Saia não teve seu texto publicado, talvez por ter colaborado juntamente com Mario de Andrade e era melhor que o nome deste aparecesse na Revista. Certo é que Rodrigo Melo Franco desejava de qualquer forma que o patrimônio paulista figurasse na primeira edição da Revista, para isso, articulou através da sua rede de amizade tanto a participação de Mario de Andrade quanto de Nutto Sant’Anna.

Luís Saia só viria a publicar na terceira e na oitava edição da Revista, com os artigos “O Alpendre nas Capelas Brasileiras” e “Notas sobre a Arquitetura Rural Paulista do Segundo Século”, respectivamente. A respeito do texto publicado na terceira edição, uma importante análise se faz necessária, que permitirá perceber a influência do editor

⁸³ Ibidem

⁸⁴ Carta de Rodrigo Melo Franco a Mario de Andrade, de 23 de junho de 1937. Ibidem. P 132.

⁸⁵ Mario de Andrade: cartas de trabalho: correspondências com Rodrigo Melo Franco de Andrade, 1936- 1945. Brasília: Secretaria do patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1981. Carta enviada no dia 04/05/1936. P 74.

⁸⁶ Rodrigo e o SPHAN; coletânea de textos sobre o patrimônio cultural/ Rodrigo Melo Franco de Andrade – Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. P 134.

tanto no processo de produção de um texto quanto nas articulações que evite o embate entre autores dentro de um periódico. A fim de não descaracterizar os estudos produzidos pelos técnicos do órgão, Rodrigo Melo Franco interferiu no texto produzido por Luiz Saia, que, segundo ele, deslegitimaria os trabalhos de Gilberto Freyre.

O artigo elaborado por Luís Saia foi entregue a Rodrigo Melo Franco por Mario de Andrade alertando o editor da Revista do Patrimônio da possível divergência em relação a Gilberto Freyre:

O Mario ainda não me mostrou o artigo que v. deve ter remetido a êle, contendo uma divergência com o Gilberto Freyre(...), no entanto calculo que êle não tarde a me mandar o trabalho interessado pelo que v. produz e não, de modo algum, como censor de opiniões ali emitidas em sentido contrário as de outros técnicos do quadro desta repartição.⁸⁷

Rodrigo Melo Franco procura esclarecer que não pretende analisar o artigo realizado por Luís Saia com um olhar de censura, almejando respeitar as opiniões divergente entre os técnicos do SPHAN a respeito das distintas abordagens sobre o patrimônio. Porém, sua primeira ação foi enviar o artigo a Pernambuco para que, provavelmente, Gilberto Freyre pudesse ter acesso e explicar suas opiniões:

O Mario já me entregou o artigo em que v. diverge do Gilberto. Logo que eu puder ler todo êle, como desejo, tratarei de remetê-lo para Pernambuco, recomendando urgência na devolução.⁸⁸

Mesmo que em um primeiro momento Rodrigo Melo Franco tenha transparecido imparcialidade, ao final, o que prevaleceu foi o seu lado editor, dessa vez influenciado pelo ciclo de amizade, em que procurou proteger a imagem do seu amigo Gilberto Freyre de possíveis críticas. A própria amizade com Luiz Saia fez com que Rodrigo Melo Franco, de forma solícita, interferisse no artigo sem que se estabelecesse qualquer relação de animosidade. Rodrigo Melo Franco soube articular bem a própria liberdade dada por Luís Saia para que pudesse interferir no artigo:

Meu caro Saia.

Antes de me chegar às mãos o envelope contendo sua carta do dia 18 com o artigo para a revista, recebi a que V. me escreveu depois, com um acréscimo a ser introduzido no texto do seu trabalho.

Vou tratar imediatamente de fazer o que V. recomenda e, *uma vez que lhe ocorreu espontaneamente me facultar introduzir alterações no artigo, tomarei a liberdade de retirar do seu trabalho a feição que êle tinha originalmente de retificação a um ponto de vista do Gilberto Freyre (grifo nosso)*. Isso, por duas razões: 1ª) porque as considerações que V. faz, apoiado em observações e pesquisas pessoais, assim como em profusa bibliografia, têm um alcance que excede o caráter de uma simples retificação ao palpite Gilbertiano; 2ª) porque,

⁸⁷ Carta de Rodrigo Melo Franco a Luis Saia, de 17 de março de 1939. Arquivo Central do IPHAN, Série Personalidades /SAIA, LUIS. Caixa 113/Pasta 370.

⁸⁸ Carta de Rodrigo Melo Franco a Luis Saia, de 25 de março de 1939. Ibidem

tendo aparecido ultimamente várias críticas pejorativas aos livros do Gilberto[...] parecera talvez inamistoso acrescentarmos neste momento o número dos impugnadores da obra desse nosso companheiro.

Por esses motivos, caso V. não tenha nada a opôr a liberdade que tomo, farei algumas ligeiras alterações no seu artigo, excelente. Esteja certo, porém que o trabalho não será prejudicado com essa iniciativa, muito menos, desfigurado o pensamento com que foi composto (Grifo nosso).

Não quero, aliás, deixar de dizer-lhe que a sua primeira colaboração para a nossa revista me causou uma grande satisfação e que tanto o artigo quanto as ilustrações ficaram ótimos(...)⁸⁹

Estrategicamente Rodrigo Melo Franco expõe suas motivações para interferir no artigo de Luís Saia. No interesse em proteger o amigo Gilberto Freyre das críticas, tenta qualificar a retificação feita por Luís Saia como elaborada demais, o que demonstra que, mais que um simples palpite, tinha embasamento para questioná-lo, o que justificaria as possíveis críticas que Gilberto Freyre poderia sofrer. Rodrigo Melo Franco toma a liberdade de dizer que irá modificar o texto e ao mesmo tempo ameniza com adjetivos que engrandecem o trabalho de Luís Saia. Não se sabe ao certo o quanto Rodrigo interferiu no pensamento de Luís Saia, porém a carta revela que o texto publicado na terceira edição do periódico teve interferência direta de Rodrigo Melo Franco.

O artigo “Notas sobre a Arquitetura Rural Paulista do Segundo Século” foi igualmente construído sobre o olhar crítico de Rodrigo Melo Franco. A princípio, o artigo era para ser enviado no fim do ano de 1944. Como alguns artigos da Revista tratam dos trabalhos desenvolvidos pelos técnicos do SPHAN, em casos específicos, ocorrem atrasos na entrega dos artigos em decorrência de novas descobertas realizadas pelos técnicos. É o que ocorre com Luís Saia. Possivelmente o artigo sairia em edições anteriores a oitava edição, porém, Luís Saia atrasa a entrega do artigo por realizar novas descobertas sobre o tema:

Como prometi, devia mandar-lhe o meu trabalho sobre arquitetura rural do segundo século antes de findar este ano. Na verdade, o trabalho estava sendo terminado e já estava sendo passado a limpo, mas acontece que foi descoberta nos arredores de S. Paulo, no bairro de Tatuapé, um outro exemplar, cuja importância é grande não só do ponto de vista de uma construção seicentista mas também como confirmação e esclarecimento de certas observações feitas durante o texto do artigo pra revista(...)Nestas circunstancias pensei que um atraso de alguns dias seria justificado e creio que até dia 6 o trabalho estará acabado.⁹⁰

O artigo só seria publicado dois anos mais tarde. Provavelmente o autor continuou a realizar achados que interessavam ao artigo, mas é possível afirmar que Rodrigo tenha

⁸⁹ Ibidem. Carta enviada no dia 24 de outubro de 1939.

⁹⁰ Carta de Luis Saia a Rodrigo Melo Franco, de 03 de dezembro de 1944. Arquivo Central do IPHAN, Série Personalidades /SAIA, LUIS. Caixa 113/Pasta 370.

contribuído para o atraso da publicação do texto. Após receber o artigo, Rodrigo Melo Franco solicitara diversas notas e desenhos que achava deveria configurar no texto. Além disso, algumas obras tratadas haviam sido restauradas durante a produção do artigo, fazendo com que Rodrigo Melo Franco exigisse fotos dos bens restaurados para serem publicadas junto ao artigo:

Para completar as ilustrações do seu artigo sobre as construções civis existentes no Estado de São Paulo, reitero-lhe a solicitação anterior, no sentido de remessa de uma boa fotografia da Casa Grande de Tatuapé, à qual lhe peço juntar também fotografia do estado atual da fachada da Capela do Sítio de Anto Antônio, depois da restauração, uma vez que as reprodução do formato pequeno, enviada para documentação das obras em andamento, não se presta para ser utilizada em cliché.

Relembro-lhe outrossim a conveniência de não retardar por mais tempo a remessa das últimas notas cuja inclusão no seu artigo lhe parece necessária.⁹¹

A disponibilidade das notas e dos gráficos na impressão final do artigo parecem não ter agradado Luís Saia:

Só em viagem pude dar uma olhada no artigo pra revista. Notei que foram acrescidos ao material as indicações graficas dos sítios Mirim e Piraquara e que o mesmo não foi feito com as notas, o que me parece tornar a coisa mais ou menos obscura. Cogitei na possibilidade das notas estarem juntadas às fotos. Me ocorreu que em todo o caso devia chamar a sua atenção para o fato do texto tal como você me passou, não esclarecer nada a respeito dos gráficos relativos às edificações existentes no sítios indicados. No mais tudo em ordem.⁹²

Era interesse de Rodrigo Melo que na primeira edição da Revista fossem publicados artigos sobre o trabalho desenvolvido pelo SPHAN em todas as regiões do Brasil. Isso se reflete na exigência da participação dos técnicos de São Paulo e nos textos publicados na primeira edição da Revista, que abrangiam as regiões Sul, Centro, Este, Nordeste e Norte⁹³. Porém, os três últimos estados do Sul não foram representados. Aparece apenas em uma pequena nota sobre o “Museu Coronel David Carneiro, em Curityba”. Rodrigo Melo Franco editor incessantemente buscou evitar a ausência de textos sobre a região Sul do Brasil.

Nesta seção foi visto que Rodrigo Melo Franco adiar a publicação da Revista devido ao atraso no envio dos artigos por parte de alguns colaboradores. Dentre eles, Rodrigo Melo Franco cita o nome de Augusto Meyer. Convidado por Rodrigo Melo Franco

⁹¹ Carta de Rodrigo Melo Franco a Luis Saia, de 09 de setembro de 1946. Arquivo Central do IPHAN, Série Personalidades /SAIA, LUIS. Caixa 113/Pasta 370.

⁹² Carta de Luis Saia a Rodrigo Melo Franco, de 02 de junho de 1947. Arquivo Central do IPHAN, Série Personalidades /SAIA, LUIS. Caixa 113/Pasta 370.

⁹³ Segundo o IBGE, a primeira divisão do território do Brasil em grandes regiões foi proposta em 1913, os chamados *cinco brasís*. A divisão em grandes regiões proposta em 1913 influenciou estudos e pesquisas até a década de 1930. Em 1938 foi adotada a divisão usada pelo Ministério da Agricultura dividindo o Brasil em Sul, Centro, Este, Norte e Nordeste, em que o estado do Rio de Janeiro e São Paulo pertenciam a região Sul.

no ano de 1937, Augusto Meyer participou como representante do SPHAN da 7ª região, a qual compreendia os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo sua sede em Porto Alegre. A exigência que fizera ao grupo paulista para colaborar com a Revista foi feita a Augusto Meyer quanto aos colaboradores do Sul do país.

Abri a carta que lhe escrevera ontem para acrescentar este recado urgente: No fim deste mês deve ser publicado o 1º número da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional¹⁷. Sua colaboração é imprescindível. Tomo, portanto, a liberdade de pedir-lhe com o maior empenho o favor de elaborar um artigo sobre qualquer das obras a inventar aí: São Miguel ou qualquer outra. Rogo-lhe também a bondade de conseguir um artigo do Dr. Alcides Maya ou outro especialista que lhe parecer indicado a respeito do Museu Júlio de Castilhos. Será possível arranjar isso? Os originais dos trabalhos devem me chegar às mãos até o próximo dia 15, a fim de serem remetidos à composição a tempo.⁹⁴

Procede de maneira idêntica no que tange à exigência de “qualquer” artigo, contanto que seja enviado a tempo de ser publicado no primeiro número da Revista. Articula novamente sua rede de sociabilidade a fim de conseguir artigos de outros autores indicados por Augusto Meyer. A princípio, Rodrigo Melo Franco tem uma resposta satisfatória sobre a produção do artigo, mas que se tornará em recorridos e insistentes pedidos para que Augusto Meyer colabore com a Revista.

Muito obrigado pelas providências que tomou para arranjar colaboração para a revista. Quanto ao aparecimento desta, tive de adiá-lo por uns 15 dias, verificando que não seria possível reunir todo o material necessário até o fim do mês. Espero, pois, que o senhor não deixe de escrever o trabalho sobre as velhas estâncias ainda para o primeiro número. É imprescindível uma contribuição sua, mesmo que tenha de ser coisa curta.⁹⁵

Augusto Meyer parece não tratar do artigo em cartas enviadas a Rodrigo, fazendo com que o editor da Revista do Patrimônio cobre em sucessivas cartas a elaboração do artigo por parte do representante do SPHAN.

O senhor diz que já está coligindo documentação sobre as velhas estâncias gaúchas: será com o propósito de escrever o artigo pedido para a revista?⁹⁶

Espero o estudo que o Dr. Ângelo Guido prometeu sobre São Miguel para a nossa revista. Mas não me conformarei com a falta de um artigo seu no primeiro número. Ser-lhe-á impossível escrevê-lo?⁹⁷

⁹⁴ Carta de Rodrigo Melo Franco a Augusto Meyer, de 05 de junho de 1937. In: Xavier, Laura Regina Patrimônio em prosa e verso: a correspondência de Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade para Augusto Meyer / Laura Regina Xavier. – 2008. P 61.

⁹⁵ Carta de Rodrigo Melo Franco a Augusto Meyer, de 14 de junho de 1937. Ibidem. P 67.

⁹⁶ Carta de Rodrigo Melo Franco a Augusto Meyer, de 22 de junho de 1937. Ibidem. P 69.

⁹⁷ Carta de Rodrigo Melo Franco a Augusto Meyer, de 14 de julho de 1937. Ibidem. P 75.

Renovo-lhe também o apelo que lhe fiz no sentido de não deixar de enviar-me uma colaboração sua para o primeiro número da Revista⁹⁸

Faço os melhores votos para que seu garoto não tarde a ficar completamente livre da febrezinha teimosa e conto com o aviso de sua partida para cá dentro em breve. Antes disso, porém, espero receber o artigo prometido para a Revista⁹⁹

Rodrigo Melo Franco procurou insistentemente obter a colaboração de Augusto Meyer e seus indicados na primeira edição da Revista. Não se sabe ao certo os motivos, porém Augusto Meyer não publicou na primeira edição da Revista, e em nenhuma outra dentro do nosso recorte. Da mesma forma, não houve a colaboração de outros técnicos do SPHAN ligados a 7ª região. Em carta enviada a Rodrigo Melo Franco em setembro de 1937, Augusto Meyer relata com nostalgia os dias que esteve junto a Rodrigo na cidade do Rio de Janeiro e não trata em momento algum sobre o artigo¹⁰⁰. Por ser em um período posterior ao pedido de Rodrigo Melo Franco, a sua viagem ao Rio de Janeiro pode sugerir que Augusto Meyer tenha tratado pessoalmente com Rodrigo Melo Franco as razões pelas quais o fizeram não produzir o artigo.

A dualidade dos papéis exercidos por Rodrigo Melo Franco são refletidas nas ações cujo elo entre as estâncias que delimitam as relações no âmbito público e privado se misturam. O editor/diretor surge em primeiro plano, mediando ações de interesse do órgão na figura do editor, cujo objeto final se materializaria no texto. Quando este não se concretiza, ampliam-se as ações para o espectro do privado, subvertendo a ordem inicial, apelando-se para as emoções. Rodrigo Melo Franco inverte o discurso no transcurso dos diálogos, inicia ordenando a produção do artigo, no decorrer do processo o diálogo se reconfigura, passando a agir como se o outro tivesse prometido a ele um texto. Usa o mecanismo emocional, baseado nos laços de afetividade, como forma de conseguir o texto desejado. Foi efetivo com Mario de Andrade que, mesmo a contragosto, produziu o que o editor da Revista do Patrimônio desejava, o que não ocorreu com Augusto Meyer.

Quanto mais próximo os laços de afetividade entre Rodrigo Melo Franco e alguns colaboradores da Revista, mais informal era o processo de articulação na produção dos textos a serem publicados. Nesse caso, a escrita dos artigos não seguia padrões formais quanto a estrutura do texto, qualidade do papel, que só entrariam nas normas de paginação quando fossem impressos na Revista. O artigo “Documentação Necessária”,

⁹⁸Carta de Rodrigo Melo Franco a Augusto Meyer, de 22 de julho de 1937. Ibidem. P 77.

⁹⁹Carta de Rodrigo Melo Franco a Augusto Meyer, de 31 de julho de 1937. Ibidem. P 78.

¹⁰⁰Carta de Augusto Meyer a Rodrigo Melo Franco, de 17 de setembro de 1937. Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais. RMFCp98.

publicado por Lucio Costa na primeira edição da Revista, fora entregue a Rodrigo Melo Franco dentro desse parâmetro de informalidade estabelecida pelos laços de amizade. Nos documentos pessoais de Rodrigo se encontra o texto escrito a mão por Lucio Costa, em folhas avulsas de um bloco de anotações, como um rascunho, enviado a Rodrigo Melo Franco, provavelmente atendendo a sua encomenda para que contribuísse com um artigo para a Revista¹⁰¹. Salomão de Vasconcelos, em um cartão do seu escritório, escreve agradecendo Rodrigo Melo Franco pelo elogio ao artigo que enviou para ser publicado na Revista.

Recebi sua última carta e m.tº envaidecido fiquei de saber que o artigo servirá.¹⁰²

De maneira semelhante, Gilberto Freyre envia um trabalho sobre Louis Vauthier tratando da descoberta do seu diário sobre viagem realizada no Brasil. O texto sobre Vauthier foi publicado na primeira edição da Revista como uma pequena nota e sem autoria e foi abordado na sétima edição com autoria de Gilberto Freyre, analisando a arquitetura doméstica no Brasil a partir das cartas e do diário de Vauthier. O documento de que trata o texto enviado por Gilberto Freyre diz respeito a nota publicada na primeira edição. Também escrito a mão, o documento releva que a nota da Revista, a princípio, seria um prefácio referente a algum texto sobre Louis Vauthier. Nele, se encontra um recado de Gilberto Freyre a Rodrigo Melo Franco sugerindo fazer as devidas modificações e que fosse enviado novamente a ele. Rodrigo Melo Franco editor realiza suas correções em todo o texto, riscando parágrafos e reescrevendo-os à sua maneira. A nota publicada na primeira edição da Revista revela um texto totalmente distinto ao que fora enviado por Gilberto Freyre. As modificações feitas por Rodrigo Melo Franco fizeram surgir um novo texto, que entendemos como passíveis de reflexão a partir das discussões apresentadas por Chartier sobre os sentidos dados à obra, quando sua linguagem é modificada a partir da interferência do editor.

A relação de amizade revela não só a informalidade no trato, mas também configura laços de “reciprocidade”, nos termos de Chartier, em que ambos se beneficiam da troca. Quando envia carta a Rodrigo Melo Franco com o texto “Monumentos do

¹⁰¹Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais. RMFPini 1.

¹⁰²Carta de Salomão de Vasconcelos a Rodrigo Melo Franco, de 06 de maio de 1938. Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais. RMFCp15. Salomão de Vasconcelos, Historiador Marianense foi também uns dos autores que mais contribuíram com a *Revista do Patrimônio*, sendo quatro dentro do nosso recorte. Abordou somente temas a respeito das cidades de Mariana e Ouro Preto. Publicou o artigo “*Relíquias do passado*” na 2ª edição, “*Um velho solar de Mariana*” na 3ª, “*Ofícios mecânicos em Vila Rica durante o século XVIII*” na 4ª e “*Os primeiros aforamentos e os primeiros ranchos de Ouro Preto*” na 5ª edição.

Nordeste”¹⁰³, que saiu na primeira série da Publicações do SPHAN, Gilberto Freyre age dentro dos parâmetros da “reciprocidade” requisitando da parte de Rodrigo um texto introdutório que engrandeceria o seu trabalho¹⁰⁴.

Meu caro rodrigo, um grande abraço e muitas saudades. Vai o trabalho sobre monumentos do Nordeste. Está curto, mas concentrado e não me parece de todo mau. E quanto aos dizeres, V. poderia fazer a gentileza de os fazer, informando...

E creio que sendo o primeiro trabalho da série, V. poderia escrever uma introdução algo alentada. Seria oportuno e este seu Xará se sentiria honrado em sahir com a introdução geral á serio.¹⁰⁵

Como Gilberto Freyre era amigo íntimo de Rodrigo Melo Franco, é possível afirmar que este solicitara ao amigo indicações de autores para publicarem na Revista. É o que sugere Gilberto Freyre em carta enviada a Rodrigo Melo Franco em julho de 1937:

Anibal deve mandar um artigo sobre traços de influência (**ilegível**) na arquitetura do Recife. Artigo para a revista(...)¹⁰⁶

O autor de que trata Gilberto Freyre é Aníbal Fernandes, que publicou na primeira edição da Revista o artigo “A Igreja dos Montes Guararapes”, em que considera a mais bela e imponente Igreja deixada pelos arquitetos portugueses do século XVIII.

Outra relação de amizade da qual Rodrigo Melo Franco se beneficiou foi a estabelecida com Noronha Santos. Um dos autores que mais publicou na Revista do Patrimônio, sendo em quatro dentro do nosso recorte. Noronha Santos era uma espécie de enciclopédia para Rodrigo, a quem sempre recorria quando tinha dúvida a respeito da

¹⁰³O estudo foi publicado no primeiro volume das Publicações do SPHAN com o título alterado: “Mocambos do Nordeste”. Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade escreveu longa introdução para o volume, no qual ressalta a importância do intelectual pernambucano para os assuntos relacionados à proteção do patrimônio nacional.

¹⁰⁴ A “reciprocidade” na introdução pode ser encontrada na passagem: “Empreendendo [sic], pois, um ensaio especial sobre os mucambos do Nordeste, o Sr. Gilberto Freyre tratou assumpto [sic] que lhe é, de há muito,

familiar. No entanto, como trabalhou desta feita tendo em vista a finalidade do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ao qual se destinava o seu estudo, ele se ocupou daquelas edificações nordestinas não apenas

considerando o interesse que apresentam do ponto de vista sociológico, mas também a sua importância e suas peculiaridades como tipo de arquitetura popular. E realizou a tarefa não só com sua admirável inteligência [sic] e profusão de conhecimentos gerais [sic] e especializados que possui [sic], mas também com aqueles atributos [sic] que conferem a tudo o que ele escreve um vigor e uma qualidade literária excepcionais [sic]. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco Franco de. Introdução. In.: FREYRE, Gilberto. Mocambos do Nordeste: Algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do nordeste do Brasil. Publicações do SPHAN, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938. p. 10.

¹⁰⁵ Carta de Gilberto Freyre a Rodrigo Melo Franco, de 25 de junho de 1937. Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais. Freyre, Gilberto RMFCp 59.

¹⁰⁶ Carta de Gilberto Freyre a Rodrigo Melo Franco, de 07 de julho de 1937. Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais. RMFCp05.

história de algum bem a ser tombado pelo SPHAN. Carlos Drummond de Andrade descreve bem essa relação:

Mais perto de nós, Rodrigo M.F. de Andrade, diretor do SPHAN, não tomava iniciativa de promover o tombamento de qualquer capelinha da zona rural, vestígio forte, ponte, chafariz ou casa no Rio, sem dizer à sua secretária: - Por favor, Dona Judite, telefone ao velho Noronha e pergunte se ele pode vir conversar com a gente.¹⁰⁷

O contato entre ambos era estabelecido de maneira informal, ora por meio de bilhetes e, em raras situações, por meio de cartas oficiais enviadas em nome do SPHAN. Noronha Santos era um grande conhecedor da história do Rio de Janeiro, em diversas ocasiões Rodrigo Melo Franco utilizava desse conhecimento para esclarecer algum ponto sobre a história da cidade e seus personagens. Se desejava saber sobre o período em que durou o bonde de tração animal em Copacabana, Noronha Santos respondia de forma amigável em bilhete escrito a mão¹⁰⁸. Quando tinha dúvida sobre alguma personalidade histórica, não hesitava em solicitar a ajuda do amigo.

Remeto-lhe inclusa cópia de uma notícia publicada pelo O País, em 1889, a respeito de um neto de Tiradentes, que o Snr. Marques dos Santos¹⁰⁹ submete a argucia deste Serviço. Recorro, pois, às luzes do prezado amigo, consultando-o sobre a possibilidade de apurar-se quem seria o comendador Nuno Telmo e se o mesmo porventura terá deixado descendentes.¹¹⁰

Afim de completar o valioso serviço que o Senhor já apresentou com as notas elaboradas sobre o Dr. Torres Homem, peço-lhe com grande empenho o obséquio de apurar, caso seja possível, se subsistirão os imóveis constantes da relação anexa e indicar qual seja sua numeração atual.¹¹¹

Mesmo quando não era de seu interesse, Rodrigo Melo Franco recorria a Noronha Santos, atendendo a pedidos de terceiros, que por seu intermédio, desejava obter informações a respeito de alguns dados históricos:

Afim de esclarecer certos pontos obscuros das correspondências entre D. Pedro I e Marquesa de Santos, do período compreendido entre 1822 e 1829, o nosso

¹⁰⁷Recorte de Jornal do Estado de Minas, de outubro de 1976. Texto de Carlos Drummond de Andrade – “O Velho Noronha”. Arquivo Central do IPHAN, Série Personalidades /Santos, Francisco de Agenor Noronha. 93.01; 13,5, 006.

¹⁰⁸Ibidem

¹⁰⁹ Francisco Marques dos Santos foi uns dos maiores colaboradores da Revista do Patrimônio, publicando na primeira, segunda, terceira e quinta edição. Negociante de antiguidade e estudioso da história do Brasil, de artes nacionais e numismática brasileira, fez parte do Conselho Consultivo do SPHAN até o ano de sua morte. Tinha uma loja de antiguidades na rua Chilhe que servia como espaço de encontro entre intelectuais, muitos deles colaboradores da Revista do Patrimônio, como pode ser visto no treco da matéria, sem data, que trata da loja de Francisco Marques: “A loja vivia-lhe cheia de não compradores – o velho Taunay, Jacobina, Paulo, Pires Brandão, Wash Rodrigues, Rodrigo M.F. de Andrade, Gastão Cruls...”. A matéria revela que parte dos colaboradores da Revista estavam inseridos na rede de sociabilidade de Rodrigo Melo Franco.

¹¹⁰ Carta de Rodrigo Melo Franco a Noronha Santos, de 10 de junho de 1942. Ibidem.

¹¹¹ Carta de Rodrigo Melo Franco a Noronha Santos, de 17 de dezembro de 1943. Ibidem.

ilustre patricio Dr. Alberto Rangel solicita-lhe por meu intermédio, o grande favor de lhe transmitir o que consta de seu precioso arquivo ou for do seu doutíssimo conhecimento sobre o seguinte: Ponte de Queiroz (em São Cristovão); Canto do Guilherme (também em São Cristovão). Chacara do Marquês de Barbacena (Na Fábrica das Chitas); quem terá sido Ritchard (talvez negociante de cavalo ou de carruagens).¹¹²

Alberto Rangel, citado por Rodrigo Melo Franco, publicou na sexta edição da Revista do Patrimônio o artigo “O album de Highcliffe”, cujo tema é a produção artística realizada no Brasil, principalmente no período em que Dom Pedro I foi imperador, o que sugere que Rodrigo Melo Franco buscou colaborar com o artigo de Alberto Rangel solicitando dados desse período à Noronha Santos. Dentro do nosso recorte, Noronha Santos publicou os artigos “A igreja de São Francisco Xavier”, “Aqueduto do Carioca”, “Um litígio entre Marceneiros e Entalhadores no Rio de Janeiro” e “O Parque da Praça da República, Antigo da Aclamação”, na primeira, quarta, sexta e oitava edições respectivamente. Como é possível perceber, colaborou com a Revista desde a primeira edição com artigos sobre bens relacionados a cidade do Rio de Janeiro. Como as cartas indicam, esses artigos provavelmente foram realizados a pedido de Rodrigo Melo Franco, tendo em vista que desde a elaboração do primeiro número da Revista Rodrigo já solicitava para amigos e colaboradores do SPHAN a produção de artigos que pudessem figurar na Revista.

Mesmo contando com uma rede de amizade que permitia Rodrigo Melo Franco articular suas ações em torno do SPHAN, os embates sempre estiveram presentes. Nos primeiros anos de atividade do SPHAN, Rodrigo Melo Franco teve que travar uma grande luta com diversos setores da sociedade na luta pela defesa do patrimônio. Grande parte se deu com setores da igreja, que detinham o poder sobre elevados objetos do patrimônio histórico e artístico brasileiro de elevada importância nacional e até então não tinham em mente uma ideia clara do grande valor artístico e histórico que os bens da igreja representavam para a história nacional que se pretendia “resgatar” e salvaguardar. Em diversas ocasiões, Rodrigo Melo Franco denunciava o descaso por parte do setor eclesiástico em relação aos bens da igreja:

(...)Para evitar que as obras de arquitetura, pintura, escultura e artes aplicadas, pertencentes às dioceses no Brasil, não sejam prejudicadas ou sacrificadas pelo efeito de reformas ou outras iniciativas das autoridades eclesiásticas visando a objetivos de utilidade imediata, há grande necessidade de ponderar ou relembrar a referida autoridade a sábia orientação preconizada pela Santa Sé e adotada na legislação e nas instruções canônicas, no sentido da integridade das obras de arte tradicional.

¹¹² Carta de Rodrigo Melo Franco a Noronha Santos, de 28 de maio de 1943. Ibidem

Em verdade, falta frequentemente aos Revd^{os}. Vigários e, por vezes, aos próprios Exm^{os}. Snrs. Bispos Diocesanos a noção exata do valor das obras de arte tradicional e dos objetos de interesse histórico. Falta-lhes sobretudo a compreensão de que o aspecto e as características originais daquelas obras e objetos precisam ser mantidos, na sua autenticidade, com a patina, e o desgaste produzido pelo tempo. Assim também não lhes ocorre o grave inconveniente da introdução de imagens e outros elementos modernos nas igrejas antigas, nem o prejuízo causado aos monumentos de arquitetura religiosa tradicional pela iniciativa de acréscimos inadequados ou de novas construções na sua proximidade imediata(...)¹¹³

Rodrigo Melo Franco recorrentemente buscava por meio dos valores da igreja católica mostrar a importância artística dos bens ligados à igreja. Quando este não era efetivo, recorria à Constituição e exigia a aplicabilidade da lei referente à proteção do patrimônio. Além disso, direcionava-se às figuras representativas dentro da estrutura hierárquica da igreja católica para que estas pudessem intervir em nome do SPHAN:

Recorrendo mais uma vez à sua insigne autoridade da qual já tanto se tem beneficiado esta repartição (vg) venho apelar encarecidamente para Vossa Eminencia no sentido de recomendar a todas representantes eclesiásticas do país o cumprimento disposição Decreto-lei n.25 de 30 de novembro, sobretudo na parte relativa execução obras qualquer natureza em edificio tombado (vg) as quais não podem ser realizadas autorização deste Serviço (pt) Presente apelo é motivado sucessivas infrações referido decreto-lei por parte responsáveis igrejas e conventos inscritos nos livros do Tombo(...)¹¹⁴

Apesar da divergência com alguns setores da igreja católica, em alguns casos Rodrigo Melo Franco não teve resistência.

Um dos grandes objetos de interesse de Rodrigo Melo Franco foi o Mosteiro de São Bento. Algumas cartas mostram que desde a criação do órgão até o momento de sua aposentadoria, Rodrigo esteve diretamente ligado aos processos de preservação do Mosteiro de São Bento, principalmente o localizado na cidade de Olinda em Pernambuco¹¹⁵. A princípio, Rodrigo Melo Franco, por prever resistência por parte do representante do Mosteiro de São Bento em Olinda, envia uma carta justificando dentro dos termos da lei a necessidade de tombamento do Mosteiro:

Atendendo á circunstância de não terdes respondido á notificação nº 120, que vos foi expedida por este serviço em 18 de fevereiro do corrente ano, cumpre-me notificar-vos para, nos termos do artigo 9º, do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e dentro do prazo de 15 dias a contar do recebimento desta, anuides ao tombamento da Igreja de S. Bento sita em Olinda, da qual sois

¹¹³Carta de Rodrigo Melo Franco ao Monsenhor Carlos Chiarlo, de 24 de setembro de 1946. Arquivo IPHAN. Coleção Personalidades. Série: Rodrigo Melo Franco Franco. Subsérie: Correspondências (Nominal)cn. Pasta 02 – Letras A-C. RM/CN 6 a 36. Módulo:34. Caixa:07

¹¹⁴ Carta de Rodrigo Melo Franco a Cardeal Dom Sebastião Leme, sem data. Ibidem

¹¹⁵ No Brasil, os Mosteiros de São Bento se localizam nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Sorocaba, Vinhedo, Salvador Olinda e Joao Pessoa. Em alguns casos é possível identificar de qual localidade se trata o Mosteiro, em outros não aparece a identificação, sendo citado somente o nome do Mosteiro.

*representante legal na qualidade de abade do Mosteiro de São Bento, ou se o quiserdes impugnar, oferecerdes dentro do mesmo prazo, as razões de vossa impugnação.(Grifo nosso)*¹¹⁶

Dom Bonifácio Jansen não se opôs ao pedido de Rodrigo Melo Franco. Ao contrário, entende a importância do SPHAN na conservação dos monumentos que os antepassados com “tantos sacrifícios, tanto espírito e de religião e tanto bom gosto construíram e nos deixaram como preciosa herança, digna de toda estima e veneração”¹¹⁷. Aproveita o ensejo para solicitar ao órgão a realização de obras no Mosteiro, justificando falta de meios por parte da igreja. Por meio de Paulo Barreto e Ayrton de Carvalho¹¹⁸, Rodrigo Melo Franco passa a estabelecer contato direto com o processo de conservação do Mosteiro de São Bento em Olinda.

Com a confiança dos responsáveis pelo Mosteiro de São Bento, Rodrigo Melo Franco agia estrategicamente com o objetivo de obter acesso aos arquivos do Mosteiro. Ele utilizava a Revista do Patrimônio como espaço de divulgação de ações realizadas pelo órgão e principalmente divulgando o histórico desses bens como justificativa da relevância do seu tombamento. Os Mosteiros de São Bento não poderiam deixar de figurar na Revista. Evitando relutância por parte dos representantes dos Mosteiros quanto o acesso aos arquivos, Rodrigo Melo Franco age de forma perspicaz:

Ciente de que deverá, em breve, reunir-se o Capítulo Geral da Congregação Beneditina Brasileira, venho expor e solicitar a Vossa Excelência Reverendíssima o seguinte:

Dado o excepcional valor histórico e cultural dos preciosos arquivos dos Mosteiros de São Bento, os trabalhos de organização e classificação dos livros, manuscritos e documentos que os compõem revestem-se de interesse nacional, incidindo, assim, a preservação e proteção não apenas de imóveis, mas também de bens móveis “cuja conservação seja de interesse público” – como sucede com os referidos arquivos – “quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”, incluídos excepcionalmente entre tais bens as “obras de arte de qualquer natureza, manuscritos e livros antigos e raros”(Decreto-Lei n 25, de 30 de novembro de 1937, arts 1 e 26).

Empenhado no fiel cumprimento desses e dos demais dispositivos da lei que lhe regula as atribuições e o funcionamento... este Serviço julga oportuno solicitar a Vossa Excelência Reverendíssima queira submeter ao Capítulo Geral uma sugestão no sentido de serem conferido ao R. D. Clemente Maria da Silva Nigra, O.S.B., delegado deste Serviço junto aos Mosteiros de São Bento, todas as atribuições e poderes necessários ao cabal desempenho da sua missão de

¹¹⁶ Carta de Rodrigo Melo Franco a D. BonifacioJansen, de 02 de junho de 1938. Arquivo IPHAN. Coleção Personalidades. Série: Rodrigo Melo Franco Franco. Subsérie: Correspondências(Nominal)cn. Pasta 08. RM/Ct – 7 a 9, 16 a 19. Módulo:34. Caixa 10.

¹¹⁷ Carta de D. BonifacioJansen a Rodrigo Melo Franco, de 16 de junho de 1938. Ibidem

¹¹⁸ Paulo Barreto e Ayrton de Carvalho eram do corpo técnico do SPHAN na região do Nordeste. O primeiro, foi arquiteto, professor e integrante do primeiro grupo de técnicos mobilizado por Rodrigo Mello. Publicou artigos nas edições primeira, segunda e décima primeira da Revista do Patrimônio, com os artigos “*Uma casa de fazenda em Jurujuba*”, “*O Piauí e a Sua Arquitetura*” e “*Casa de Câmara e Cadeia*”. O segundo era engenheiro e foi chefe do primeiro Distrito do SPHAN. Contribuiu com a Revista do Patrimônio publicando o artigo “*Algumas notas sobre o uso da Pedra na Arquitetura Religiosa do Nordeste*” na sexta edição.

organizar e catalogar os arquivos dos Mosteiros, sendo-lhe, para esse fim, facilitados os estudos e pesquisas necessários nos mencionados arquivos e, em geral, nos estabelecimentos beneditinos do país(...)¹¹⁹

O primeiro passo de Rodrigo Melo Franco foi tomar parte da reunião do Capítulo Geral da Congregação Beneditina Brasileira. Provavelmente tinha conhecimento da estrutura da Ordem de São Bento. Diferente das demais ordens religiosas, a Ordem de São Bento, seguindo uma tradição própria, privilegia a autonomia de seus mosteiros e congregações. O Abade Primaz, que corresponderia ao superior geral das outras ordens, não possui o mesmo poder que este. Cada mosteiro conserva a sua autonomia. Se Rodrigo Melo Franco desejava ter acesso aos arquivos dos Mosteiros, deveria ter a autorização de cada abade. Nesse sentido, a reunião era um importante meio de comunicação com os representantes de cada Mosteiro. Dado o exposto, Rodrigo Melo Franco se utiliza do Decreto-Lei 25/37 para expor sobre os bens móveis que também devem estar sobre a proteção do órgão, dado a sua importância histórica, cuja organização e classificação é de interesse nacional. Porém, a grande estratégia foi indicar Dom Clemente da Silva Nigra, um monge do Mosteiro de São Bento, como representante do SPHAN, para tratar dos assuntos dos Mosteiros. Ao sugerir a Dom Lourenço Zeller que submetesse ao Capítulo Geral o intuito de dar a Dom Clemente da Silva Nigra todas as atribuições e poderes necessários para organizar e catalogar os arquivos do Mosteiro, Rodrigo Melo Franco certamente teria a garantia de que seu pedido fosse atendido, tendo assim acesso aos arquivos por meio de Dom Clemente da Silva Nigra.

Tenho a honra de acusar o officio do dia 31 de maio do corrente ano, e me julgo feliz de comunicar a V^aExcia. Que pude propor aos Revmos, Senhores Abades reunidos em junta capitular, o seu desejo de conferir ao R.D. Clemente Maria da Silva Nigra O.S.B os poderes necessários para o desempenho da sua missão de delegado do "Serviço etc" juntos aos Mosteiros de nossa Ordem beneditina no Brasil.

Em primeiro lugar tenho de assegurar Vs. Excia de que os Revmos. Sres. Abades reconhecem-lhe agradecidos a fineza de ter encarregado um monge da Ordem da função de delegado do "Serviço". Tenho, pois, a participar a V^a.Excia. que todos os Superiores dos nossos Mosteiros não somente têm o maior interesse de conservar e catalogar os documentos dos próprios arquivos, mas estão também obrigados pelas leis da Igreja a cuidar dele, pelo que há sempre em cada mosteiro um monge encarregado de officio de arquivista. Os Superiores declaram-se dispostos a facilitar ao R.D. Clemente os estudos e pesquisas necessários para o desempenho da sua missão. Darão, portanto, aos respectivos arquivistas ordem de organizar e catalogar os documentos conforme os desejos do "Serviço", e pedem a V^a.Excia se digne fornecer-lhes por escrito as instruções necessárias. Eles estão mui satisfeitos de vêr o R.D. Clemente

¹¹⁹ Carta de Rodrigo Melo Franco ao Arquiabade Dom Lourenço Zeller, de 31 de maio de 1941. Arquivo IPHAN. Coleção Personalidades. Série: Rodrigo Melo Franco Franco. Subsérie: Correspondências(Nominal)cn. Pasta 08. RM/Ct – 7 a 9, 16 a 19. Módulo:34. Caixa 10.

autorizado de dirigir esse trabalho e de fornecer-lhe as cópias dos documentos de interesse para o “Serviço”.¹²⁰

A estratégia de Rodrigo Melo Franco foi efetiva, despertando o interesse dos Abades, obtendo o direito de acesso aos arquivos dos Mosteiros de São Bento. Provavelmente desejava que o acesso aos arquivos gerasse estudos que pudessem ser transformados em artigos para a Revista do Patrimônio. Não à toa, assim como Noronha Santos, Dom Clemente da Silva Nigra foi um dos autores que mais publicaram artigos na Revista. Após a autorização para o acesso aos arquivos, foram sendo publicados sucessivamente textos na Revista, tratando de temas que diziam respeito ao Mosteiro de São Bento. O primeiro artigo seria publicado na quinta edição da Revista com o tema “Os dois grandes lampadários do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro”. Na sexta edição foi publicado o artigo “A prataria Seiscentista do Mosteiro de S. Bento” e “A antiga Fazenda de São Bento em Iguaçu” na sétima. Publica “Temas Pastorais na Arte Tradicional Brasileira” na oitava edição. Sua última colaboração com o periódico seria na nona edição com o artigo “Francisco de Frias da Mesquita, Engenheiro-mor do Brasil”, em que trata da história de Francisco de Frias da Mesquita, um engenheiro-militar e arquiteto português com destacada atuação no Brasil colonial, responsável pela construção da Igreja do Mosteiro de São Bento na cidade do Rio de Janeiro.

O interesse de Rodrigo Melo Franco nos Mosteiros de São Bento revelou-se desde a fundação do SPHAN. Como editor da Revista, mais uma vez, utilizou-se de sua rede, agora criada com alguns Abades representantes do Mosteiro de São Bento, para obter acesso aos arquivos que serviriam como pesquisa para a elaboração de artigos para a Revista, que, como foi possível perceber, teve influência de Rodrigo Melo Franco, na articulação que permitiu a Dom Clemente da Silva Nigra realizar estudos que seriam publicados no periódico do SPHAN.

A rede de sociabilidade de Rodrigo Melo Franco foi um importante mecanismo usado pelo editor da Revista do Patrimônio como base para a construção dos artigos publicados na Revista. Por meio desta rede, Rodrigo Melo Franco também procurou informações de intelectuais que tomava conhecimento por meio da imprensa. Com o interesse de que esses intelectuais publicassem no periódico, buscava saber a procedência dos pesquisadores que lhe interessava. Dessa forma foi estabelecido o seu contato com Deoclécio Redig de Campos. Em 1937, Rodrigo Melo Franco procura Mário

¹²⁰ Carta sem autoria, de 06 de julho de 1941, provavelmente seja de Dom Lourenço Zeller por se tratar de uma resposta à carta enviada por Rodrigo Melo Franco. Ibidem

de Andrade para saber informações sobre o autor depois de tomar conhecimentos de um artigo sobre a existência de um modelo do pintor Anthony Van Dyck no Brasil. Mario de Andrade então responde:

(...) Nunca ouvi falar no tal Van Dyck, nem ninguém. Tenho dado pulos pra saber com quem está, nada, ninguém conhece, ninguém nunca não ouviu falar, ninguém não sabe nem quem é o tal Redig de Campos que escreveu o artigo, aqui provavelmente não mora, pelo menos não tem telefone.¹²¹

Deoclécio Redig Campos mudara-se para a Europa com cinco anos de idade, onde, após o ingresso no curso de restauração do Museu Vaticano em 1930, tomara-se o primeiro conservador-chefe, depois diretor do laboratório de restauração e, mais tarde, diretor geral. É reconhecido por ter sido o responsável pela restauração da *Pietà*, de Miguel Ângelo, que havia sofrido um ataque a marteladas pelo engenheiro húngaro Laszlo Torth. Contribuiu também para a criação de tratamento capaz de restaurar qualquer tipo de pedra e endurecê-la novamente, ainda que tivesse dezenas de técnicas. O SPHAN procurou utilizar a referida técnica na conservação dos profetas de Aleijadinho em Congonhas¹²².

Rodrigo Melo Franco consegue a colaboração de Deoclécio Campos, que publica na terceira edição da Revista o artigo “Um Desenho Preparatório para a “Libertação de São Pedro”, obra da Escola de Rafael, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro”. As cartas trocadas entre ambos fazem revelar que o processo de construção do artigo se deu mediante intensa participação de Rodrigo Melo Franco. Porém, Deoclécio Campos contribui com sugestões que dizem respeito às características tipográficas da Revista. Era de interesse de Deoclécio Campo que o artigo fosse publicado na Revista do Patrimônio por considerá-la um importante meio de difusão de pesquisas sobre o passado brasileiro. Procura sugerir de maneira a melhorar o aspecto físico do periódico, por meio dos recursos técnicos disponíveis.

apresenta a terceiros cumprimentos e lhe envia o ms. do artigo prometido p. a Revista do Patrimônio. Desejaria lhe fossem enviadas as provas tipográficas p. a correção em dupla cópia. Para a ilustração mande-se tirar um exemplar da fotografia Leica feita p. o meu Catálogo em 1937. O número da negativa correspondente é 31, 1. O Fotógrafo foi um certo Hess, alemão. Podendo-se fazer nova fotografia p. evitar o inconveniente da ampliação seria melhor; o Hess (conhecido no Gabinete de Estampas da Bibl. Nac.) a faria muito bem. Desejaria a ilustração à plena pág. “hous-texa”. Desejaria também um certo número de excertos com capa própria, si isto não fôr contrário aos desejos e hábitos da

¹²¹Carta de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, São Paulo, 27 de setembro de 1937,

In.: *Cartas de Trabalho: correspondência com Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade*. Brasília: Fundação Pró-Memória-IPHAN, 1982. p. 77

¹²²ArquivoCentral do IPHAN, Série Personalidades /DeoclécioRedig de Campos, caixa 0017, pasta 0057.

Direção. Posso também, enquanto se estiver compondo o texto na tipografia, mandar executar o cliché aqui pela melhor casa de Roma "Mercandetti", e enviar o próprio cliché a Redação da Revista do S.P.H.A.N.¹²³

No papel de editor, Rodrigo Melo Franco, nesse caso, também interfere no texto, sugerindo correções, modificando a ortografia, o que provoca uma dúvida por parte de Deoclécio Campos a respeito da ortografia. Por morar na Europa desde os cinco anos de idade, não acompanhava os processos de reforma ortográfica da língua Portuguesa, o que faz surgir o questionamento e acatar as sugestões de Rodrigo Melo Franco.

Aqui vai parte das provas corrigidas: falta o capítulo sobre Miguel-Ângelo, o último, q' irá pela próxima mala não tenho eu tido tempo para o revêr pela segunda vez como fiz com os outros.

Notei q' a ortografia adoptada não é nem a moderna nem a antiga, mais uma espécie de ortografia reformada com menor quantidade de acentos. É regra das publicações do Ministério?

Fiz muitas correções, mas espero na sua bondosa aprovação e paciência porque é nosso intêresse q'. êstes escritos sejam publicados na melhor forma possível. Aliás a grande maioria das ementas são puramente tipográficas. Nas primeiras páginas, com tinta vermelha, fiz algumas correções de accentos de acôrdo com a ortografia reformada.¹²⁴

Na mesma carta Deoclécio Campo pede que Rodrigo Melo Franco envie provas em duplo exemplar bem revisadas para que o artigo possa finalmente ser publicado. Sugere ainda que se ordene a numeração das ilustrações caso seja necessário modificá-las e que mudou a ordem numérica de cada capítulo, solicitando a aprovação de Rodrigo Melo Franco.

Como visto, Rodrigo Melo Franco não media esforços em articular profissionais e intelectuais que possuísam reconhecimento público, contribuindo para o aumento da credibilidade da Revista do Patrimônio. Assim, era de seu interesse que intelectuais estrangeiros colaborassem com o periódico, pois daria credibilidade não só nacional, como também internacionalmente, na medida que os trabalhos do órgão pudessem ser divulgados no exterior. Uma das figuras estrangeiras convidada por Rodrigo Melo Franco seria Roberth Smith. Era um reconhecido estudioso da arquitetura colonial brasileira, particularmente a jesuíta e baiana, além da arquitetura civil, do mobiliário do século XVIII e das artes plástica luso-brasileira. Como relata o próprio Robert Smith, Rodrigo Melo Franco demonstrara interesse em seus estudos no período anterior a criação do SPHAN:

¹²³Carta enviado por DeoclécioRedig de Campos a Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, sem data. Ibidem

¹²⁴Carta enviado por DeoclécioRedig de Campos a Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, datada de 1940. Ibidem

Conheci-o primeiro em 1937, quando visitavam os velhos sítios do Brasil colonial e lá descobria a maravilha da transplantação do barroco português. Trocamos impressões num dia de março, quando nascia o grande Serviço criou." O senhor, que conhece a arte Portuguesa, pode ser-nos útil aqui no Brasil," disse-me o Doutor Rodrigo, naquela primeira entrevista.¹²⁵

No intuito de expandir os estudos sobre o patrimônio brasileiro fora do Brasil, Rodrigo Melo Franco facilitou as viagens de Robert Smith pelo Brasil para realizar pesquisas, divulgou seus artigos, organizou exposições e conferências para que pudesse apresentar seu trabalho.

Facilitou, no Brasil, as minhas viagens e pesquisas; enviou-me, no estrangeiro, fotografias, livros, apontamentos. Publicou os meus estudos, mandou circular as minhas exposições fotográficas, promoveu as minhas conferências.¹²⁶

As ações de Rodrigo Melo Franco como editor da Revista do Patrimônio mostram um personagem de múltiplos papéis. Com Robert Smith, ganha destaque o papel do tradutor. As cartas permitem compreender que mesmo escrevendo bem na língua portuguesa, Robert Smith ao enviar o artigo para publicação, o fazia em inglês. Rodrigo Melo Franco então se encarregava de fazer as traduções, ao mesmo tempo que propunha correções e sugestões ao texto.

Muito contente por ter agora o esclarecimento do mistério das omissões das páginas 22 para 23, concordo com a sua sugestão, autorizando a introdução da vírgula depois de *houses* e do verbo *werelogo* a seguir, como disse o Senhor... Agradeço-lhes os dois pelo cuidado com que tem lido o meu trabalho, e a extraordinária cortesia de me comunicar as suas impressões.¹²⁷

A respeito das citações em francês e inglês, deixo a decisão com o Senhor, que conhece melhor do que eu a capacidade linguística do leitor brasileiro.¹²⁸

O interesse de Rodrigo Melo Franco na figura de Robert Smith teve o retorno desejado, na divulgação das atividades do órgão e dos seus estudos elaborados na linha editorial do SPHAN. Robert Smith foi um dos responsáveis por publicar textos sobre o SPHAN em publicações estrangeiras, como nos manuais americanos especializados:

Sobre o merecimento das publicações acima enumeradas, o correito conceito emitido a seu respeito no "Handbook of Latin American Studies" de 1938, editado pelo "The Committee on Latin American Studies" do American Council of Learned Societies (Cambridge –Massachusetts, Harvard University Press, 1939): "... the SPHAN, organization which for the last few years has beendoing admirable service in the various fields of Brazillian art and archeology."¹²⁹

¹²⁵Arquivo Central do IPHAN, Série Personalidades /Smith, Robert, caixa 0119, pasta 0388.

¹²⁶ Ibidem

¹²⁷ Carta de Robert Smith para Rodrigo Melo Franco, de 21 de junho de 1951. Ibidem

¹²⁸ Carta de Robert Smith para Rodrigo Melo Franco, sem data. Ibidem

¹²⁹Relatório de Atividades do ano de 1939 e projeções para o ano de 1940 - Documento interno do Ministério da Educação e Saúde. Arquivo Central do IPHAN, série Documentos Técnico Administrativos, caixa 243, pasta 49.

The official organ of a governmental department devoted to the preservation of historic buildings and sites. Contains almost exclusively short monographs on colonial craftsmen and their work. Most of the articles are written by members of the staff and are concerned with the results of undertakings and research sponsored by SPHAN. There are special bibliographies, but no book reviews. The illustrations, sometimes in color, are very fine.¹³⁰

Robert Smith publicou na quinta e nona edições da Revista do Patrimônio, com os respectivos artigos: “O códice de Frei Cristovão de Lisboa” e “Documentos baianos”. Sua escolha pode ser vista dentro da estratégia de Rodrigo Melo Franco de divulgação das atividades do SPHAN no estrangeiro. Contribui para compreender a versatilidade de Rodrigo Melo Franco no que diz respeito às articulações realizadas nos universos de publicação dos artigos na Revista, um editor completo, exercendo, quando necessário, o papel de tradutor.

Os investimentos em pesquisas não se restringiam aos técnicos regionais e a Robert Smith. Dentro do quadro técnico do SPHAN da antiga capital federal, Rodrigo Melo Franco constantemente estimulava os técnicos da sua repartição a estudar, fazer pesquisas. Sem distinção entre os técnicos, mesmo a sua recente contratada secretária, Judith Martins, sem domínio de qualquer discussão sobre o patrimônio, era obrigada a pesquisar por ordem de Rodrigo Melo Franco. Como revela Judith Martins, a sua publicação na terceira edição da Revista do Patrimônio do texto “O primeiro Depoimento Estrangeiro sobre Aleijadinho”, foi feita por imposição de Rodrigo Melo Franco:

Foi a primeira coisa que começou a fazer (estimular a pesquisa) desde que nós chegamos aqui. Eu, inteiramente alheia a esses assuntos, já em 1938 publicava uma pequena bibliografia comentada sobre o Aleijadinho. Por imposição dele. Quer dizer, em dois anos, de 1936 para 1938, já publicando um artigo! Foi a primeira bibliografia publicada, comentada, sobre o Aleijadinho. Em 1938.¹³¹

Além das pesquisas, Judith Martins revela que Rodrigo obrigava os funcionários de sua repartição a estudarem em cursos na Cultura Inglesa e Aliança Francesa. Para os estudos de História da Arte, contratou Hanna Levy, que lecionava três aulas durante a semana, tratando desde a arte pré-histórica a contemporânea. Judia emigrada da Alemanha, Hanna Levy cursou na Sorbonne. Foi contratada por indicação de Aníbal Fernandes¹³². Como não tinha conhecimento da arte brasileira, fora obrigada por Rodrigo

¹³⁰ *Latin American Periodicals currently received in the Library of the Congress and in the Library of the Department of Agriculture*, 1944. Arquivo Central do IPHAN, série Documentos Técnico-Administrativos, caixa 243, pasta 49, fl. 7.

¹³¹ Entrevista com Judith Martins/[org. Ana Lucia Thompson]. – Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2009, P 39.

¹³² Aníbal Gonçalves Fernandes foi professor, jornalista e membro da Academia Pernambucana de Letras e do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Publicou artigo na primeira edição da Revista do Patrimônio cujo título é “*A Igreja dos Montes Guararapes*”.

Melo Franco a frequentar o curso de História da Arte Brasileira na antiga Universidade do Distrito Federal. Como diretor e editor atento, Rodrigo Melo Franco não achava o português dos funcionários de sua repartição eficiente, obrigando-os a fazer curso de português¹³³. Podemos apreender que era da vontade de Rodrigo Melo Franco que Hanna Levy aprendesse a língua portuguesa e se aprofundasse nos estudos sobre história da arte brasileira. Devido a sua formação, era evidente que o editor da Revista do Patrimônio tinha interesse na publicação dos seus textos.

Hanna Levy permaneceu no Brasil durante 10 anos (1937-1947). Nesse período, entre 1937 e 1940, ministrou o curso de História da Arte para os funcionários do SPHAN e nos anos de 1940 e 1947 foi responsável pelas pesquisas em História da Arte na instituição (NAKAMUTA, 2010). No período em que trabalhou como pesquisadora do SPHAN, foi o momento em que iniciou a publicação de seus artigos na Revista do Patrimônio. Incentivada por Rodrigo Melo Franco a estudar formalmente a língua portuguesa, Hanna Levy provavelmente já estava mais acessível ao idioma nesse período, o que teria feito com que mudasse de função.

Ao longo desse trabalho foi possível perceber que Rodrigo Melo Franco editor realizou diversas articulações cujo interesse era a produção de artigos para a Revista, o que permite afirmar que o caso de Hanna Levy não seria indiferente. Talvez isso justifique o fato de Hanna Levy ter publicado em cinco edições da Revista do Patrimônio durante o período em que esteve no Brasil, logo após assumir o cargo de pesquisadora do órgão¹³⁴. Se, a princípio, como afirmou Judith Martins, Hanna Levy não tinha qualquer conhecimento sobre história da arte brasileira, suas publicações revelam que, por incentivo de Rodrigo Melo Franco, tornou-se uma grande estudiosa da arte colonial brasileira. Se enquadra no pequeno grupo de maiores colaboradores da Revista do Patrimônio.

¹³³ Entrevista com Judith Martins/[org. Analucia Thompson]. – Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2009, P 40.

¹³⁴ Hanna Levy publicou os artigos “*Valor histórico e artístico: importante problema da história da arte*” (4ª edição/1940), “*A propósito de três teorias sobre o Barroco*” (5ª edição/1941), “*A pintura colonial no Rio de Janeiro: notas sobre suas fontes e alguns de seus aspectos*” (6ª edição/1942), “*Modelos europeus na Pintura Colonial*” (8ª edição/ 1944) e “*Retratos coloniais*” (9ª edição/1945).

2.4 A “mão do autor e a mente do editor” na Revista do Patrimônio.

Nos 8 volumes da Revista analisados, foram publicados 97 artigos com autoria¹³⁵. Os artigos revelam um interessante aspecto a respeito da rede de sociabilidade que se estabeleceu dentro da Revista: dentre estes, podemos perceber a ausência de rotatividade, relevando um certo caráter elitista na escrita do patrimônio. A distribuição de autores por edições podem ser analisadas no quadro abaixo:

QUADRO I - Distribuição de autores, entre 1937 e 1947, por edições e número de publicações em ordem decrescente.

Autores	Edições	Número de artigos publicados
Noronha Santos	1,4,6,8	4
Artur Cesar Ferreira Reis	5,6,7,8	4
Salomão de Vasconcelos	2,3,4,5	4
Hanna Levy	4,5,6,8	4
D. Clemente Maria da Silva Nigra	5,6,7,8	4
Francisco Marques dos Santos	1, 2, 3,5	4
Lucio Costa	1,3,5	3
Paulo T. Barreto	1,2	2
Joaquim Cardoso	3,4,7	3
Nair Batista	3,4,5	3
Cônego Raimundo Trindade	7,8	2
Gilberto Freyre	1,7	2
Raimundo Lopes	1,2	2
Godofredo Filho	1,3	2
Mario de Andrade	1,5	2
Carlos Estevão	2,3	2
Alberto Lamego	2,04	2
Estevão Pinto	2,7	2
Lourenço L. Lacombe	2,8	2
Manuel Bandeira	2,6	2

¹³⁵Na 1ª edição da Revista do Patrimônio encontra-se 4 notas sem autoria. Uma trata do diário de Louis Vauthier que, como foi apontado, foi escrita por Gilberto Freyre com ajuda de Rodrigo Melo Franco. As outras tratam de museus nacionais, sendo eles: “*Museu Regional de Olinda*”, “*Museu Mariano Procopio, de Juis de Fóra*” e “*Museu Coronel David Carneiro, em Curityba*”.

Luiz Jardim	3,4	2
Judite Martins	3,4	2
Luiz Saia	3,8	2
Luiz Camilo	3,4	2
Serafim Leite	6,8	2
Gastão Cruis	5,6	2
C.F.Ott	7,11	2
Robert Smith	5	1
J.w Rodrigues	7	1
J. de SouzaLeão Filho	1	1
Rodrigo Mello.	2	1
Afonso de E. Taunay	1	1
Heloisa Alberto Torres	1	1
Roquette Pinto	1	1
Anibal Fernandes	1	1
Nuto Sant'Anna	1	1
Epaminondas de Macedo	1	1
A.L. Pereira Ferraz	2	1
Romulo Barreto de Almeida	2	1
Francisco Venâncio Filho	2	1
DeoclécioRedig de Campos	3	1
Helcio Dias	3	1
Afonso Arinos de Melo Franco	3	1
José de Souza Reis	3	1
María de Lourdes Pontual	4	1
W.P	4	1
Davi D. da Silva Carneiro	4	1
Sergio Buarque de Holanda	5	1
E. Orosco	5	1
Alberto Rangel	6	1
Ayrton Carvalho	6	1
José de Almeida Santos	6	1
Michel Benisovich	7	1
L.L Vauthier	7	1

Curt Nimuendaju	8	1
Total de autores: 55		Total de artigos: 97

O Quadro I revela que, dentre os 55 autores, pelo menos 27 publicaram em duas ou mais edições da Revista do Patrimônio. Os motivos para a forte presença dos mesmos autores em diversas edições, como foi abordado neste capítulo, decorre da formação profissional e a ligação que esses autores estabeleciam com Rodrigo Melo Franco e o SPHAN. As cartas, os recortes de jornais e os documentos oficiais, revelam um importante aspecto da constituição das ações do SPHAN refletidas no periódico, apontando o pensamento sobre o patrimônio característico a um domínio específico do quadro especializado, demarcando um espaço de concentração do discurso sobre o patrimônio.

Essa lógica se solidifica quando analisamos esse período como um momento em que os conceitos e valores sobre o patrimônio envolvendo a história, a arte e arquitetura estavam sendo construídos. Era um clima novo de conhecimento que se estabelecia. A Revista representou um espaço único de análise desses conceitos. A ausência de rotatividade pode ser estabelecida dentro desse quadro. O pensamento sobre o patrimônio, por sua recente abordagem, era elaborado dentro de um grupo restrito de intelectuais ligados à rede de sociabilidade de Rodrigo Melo Franco. Por isso, ele exerce um controle direto sobre a construção das narrativas sobre o patrimônio que se estabeleceram dentro da Revista. Ao observamos os Quadros II e III, fica evidente a relação que Rodrigo Melo Franco teve com a escrita dos artigos.

Quadro II - Cartas enviadas por Rodrigo Melo Franco e sua relação com os artigos da Revista do Patrimônio

Destinatário	Função (ocupação do destinatário)	Ano	Assunto /tema	Ações de Rodrigo Melo Franco	Título do artigo/trabalho	Edição publicada
Arquiabade Dom Lourenço Zeller	D. Arquiabade de São Bento e Bispo Titular de Dorilea.	1941	Reunião do Capítulo Geral da Congregação Beneditina.	Rodrigo Melo Franco sabendo da reunião dos Abades dos Mosteiros de São Bento sugere a Dom Lourenço Zeller que indique o monge Dom Clemente da Silva Nigra, delegado do SPHAN, para organizar e catalogar os arquivos dos Mosteiros de São Bento de interesse do SPHAN. A pesquisa resultou em 4 artigos, dentro do recorte proposto, realizado por Dom Clemente da Silva Nigra..	<i>Os dois grandes lampadários do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro</i>	5ª
					<i>A prataria Seiscentista do Mosteiro de S. Bento"</i>	6ª
					<i>A antiga Fazenda de São Bento em Iguaçu</i>	7ª
					<i>Temas Pastorais na Arte Tradicional Brasileira</i>	8ª
Augusto Meyer	Direto Regional da 7ª região SPHAN – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.	1937	Texto para a Revista do Patrimônio	Sugere estudos sobre bens a serem tombados pelo SPHAN na região sul do Brasil e autores que possam colaborar.	Não teve artigos publicados.	
Luis Saia	Arquiteto e Diretor Regional da Divisão de Estudos de Tombamentos do SPHAN em São Paulo	1939	Artigo para a Revista do Patrimônio e possível divergência com Gilberto Freyre	Sugere que vai interferir no texto por perceber ideias que descaracterizam os estudos realizados por Gilberto Freyre	<i>O Alpendre nas Capelas Brasileiras</i>	3ª
		1941	Fotos para artigo da Revista do Patrimônio	Solicita, a pedido de Lucio Costa, que Luis Saia mande fotografar o retábulo do altar-mor da Capela de Santo Antônio no município de São Roque para ilustrar um trabalho já pronto para o próximo número da <i>Revista</i> .	<i>A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil (Lucio Costa)</i>	5ª
		1944-1947	Artigo para a Revista do Patrimônio	Solicita notas, desenhos e fotos dos bens restaurados pelo SPHAN que serão tratados no artigo.	<i>Notas sobre a Arquitetura Rural Paulista do Segundo Século</i>	8ª
Mario de Andrade	Assistente Técnico da 6ª Região Administrativa do SPHA – São Paulo	1937	Artigo para a Revista do Patrimônio	Sugere estudos sobre bens a serem tombados pelo SPHAN em São Paulo e autores que possam colaborar.	<i>A Capela de Santo Antônio</i>	1ª
					<i>A igreja dos Remédios (Nutto Sant'anna, por indicação de Mario de Andrade)</i>	
Noronha Santos	Historiador e colaborador do SPHAN	1943	Informações para escrita de artigo para a Revista do Patrimônio.	Solicita algumas informações históricas sobre alguns pontos da cidade do Rio de Janeiro a pedido de Alberto Rangel	<i>O album de Highcliffe (Alberto Rangel)</i>	6ª

III – Cartas recebidas por Rodrigo Melo Franco e sua relação com os artigos da *Revista do Patrimônio*

Emissor	Função (Ocupação do emissor)	Ano	Assunto/tema	Conteúdo do assunto/tema	Título do artigo	Edição publicada
Deoclécio Campos	Conservador-chefe, diretor do laboratório de restauração e diretor geral do Museu do Vaticano.	Sem data	Artigo para a Revista do Patrimônio	Informa está enviando o manuscrito do artigo prometido para correção. Opina a respeito da característica tipográfica do artigo.	<i>Um Desenho Preparatório para a "Libertação de São Pedro", obra da Escola de Rafael, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro</i>	3ª
		1940	Artigo para a Revista do Patrimônio	Informa está enviando as provas corrigidas e questiona a respeito das correções realizadas por Rodrigo Melo Franco a respeito da ortografia.		
Dom Lourenço Zeller	D. Arquiabade de São Bento e Bispo Titular de Dorilea.	1941	Resposta à carta de Rodrigo Melo Franco solicitando a indicação do monge Dom Clemente da Silva Nigra, delegado do SPHAN, para organizar e catalogar os arquivos dos Mosteiros de São Bento.	Informa a Rodrigo Melo Franco que os Abades dos Mosteiros de São Bento autorizaram o delegado do SPHAN, Dom Clemente da Silva Nigra, acessar e organizar os arquivos dos Mosteiros.	<i>Os dois grandes lampadários do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro</i>	5ª
					<i>A prataria Seiscentista do Mosteiro de S. Bento</i>	6ª
					<i>A antiga Fazenda de São Bento em Iguaçú</i>	7ª
					<i>Temas Pastorais na Arte Tradicional Brasileira</i>	8ª
Gilberto Freyre	Sociólogo e colaborador do SPHAN.	Sem Data	Trata do prefácio sobre o diário de Louis Vauthier	Pede que Rodrigo Melo Franco faça as devidas modificações no texto enviado.	<i>Louis Vauthier e o seu diário inédito de uma viagem ao Brasil</i>	1ª
					<i>Casas de Residência no Brasil – Introdução (Gilberto Freyre trata das cartas e do diário de Vauthier sobre a arquitetura doméstica no Brasil.)</i>	7ª
		1937	Artigo do para a Revista do Patrimônio	Informa a Rodrigo Melo Franco que Aníbal Fernandes deve enviar um artigo sobre a arquitetura do Recife.	<i>A Igreja dos Montes Guararapes</i>	1ª

Lucio Costa	Arquiteto e Diretor da Divisão de Estudos de Tombamento do SPHAN	Sem data	Artigo para a Revista do Patrimônio	Rascunho de um artigo para a Revista do Patrimônio feito à mão.	<i>Documentação Necessária</i>	1ª
Luís Saia	Arquiteto e Diretor Regional da Divisão de Estudos de Tombamentos do SPHAN em São Paulo	1946	Resposta à carta de Rodrigo Melo Franco a respeito do artigo para a Revista do Patrimônio	Informa estar enviando as notas e fotos para o artigo da Revista conforme solicitado por Rodrigo Melo Franco.	<i>Notas sobre a Arquitetura Rural Paulista do Segundo Século</i>	8ª
		1947	Artigo da Revista do Patrimônio	Questiona a disponibilidade das notas e dos gráficos na impressão final do artigo.		
Mario de Andrade	Assistente Técnico da 6ª Região Administrativa do SPHA – São Paulo	1937	Artigo para a Revista do Patrimônio	Informa estar enviando o artigo solicitado por Rodrigo Melo Franco e pede opinião do mesmo sobre o artigo.	<i>A Capela de Santo Antônio</i>	1ª
Salomão de Vasconcelos	Historiador e colaborador do SPHAN em Minas Gerais	1938	Artigo para a Revista do Patrimônio	Informa ter recebido a carta de Rodrigo Melo Franco elogiando o artigo e se demonstra satisfeito em saber que o artigo será publicado.	<i>Relíquias do Passado</i>	2ª
Robert Smith	Historiador da arte	1951	Artigo para a Revista do Patrimônio	Concorda com as sugestões propostas por Rodrigo Melo Franco a respeito do artigo.	<i>Documentos Baianos</i>	9ª

As cartas analisadas nos quadros II e III revelam que Rodrigo Melo Franco esteve envolvido de forma direta ou indireta na produção de 19 artigos. Tomando o depoimento de Judith Martins, podemos somar o artigo que, segundo ela, foi uma exigência de Rodrigo Melo Franco. Além disso, no depoimento, Judith Martins é clara ao frisar que Rodrigo Melo Franco solicitou que Hanna Levy realizasse o curso de História da Arte Brasileira, tema dos seus 4 artigos na Revista. As cartas trocadas com Noronha Santos permitem afirmar que da mesma maneira que Rodrigo Melo Franco solicitava informações sobre os bens a serem tombados na cidade do Rio de Janeiro, também o fazia na produção dos artigos para a Revista, tendo em vista que Noronha Santos tratou

somente de aspectos da história do Rio de Janeiro no periódico. Nesse universo, percebemos a influência de Rodrigo Melo Franco na produção de 28 artigos dentre os 97 publicados. Se levarmos em consideração outros aspectos, essa influência torna-se ainda maior. Quando foi tratado que Rodrigo Melo Franco informa a Mario de Andrade que o primeiro número da Revista não saíra na data prometida, devido ao atraso no envio dos artigos por parte de Heloisa Alberto Torres, Roquette Pinto e Augusto Meyer, podemos sugerir, diante da análise realizada, que os artigos podem ter sido solicitados por Rodrigo Melo Franco, como ficou claro nas cartas trocadas com Augusto Meyer e Mario de Andrade a respeito do primeiro número da Revista. Francisco Marques dos Santos, que publicou em 4 edições da Revista, dentro do nosso recorte, era membro do Conselho Consultivo do SPHAN e permaneceu até o seu falecimento. Vimos aqui que o autor foi um dos grandes colecionadores da cidade do Rio de Janeiro, possuindo uma loja de antiguidades na Rua Chile, frequentada por diversos intelectuais, sendo alguns deles colaboradores da Revista do Patrimônio, como Afonso de Taunay¹³⁶, Wasth Rodrigues¹³⁷, Gastão Cruls¹³⁸, além de Rodrigo Melo Franco. Essa rede sugere que a participação desses autores se deu por intermédio de Rodrigo Melo Franco, tendo em vista que frequentavam os mesmos espaços de sociabilidade.

As cartas mostraram que Rodrigo Melo Franco exigia dos funcionários do SPHAN a publicação de artigos relacionado a região onde estavam desenvolvendo seus trabalhos. Isso revela um importante quadro sobre o grande número de colaboradores da Revista do Patrimônio ligados ao Conselho do SPHAN e/ou a Diretórios Regionais. Ayrton de Almeida Carvalho (chefe do 1º Distrito Histórico Regional de Pernambuco do SPHAN)¹³⁹, Epaminondas de Macedo (Colaborou como engenheiro do SPHAN em Minas Gerais)¹⁴⁰, Godofredo Filho (Poeta e colaborador do SPHAN em Salvador)¹⁴¹, José Wasth

¹³⁶ Afonso de Taunay publicou na 1ª edição da Revista do Patrimônio o artigo “O forte de São Tiago da Bertioiga”

¹³⁷ José Wasth Rodrigues publicou na 7ª edição da Revista do Patrimônio o artigo “Móveis antigos de Minas Gerais”.

¹³⁸ Gastão Cruls publicou na 5ª edição da Revista do Patrimônio o artigo “Decoração das malocas indígenas” e na 6ª edição o artigo “Arqueologia Amazônica”.

¹³⁹ Arquivo Central do IPHAN, Série Personalidades / Ayrton de Almeida Carvalho. Caixa 20/Pasta 68.01. Ayrton de Carvalho publicou na 6ª edição da Revista do Patrimônio o artigo “Algumas notas sobre o uso da Pedra na Arquitetura Religiosa do Nordeste”.

¹⁴⁰ Arquivo Central do IPHAN, Série Personalidades / Epaminondas Macedo. Caixa 66/Pasta 220.03. Epaminondas de Macedo publicou na primeira edição da Revista do Patrimônio o artigo “A Capela de N. S. de Sant’ana”.

¹⁴¹ Arquivo Central do IPHAN, Série Personalidades / Godofredo Filho, Caixa 46/Pasta 61. Godofredo Filho publicou na 1ª e 3ª edição da Revista do Patrimônio os artigos “Seminário de Belém da Cachoeira” e “A Torre e o Castelo de Garcia d’Ávila” respectivamente.

Rodrigues (Pintor, estudioso da pintura histórica, foi Conselheiro do SPHAN)¹⁴², José de Souza Reis (subsecretário do SPHAN de 1938 a 1980)¹⁴³, Paulo Thedim Barreto (Arquiteto integrante do primeiro grupo de técnicos do SPHAN)¹⁴⁴, Nair Batista(Trabalhou como técnica do SPHAN)¹⁴⁵, Afonso Arinos de Melo Franco(Historiador e Conselheiro do SPHAN)¹⁴⁶, todos esses colaboradores, ao mesmo tempo que realizavam atividades para o SPHAN, utilizavam o espaço da Revista como legitimação das ações do próprio órgão, por intermédio de Rodrigo Melo Franco.

Outro colaborador assíduo, sendo o que mais escreveu artigos para a Revista do Patrimônio, sendo 7 no total, contabilizando 4 dentro do nosso recorte¹⁴⁷, foi Artur César Ferreira Reis. Importante Historiador e Geógrafo nascido em Manaus. Foi secretário do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, debruçou sobre pesquisas relacionadas a região amazônica para a Revista. Seus artigos representam o patrimônio esquecido por parte da política de tombamento do SPHAN. Em carta enviada a Artur César no mês de setembro de 1956, tratando do artigo que seria publicado na 13ª edição da Revista do Patrimônio, é possível notar o papel de editor de Rodrigo Melo Franco, ao solicitar a Artur César que verifique a necessidade de acréscimo ou alteração do seu texto¹⁴⁸. Essa carta sugere que Rodrigo Melo Franco mantinha um diálogo com Artur César a respeito dos artigos, o que permite supor que esteve envolvido no processo de construção dos artigos publicados pelo autor na Revista.

Tendo em vista o perfil dos autores, a análise das 8 primeiras edições da Revista admite perceber a predominância de artigos sobre arquitetura, arte e história, caracterizando quase a totalidade das publicações. Permite afirmar que a política editorial do SPHAN visava difundir os valores referentes à preservação do patrimônio cultural

¹⁴² Arquivo Central do IPHAN, Série Personalidades /J.W. Rodrigues, Caixa99/Pasta 328.10.

¹⁴³ Arquivo Central do IPHAN, Série Personalidades /REIS, José de Souza. Caixa96/Pasta 320. José de Souza Reis publicou na 3ª edição da Revista do Patrimônio o artigo “O Adro do Santuário de Congonhas”.

¹⁴⁴ Arquivo Central do IPHAN, Série Personalidades /BARROSO, Paulo Thedim . Caixa 14/ Pasta 48. Paulo Thedim Barreto publicou na 1ª e 2ª edição da Revista do Patrimônio os artigos “Uma casa de fazenda em Jururuba” e “O Piauí e sua arquitetura” respectivamente.

¹⁴⁵ Nair Belo publicou na 3ª, 4ª e 5ª edição da Revista do Patrimônio os artigos “Pintores no Rio de Janeiro Colonial (notas bibliográficas)”, “Valentim da Fonseca e Silva” e “Caetano da Costa Coelho e a pintura da Ordem 3ª de São Francisco da Penitencia” respectivamente.

¹⁴⁶ Afonso Arinos publicou na 3ª edição da Revista do Patrimônio o artigo “O primeiro depoimento estrangeiro sobre Aleijadinho”.

¹⁴⁷ Artur César Ferreira Reis publicou os artigos “Vestígios artísticos da dominação lusitana na Amazônia História” na 5ª, “Roteiro Histórico das Fortificações do Amazonas História” na 6ª, “Das condições defensivas da Capitania do Pará ao findar o século XVIII Documentação” na 7ª e “Aspectos da Amazônia na sexta década do século XVIII” na 8ª edição da Revista do Patrimônio.

¹⁴⁸ In: SILVA, Cintia Mayume de Carli. Revista do Patrimônio: editor, autores e temas. 185 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens culturais). Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Rio de Janeiro, 2010. P 84.

brasileiro para um público amplo, mas o caráter predominante dos temas restringia a sua distribuição ao grupo que se interessava em discutir a identidade nacional brasileira e seus monumentos. Pretendia dar legitimidades às ações realizadas pelo SPHAN, consagrando assim os monumentos históricos como patrimônio a serem preservados.

Os artigos tornam evidentes como o SPHAN, na representação de Rodrigo Melo Franco, privilegiou objetos da cultura material, da história oficial do Brasil, como foco de preservação, deixando à margem outros elementos da cultura nacional. Embora figure na Revista artigos como os de Artur César Ferreira Reis, ou os de Heloisa Alberto Torres e Roquette Pinto, que procuraram tratar dos aspectos etnográficos da cultura brasileira, esses textos tiveram pouca visibilidade na escrita que se estabeleceu sobre a identidade brasileira. A identidade brasileira não estava posta, ela estava sendo construída nos mais diversos espectros da sociedade, dentro das ações do Estado Novo. No espaço privilegiado representado pela Revista do Patrimônio, ela ganhou contornos voltados para os aspectos materiais da cultura brasileira.

Os dados e os documentos confirmam que a Revista representou um espaço de campo estruturado, cuja estrutura de especialistas formada por Rodrigo Melo Franco representava o discurso oficial sobre a história e o patrimônio brasileiro. As formas culturais institucionalizadas e objetivadas de representação coletiva são anexadas ao campo do patrimônio e encontram respaldo nas funções de representações simbólicas. Tais formas aparecem configuradas na Revista como condição para publicar na Revista, de autores que pertencem a um meio especializado, agentes reconhecidos como especialistas nas suas áreas de atuação, que se organizam em torno da Revista, estabelecendo um campo específico na escrita do patrimônio.

No capítulo anterior abordamos a importância das cartas na construção da “identidade de si”. Essa construção evidencia como uma trajetória individual tem um percurso que se altera ao longo do tempo, mostrando como o mesmo período da vida de uma pessoa pode ser “dissecado” em ritmos de tempos diversos. Há o tempo da casa, o tempo do trabalho, etc. Neste capítulo, procuramos abordar a atuação de Rodrigo Melo Franco editor. Como afirma Ângela de Castro Gomes, a correspondência constitui, simultaneamente, o sujeito e seu texto (GOMES,2004). Implica uma interlocução, uma troca, um jogo de interesses entre quem escreve e quem lê. As cartas aqui analisadas permitiram compreender a Revista do Patrimônio por uma outra perspectiva.

A Revista do Patrimônio recorrentemente é tratada como espaço de consagração da escrita do patrimônio. Nesse processo, as abordagens tendem a direcionar a escrita

dos artigos publicados na Revista aos intelectuais e técnicos que nelas publicaram ou a própria imagem do órgão como patrono dessa escrita. Se, em alguns casos, Rodrigo Melo Franco é citado como parte desse processo, nada se apresentou sobre sua real influência no processo de construção dos artigos da Revista. Debruçando sobre o papel de Rodrigo Melo Franco editor, por meio das cartas, foi possível apreender um outro universo constituído em torno da Revista do Patrimônio. Entender que mesmo antes de se tornar diretor do SPHAN, Rodrigo Melo Franco já exercia funções de editor que influenciaram diretamente no seu papel frente à política editorial do SPHAN. Dentro da abordagem teórica a respeito do papel do editor, dos processos de autoria e produção de textos, percebemos como Rodrigo Melo Franco soube articular por meio de sua rede de sociabilidade a produção de artigos a serem publicados na Revista. O seu papel de líder carismático na missão de proteção do patrimônio, além da articulação enquanto intelectual orgânico do patrimônio, definiu essa rede de sociabilidade a uma classe específica de intelectuais organizados como grupos sociais filiados ao projeto político de poder vinculado ao Estado Novo. O engajamento estava direcionado ao conflito pela hegemonia cultural nacionalista e, principalmente, sobre a consolidação das narrativas “vencedoras” sobre o patrimônio.

Como foi visto, Rodrigo Melo Franco assinou somente um artigo publicado na Revista do Patrimônio dentro do nosso recorte. Grande parte dos artigos de sua autoria eram publicados em jornais, palestras e afins. Mesmo não assinando os artigos da Revista do Patrimônio, pudemos visualizar neste capítulo que Rodrigo Melo Franco esteve envolvido diretamente na elaboração de praticamente todos eles, ora solicitando estudos do seu interesse, ora interferindo na escrita, traduzindo, corrigindo. Sugere que praticamente nenhum artigo passou livre do seu olhar de editor. Permite afirmar que, de certa maneira, Rodrigo Melo Franco também foi o autor dos artigos publicados, revelando o importante papel realizado por ele na consagração do patrimônio no período estudado. A ideia de patrimônio era determinada pela concepção que Rodrigo Melo Franco tinha do que era patrimônio e deveria ser preservado.

Após análise do processo de construção dos artigos para a Revista do Patrimônio, no próximo capítulo tomamos a Revista como objeto de estudo. Pretendemos analisar a escrita dos artigos da Revista como elementos narrativos cujo propósito foi produzir critérios e valores na sociedade brasileira que resultaram em práticas de tombamentos. Perceber que as estruturas narrativas dos textos publicados possuíam elementos literários que visavam reforçar uma história heroica brasileira, elevando o sentimento

nacionalista e a conseqüente preservação. Nesse processo, será interessante perceber que os critérios elaborados na Revista são os que irão compor os processos de tombamento.

CAPÍTULO 3

NARRATIVAS SOBRE O PATRIMÔNIO: A REVISTA DO PATRIMÔNIO E OS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO

Após identificarmos os olhares estabelecidos nas diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais que procuraram debruçar-se sobre a linha editorial do SPHAN, entendendo-a como um espaço representativo da consagração dos estudos sobre o patrimônio no Brasil, e depois de analisarmos o papel central de Rodrigo Melo Franco editor dentro de sua rede de sociabilidade na construção dos textos que consagraram-se como narrativas oficiais sobre o patrimônio dentro da Revista, neste último capítulo nos atentaremos à análise dos textos publicados na Revista do Patrimônio entre 1937 e 1945.

Os estudos elaborados na Revista do Patrimônio elevaram as discussões sobre o patrimônio, alçando o SPHAN ao patamar de autoridade nos assuntos ligados à preservação do patrimônio cultural brasileiro. Rodrigo Melo Franco, enquanto editor da Revista, soube articular os intelectuais em destaque, reconhecidos como autoridades no assunto, para publicarem estudos, na mesma medida em que inseria sua concepção ideal de patrimônio. A presença desses autores, analisados no segundo capítulo, ajudavam a conferir legitimidade ao SPHAN. Suas narrativas representaram um novo valor que se concretizaria nas políticas de tombamento.

As narrativas encontradas na Revista não estavam isentas de elementos representativos do discurso oficial do Estado Novo. Os discursos elaborados sobre os monumentos, através das narrativas dos artigos, são representativos no processo de consolidação de uma vertente patrimonial, a de “pedra e cal”, que se ligava aos bens materiais, com destaque para os bens militares, a arquitetura civil e religiosa. O Brasil identificado nos artigos da Revista tem um passado barroco e português. Mais que isso, podemos afirmar que é um espaço de ampliação do discurso nacionalista do Estado Novo. Ampliação essa que se dá por meio da constituição de um amplo aparato burocrático, através do alinhamento político do governo com os mais diversos setores, dentre eles a imprensa e todo o aparato editorial. A criação de um ideal mítico de nacionalismo, como um instrumento de legitimação, vai encontrar em diversos espaços elementos para reforçar esse discurso. Entendemos que a Revista do Patrimônio não se encontra alheia a tal processo.

Dessa forma, as narrativas que culminaram nos processos de patrimonialização dos bens culturais brasileiros revelam critérios e valores bem específicos, justificando o

tombamento dos bens ligados à “civilização material” em detrimentos de outras formas de patrimônio. O propósito deste capítulo é perceber quais são os critérios e valores encontrados nas narrativas dos textos publicados na Revista e como estes contribuíram para as práticas de tombamento. Os textos encontrados na Revista, em sua maioria, possuem um caráter historiográfico, o que permite perceber as narrativas elaboradas possuidoras de formas específicas de construção, tornando-se representativas quando pensamos a patrimonialização.

Marcia Chuva aponta que historiadores e historiadores da arte foram os mais numerosos a contribuir com artigos para a Revista do Patrimônio. Responsáveis pela produção de um discurso sobre as origens, esses autores, legitimados pelas fontes inéditas¹⁴⁹, representaram um valor de extrema importância na configuração da nova área de intervenção do SPHAN. A característica da produção discursiva dos historiadores contribuiu para a construção e legitimação do discurso a respeito do passado que se desejava construir e proteger.

A maioria desses estudos era de caráter historiográfico, e, embora partindo do vestígio material, tinha a preocupação de alcançar a “verdade histórica”, revelada a partir da necessidade, repetidamente lembrada, de se recorrer a fontes inéditas, autenticando a originalidade dos trabalhos que sempre deveriam conter uma bibliografia (CHUVA, 2009, p 250).

Sobre o texto histórico, Hayden White chama a atenção para o caráter narrativo e, conseqüentemente, literário que este possui. Para White, os eventos são convertidos em estória pela supressão ou subordinação de alguns deles e pelo realce de outros, pela caracterização, repetição do motivo, variação do tom e do ponto de vista, estratégias descritivas, enfim, de elementos imperativos de uma estrutura de enredo que caracteriza uma trama narrativa ¹⁵⁰(WHITE,1978). Dessa forma, “o Historiador partilha com seu público noções gerais das formas que as situações humanas devem assumir em virtude de sua participação no processo específico da criação de sentido que o identifica como membro de uma dotação cultural e não de outra.” (WHITE,1978, p. 103).

Ao estudar um dado complexo de eventos, o Historiador começa por perceber a possível forma de enredo que tais eventos podem configurar (WHITE,1978). É plausível

¹⁴⁹ Nesse período era grande a preocupação da instituição na busca de fontes primária para elaboração de seus estudos. Colaborou para uma campanha de pesquisa e levantamento documental que foram sendo acumulados nos arquivos do órgão e conseqüentemente divulgados na Revista.

¹⁵⁰ Hayden White, ao usar o termo “*story*”, refere-se ao caráter de enredo que determinado fato histórico pode representar, tratando-o como categoria literária. Embora a tradução literal para estória tenha sido usada no âmbito da literatura por importantes escritores, em análises de cunho acadêmico prefere-se narrativa, relato, trama, tecido, enredo, ficção, dependendo do contexto. Assim, quando White o emprega traduzimos de modo livre, conforme o significado que adequa ao nexo do que se quer dizer.

pensar também que essas possíveis formas de narrativas históricas estão amalgamadas a contextos históricos específicos, cujos elementos imperativos estão intimamente ligados ao discurso político oficial. Após o golpe de 1930, uma série de medidas foram tomadas a fim de forjar um nacionalismo brasileiro que seria usado como base ideológica do novo governo, com características autoritárias. O Brasil encontrava-se em "uma conjuntura onde toda a ideologia dominante estava fundamentada na afirmação da nacionalidade e na construção e consolidação do Estado Nacional"(SCHWARTZMAN apud FAULHABER e TIBAU, 2013, p 202). Nos apoiando em White, podemos afirmar que a Revista do Patrimônio representou um espaço de consagração do discurso levantado pelo Estado Novo no que diz respeito à busca de elementos da cultura nacional como forma de reforçar a identidade preterida pelo estado. Através dos seus artigos, apresentou uma narrativa específica que justificou a necessidade de conservação de diversos monumentos históricos a partir da relação destes com a história nacional.

Gaddis explica que para Hayden White as formas de explanação escolhidas pelo historiador, conscientemente ou inconscientemente, que privilegiam o aspecto do enredo, são "a liberdade de destacar algumas coisas em detrimento de outras e de não se ater a uma cronologia estrita, a permissão de reunir fatos sem conexão no espaço, e, depois reorganizá-lo geograficamente" (GADDIS, 2003, p. 34-5). Ao analisar os oito volumes da Revista do Patrimônio, foi possível perceber como a escrita dos artigos está permeada por elementos linguísticos que possuem um estilo de exaltação de objetos da cultural nacional e consequentemente justificando a necessidade da preservação dos mesmos. Alguns dos artigos publicados na Revista são representativos ao elencar elementos literários que destacam o caráter nacionalista dessas narrativas sobre os objetos históricos, cujo pensamento para a patrimonialização vão ao encontro do discurso do Estado Novo.

O leitor, no processo de acompanhar o relato de determinados eventos pelo historiador, chega pouco a pouco a compreender que a narrativa que está lendo é de um tipo e não de outro: romance, tragédia, comédia, sátira, epopeia, etc. Depois de ler ele experimenta esse efeito explicado para ele. A essa altura ele acompanhou o enredo, ele captou-o e entendeu-o. Ela assume um aspecto usual em um tipo familiar de configuração (WHITE,1978). Tratando-se da política do Estado Novo, permite compreender alguns itens destacados nos artigos, pois trazem justamente elementos que vêm reforçar aquilo que o Estado Novo buscava e defendia com a sua propaganda: o heroísmo no mito da fundação; o espírito tradicionalista; a urgência em proteger esses

objetos que reforçam o discurso do estado; a unicidade desses objetos enquanto elementos característicos da cultura.

Iremos observar que as narrativas históricas sobre o patrimônio abordadas na Revista fazem é descrever os acontecimentos contidos no registro histórico de modo a informar ao leitor o que deve ser tomado como ícone dos acontecimentos a fim de torná-los "familiares". Os artigos permitem entender que as narrativas sobre o patrimônio são não só uma reprodução dos acontecimentos nelas relatados, mas também um complexo de símbolos, de elementos linguísticos que fornecem ao leitor direções para encontrar na estrutura da Revista similitudes com o discurso do Estado Novo. É notável nas narrativas a unicidade dos objetos, os relatos heroicos, a valorização dos grandes monumentos e da pátria, os artifícios linguísticos usados para exaltar a beleza natural.

Como estrutura simbólica, a narrativa não reproduz os eventos que descreve, ela nos diz a direção em que devemos pensar acerca dos acontecimentos e carrega o nosso pensamento sobre os eventos de forma emocional diferente. A narrativa histórica não imagina as coisas que indica, ela traz à mente imagens das coisas que indica, tal como faz a metáfora (WHITE,1994). No âmbito do Estado Novo, a narrativa descrita na Revista do Patrimônio produz no imaginário a ideia do patrimônio, da identidade ligada aos monumentos que a Revista deseja "resgatar". Os intelectuais ligados à Revista, em sua concepção, são capazes de figurar como representantes legítimos do conjunto da sociedade, atuando como gestores do espólio cultural da nação, na medida em que elaboram ou reproduzem conceitos vinculados aos processos de patrimonialização dos bens apresentados na Revista.

3.1 – Valores e critérios nas narrativas patrimoniais da Revista do Patrimônio.

No primeiro capítulo foi abordado como alguns autores relacionam a Revista do Patrimônio com os periódicos contemporâneos a fim de caracteriza-la como revista de "alta cultura" (MAYUMI,2010) ou "científica" (LANARI,2010). Para pensar os critérios e valores da patrimonialização, também entendemos a Revista como um desses "lugares" de instância de consagração da memória por meio da elaboração de critérios "científicos" para estabelecer padrões de pensamento quando se trata do tombamento dos monumentos. Algumas características que definem as revistas de "alta cultura" e "científicas" vão enquadrar a Revista do Patrimônio dentro desse processo, como: público leitor restrito, cuidado gráfico e configuração que se assemelham a um livro ou

enciclopédia, autoria de intelectuais conceituados, temáticas selecionadas. Possuía um grande alcance simbólico e era consumida somente por “homens de letras” que estavam interessados na busca de conhecimentos “técnico- científico” (MAYUMI, 2010, P 69). Entre os pares, a lógica patrimonial foi estabelecida e reverberou de forma prática no cotidiano das ações do SPHAN. Como veremos, as narrativas descritas na Revista e os critérios para o tombamento obedeciam ao mesmo critério “científico” elaborado para pensar o patrimônio e sua conseqüente preservação.

Os artigos figurados nas edições da Revista do Patrimônio permitiram que o órgão se colocasse como autoridade nos assuntos alusivos aos cuidados com o patrimônio histórico e artístico nacional brasileiro. Nos oito números da Revista que esse trabalho se debruçou, pudemos identificar que os autores se dedicaram a escrever sobre História da Arte, Arquitetura, Documentação, História, Etnografia, Acervo e Coleções e Arqueologia. Os quatros primeiros temas citados figuraram em todos os números da Revista dentro do nosso recorte. Os três últimos, foram tendo sua participação cada vez mais reduzida. Os temas que aparecem com mais constância podem ser entendidos a partir das narrativas que estes estabelecem com o discurso vigente no Estado Novo. Cada narrativa carrega elementos literários e valorativos que irão, muito mais do que descrever a história dos objetos a serem patrimonializados, representar um discurso único, revelando quais os conceitos estabelecidos regeram a patrimonialização dos bens culturais brasileiros.

Quando observamos a Revista, é perceptível uma linha tênue que liga a maioria dos textos por elementos característicos que dizem respeito a nacionalidade, autenticidade, valor histórico e artístico, heroísmo, vanglória do passado, exaltação da paisagem, valor educativo. Todos esses elementos são carregados de um aspecto civilizacional, material, cujo propósito é compreender o patrimônio histórico e artístico brasileiro dentro de uma lógica universal, em sua maioria ligada ao processo colonial, tendo como grande referencial a cultural europeia, com destaque para a portuguesa.

3.1.1 – Valor histórico: mitos e heróis da nação.

No primeiro número da Revista é possível identificar alguns desses elementos valorativos logo no primeiro artigo que abre a Revista, de autoria do historiador Alfonso de E. Taunay, ao tratar do forte de São Tiago de Bertioga. Descreve que os restos deste *“sejam os únicos vestígios hoje subsistentes da era quinhentista em terras de S. Paulo”* (TAUNAY, 1937, p,05. Grifos nossos) e que na primeira metade do século XVI os “índios

desembarcados de setenta grandes igaras *afrontavam a resistência heroica e improficua dos cinco irmãos*, filhos de Diogo de Braga, e mais alguns colonos.” (TAUNAY, 1937, p,05. Grifos nossos). Aponta que o Presidente Washington Luís “com o seu alto e fervente espírito de tradicionalismo” restaurou o forte, mandando “o benemérito zelador do patrimônio nacional fazer-lhe a simétrica.” (TAUNAY, 1937, p,07). Com o perigo do oceano que avança pela praia de Bertioaga, demonstra sua preocupação e diz “Urge tal providência, em prol da conservação do *único vestígio quinhentista subsistente do apossamento luso em terras de S. Paulo* (TAUNAY, 1937, p,07. Grifos nossos).

Em narrativa semelhante encontrada no texto publicado na primeira edição, “A natureza e os monumentos culturais”, de Raimundo Lopes, sobre o Forte do Picão, localizado na cidade de Recife, são perceptíveis os elementos de exaltação, ao referi-lo como “*legendaria sentinela* montada no quebramar do arrecife arenítico(...)Pelo seu papel na guerra holandesa(...)ele merece uma restauração e um monumento que lembre aqueles feitos.” (LOPES,1937, P80. Grifos nossos). Ainda destaca que “A grande província do Rio-Mar tem uma série de *velhos fortes de glorioso passado* na conquista do Amazonas(...). O baluarte do Presepe, ou do Senhor Santo Cristo, ainda se ergue intacto na “cidade velha” de Belém.” (LOPES, 1937, P 84. Grifos nossos). Godofredo Filho narra de maneira análoga ao tratar do castelo de Garcia d’Avilla em artigo publicado na terceira edição da Revista:

E um nome ficou, entre tantos que se perderam no olvido ou na morte, simbolizando a coragem, a ousadia, a esplendida força desses heróis; um nome que, ainda hoje, lembramos com admiração, por que o trouxe primeiro, e pela família de que foi tronco, raça dos mais intemeratos violadores do sertão: Garcia d’Avila (FILHO, 1939, P 253. Grifos nossos).

A configuração familiar que une personagens da política do Estado Novo permite compreender alguns elementos destacados nos artigos de Alfonso de E. Taunay, Raimundo Lopes e Godofredo Filho, pois trazem justamente elementos que vêm reforçar aquilo que o Estado Novo busca e defende com a sua propaganda: o heroísmo no mito da fundação; o espírito tradicionalista; a urgência em proteger esses objetos que reforçam o discurso do estado; a unicidade desses objetos enquanto elementos característicos da cultura nacional.

O passado vanglorioso, com destaque aos personagens históricos, parece figurar como critério essencial na justificativa da importância de determinados bens a serem preservados. Nessa lógica, diversos artigos, ao tratarem da história de determinados bens culturais, são permeados por narrativas laudatórias cujo objetivo é destacar figuras

históricas ou eventos ligados à história nacional, com o propósito de agregar valor ao objeto, conferindo assim ao texto um tom ufanista. No artigo “A Igreja dos Montes Guararapes”, de Aníbal Fernandes, personagem e evento se agregam em torno da narrativa sobre a igreja. Em seu primeiro parágrafo, temos em destaque a importância do local onde se erigi a igreja. “*No mesmo local em que se travaram as batalhas de 18 de abril de 1648 e 19 de fevereiro de 1649 levanta-se, como um monumento de patriotismo e de fé, a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres.*” (FERNANDES, 1937, P113. Grifos nossos)¹⁵¹. Destaca-se a narrativa heroica do personagem Francisco Barreto de Menezes, que:

Depois de várias peripécias, inclusive nove meses nas prisões holandesas do Recife, *conseguiu se pôr à frente do exército libertador(...)* A sua custa pois *mandou construir, no local mesmo em que o inimigo mordera o pó da derrota, uma capela votiva, e a entregou à guarda dos beneditinos, com um vasto patrimônio* (FERNANDES, 1937, P 113. Grifos nossos).

O evento histórico ocorrido e a figura de Francisco Barreto de Menezes tornam a igreja, para Aníbal Fernandez “um dos monumentos mais impressionantes de nosso patrimônio artístico e histórico”. (FERNANDES, 1937, P 114). O valor elencado para a patrimonialização fixa-se na história do personagem e na batalha que ali sucedeu.

A igreja dos Guararapes precisa de reparos imediatos, restituindo-se-lhe também os painéis das batalhas contra os holandeses, hoje recolhido ao Instituto Arqueológico(...) Quantos se interessam pela história do Brasil e pelas tradições nacionais precisam acudir em tempo, para que o templo erguido por Francisco Barreto de Menezes não venha a desaparecer daquelas colinas memoráveis (FERNANDES, 1937, P 115) .

Os artigos publicados por Alberto Lamego sobre edificações jesuítas, na segunda e quarta edição da Revista, tornam evidentes a importância dos personagens históricos para o processo de valoração dos bens culturais. Apresenta uma sucessão de personagens em distintos contextos históricos com relação direta ao objeto tratado. No artigo “O Solar do Colégio” é destacado o personagem Saldanha Gama¹⁵², cujo relato de vida é ligado ao colégio de que trata o artigo, tornando quase única a ligação entre o personagem e o colégio jesuíta. A narrativa do artigo é uma espécie de romance floreado por elementos literários buscando engrandecer a imagem de Saldanha Gama na sua relação com o colégio. Destacamos a passagem em que Alberto Lamego descreve: “Um

¹⁵¹A Batalha dos Guararapes, na sequência da Guerra da Restauração, após a Restauração da Independência de Portugal de 1640, foi uma batalha travada em dois confrontos, primeiro em 18 e 19 de abril de 1648 e depois em 19 de fevereiro de 1649, entre o Exército da Holanda e os defensores do Império Português no Morro dos Guararapes, atual município de Jaboatão dos Guararapes, situado na Região Metropolitana do Recife, em Pernambuco, Brasil. (VILAÇA, 2013).

¹⁵²Luís Filipe de Saldanha da Gama ou Almirante Saldanha da Gama, (Campos dos Goitacazes, 7 de abril de 1846 — Campo Osório, RS, 24 de junho de 1895) foi um militar brasileiro da arma da Marinha.

dos seus quindis era a sua velha mãe preta. Ia vê-la na senzala. Osculava-lhe com respeito as mãos e enchia-a de mimos que trazia. Ouvia com afeto protetor as conversas dos escravos” (LAMEGO, 1938, P39). A ascensão do militar é apresentada por meio de uma perspectiva ligada ao colégio, já que “é do Colégio que ele parte finalmente para dirigir a Escola Naval e depois chefiar a esquadra, afim de não se malquistar com a sua classe e acrescer a indisciplina.” (LAMEGO, 1938, P 40). Os critérios elencados por Lamego, na pretensão de agregar valor ao colégio jesuíta, assim como visto em Aníbal Fernandes, estão ancorados na lógica da representatividade que os personagens da história brasileira oferecem ao objeto. Atento ao passado, afirma que “não se vive só do presente, é mister cultivar com carinho nossas tradições.” (LAMEGO, 1940, P 70). Por isso clama:

Que jamais se desmorem tuas muralhas, sola venerável, que aninhastes os émulos de Anchieta, que acolhestes os índios perseguidos, que educastes o povo, rude, pelo exemplo dos senhores rurais, que amaciastes a tortura da escravidão e que vistes tantas vezes, na farda de um almirante brasileiro, curva-se respeitosamente o mais perfeito dos cavalheiros para beijar a mão calorosa de uma negra velha (LAMEGO, 1938, P 42)

A representatividade de personagens da história nacional serve como elemento discursivo que busca agregar valor simbólico aos objetos abordados na Revista. Embora, quase sempre, essa representatividade esteja ligada a monumentos civis, militares e religiosos, esse critério se adequa a outros objetos que ganham certa representatividade não por sua grandiosidade ou ligação à civilização material, mas sim pelo elo que estabelece com personagens da história brasileira. É o caso da barraquinha de Euclides da Cunha. Abordada no artigo escrito por Francisco Venâncio Filho, na segunda edição da Revista, a barraquinha vai adquirir outra dimensão diante do valor que lhe é agregada a partir da sua relação com Euclides da Cunha. A referência evoca o lugar onde Euclides da Cunha escreveu sua obra “Os sertões”, enquanto trabalhava como engenheiro em uma ponte que havia desabado. A importância da obra e do personagem é que irão definir os critérios para agregar valor à barraquinha. Sendo assim, para Francisco Venâncio Filho “no acervo do patrimônio histórico e artístico do Brasil *não haverá monumento que, na humildade da sua estrutura, represente tanta opulência de beleza espiritual como a barraquinha tosca de S. José do Rio Pardo*”. (FILHO, 1938, P 254. Grifos nossos).

Encontramos em Salomão de Vasconcelos critérios idênticos em artigo publicado na terceira edição da Revista. “Um velho solar de Mariana” é carregado de sentimentalismo, tendo em vista que pertenceu a seus familiares. Traça uma narrativa

histórica, destacando a importância de cada membro que viveu no referido solar, como podemos perceber na passagem que trata de Diogo de Vasconcelos, considerado um dos fundadores da historiografia mineira e tio de Salomão de Vasconcelos:

Deste último casal, que só teve um filho varão, Diogo Antônio de Vasconcelos, casado com d. Luiza da Rocha e Almeida, neta do grande patriota e um dos veros patriarcas da Independência, Conselheiro Jose Joaquim da Rocha, nasceram, entre outros, o dr. Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1939, P 231).

Destaca que o “dr. Diogo, sempre que ia à Mariana, não sonegava aos seus prazeres espirituais alguns momentos de calma para ir rever e reevocar o sítio saudoso de sua infância.” (VASCONCELOS, 1939, P 234). O artigo de Salomão de Vasconcelos é carregado de nostalgia, recorrente em outros artigos publicados na Revista do Patrimônio. O tom saudosista da narrativa transmite ao leitor um significado que transcende o objeto em si. A história narrada desloca o objeto para um plano quase sagrado, estabelecido pela estrutura como o passado é descrito, como podemos observar na passagem abaixo:

Certa vez, indo eu com ele a Antônio Pereira, cuja estrada passa juntinho da frente da casa, parou, como de costume, desceu do Marreco (seu burrico de estimação”, e entrou. Era em uma fresca manhã de maio e os melros, em revoadas, cantavam alegres sobre a copa dos coqueiros, como no cenário de outrora, do seu tempo de criança. Escutou aquilo em silêncio, como recordando as névoas do passado (VASCONCELOS, 1939, P 234).

A narrativa descrita por Salomão de Vasconcelos traz à luz reflexões realizadas por Paul Ricoeur a respeito do tempo e da narrativa. O autor esclarece que a narrativa não se limita a fazer uso de nossa familiaridade com a trama conceitual da ação. Possuem traços discursivos que a distinguem de um simples relato, percebendo tais traços como sintáticos, cuja função é engendrar a composição de discursos narrativos, percebidas tanto no âmbito da narrativa histórica quando da narrativa de ficção (RICOEUR, 1994, P 90). Os discursos narrativos, nesse sentido, são permeados por traços semânticos e familiares, cujo propósito é engendrar uma composição da modalidade dos signos com o objetivo de estabelecer o caráter de ação dos textos narrativos. Esses aspectos familiares da narrativa têm o propósito de propor sensações, ações de agir ou sofrer, características do discurso narrativo. Sendo assim,

Seguir uma história é avançar no meio de contingências e peripécias sob a conduta de uma espera que encontra sua realização na conclusão. Essa conclusão não é logicamente implicada por algumas premissas anteriores. Ela dá a história um ponto final o qual oferece um ponto de vista do qual a história pode ser percebida como formando um todo. Compreender a história é compreender como e por que os episódios sucessivos conduziram a essa conclusão, a qual, longe de ser previsível, deve finalmente ser aceitável, como congruente com os episódios reunidos (RICOEUR, 1994, P105).

Ricoeur afirma se a ação pode ser narrada é porque ela já está envolvida em signos, regras, normas. Já se encontra simbolicamente mediatizada. Simbolismo esse que não está no espírito, nem é uma ação psicológica guia da ação, mas uma significação incorporada a ação e decifrável pelos outros atores do jogo social (RICOEUR, 1994, P 92). Partindo dessa premissa, a colocação em forma de narrativa nos permite pensar a estruturação dos artigos publicados na Revista. Baseado na nostalgia da ordem, ela desperta uma fascinação aqueles que leem, pois remetem e justificam as políticas sociais e culturais vigentes. Estão ali para trazerem a luz um discurso estabelecido, em que os textos escritos para a Revista do Patrimônio estão inseridos num projeto maior. Insere a consonância a dissonância que o estado novo pretende transformar.

A elaboração dos conceitos que irão definir os critérios para a patrimonialização são construídos dentro dessa lógica narrativa. Parte deles baseiam-se tanto na relação que esses objetos têm com personagens e eventos da história nacional, assim como a dimensão heroica que tais objetos possuem. A cada artigo, esses critérios são destacados, carregados por um simbolismo poético que configuram os textos para além de um texto historiográfico, apesar do grande número de documentos originais utilizado na elaboração dos artigos. Prevalece o caráter lírico da narrativa, como visto no artigo de Salomão de Vasconcelos, ao abordar o descobrimento do precioso caderno com as atas originais de 1711, que trata da primeira Câmara da Vila de N.S. do Monte do Carmo de Albuquerque, publicado na segunda edição da Revista:

Foi nesse venerando cenáculo que se lançaram as bases do poder municipal no nosso Estado ou, na frase mais expressiva de Diogo de Vasconcellos, onde se desfraldou nas Minas o estandarte das câmaras, principio e ainda fonte das instituições liberais da nossa pátria (VASCONCELOS, 1938, p. 43. Grifos nossos).

Em outro texto, sobre a beleza da cidade de Mariana, José Wash Rodrigues descreve:

Seguindo-se pela estrada que vai de Ouro Preto a Ponte Nova, à beira das montanhas e à margem do Ribeirão do Carmo, entre altas ribanceiras e precipícios, avista-se em breve, ao longe as torres, depois os vetustos telhados. Magicamente se transforma e o seu casario pobre torna-se em breve aos nossos sentidos belos como o de um presépio. É o poder evocativo que dela se desprende e lhe dá esse encanto sem par (RODRIGUES, 1943, P 81. Grifos nossos).

Noronha Santos ao abordar o Campo de Santana afirma:

Em 1815 era o campo de Santana vasta praça arenosa, numa parte. Nêle se erguiam inúmeros cajueiros, apresentando o terreno sulcos profundos, que, por

ocasião das chuvas da estação calma se transformavam em alagadiços. Nas três faces, onde em nossos dias se encontram os vistosos edifícios do Ministério da Guerra, da Casa da Moeda, da Assistência Municipal e do Corpo de Bombeiros, existiam chácaras e fundos de quintais, separados por muros de jardins e cerca de espinhos (SANTOS, 1944, p. 104. Grifos nossos).

No artigo de Noronha Santos, “O parque da praça da República, antigo da aclamação”, citado anteriormente, tendo sido publicado na oitava edição da Revista, o autor também vai se debruçar sobre os diversos eventos históricos ocorridos no espaço, assim como sua relação com personagens representativos da história nacional, dentre eles: Dom João VI, Dom Pedro I e Dom Pedro II. Destarte, há uma similaridade na forma como a narrativa é construída nos artigos, onde a aclamação para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional são apresentadas por meio de exaltações poéticas, buscando provocar no leitor um sentimento de pertencimento ao passado glorioso a ser resgatado e preservado.

3.1.2 – Valor educativo, moral e cívico.

Alguns artigos revelam que certos objetos analisados têm suas representatividades ligadas ao caráter patriótico e/ou educativo que possuem ou representam. No próprio artigo de Noronha Santos sobre o Campo de Santana esses elementos são destacados, quando trata do processo de revitalização que o Campo sofreu, afirmando que “*essa resolução refletia a aspiração dos verdadeiros patriotas e, particularmente, dos filhos do Rio de Janeiro. Concorria para dotá-lo com um grande melhoramento de ordem material, de que se poderia orgulhar a metrópole brasileira.* (SANTOS, 1944, P 129. Grifos nossos).

Paulo T. Barreto, em seus dois artigos publicados na Revista, apresenta uma narrativa significativa para compreender a maneira como o patrimônio é analisado a partir do caráter civil que ele pode representar. Ambos, fazem questão de apresentar uma série de personagens históricos. No artigo “Uma casa de fazenda em Jururuba”, publicado na primeira edição da Revista, ao tratar do prédio, afirma que é uma construção simples de programa, mas rica de interesse, por ter pertencido a um fidalgo de alta linhagem: Reimão Pereira. Essas qualidades se encontram expressas plasticamente na casa da fazenda Jururuba. Realiza uma ode à construção, ao descrever as maravilhas que compõe a arquitetura da casa, as pinturas, o seu caráter pórtico, sempre destacando o momento áureo da casa que se concretiza num passado glorioso (BARRETO, 1937). Em

seu texto “O Piauí e a sua Arquitetura”, debruça-se sobre o processo de fundação das cidades do Piauí, apresentando um documento inédito que diz respeito a todo o processo de construção da arquitetura das cidades. No caso, as próprias cidades, assim como o documento, são pensadas como objeto educativo de culto à pátria e aos bons princípios que dela se deve apreender. Por isso, ao tratar do documento, diz que “não é preciso salientar o valor desse documento, do ponto de vista arquitetônico, urbanístico e *até moral*.” (BARRETO, 1938, P190. Grifos nossos). As cidades, são uma continuidade exemplar do passado, que “desde então, vem realmente crescendo, se nos apresentam como se fossem delineadas hoje, *em observância aos bons princípios*. Essas cidades já nasceram urbanizadas.” (BARRETO, 1938, 191. Grifos nossos).

Para Godofredo Filho, é o sentido moral que em alguns casos servirão como critério de valoração do objeto, quando este não apresenta um aspecto monumental ou artístico evocativo da grandiosidade de determinado passado:

Os monumentos arquitetônicos que o Brasil herdou em sua maioria são majestosos e belos somente para nós, que os admiramos através da emoção, *procurando ressaltar-lhes o sentido moral que, muitas vezes, deve compensar a falta de outras perfeições* (FILHO, 1937, P 108. Grifos nossos).

É a importância evocativa do passado que motiva Lourenço Lacombe a escrever sobre “A mais velha casa de Correias”. Para o autor, o prédio destaca-se por encerrar em si a história do nascimento de Petrópolis. Na ocasião da comemoração do centenário de fundação do antigo Córrego Seco, afirma não querer “perder a oportunidade de evocar o passado do velho casarão” (LACOMBE, 1938, P 93). Em Raimundo Lopes, o caráter educativo dos objetos históricos militares sinalizam o interesse do autor ao tratar da entrada do estuário da Paraíba do Norte.

É um dos mais amplos de seu tipo e época; as muralhas só estão derruídas no ponto mais exposto ao mar, mas as casamatas ficaram descobertas e danificadas. Seria de grande interesse turístico e educativo a restauração desse edifício, assim como que os melhoramentos do porto abrangessem essa área onde o forte apresenta magnífico elemento para um boulevard marítimo (LOPES, 1937, P 80).

Na lógica desses autores, a ideia de patrimonialização de determinados bens está vinculada aos aspectos cívicos e morais que destes objetos podem ser apreendidas. Veem nos objetos da história nacional uma espécie de ferramenta educadora que poderiam ser utilizadas como parte integrante do aparato educativo amplamente utilizado dentro da política do Estado Novo. Os grandes monumentos se enquadrariam como exemplos máximos do passado heroico brasileiro e tornam-se representativos no espólio da nação. É nítida essa representatividade dentro de alguns artigos encontrados na

Revista, o que permite enquadrar esses valores como um dos critérios destacados dentro do periódico para pensar os processos de patrimonialização que estavam sendo elaborados naquele período.

3.1.3 – Valor de herança: o legado colonizador.

No primeiro capítulo, foi abordado o conceito “Civilização Material”, elaborado por Afonso Arinos de Melo Franco e que se tornou a base para os estudos teóricos e metodológicos que guiariam as ações do SPHAN. O conceito possibilita a leitura dos bens patrimoniais mediante sua relação com o processo de ocupação das regiões brasileiras pelos colonizadores. Nesse sentido, alinhados com o pensamento da “Civilização Material”, diversos artigos publicados na Revista tomam o referencial externo como critério explicativo e valorativo do patrimônio nacional. As concepções sobre o patrimônio são elaboradas a partir de uma perspectiva universal. A história da cultura brasileira é pensada através da sua relação com a cultura ocidental, destacando a ideia de que o Brasil pertencia a um plano universal da história. Isso universalizava o debate sobre o patrimônio colocando-o no rol das nações europeias. Esse pensamento é evidenciado logo no primeiro número da Revista, quando Gilberto Freyre chama a atenção para essa relação:

Os homens das gerações mais novas, aqui como lá, sentem que ao lado das pátrias políticas, existe esta realidade inegável: a unidade cultural luso-brasileira ou luso-afro-brasileira, a que pertencemos todos os portugueses e filhos de países colonizados pela gente de Portugal. Essa realidade cultural se apresenta com problemas que exigem para o seu esclarecimento e para a sua interpretação, a mais inteligente e constante das cooperações em vez de esforços soltos e prejudicados por patriotismo rasteiros (FREYRE, 1937, P. 44. Grifos nossos).

A passagem esclarece a relevância dos portugueses na formação nacional e como em alguns casos o patrimônio é abordado através de sua relação com Portugal. O elo entre o Brasil e a Europa é estabelecido por Portugal, dentro do pensamento de que foram os portugueses que civilizaram o país. Nessa lógica, são comuns a exaltação aos portugueses e a sua colonização vencedora. Tal abordagem pode ser vista nos textos de Arthur Cesar Reis:

o gentil, pela primitividade de suas culturas, não criou também a aparelhagem política que atravessasse o tempo ao choque da cultura política lusitano conquistador. Suas fórmulas jurídicas eram as fórmulas jurídicas dos grupos que começavam a viver estádios muito rudes ainda. Falta-lhe o amadurecimento das leis escritas, faltava-lhe o equipamento material que lhes permitisse a resistência mais funda às fórmulas novas que o íbero trazia (REIS, 1947, P 235. Grifos nossos).

De maneira semelhante, vemos no discurso de Raimundo Lopes igual exaltação ao tratar da colonização da região amazônica pelo explorador Pedro Teixeira:

Cametá, antiga sede de capitania particular, encerra tradições que remontam à epopeia fluvial de Pedro Teixeira. Assim, mesmo nos países novos como o Brasil, toda terra está cheia de relíquias do passado, mas também por toda a história ressuma o cheiro sutil e penetrante da terra(...) (LOPES, 1938, P 84).

O legado colonizador é evidenciado pela concepção de civilidade que se perpetuou após a chegada dos portugueses. A colonização não é pensada por meio de uma ideia exploratória, mas pela herança patrimonial que, deixada a nação brasileira, a insere dentro de um pensamento que a enquadre no rol das “grandes nações”. Sendo assim, o patrimônio é visto dentro de uma lógica homogênea em que os portugueses são vistos como grandes mestres que souberam se adaptar às diferentes regiões do Brasil, deixando uma herança patrimonial que deve ser preservada. Para Estevão Pinto, “o colono português, de fato, quando se implantou no Brasil, trazia consigo uma tão boa dose de cultura e de sangue berbero-arábico” (PINTO, 1943, P 310). Essa acepção fica clara no artigo de José W. Rodrigues sobre os antigos móveis coloniais mineiros publicados na sétima edição da Revista:

Quem, entrando em Minas Gerais pelo Sul, atravessar o vale do Sapucaí, subir até Mariana, passando por São João del Rei e, continuando a subir, quebrar para Diamantina, está palmilhando exatamente a zona mais antiga daquele Estado, a *faixa de terra mais batida pelos Bandeirantes e mineradores desde os antecessores de Fernão Dias até aos povoadores*. Este é também, - logicamente - o roteiro do móvel antigo e das antiguidades de toda espécie nesta parte do País (RODRIGUES, 1943, P 79. Grifos nossos).

O arquiteto Lucio Costa, ao abordar os mestres de obra, não deixa dúvida quanto à representatividade portuguesa. Em sua primeira publicação na Revista do Patrimônio, realizou uma análise sobre a arquitetura portuguesa no Brasil, apresentando uma defesa contra a ideia de que por se tratar de uma arte “popular” não se via essas construções como produções artísticas, assim como as construções clássicas portuguesas. Avalia de forma aprofundada todo o processo de construção dessas casas, abarcando os antigos mestres e pedreiros como grandes artistas. Entende essas construções como importantes elementos da identidade brasileira por estarem ligadas às técnicas portuguesas:

Verifica-se, assim, que os mestres de obra estavam, ainda em 1910, no bom caminho. *Fieis à boa tradição portuguesa de não mentir, eles vinham aplicando, naturalmente, às suas construções meio feiosas todas as novas possibilidades da técnica moderna*, como, além das fachadas quase completamente abertas, as colunas finíssimas de ferro, os pisos de varanda armado com duplo T e abobadilhas(...) (COSTA, 1937, P 37. Grifos nossos).

O colonizador, da mesma forma, é visto de maneira branda aos olhos de David D. da Silva Carneiro no artigo que trata do colégio dos jesuítas em Paranaguá:

os filiados à ordem inaciana, com habilidade e o tato que os caracterizava no trato com os indígenas, captaram-lhes as simpatias a eles e aos povoadores todos que, aos poucos, não satisfeitos com as missões voltaram a casa pobre do Superaguí, desejaram um Colégio em Paranaguá (SILVA CARNEIRO, 1940, P 362. Grifos nossos).

Os critérios de valoração não eram somente ligados à herança portuguesa. Embora boa parte dos autores dos artigos, ao buscarem elencar uma série de valores que reforçassem a patrimonialização dos bens apresentados na Revista, se dedicassem a trazer a luz os traços colonizadores para atribuir valor aos bens, outras heranças serviram como elemento agregador. As influências de outras nações europeias não deixaram de figurar nos textos. Essa aproximação criava a ideia de que a arte, seja ela nos edifícios ou nas pinturas religiosas, produzida no Brasil, encontravam-se no mesmo plano temporal das desenvolvidas na Europa. Era uma maneira de exaltar o patrimônio regional brasileiro justificando assim a sua preservação. Wasth Rodrigues descreve de forma clara essa relação:

Os portais, dos fins do século XVII e começo do XVIII, como no Paçodo Saldanha, nos solares Berquó, Ferrão, Gregório de Matos e Sete Candeeiros e muitos outros, em barroco clássico italiano, com frisos decaneluras ou folhagens, cartelas com escudos de armas entre as volutas da cornija, e guarnição ao longo da porta ou nas pilastras, em entrelaçados, são peças que nos ligam à arquitetura erudita do renascimento, e que lembrando similares da Itália, de Portugal e da Espanha, elevam e enobrecem sobremaneira nossa arquitetura civil, no seu conjunto simples e mesmo pobre (RODRIGUES, 1945, P 186. Grifos nossos).

Lucio Costa destaca a herança europeia no estilo arquitetônico das igrejas jesuítas brasileira:

Do primeiro estilo - o mais caracterizadamente jesuítico –até ao estilo mineiro da última fase, cuja obra prima é a capela-mor da igreja de São Francisco de Assis , em Ouro Preto, estilo apenas alcançado pelos padres, as transformações sucessivas repetem, curiosamente e na mesma cadência , as várias etapas que percorreu o conjunto da arte europeia, na sua evolução da idade clássica à Renascença, através dos estilos medievais – românico e gótico(COSTA, 1941, P 43. Grifos nossos).

E acrescenta:

Do exposto, resulta que se pode razoavelmente falar de um 'classicismo barroco', de um 'romantismo' e de um 'goticismo' barrocos e, finalmente ,de um 'renascentismo barroco', sem pretender significar com essas expressões semelhança formal – embora ela de fato exista, algumas vezes, nas linhas gerais ou num ou noutro pormenor, - senão uma concordância no processo evolutivo muito curiosa e, principalmente, muito útil para permitir às pessoas menos familiarizadas com o assunto aprenderem mais facilmente o que há de fundamental nessa evolução (COSTA, 1941, P 47. Grifos nossos).

O pensamento que visava enquadrar o patrimônio histórico e artístico nacional numa lógica universal, determinou alguns discursos elaborados na Revista do Patrimônio.

Estes, basearam-se na influência europeia para pensar a identidade arquitetônica, paisagística e artística, dentro de um contexto que destacasse a imponência do patrimônio nacional, cujos elementos exaltadores do valor histórico desses objetos encontravam-se na herança europeia. Isso clarifica o entendimento da maneira como alguns conceitos estavam sendo elaborados dentro da Revista, no intuito de justificar a importância de determinados bens e sua consequente inserção na política de salvaguarda realizada pelo SPHAN. Sendo assim, podemos afirmar que parte dos critérios elaborados na Revista do Patrimônio para a patrimonialização de determinados bens históricos se encontravam na relação que estes estabeleceram com as tradições europeias.

3.1.4 – Valor artístico: autenticidade e originalidade no barroco mineiro.

Dentre os elementos valorativos do patrimônio histórico artístico nacional, o mais característico a se destacar na Revista do Patrimônio foi o ligado à arquitetura religiosa colonial, com destaque para o barroco mineiro, pensado como um estilo genuinamente nacional. Praticamente todos os números da Revista analisados dentro do nosso recorte apresentam estudos que reforçam o passado barroco que o SPHAN procurou consagrar. Esses artigos representaram o esforço do órgão em pensar na produção artística o aspecto de autenticidade enquadrando-a como uma produção destacada na arte brasileira. Os estudos focaram na originalidade brasileira de readaptar as produções simbólicas europeia a uma realidade regional, genuinamente brasileira, reforçando o caráter de autenticidade e originalidade dessas obras. Encontramos esse pensamento na publicação de Gilberto Freyre em artigo publicado na sétima edição da revista, em que trata das cartas e do diário de Vauthier sobre a arquitetura doméstica no Brasil:

É de todo interesse compararmos as plantas de casas-grandes e sobrados apresentados por Vauthier com as que figuram no livro de Debret, para efeitos de discriminação de diferenças de época e de região entre as habitações nobres do Sul e as do Norte, nos trechos igualmente patriarcais e de base igualmente agrária de vida doméstica tanto quanto da organização econômica das duas regiões, uma compreendida no começo, outra quase nomeado do século XIX. As diferenças são consideráveis, porém muito mais fortes se apresentam as semelhanças entre as duas expressões arquitetônicas do mesmo tipo de patriarcado e das mesmas tendências da colonização portuguesa do Brasil no sentido de adaptação ao meio americano e tropical de tradições enriquecidas pelo contacto do lusitano com o mouro e com o extremo Oriente (FREYRE, 1944, P. 101).

Assim como Gilberto Freyre, Ayrton de Carvalho e Camilo de Oliveira Neto, de maneira semelhante, destacam a influência regional na produção artística desenvolvida

no Brasil. Arthur de Carvalho em seu artigo “Algumas notas sobre o uso da pedra na arquitetura religiosa do Nordeste” afirma que “o exame de conjunto da arquitetura religiosa do nordeste (...) revela a influência da qualidade e das características dos materiais de construção no tratamento arquitetônico que lhes foi dado”(CARVALHO,1942, P 277). Da mesma maneira, destaca que “há uma forte influência regional na composição da fachada, cujos elementos são inspirados ora na própria natureza da região, ora nas igrejas levantadas sob inspiração erudita” (CARVALHO, 1942, P 288). Para Camilo de Oliveira Neto “a diversidade do clima, maior em algumas regiões que em outras, estabelecia a necessidade de adaptações a serem atendidas com materiais locais, o que representava muitas vezes verdadeiro trabalho de criação” (NETO, 1940, P 84).

As adaptações parecem revelar o tom de originalidade que destacariam os valores dessas obras, cuja importância era pensada fora da ótica universal, o que representaria a autenticidade brasileira almejada. Essa particularidade pode ser observada na fala de Luis Jardim, ao compreender que “a ausência de conventos em terras auríferas, consequência da proibição da corte, contribuiria em grande parte para isso: *a criação de um tipo de igreja menos universal que particular.*” (JARDIM,1939, P 69. Grifos nossos). No mesmo artigo, Luiz Jardim vai se dedicar a apresentar estudos realizados para o SPHAN, em algumas cidades mineira, sobre o barroco. O primeiro critério de valoração destacado pelo autor refere-se à distinção entre o barroco brasileiro e europeu: “Considerados do ponto de vista histórico , salientaremos , em linhas gerais e dentro dos limites deste artigo, *quanto nos parecem ter sido diversos dos europeus os motivos que aqui orientaram o sentido daquele fenômeno(barroco).*”(JARDIM, 1939, P 64.Grifos nossos). O autor vai identificar alguns pontos que dão ao fenômeno barroco no Brasil uma modalidade diversa da europeia. Uma delas é compreender o apogeu do barroco no Brasil a partir da decadência do barroco na Europa. Em meio à riqueza produzida pela corrida do ouro em Minas Gerais, aflorou a produção artística barroca. Essa produção, para ele, seria incentivada pela igreja, ao afirmar que:

Se o governo e o particular – político ou homem de posses – não se interessaram pela pintura (salvo numa ou noutra casa onde ainda perduram arabesco coloridos), seria a Igreja que lhe daria acolhida e meios de expressão. Na própria igreja – o templo com os seus adornos, suas imagens, suas cores, vinhetas e estampas de missais antigos, o artista acharia inspiração e modelo (JARDIM, 1939, P 67).

O barroco mineiro que se desenvolveu no século XVIII, ápice da exploração do ouro, é apropriado dentro da Revista do Patrimônio como símbolo e espaço da “autêntica tradição brasileira”. Seus estudos reforçam a pretensão da Revista em destacar uma arte

original nacional. Nesse sentido, encontramos nos volumes da Revista aqui analisados elevado número de estudos sobre a arquitetura e arte barroca mineira. Na primeira edição, há dois artigos sobre igrejas mineiras, a “Plantas da igreja do Carmo de Ouro Preto”, sem autoria, e “A Capela de N. S. de Sant’Ana”, que se encontra na cidade de Mariana, de Epaminondas de Macedo. A partir da segunda edição é que verificaremos o aprofundamento da análise sobre o barroco mineiro e suas características que destacariam sua peculiaridade. Em seu artigo “Ligeiras notas sobre arte religiosa no Brasil”, Augusto de Lima Junior analisa a formação dos altares nas igrejas barrocas. O autor avalia que “na segunda metade do século XVIII a evolução se verifica com o aparecimento do barrôco brasileiro, notadamente em Ouro Preto, São João d’El Rei e Sabará”. (LIMA JUNIOR, 1938, P 101). Destacando diversos altares, como o da Matriz de Antônio Dias em Ouro preto, Matriz de Itabira do Campo, em Nova Lima, Igreja do Bom Jesus, em Congonhas do Campo, etc., busca tratar das “preciosas” decorações desses altares. Identifica nesses altares a junção simbólica de elementos de diversas culturas que culminaram na autentica arte barroca mineira:

Êsses altares constituem pelo objetivo de suas concepções, verdadeiras obras primas onde se podem ler como edificação, as mais belas lições de mística cristã, através da simbolística que, depois de vir da antiguidade, desenvolveu-se no romântico e no gótico juntando-se as duas formas no barroco para quasi desaparecer na pobreza de motivos religiosos dos estilos de igrejas contemporâneas (LIMA JUNIOR, 1938, P 107).

Na mesma edição da Revista Rodrigo Melo Franco escreve o artigo “Contribuição para o estudo da obra do Aleijadinho”. Nele, vemos a clara tentativa do autor em desmistificar estudos que deslegitimavam a autoria de Aleijadinho sobre diversas obras realizadas nas igrejas em Minas Gerais. Através de alguns documentos pesquisados, procura tratar de diversas obras que considera de autoria do artista. Procurou enfatizar a participação do artista na elaboração de esculturas e altares, de maneira a agregar valor de importância as igrejas mineiras. Nesse estudo, deixa claro qual a intenção ao abordar as obras produzidas por Aleijadinho:

Seja como for, o que se pode concluir destas notas, apresentadas como a primeira contribuição do SPHAN para o estudo da questão da autoria das obras atribuídas ao Aleijadinho, é que este deixou traços positivos de sua passagem não só em Congonhas do Campo, como houve quem pretendesse, mas também em Sabará, na igreja do Carmo, e em Ouro Preto, no Carmo, em São Francisco de Assis e nas Mercês e Perdões.[...]Esperamos que o SPHAN concorra um pouco, nas pegadas dos doutos, para a solução sucessiva destes pequenos problemas, cuja importância é maior do que poderá parecer, para a história da arte brasileira (ANDRADE, 1938, P 297).

Rodrigo Melo Franco deixa claro a missão que o SPHAN deverá seguir na busca de estudos que relevem a importância de Aleijadinho, personagem que considera de grande importância para a história da arte brasileira. As suas obras representariam a mais autêntica manifestação artística já produzida no Brasil. Seria a figura que colocaria o Brasil no grande quadro universal das produções artísticas desenvolvidas pelos grandes gênios da arte. Dessa maneira, narrativas foram elaboradas tendo como referencial os bens que tivessem relação com a figura de Aleijadinho ou a manifestação do barroco em si. O simbolismo de ambos, seria um dos principais critérios para destacar o valor patrimonial de alguns objetos abordados na Revista.

Não à toa, após a segunda edição da Revista, em que Rodrigo Melo Franco destaca a importância das obras de Aleijadinho e propõe estudos futuros para a solução dos problemas relacionados a autoria das obras do mesmo, uma série de estudos são publicados tendo como foco principal tanto a figura de Aleijadinho quanto discussões que envolvam o barroco. Na terceira edição é publicado um estudo de Luiz Jardim sobre o tema, como já foi discutido anteriormente. Isso sugere uma tentativa de estabelecer uma tipologia sobre o barroco, culminando no barroco mineiro, para justificar a importância da grande quantidade de obras produzida no período. Na mesma edição são publicados os artigos “O primeiro depoimento estrangeiro sobre o Aleijadinho”, de Afonso Arinos de Melo Franco e “Apontamentos para a bibliografia de Antônio Francisco Lisboa”, de Judith Martins, indicando a atenção dada ao tema dentro da Revista.

Afonso Arinos vai tentar traçar a importância de Aleijadinho através do relato de viajantes que passaram por Minas Gerais e entraram em contato com a obra do artista. Destaca-se o relato de John Mawe, Saint Hillaire, Luccock, Burton, Castelnau e Eschwege. Ao referenciar a contribuição de Saint Hilaire, deixa claro a imagem que se construía sobre a figura de Aleijadinho. Em breve descrição diz: “Esta rápida passagem do francês se difundiu, com as “Efemérides”, e para alguns, representava o único depoimento que os viajantes estrangeiros nos legaram sobre *o maior vulto da arte colonial brasileira.*” (MELO FRANCO, 1938, P 173. Grifos nossos). O relato desses viajantes mostra “que a lenda e obra do Aleijadinho não passaram tão despercebidas aos observadores estrangeiros das Minas.” (MELO FRANCO, 1938, P 173)

Em seus “Apontamentos para a bibliografia de Antônio Francisco Lisboa”, Judith Martins, revelando o esforço de se ampliar os estudos sobre as obras e a história de Aleijadinho, tece uma série de comentário a respeito de uma extensa bibliografia sobre a vida do artista. Esses resumos apresentados possibilitavam esclarecer algumas

lacunas sobre a vida de Manuel Francisco Lisboa, pai de Aleijadinho, representando assim a tentativa de destacar o amplo campo de ação do artista em Minas a partir da relação com as obras legadas por seu pai.

Ainda na mesma edição, José de Sousa Reis publica o artigo “O adro do Santuário de Congonhas”. Por meio de documentos, reforça a autoria da obra declarada a Antônio Francisco Lisboa. Interessa perceber em seu texto os critérios de autenticidade reforçados pelo autor para destacar a obra como grande monumento nacional. Descreve que as estatuas que compõem o santuário “obedecem, dentro de sua liberdade barroca, a um ritmo geral que unifica e equilibra a composição e transmite ao conjunto uma expressão intensa de grandiosidade patética.” (SOUSA REIS, 1938, P 207). Essa grandiosidade, revelador do seu caráter de autenticidade, desperta no autor certa admiração sobre a obra:

no grande adro dos profetas sente-se muito daquele “jeusavant, correct et magnifique des formes souslalmiere”, que há em todas *autentica obra de arquitetura*. *Esse adro é, na realidade, com suas dozes estátuas, um monumento de arquitetura* (SOUSA REIS, 1938, P 207. Grifos nossos).

Outros dois artigos, cujo tema tratava do personagem Aleijadinho, foram publicados na quarta edição da Revista. Os artigos, “João Gomes Batista”, de Lucio Camilo de Oliveira Neto (1940), e “Subsídios para a biografia de Manuel Francisco Lisboa”, de Judith Martins (1940), refletem a consagração do tema dentro da Revista. Os dois artigos têm como propósito apresentar estudos que procuraram esclarecer algumas dúvidas do desenvolvimento das técnicas de Aleijadinho. Ambos utilizam como base o texto “Memória de 1790”, presente na obra de Rodrigo José Ferreira Bretas. Os textos tratam sobre as principais circunstâncias da vida de Manuel Francisco Lisboa. O intuito é confirmar a autoria de diversas obras realizadas como a Ponte de Itaubira e o Chafariz do Padre Faria, realizadas em 1757. Acrescentam também os desenhos da Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto, além de pontes, chafarizes e baluartes de construções em Mariana, Catas Altas e Ouro Preto (MARTINS, 1940).

A arte barroca figura na Revista como manifestação máxima da produção artística produzida no Brasil. Parte do destaque dado ao tema pode ser pensada dentro dos estudos elaborados por Lucio Costa, ao pensar o barroco dentro de uma lógica modernista. Se o pensamento modernista, como foi abordado no primeiro capítulo, teve destaque dentro das ações do SPHAN, é na arte barroca que irão encontrar as manifestações do que consideram “moderno”. Justamente por essa acepção, é que vemos como critério de análise das obras ligadas ao período barroco na Revista as

variações artísticas sofridas no Brasil colônia, que por suas adaptações regionais, são dignas de apreço. Lucio Costa irá estabelecer essa relação do barroco com o “modernismo” no artigo “A arquitetura jesuítica no Brasil”, debruçando sobre às características da arte barroca desenvolvida no Brasil, entendendo a sua relação com a arquitetura moderna. A configuração do barroco é estabelecida por meio de valores que Lucio Costa relaciona com as adaptações ao meio colonial e o desenvolvimento ocorrido no auge da mineração em Minas Gerais, o que gerou um grande senso de liberdade e desenvolvimento artístico e cultural. Nesse sentido, o autor tece algumas observações sobre a arte barroca:

A expressão “arte barroca” não significa, assim, apenas um estilo. Ela abrange todo um sistema, verdadeira confederação de estilos –uma “commonwealth” barroca, poder-se-ia dizer. Estilos perfeitamente diferenciados entre si, mas que mantêm uma norma comum de conduta em relação aos preceitos e modelos renascentistas (COSTA, 1941, P 12).

E destaca:

Se algumas vezes os monumentos barrocos merecem realmente essa pecha de anomalias artísticas, a grande maioria dele – inclusive daqueles em que o arrojo da concepção ou delírio ornamental atingem o clímax – é constituída por autênticas obras de arte, que não resultaram de nenhum processo de degenerescência, mas, pelo contrário, de um processo legítimo de renovação (COSTA, 1941, P 11).

As “autênticas obras de arte” é que legaram os mais admiráveis exemplos de expressão da arte religiosa brasileira às futuras gerações. A análise de Lucio Costa buscava, dessa maneira, pensar o conjunto das obras, partindo da ideia de que os bens culturais da arte barroca foram construídos dentro de um projeto coeso e inovador. Contribui para a elaboração de um pensamento que liga a produção barroca, tanto arquitetônica quanto artística, ao pensamento modernista que se estruturou no Brasil. O discurso elaborado pelo autor associa as produções elaboradas no século XVIII, principalmente as realizadas em Minas Gerais, como obras realizadas por uma geração modernista:

Estilo também das grandes matrizes mineiras, e já tratado pela nova geração modernista da segunda metade daquele século, isto é, dos artistas que ergueram as igrejas de irmandades(...) Esse novo estilo, “moderno”, como então se dizia, data da segunda metade do século dezoito(...) (COSTA, 1941, P 45).

Vemos que associação dos objetos da arte barroca ao modernismo caracteriza formas de estabelecer valor ao objeto, a partir da sua relação com o próprio debate que se configurou entre os intelectuais modernistas dentro do órgão SPHAN, de maneira que a definição de moderno vai contrário à ideia de ruptura com o passado. No modernismo brasileiro, essa ideia se estabeleceu de forma dialética, já que a inserção da modernidade não excluiu a tradição, mas manteve com a mesma uma relação particular

e específica. (MAIA, 2014, P 84). Como descreve Mariza Veloso, o barroco torna-se uma referência histórica para o modernismo, uma representação simbólica da origem da nação que o movimento buscava alcançar (SANTOS,2018, P 55). As raízes da nacionalidade estavam referenciadas no barroco mineiro e na representação da figura de Aleijadinho como mito fundador. As modernas estruturas da nação brasileira eram pensadas através do barroco, cujo pensamento de ruptura com a arte portuguesa ia de encontro a própria ideia de transição almejada pelos modernistas (SANTOS, 2018).

Procuramos até aqui, compreender, a partir das narrativas dos artigos publicados na Revista do Patrimônio, quais critérios e valores foram estabelecidos para pensar o patrimônio no contexto do Estado Novo. Como pudemos observar, os critérios elencados para atribuir valor aos objetos são permeados pelos valores que se estabeleceram dentro da política vigente. O debate sobre a identidade nacional direciona a forma como os autores abordam o patrimônio e na relação que este estabelece com o passado na sua relação direta com o presente. Sendo assim, a representatividade patrimonial dos objetos abordados se encontram na herança vinculada ao passado português e europeu, nos seus aspectos de autenticidade, originalidade, valor histórico e artístico, a relação com personagens heroicos da história nacional, o valor educativo e patriótico que representam a partir da idealização do passado e ,principalmente, àqueles que são entendidos como objetos que representariam os ideais modernistas. Tentaremos agora compreender de que forma esses critérios e valores foram aplicados na vida prática, nas ações efetivas de tombamento.

3.2 –Os critérios de patrimonialização da Revista do Patrimônio nas práticas de tombamento.

Conforme foi o observado, a constituição do pensamento sobre o patrimônio histórico e artístico foi determinada por agentes recrutados entre os intelectuais de destaque, que pertenciam à rede de sociabilidade de Rodrigo Melo Franco. Estes, contribuindo para a política de preservação, atuaram na elaboração de critérios e valores para a patrimonialização que, atuando no nível simbólico, procuraram reforçar a identidade coletiva, a educação e a formação do cidadão (FONSECA, 2017, P 17). Conforme aponta Fonseca, esse “poder simbólico” do patrimônio teve um alcance restrito e foi produzido por intelectuais especializados em determinadas áreas do saber. Nesse sentido, a legitimidade da constituição do patrimônio se assentou não apenas no valor simbólico da nacionalidade, senão, também, em valores formulados a partir de critérios

vinculados a disciplinas específicas referentes à área de atuação desses intelectuais (FONSECA, 2017, P 18). Certo é que, a Revista do Patrimônio significou a produção do universo simbólico que diz respeito a configuração da construção do patrimônio representado na produção científica dos artigos publicados na Revista.

Se a Revista se destacou como espaço de produção do universo simbólico que caracterizaria as motivações para determinado bem tornar-se digno de proteção, no universo das ações, são os processos de tombamentos que resultariam como fase final desses processos. Logo, as práticas de tombamento deveriam enquadrar-se dentro de uma lógica simbólica que sustentasse as ações do órgão diante do trato com os diversos setores da sociedade proprietária dos bens móveis de interesse do SPHAN. Percebemos que, os critérios e valores constituídos na Revista para agregar valor aos objetos, dando a ele *status* de histórico e artístico nacional, é que se tornarão ferramentas para as ações do SPHAN nos processos de tombamentos.

Sobre o processo de tombamento, cabe reforçar que ele foi prescrito no Decreto-Lei nº 25 de 1937 e tornou-se o primeiro instrumento de proteção legal do patrimônio cultural brasileiro. O tombamento dos bens considerados históricos e artísticos garantiria as ações de preservação do poder público, cujo interesse se sobrepõe ao privado. O presente decreto delimitou também o campo de atuação do Conselho Consultivo do órgão. O Conselho torna-se, então, o responsável pelo exame, apreciação e decisões relacionadas a proteção do patrimônio cultural brasileiro, atuando diretamente no processo de tombamento. Quando observamos as atas de reuniões do Conselho Consultivo do SPHAN, um dado chama atenção e contribui para reforçar o poder de ação de Rodrigo Melo Franco na consagração do pensamento sobre o patrimônio cultural brasileiro dentro do recorte proposto neste trabalho. Nos primeiros anos de funcionamento do órgão, eram frequentes as reuniões do conselho para a deliberação de diversos casos de tombamento. Conforme as atas de reunião, no ano de 1938 foram realizadas cinco reuniões ordinárias do Conselho Consultivo, caindo para quatro no ano de 1939 e somente para uma no ano de 1940. Depois disso, a reunião do conselho sofreu um hiato de seis anos. A décima primeira reunião viria a acontecer somente no ano de 1946¹⁵³. Esses dados permitem afirmar que, devido à ausência de reunião, as deliberações para os tombamentos eram realizadas de acordo com os critérios adotados por Rodrigo Melo Franco e os elaborados nos artigos da Revista.

¹⁵³ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/atasConselho/>. Acessado no dia 26/10/2018.

Embora durante os seis anos os processos de tombamento estiveram vinculados as decisões de Rodrigo Melo Franco, quando observamos os bens tratados na Revista, percebemos que os oito volumes tratam exclusivamente de bens tombados nos anos de 1938 a 1940. E mesmo que as deliberações tenham sido realizadas com a participação do Conselho, os processos de tombamento demonstram que Rodrigo Melo Franco era a figura central nesse processo. Conforme a redação do art. 1º do Decreto Lei 25/37, poderá ser objeto de tombamento o conjunto dos bens móveis e imóveis que demonstrem relevância para o patrimônio histórico e artístico e cultural. Essa relevância, deveria ser descrita nos processos de tombamento para a alegação da sua representatividade artística e histórica. Uma análise dos processos de tombamentos dos bens culturais abordados na Revista demonstra que, na prática, esses procedimentos não eram realizados. Poucos são os bens que possuem uma descrição detalhada dos critérios de valoração para a sua patrimonialização. Isso permite elencar duas observações: quanto aos critérios são detalhados, eles obedecem às formulações que foram elaboradas dentro da Revista do Patrimônio; quando este não ocorre, é passível afirmar que esses critérios já estão implícitos dentro das narrativas encontradas na Revista. Os textos da Revista, representam, nesse sentido, os discursos centrais que oferecem elementos para agregar valor aos bens móveis e imóveis.

A análise do processo de tombamento 5-T-38, que trata do tombamento da Igreja dos Prazeres, abordada no primeiro número da Revista, revela como os critérios e valores construídos na narrativa elaborada no artigo são os mesmos que serão utilizados para transformar a igreja em monumento nacional. Conforme foi abordado anteriormente, o passado glorioso, com ênfase nos personagens históricos, eventos patrióticos ocorridos no local onde a igreja foi erigida, foram os critérios utilizados para agregar valor “a Igreja dos Montes Guararapes”, ou Igreja dos Prazeres. A igreja foi inscrita no livro do tombo em 16 de março de 1938. Nesse primeiro momento, o processo de tombamento se deu sem um relatório específico quanto ao valor histórico do objeto. Ele só viria a se destacar quando ocorreu o processo cujo objetivo era transformá-la em monumento nacional. Em documento datado de 01 de julho de 1948 que trata da conversão do Santuário de Nossa Senhora dos Prazeres, nos Montes Guararapes, em monumento nacional, é destacada as batalhas travadas no local onde se encontra a igreja. Os critérios se voltam, então, para as batalhas ocorridas no dia 19 de abril de 1648 e a de 19 de fevereiro de 1649 e no personagem Francisco Barreto de

Menezes, já abordado anteriormente. São apresentados estudos de alguns historiadores a respeito das duas batalhas como forma de reforçar a importância histórica do local¹⁵⁴. São esses valores elencados, construídos por meio da narrativa elaborada no artigo publicado na Revista, que serão utilizados como critérios para elevar a igreja a monumento nacional, conforme pode ser observado no decreto sobre o tombamento da igreja:

Considerando que a igreja ou Santuário de Nossa Senhora dos Prazeres foi erigida em 1656 por Francisco Barreto de Menezes em ação de graças pelas vitórias obtidas sobre o invasor estrangeiro nos Montes Guararapes em 19 de Abril de 1648 e 19 de fevereiro de 1649; Considerando que transcorre no ano presente e no próximo futuro o terceiro centenário das duas batalhas memoráveis que assinalam o restabelecimento definitivo da unidade nacional; DECRETA: art 1. Fica convertido em Monumento Nacional o Santuario de Nossa Senhora dos Prazeres, situado nos Montes Guararapes(...)¹⁵⁵

Além do critério relacionado a fatos memoráveis e figuras históricas, outro recorrente na Revista, no que diz respeito a autenticidade e originalidade, são de igual maneira abordada nos processos de tombamento. Neles, a originalidade e autenticidade de determinados bens recorrentemente são tratados como “primitivos”, na intenção de referenciar o objeto no seu estágio original. Processo de tombamento que merece destaque para compreender a aplicação desse critério é o relacionado as Igrejas e Conventos de São Francisco, de São Bento e do Carmo, tombados de forma conjuntas. No processo 63-T-38 há um intenso debate sobre os critérios que justificaram o tombamento dos bens e, ao mesmo tempo, para o cancelamento do tombamento de dois deles. Em carta referente ao processo de tombamento dos bens citados, enviado pelo Arcebispo da Paraíba, em resposta a notificação do tombamento, são apresentados critérios que dizem respeito tanto ao caráter de originalidade quanto de valor artístico. Descrevendo sobre os bens, o bispo cita:

Quanto a igreja e ao convento do Camo, *declaro que somente a igreja é que conserva, quasi em sua integridade, sua notabilidade artistica e primitiva*, e isto mesmo que com alguma falha, porque a ação do tempo lhe destruiu algo da sua pintura e do seu relevo. Entretanto, o que nella foi posto de maior valor artistico acha-se ainda em boa conservação. *O convento, porém, nada tem do seu primitivo estado. Acha-se, de fato, modernizado e completamente transformado* (grifos nossos).¹⁵⁶

Os critérios elencados em alguns artigos na Revista são destacados pelo bispo em resposta a Rodrigo Melo Franco. O valor artístico e primitivo – autêntico/original – são utilizados para tratar do valor histórico que o objeto possui. Destaca os mesmos critérios

¹⁵⁴ Arquivo do SPHAN. Processo N. 05-T-38.

¹⁵⁵ Ibidem

¹⁵⁶ Arquivo do SPHAN. Processo N. 63-T-38. Carta datada de 19 de julho de 1938

ao tratar da Igreja de São Francisco dizendo que “quanto á igreja e ao convento de S. Francisco releva fazer as seguintes declarações. A igreja desse convento é, na parte interna, sobretudo no forro das suas naves, um primor de arte na sua pintura, nos seus quadros e ornatos”¹⁵⁷.No entanto, o processo de “modernização” que alguns bens passaram, retirando o seu “aspecto original”, traz a ideia de que o objeto não possui mais um valor em si. Embora o bispo tenha destacado que alguns bens sofreram processos de modernização, Rodrigo Melo Franco acredita poder restaura-los, ao seu estado primitivo:

Agradecendo vivamente a V. Excia. Revda. pelas valiosas informações que teve a bondade de prestar sobre o estado atual das referidas edificações, cumpre-me esclarecer que, não obstante diversos dos mencionados documentos tenham sofrido reformas ou alterações mais ou menos extensas e profundas, no seu conjunto, ou em seus pormenores, a preservação dos mesmos em sua integralidade, foi julgada de interesse público, sem embargo das deformações ou mutilações que sofreram, *competindo a esta repartição providencia oportunamente para restaura-los, tanto quanto possível na sua feição primitiva* (grifos nossos).¹⁵⁸

Mesmo com o interesse de Rodrigo Melo Franco em tombar provisoriamente os bens, realizado no dia 28 de maio de 1938, após análise do técnico Ayrton de Carvalho, autor que publicou na sexta edição da Revista sobre a arquitetura do nordeste, o diretor do SPHAN muda o seu discurso quanto ao tombamento, pois acredita que os bens perderam os aspectos originais, primitivos, que agregariam valor patrimonial ao monumento. No documento enviado por Ayrton de Carvalho, o autor afirma:

Dos três monumentos aos quaes foi aplicado o disposto nos arts. 6º a 10º do decreto-lei nº 25 de 30/11/37, dois, isto é, os conventos do Carmo e de São Bento, nada mais possuem que possa interessar ao SPHAN, em vista de terem sidos neles procedidas reformas radicaes. Apenas no primeiro, conserva-se ainda um pequeno e artístico arco e pedra trabalhada, o qual escapou segundo estou informado, da “modernização” sofrida pelo edificio. *O de São Francisco, entretanto oferece real interesse ao SPHAN. O conjunto da igreja e do convento apresenta ainda a tradicional fisionomia arquitetônica herdada dos mestres portugueses* (grifos nossos).¹⁵⁹

Diversos critérios percebidos nas narrativas dos artigos publicados na Revista do Patrimônio são encontrados na fala de Ayrton de Carvalho. Os aspectos que interessam ao SPHAN estão no aspecto primitivo do objeto, a arquitetura original ligada à herança portuguesa. O objeto, ao passar por profundas modificações, não se enquadra dentro da lógica estabelecida para a patrimonialização.

¹⁵⁷ Ibidem

¹⁵⁸ Ibidem. Carta data de 29 de julho de 1938.

¹⁵⁹ Ibidem. Documento sem data. Provavelmente dos anos 1938 ou 1939.

A “feição primitiva” também é destacada no processo de tombamento da Fazenda Santo Antônio, bem tratado no artigo “A Fazenda de Santo Antônio em Petrópolis”, escrito por Lourenço Luis Lacombe, na oitava edição da Revista do Patrimônio. Embora abordado na edição oito da Revista, só viria figurar no livro do tomo somente no ano de 1951. E os critérios são claros tanto relacionados a figura de personagens emblemáticos quanto a autenticidade e originalidade do bem.

Procede a sugestão. O parque, de que se conserva o projeto original, foi delineado por Glaziou, e a casa, embora reformada em alguns pormenores, ainda preserva a feição primitiva, inclusive o salão de visitas com valiosas pinturas de forro e mobiliário característico da época (segunda metade do século XIX).¹⁶⁰

Se em alguns processos de tombamento são descritos os critérios de valoração dos bens culturais para a sua patrimonialização, na sua maioria, os processos são dinâmicos e pouco aprofundados. Não se sabe se esse fato ocorre pela urgência em tomar os bens culturais, mas certo é que em muitos casos os processos de tombamento não superam duas páginas. Os processos seguiam um protocolo: o proprietário do bem de interesse do SPHAN era notificado da pretensão do órgão em tomar o referido bem. O proprietário teria o prazo de 15 dias após a notificação para entrar com o pedido de impugnação do tombamento, tendo o SPHAN o prazo de mais 15 dias para “fazer vistas” da impugnação. Caso o proprietário não manifestasse dentro do prazo estabelecido, automaticamente o bem já era inscrito no livro do tomo. O Decreto-Lei 25/37 estabelece que após esse prazo, o processo seria remetido ao Conselho Consultivo que emitiria, no prazo de 60 dias, decisão sobre o tombamento. Porém, os documentos dos processos mostram que muitas vezes o processo já era inscrito de forma direta no livro do tomo. Citamos como exemplo o processo de tombamento 179-T-1938 referente a Igreja Jesuística de São Pedro da Aldeia localizada na cidade do Rio de Janeiro. Conforme documento, o proprietário foi notificado no dia 01 de agosto de 1938 sobre o interesse do SPHAN no tombamento do bem. Sem oposição ao tombamento, no dia 12 de agosto de 1938 o bem era inscrito no livro de tombos¹⁶¹. Esse procedimento é visto em diversos processos encontrados no arquivo do SPHAN.

Os artigos da Revista do Patrimônio, em sua maioria, tratam de bens que foram ou seriam tombados. Os critérios eram destacados quando os bens em questão seriam convertidos em patrimônio nacional, como no caso analisado da Igreja dos Prazeres, e ocorre da mesma maneira em relação à cidade de Ouro Preto. No processo N. 70-T-38,

¹⁶⁰ Arquivo do SPHAN. Processo N. 445-T-51.

¹⁶¹ Arquivo do SPHAN. Processo N. 179-T-38

de que trata do tombamento do conjunto arquitetônico da cidade de Ouro Preto, é possível encontrar todos os elementos quanto aos critérios de valoração de determinado bem histórico para a sua patrimonialização. No documento datado de 12 de julho de 1933, que erige a cidade de Ouro Preto a monumento nacional, podemos destacar os valores que se vinculam ao espírito nacionalista do Estado Novo. Nele, mesclam-se valores ligados à pátria, aos eventos históricos, à formação da nacionalidade, à valorização da arquitetura colonial como obra de arte representativa da cultura nacional, etc.

Considerando que a cidade de Ouro Preto, antiga capital do Estado de Minas Gerais, *foi teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos da arquitetura colonial, verdadeiras obras d'arte, merecem defesa e conservação(...)* Art. 2ª Os monumentos ligados à História Pátria, bem como as obras de arte, que constituem o patrimônio histórico e artístico da Cidade de Ouro Preto, ficam entregues a vigilância e guarda do Governo do Estado de Minas Gerais e da Municipalidade de Ouro Preto, dentro da orbita documental de cada um (grifos nossos).¹⁶²

Além dos valores citados, o barroco desenvolvido na cidade, por meio de sua arquitetura religiosa e produção artística, é outro ponto destacado como elemento central de valoração do patrimônio histórico e artístico da cidade de Ouro Preto. No processo de tombamento, há um extenso relatório produzido pelo Engenheiro Epaminondas de Macedo, autor que publicou o artigo “A Capela de N. S. De Santana” na primeira edição da Revista. Neste relatório, datado de 12 de junho de 1938, Epaminondas elabora um trabalho cujo objetivo é propor a execução de obras de conservação e restauração “das construções de arte que se espalham pela velha cidade, como testemunhas mudas de uma era de glória e de esplendor”¹⁶³. No discurso do engenheiro, observamos a ideia de pensar a “originalidade” do patrimônio, destacando, nesse sentido, o seu aspecto “primitivo” que deveria ser mantido ou “resgatado”, o que traria a ideia de concretização de uma ligação com o passado por meio do contato com esses objetos históricos. Dessa forma, o autor destaca:

A par destes monumentos os ambientes históricos, que tanto prestígio dão a cidade, precisam manter suas fáceis primitivas e despojarem-se dos arranjos e concertos infelizes que chocam com a generalidade das cousas circunstantes (...) seria verdadeiramente uma obra de restauração, a primeira que se levaria a efeito no Paiz, ligando-nos ao passado por obras imperecíveis.¹⁶⁴

Os aspectos artísticos destacados por diversos autores, que caracterizariam o pensamento científico sobre o barroco dentro do espaço da Revista, são constantemente

¹⁶² Arquivo do SPHAN. Processo N. 70-T-38

¹⁶³ Ibidem.

¹⁶⁴ Ibidem

utilizados pelo autor, ao procurar descrever detalhadamente as produções artísticas e arquitetônicas de todas as igrejas localizadas na cidade de Ouro Preto. Destacam-se elementos significativos que simbolizaram nesse período importantes modelos representativos para pensar a patrimonialização, demonstrando que os critérios elaborados na Revista, para pensar os valores implícitos em cada objeto, justificando assim sua salvaguarda, tinham um reflexo direto nas práticas de ação do SPHAN. Assim, ao descrever a Igreja de Nossa Senhora do Pilar, Epaminondas de Macedo afirma que “ao ingressar no recinto magestoso deste templo observa-se uma architectura transbordante de esculptura e pintura na manifestação de um esplendoroso barroco jesuítico.”¹⁶⁵ Já a Igreja Nossa Senhora das Mercês, “é uma alteração bem fundada do barroco jesuítico(...) é mais uma manifestação grandiosa de mestre Aleijadinho.”¹⁶⁶ A relevância dos eventos históricos é destacada na análise de Epaminondas de Macedo:

Nossa Senhora do Carmo, numa confirmação expressiva da ordem do Monte Carmello, levanta-se no antigo morro de Santa Quiteria a majestosa igreja de Nossa Senhora do Carmo nascida da Capella que, ainda em 1720, era abrigo de conspirações¹⁶⁷. Como construção de século XVIII em que presidiu, digo em que o barroco jesuítico presidia o gosto e simbolizava a solidez, o Carmo numa manifestação comum é também um conjunto de esplendor.¹⁶⁸

Embora alguns processos de tombamento apresentem os critérios de patrimonialização observados em artigos publicados na Revista do Patrimônio, em sua maioria, como citado anteriormente, tratam somente dos aspectos burocráticos de tombamento, sem qualquer análise das motivações do tombamento desses bens. Podemos pensar que as narrativas elaboradas na Revista serviram como critério de valoração desses objetos, o que justificaria a ausência destes nos processos. Quase todos os bens apresentados nos artigos da Revista do Patrimônio nas suas primeiras oito edições foram tombados ou já estavam em processo de tombamento quando as edições eram lançadas. Os artigos da Revista serviam como espaço de análise teórica e histórica dos bens, afirmando a dupla missão do SPHAN em criar um ambiente de debate sobre o patrimônio que justificasse a patrimonialização dos bens históricos e artísticos nacional a partir dos critérios que se apresentavam nas narrativas elaboradas nos artigos publicados na Revista.

¹⁶⁵ Ibidem

¹⁶⁶ Ibidem

¹⁶⁷ O autor se refere a inconfidência mineira, uma conspiração de natureza separatista que ocorreu na cidade de Ouro Preto, então capitania de Minas Gerais, entre outros motivos, contra a execução da derrama e o domínio português, sendo reprimida pela Coroa portuguesa em 1789. Um de seus principais personagens foi Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

¹⁶⁸ Ibidem

Destarte, podemos elencar alguns artigos publicados na Revista que fazem uma análise criteriosa dos bens patrimoniais que são ausentes nos processos de tombamento. No primeiro número da Revista, destacamos os artigos “O Forte de São Tiago da Bertiooga” (219-T-1939),” de Afonso de Taunay, “Igreja do antigo Colégio dos Jesuítas Em S. Pedro da Aldeia” (179-T-1938), sem autoria, “Seminário de Belém da Cachoeira” (122-T-1938) de Godofredo Filho, “Planta da Igreja do Carmo de Ouro Preto”(70-T-1938), sem autoria, “A Capela de N.S. de Sant’Ana” (75-T-1938), de Epaminondas de Macedo, “Uma casa de fazenda em jururuba” (62-T-1938) de Paulo Barreto, “Uma Igreja do antigo colégio dos Jesuítas em S. Pedro da Aldeia”(179-T-38),sem autoria, “A Capela de Santo Antonio” (214-T-39) de Mario de Andrade e “Igreja Matriz de S. Francisco Xavier” (162-T-1938) de Noronha Santos. Os processos de que tratam esses bens não apresentam os critérios e valores que são destacados nas narrativas descritas nas Revistas. Entendemos que os artigos da Revista são as principais fontes para compreender quais elementos estavam sendo destacados no pensamento em torno dos processos de patrimonialização. A ausência de descrição dos critérios nos processos é sanada pelas análises realizadas nas Revista. O pensamento construído na Revista serviria como parâmetro para justificar os processos de tombamento, o que permite compreender a ausência de explanação de tais critérios dentro dos processos, pois as narrativas construídas na Revista já destacavam os valores que esses objetos carregavam na sua relação com a história nacional.

Outros artigos que figuraram nas edições das Revistas aqui analisadas apresentam o mesmo processo científicos de estudos dentro da Revista e ausência dos mesmos nos processos de tombamento. No segundo número da Revista encontramos os artigos “O solar do Colégio ”(175-T-1938), de Alberto Lamego, “Real Forte do Príncipe da Beira” (395-T-1950) de A.L. Pereira Ferraz, “A Capela de S. José do Genipapo” (267-T-1941) de Romulo Barreto e “A Barraquinha de Euclides da Cunha”(189-T-1938) de Francisco Marques Venâncio . No terceiro volume o artigo “Notas sobre a Antiga Pintura Religiosa em Pernambuco” de Joaquim Cardoso trata de diversos bens tombamentos pelo SPHAN como a Igreja da Misericórdia (124-T-1938), Igreja de Nossa Senhora da Graça e Seminário de Olinda (131-T-1938), Igreja da Misericórdia (142-T-1938), dentre outras. Há também os artigos “O adro do Santuário de Congonhas” (75-T-1938) de José de Sousa Reis e “A Torre e o Castelo de Garcia d’Ávila” (128-T-1938) de Godofredo Filho. Na quarta edição temos “Aqueduto da Carioca”(100-T-1938) de Noronha Santos, “Os sete povos das missões” (141-T-1938) de Alberto Lamego”, “A sacristia da cathedral

da Baía e a posição da igreja primitiva” (84-T-1938) de Maria de Lourdes Pontual e “Colégio dos Jesuítas em Paranaguá” (101-T-1938) de David Carneiro. Em artigo de Sergio Buarque de Holanda publicado na quinta edição sobre “Capelas antigas de São Paulo” são abordadas as igrejas de São Miguel Paulista (180-T-1938), a Aldeia de Carapicuíba (218-1939), Igreja de Nossa Senhora do Rosário (180-T- 1938) e a Capela de Voturuna (222-T-1939). Citamos na mesma edição os artigos “Caetano da Costa Coelho e a pintura da Ordem 3ª de São Francisco da Penitência” (22-T-1938) de Nair Belo e “Os dois grandes lampadários do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro” (9-T-1938) de D. Clemente Maria da Silva Nigra. Na sexta edição encontramos “O Colégio de S. Alexandre e a Igreja de S. Francisco Xavier, de Belém do Grão Pará” (235-T-1940) de Serafim Leite. Os artigos “Os azulejos do Convento de São Francisco da Bahia” (86-T-1938) de C.F. Ott, “A igreja de São Francisco de Assis de Mariana” (75-T-1938) de Cônego Raimundo Trindade, “Um tipo de Casa Rural do Distrito Federal e Estado do Rio” (432-T-1950) de Joaquim Cardoso, “A Antiga Fazenda de São Bento em Iguazu” (564-T-1957) de Joaquim Cardoso, aparecem na sétima edição. Na oitava edição podemos visualizar os artigos “O parque da Praça da República, Antigo da Aclamação” (99-T-1938) de Noronha Santos e “A Fazenda de Santo Antônio em Petrópolis” (445-T-1941) de Lourenço Lacombe. A relação dos artigos cujo bem tratado não apresentam os critérios e valores para a patrimonialização podem ser melhor observador no quadro abaixo:

Quadro IV – Lista de artigos publicados nas 8 edições que tratam dos bens tombados pelo SPHAN que não apresentam os critérios e valores para a patrimonialização dos referidos bens nos processos de tombamento.

1ª Edição - 1937		
Artigos	Autores	Número de Tombamento
O Forte de São Tiago da Bertiooga	Afonso de Taunay	219-T-1939
Igreja do antigo Colégio dos Jesuítas Em S. Pedro da Aldeia	Sem autoria	179-T-1938
Seminário de Belém da Cachoeira	Godofredo Filho	122-T-1938
Planta da Igreja do Carmo de Ouro Preto	Sem autoria	70-T-1938
A Capela de N.S. de Sant'Ana	Epaminondas de Macedo	75-T-1938
Uma Igreja do antigo colégio dos Jesuítas em S. Pedro da Aldeia.	Sem autoria	179-T-38
Uma casa de fazenda em Jururuba	Paulo Barreto	62-T-1938
Igreja Matriz de S. Francisco Xavier	Noronha Santos	162-T-1938
A Capela de Santo Antônio	Mario de Andrade	214-T-39
2ª edição - 1938		
O solar do Colégio	Aberto Lamego	175-T-1938
Real Forte do Príncipe da Beira	A.L. Pereira Ferraz	395-T-1950
A Capela de S. José do Genipapo	Romulo Barreto	267-T-1941
A Barraquinha de Euclides da Cunha	Francisco Marques Venâncio	189-T-1938
3ª edição- 1939		
Notas sobre a Antiga Pintura Religiosa em Pernambuco	Joaquim Cardoso	124-T-1938/131-T-1938/142-T-1938
O adro do Santuário de Congonhas	José de Sousa Reis	75-T-1938
A Torre e o Castelo de Garcia d'Ávila	Godofredo Filho	128-T-1938
4 edições- 1940		
Aqueduto da Carioca	Noronha Santos	100-T-1938
Os sete povos das missões	Alberto Lamego	141-T-1938
A sacristia da catedral da Baía e a posição da igreja primitiva	Maria de Lourdes Pontual	84-T-1938
Colégio dos Jesuítas em Paranaguá	David Carneiro	101-T-1938
5ª edição - 1941		
Capelas antigas de São Paulo	Sergio Buarque de Holanda	180-T-1938/218-1939/180-T-1938/222-T-1939
Caetano da Costa Coelho e a pintura da Ordem 3ª de São Francisco da Penitência	Nair Belo	22-T-1938
Os dois grandes lampadários do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro	D. Clemente Maria da Silva Nigra	9-T-1938
6ª edição - 1942		
O Colégio de S. Alexandre e a Igreja de S. Francisco Xavier, de Belém do Grão Pará	Serafim Leite	235-T-1940
7ª edição - 1943		
Os azulejos do Convento de São Francisco da Bahia	C.F. Ott	86-T-1938
A igreja de São Francisco de Assis de Mariana	Cônego Raimundo Trindade	75-T-1938
Um tipo de Casa Rural do Distrito Federal e Estado do Rio	Joaquim Cardoso	432-T-1950
A Antiga Fazenda de São Bento em Iguaçu	Joaquim Cardoso	564-T-1957
8ª edição - 1944		
O parque da Praça da República, Antigo da Aclamação	Noronha Santos	99-T-1938
A Fazenda de Santo Antônio em Petrópolis	Lourenço Lacombe	445-T-1941

Como pudemos observar, diversos artigos publicados na Revista trataram de bens que seriam ou foram tombados pelo SPHAN. Os critérios narrativos elaborados pelos autores que publicaram na Revista são os que irão figurar nas práticas de tombamento do SPHAN. Tais critérios que representaram a patrimonialização dos bens históricos artísticos nacionais ora destacam-se dentro dos processos de tombamentos elencando quais os critérios estavam sendo pensados para a patrimonialização, ora esses critérios já estavam subentendidos a partir das narrativas consagradas dentro da Revista. Nesse sentido, podemos destacar que a Revista representou um espaço em que o principal interesse foi a elaboração de critérios e valores que se efetivaram nas práticas de tombamento do SPHAN. Os critérios e valores elencados no período analisado estavam vinculados a interesses políticos específicos, ligados ao discurso do Estado. Diante da análise dos processos de tombamentos, foi possível notar que o pensamento sobre a patrimonialização elaborado na Revista resultou em práticas de tombamento, no qual os processos de tombamentos tornam-se a efetivação desses discursos. Os critérios para a patrimonialização dizem respeito ao valor na história nacional que os objetos representam, vinculados aos grandes feitos históricos para a memória nacional.

3.3 – Museu Nacional e Museu Paraense Emilio Goeldi: contribuições museais na elaboração de outros critérios de patrimonialização na Revista do Patrimônio.

Após análise dos artigos produzidos em sua maioria por historiadores, que culminaram em práticas de tombamento, delimitando um campo central do patrimônio que reverberou nas ações do SPHAN, pretendemos nesta última seção apresentar artigos elaborados por antropólogos e etnólogos ligados ao Museu Nacional e ao Museu Emilio Goeldi¹⁶⁹, que oferecem outras narrativas de patrimonialização. Certamente, houve um número reduzido de artigos sobre temáticas que não se enquadravam aos valores vigentes nas políticas do Estado Novo, que se refletiram na Revista do Patrimônio. Porém, os artigos publicados pelos profissionais ligados aos museus demonstram que desde o período de consolidação das políticas patrimoniais, o campo museal vem se debruçando sobre os processos de patrimonialização, aprimorando o campo de debate no que diz respeito às políticas patrimoniais, que vão além do pensamento cultural material consagrado nesse período.

¹⁶⁹O destaque dado aos dois museus está ligado ao fato de serem as únicas instituições museológicas a terem autores que contribuíram com artigos para a Revista do Patrimônio dentro do recorte estabelecido.

Como apontam Siqueira, Granato e Sá, os estudos voltados para a Museologia se deram mediante a criação do primeiro Curso de Museus através do Decreto-Lei nº 21.129, de 7 de março de 1932(SIQUEIRA; GRANATO; SÁ, 2008, P146). O Curso de Museus inaugura o ensino sobre museus no Brasil, representando o primeiro passo para consolidação do campo da museologia no Brasil. (SÁ, 2008). Dessa forma, quando das publicações da Revista do Patrimônio, ainda não havia se consolidado um pensamento museológico específico que delimitasse a área. Partimos desse pensamento para entender que, embora esses autores vinculados aos museus aqui apresentados tivessem elaborado um pensamento distinto em relação ao que se consolidou dentro da Revista, não eram formados na área da Museologia. Porém, a forma como esses autores elaboraram suas narrativas podem ser enquadradas dentro do pensamento que se consolidou ao longo do século XX para delimitar teoricamente o pensamento museológico. Conforme aponta Klaus Schreiner:

Museologia é uma disciplina sociocientífica historicamente desenvolvida, lidando com leis, princípios, estruturas e métodos complexos, processos de aquisição, preservando, decodificando, pesquisando e exibindo objetos originais móveis selecionados da natureza e da sociedade como fontes primárias de conhecimento, que criam as bases teóricas para o trabalho museológico com a ajuda de uma experiência generalizada e sistematizada (SCHREINER apud RANGEL, 2013, P 14).

Nesse sentido, compreendemos os estudos dos profissionais ligados ao Museu Nacional e ao Museu Goeldi dentro desse pensamento museológico, pois ele irão se enquadrar dentro do pensamento, já discutido no primeiro capítulo, que é definido pela interpretação da relação entre o homem e seu meio ambiente, a posição do homem no espaço e no tempo, entendendo a herança cultural e natural como determinante para a identidade dos grupos.(MENSCH, 1994, P7). A Museologia se define pelo seu caráter transdisciplinar, e é essa transdisciplinaridade que irá figurar no pensamento museal elaborado pelos autores que, mesmo sendo de áreas distintas a museologia, como da antropologia, etnologia, etnografia e arqueologia, irão elaborar um pensamento que abarcam o universo das relações. Esse pensamento vinculado ao deslocamento dos estudos museológicos do âmbito dos museus e das coleções para um universo mais amplo, relacional, é destacado por Marília Cury e permite delimitar as narrativas elaboradas pelos autores. A autora define que museologia se estabelece dentro desse pensamento relacional:

a relação do homem e a realidade; do homem e o objeto no museu; do homem e o patrimônio musealizado; do homem com o homem, relação mediada pelo objeto. Esse universo de relações deve ser enfrentado na perspectiva transdisciplinar dada a sua complexidade. Se a museologia é disciplina com

objeto de estudo, o enfrentamento desse objeto deve ocorrer com clareza e com bases teóricas fundamentadas nas ciências humanas e sociais (CURY, 2009, p. 273).

De acordo com Cury, acreditamos que os artigos aqui analisados apresentaram narrativas sobre o patrimônio de importante contribuição para o campo museológico, por se enquadrarem dentro do universo transdisciplinar destacado por Cury, desenvolvendo pensamentos teóricos fundamentados nas áreas das ciências humanas e sociais, pensando os objetos patrimoniais para além do fenômeno material tradicional, destacando a relação do homem mediada pelo objeto patrimonializado.

Conforme observado no segundo capítulo, era uma preocupação de Mario de Andrade que figurasse na Revista temas relacionados ao “*folclore*”. O “*folclore*” se enquadraria dentro das práticas do que hoje é denominado como “patrimônio imaterial”. Nessa lógica, embora o “*folclore*” desejado por Mario de Andrade não tenha encontrado representatividade na Revista, é possível perceber que os artigos publicados por esses profissionais ligados aos museus tratam do aspecto imaterial pretendido por Mario de Andrade. Sendo assim, os artigos se debruçam sobre aspectos dos saberes transmitidos, a integração do homem com o meio que o cerca, a importância da natureza e dos povos indígenas na formulação de temas relativos à formação da identidade nacional.

Sete foram os artigos publicados pelos profissionais ligados aos museus dentro do nosso recorte. Na primeira edição foram publicados os artigos “Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil” de Heloisa Alberto Torres, “Estilização” de Roquette Pinto e “A natureza e os monumentos culturais” de Raimundo Lopes. Na segunda edição temos “Resumo Histórico do Museu Paraense Emilio Goeldi” de Carlos Estevão e “Pesquisa Etnológica Sobre a Pesca Brasileira no Maranhão” de Raimundo Lopes. Na terceira edição encontramos “A cerâmica de Santarém” de Carlos Estevão. Na oitava edição foi publicado “A habitação dos Timbira” de Curt Nimuendajú.

Dentre os autores analisados, Heloísa Alberto Torres, Edgard Roquette Pinto e Raimundo Lopes faziam parte dos quadros do Museu Nacional. Heloisa Alberto Torres foi diretora do Museu Nacional e compôs o Conselho Nacional de Proteção ao Índio, que chegou a presidir. Assumiu a direção do Museu Nacional com o afastamento de Edgard Roquette Pinto, virou vice-diretora (1935 a 1937) tornando-se diretora em 1938, permanecendo até 1955. Edgard Roquette Pinto, como citado, foi diretor do Museu Nacional entre 1926 e 1935, além de professor de Antropologia do próprio Museu

Nacional. Raimundo Lopes trabalhou no Museu Nacional desenvolvendo estudos sobre etnologia, etnografia e arqueologia.¹⁷⁰ Carlos Estevão e Curt Nimuendaju eram ligados ao Museu Paraense Emilio Goeldi. O primeiro, foi diretor do Museu Goeldi de 1930 a 1946 e o segundo, radicado em Belém desde o início do século XX, realizou diversas viagens a serviço do museu Nacional e do Museu Goeldi, além de lecionar um curso sobre culturas indígenas.

Heloisa Alberto Torres, em seu artigo, apresenta estudos sobre as principais jazidas arqueológicas no Brasil, que a época ainda se encontravam em processo de construção. Afirma que o interesse nas jazidas arqueológicas encontradas no Brasil, para melhor conhece-las, podem resultar em um julgamento conveniente do valor desses achados. Aconselha o SPHAN a realizar pequenas publicações em linguagem acessível aos leigos no interesse de “educar” as pessoas a respeito da importância das jazidas arqueológicas e da sua não destruição. Interessante notar que na narrativa da autora essa educação teria o propósito de proteger os grupos indígenas:

(...)o reconhecimento por parte dos civilizados de que os indígenas devem ser conservados, pela constatação do direito à terra que habitavam; pelo interesse que fornecem para a melhor compreensão do espírito humano, que eles representam em condições mais primitivas; pela reparação que lhes é devida depois de alguns séculos de perseguições (TORRES, 1937, P 11).

A preservação dos produtos artísticos produzidos pelas populações indígenas implicaria na proteção dessas populações. Nessa lógica, partindo da conceituação de que seríamos uma população “civilizada”, caberia a nós proteger as populações indígenas, tendo em vista que estas não conseguem exprimir ou sugerir o modo porque desejam ser amparadas. A autora não deixa de taxar duras críticas a nossa pretensão enquanto “civilizados”, de querer levar as populações indígenas nossa cultura. É possível perceber em sua narrativa os elementos patrióticos que permeiam quase todos os artigos da Revista. Ao tratar do exército brasileiro, afirma que estes são de extrema importância para a proteção dos indígenas e não deixa de destacar o patriotismo em seu discurso, como pode ser observado nessa passagem:

E todos bem sentimos que, *se ainda há, no Brasil, populações indígenas e remanescentes de antigas populações, nós devemos ao esforço ingente de um oficial do Exército, o “general do trabalho, do patriotismo e da abnegação”, que, secundado por uma plêiade de militares desde os mais altos postos até os mais modestos, pôs o seu ideal acima de quaisquer outros interesses e pugnou, do modo mais enérgico, em favor de nossos conterrâneos das selvas* (TORRES, 1937, P30. Grifos nossos).

¹⁷⁰ Disponível em: http://www.museunacional.ufjr.br/site/assets/pdf/memoria_1.pdf. Acessado no dia 02/11/2018.

Pensando dentro da lógica do conceito de “primitivo”, usado por diversos autores dentro da Revista para pensar um objeto dentro de uma perspectiva de originalidade, podemos observar que a autora entende as populações indígenas como representantes “primitivos” da nacionalidade. Da mesma maneira, essa ideia pode ser observada no artigo “Estilização” de Roquette Pinto. Aqui, o autor discorre sobre um estilo artístico que, ao se desenvolver, traduziria o pensamento característico de um povo. Trata, portanto, das diversas formas de estilização produzidas pelos povos “primitivos”. Reconhece na cerâmica produzida em Marajó traços de originalidade que caracterizariam a autenticidade da arte produzida por esse grupo:

Todos os grupos humanos são capazes de estilização, nem todos conseguiram criar um estilo. Faltou aos que não atingiram este nível a transmissão hereditária dos conceitos psicológicos que só com o germe da raça, preservados de contatos deturpadores, transitam pelas gerações. E foi assim que surgiu e cresceu um estilo puríssimo desdobrando-se na magnífica cerâmica de Marajó, obra de arte de impecável beleza, que insulados primitivos imaginaram e construíram nas regiões cortadas pelo Equador (ROQUETTE PINTO, 1937, P 51).

É possível perceber na narrativa de Roquette Pinto que a cultura dos “primitivos” grupos indígenas possui um “estilo artístico autêntico”, “representativo” da cultura nacional. Refere-se a essa manifestação artística de maneira patriótica, tal qual observamos na fala de Heloisa Alberto Torres e de diversos outros intelectuais colaboradores da Revista. Como observaremos na passagem abaixo, para Roquette Pinto, o espírito característico da cultura nacional estaria representado nos povos autóctones e sua relação com a natureza:

Feliz como o operário que não poderá habitar no palácio que ajudou a levantar, misturando o seu suor às águas da argamassas, mas quase alegre em ver no céu os tons da cumieira, sinto uma profunda emoção quando rememoro as primeiras fases do movimento que bem pode ser datado da hora em que Euclides da Cunha revelou a alma do Brasil aos seus patrícios, estilizando as feições específicas do nosso sistema nacional. A vitória definitiva há de ser conseguida no dia em que, embora inteiramente conquistados pelas ideias da fraternidade humana, como já estamos, pudermos representar os atributos da nossa vida em estilizações que serão os gestos artísticos do nosso povo. *Nessa peleja hão de contar apenas os que nasceram no Brasil. A natureza aqui fornece mais cartas de cidadania do que os respeitáveis decretos da autoridade pública (...) e são documentos sempre autênticos. E vão procurar deliberadamente o estilo nacional para nele, depois, representar os materiais do ambiente* (ROQUETTE PINTO, 1937, P 66. Grifos nossos).

Portanto, tanto a narrativa de Heloisa Alberto Torres quanto a de Roquette Pinto destacam o importante papel dos grupos indígenas nas formulações sobre a formação da identidade nacional, por estabelecerem uma relação “primitiva” com o processo de formação do Brasil. Os autores endentem que a figura do indígena é de fundamental importância para se pensar o patrimônio cultural brasileiro, devendo assim figurar nos

estudos de proteção do SPHAN. Segundo a perspectiva destes antropólogos, a compreensão da identidade nacional perpassa primeiramente pelo conhecimento desses grupos. O indígena é identificado como “portador de valores” que se enquadraria na autêntica manifestação da nacionalidade.

No artigo “A natureza e os monumentos culturais” de Raimundo Lopes, publicado na primeira edição da Revista, o autor também irá tratar do tema vinculado às populações indígenas, compreendendo em sua análise a relação de produção da cultura com a natureza que os cerca. Isso diz respeito à produção estética de cada cultura e como isso se relaciona com os fatores de preservação. Como afirma o próprio autor, “protege-se a natureza para o bem da cultura; e a recíproca é verdadeira: o amparo dos monumentos da cultura rever em proteção à natureza”. (LOPES, 1937, P 77). Esse discurso visa tratar dos motivos pelos quais a cultura indígena deve ser preservada. Conforme cita o autor:

A compreensão integral do ambiente e da cultura exige o zelo pelos produtos culturais indígenas atuais e a restauração dos seus aspectos históricos. A proteção ao índio e porventura o aspecto culminante da proteção e da compreensão da natureza. O índio é um fato de conservação da flora e da fauna, pois, embora vivendo delas, ele as poupa, pois vive identificado com a natureza (LOPES, 1937, P 88)

Ao tratar das jazidas arqueológicas, afirma não ter no Brasil monumentos indígenas como os do México e do Peru, mas defende que a arqueologia aborígene brasileira é do mais alto interesse, quer sob o ponto de vista artístico quer sob o antropogeográfico. Identifica as principais jazidas indígenas existente no Brasil como sendo as dos aterros, o dos sambaquis, o das esteirarias e o dos cemitérios. Os aterros, de Marajó, possuem a cerâmica que, segundo o autor, é a mais cabal expressão estilística da arte indígena brasileira, tendo servido, naqueles grandes campos inundáveis, de localização de habitações. Assim como os dois autores citados anteriormente, acredita na proteção desses bens por meio de resultantes da educação, de condições racionais de trabalho e dirigida à preservação dos artefatos, as vezes extraviados pela incompreensão do seu valor pelos “rudes patrícios”.

Além da evidência dada a cultura indígena, Raimundo Lopes vai mais além em seu artigo e apresenta outros elementos da cultura nacional, que não tiveram destaques dentro da Revista e nas ações do SPHAN. Vai apresentar aquilo que Mario de Andrade tanto desejou aparecer na Revista, mas que foi deixado a margem por Rodrigo Melo Franco. O autor irá defender o *folclore*, as manifestações religiosas tradicionais, as feiras regionais, festas ligadas a correntes de povoamento e de intercâmbio, ajuntamentos de populações típicas. Aponta para a criação no Museu Nacional e nos institutos

congêneres, de coleções de etnografia sertaneja, como por exemplo a sala “Euclides da Cunha”. O autor identifica a identidade nacional nas mais diversas manifestações culturais que se desenvolveram no território brasileiro, destacando a importância de estudos do aspecto imaterial dessas manifestações a fim de estabelecer uma compreensão mais aprofundada da formação da identidade nacional brasileira.

Mais importante ainda é estudar o estado mental dessas populações, não só na vida religiosa, mas na civil e na prática, e não nos contentarmos com poucos tipos, como o jagunço, o jeca-tatu, o bandeirante, o gaúcho, etc., arbitrariamente arvorados em padrões gerais de uma variada população rustica, espalhada em cerca de quarenta milhões de quilômetros quadrados, de variado aspecto natural. Para podermos definir o que temos de tipicamente nacional, na nossa gente, é preciso estudar-lhe a variedade e confrontá-la com outros tipos de continentes e de alhures (LOPES, 1937, P 93).

Raimundo Lopes irá procurar delimitar em seu artigo “Pesquisa Etnológica Sobre a Pesca Brasileira no Maranhão”, da mesma maneira, como a junção de distintas culturas irá definir a identidade nacional. Destacando a pesquisa etnológica sobre a pesca brasileira no Maranhão, o autor vai afirmar que a pesca é talvez a indústria etnograficamente mais interessante e reveste entre as populações brasileiras, a par de uma certa importância econômica-social. Guardam arcos e flechas interessantes estudos etnográficos sobre a pesca. O artigo, segundo o autor, visa contribuir para uma apreciação mais precisa, e por isso mesmo mais justa, das influências de cada um dos elementos étnicos e raciais na formação de um complexo de usos e costumes da população brasileira. Nesse sentido, a pesca seria influenciada por elementos da cultura indígena, como flechas e arpões, pela africana, principalmente quanto aos cestos especiais, e pela europeia, no uso de físgas de ferro, anzóis e pesos de metal e o das redes de arremessar e de arrastar (LOPES, 1938, P 184). Sendo assim, no processo de aculturação brasileira, o autor apresenta três formações que distinguem o povo brasileiro: “a luso-tupi, inicial, a *brasílio-africana*, colonial, e a *neo-brasileira (strictu-sensu) moderna*” (LOPES, 1938, P184). Por meio da pesca, problematizou a discussão sobre as influências na cultura brasileira de indígenas, africanos e europeus.

No artigo “Resumo Histórico do Museu Paraense Emilio Goeldi” Carlos Estevão destacará o descaso sofrido por algumas instituições museais a partir da análise histórica do Museu Goeldi. Traçando uma história de criação do museu, o processo de abandono pelo qual o museu passou desde a sua criação, da constituição do acervo, irá focar na importância de Emilio Goeldi na luta para a consolidação do museu como um centro de excelência científica. Como diretor do Museu, Carlos Estevão aproveita o espaço da Revista para chamar a responsabilidade do órgão competente na valorização das

instituições museais. Diante do grande investimento do Estado, na figura de Getúlio Vargas, nos mais diversos setores, com destaque agora para a proteção do patrimônio cultural, Carlos Estevão em seu texto destaca o interesse em obter ajuda por parte do estado:

No momento, a construção de um prédio capaz de proporcionar ao Museu uma instalação de acordo com o atual desenvolvimento científico, é o que mais preocupa sua Diretoria. Esta, porém, está certa de que, com o apoio do Dr. Getúlio Vargas, a quem o Museu muito já deve, e do Dr. José Malcher, Governador do Estado, brevemente, será realizado aquele “*desideratum*”. (OLIVEIRA, 1938, P 19).

O alerta de Carlos Estevão, assim como os apresentados pelos profissionais ligados ao Museu Nacional, condiz com o pensamento formado por esses autores na tentativa de demarcar a importância dos museus para o país, ao propor outras formas de se pensar o patrimônio cultural brasileiro. Em certa medida, podemos entender seus artigos como sugestões de apontamentos para o órgão SPHAN, para que em suas ações, os museus mereçam uma atenção destacada, tendo em vista a importância desses espaços para a história nacional.

A contribuição para pensar outros valores sobre o patrimônio é destacada em outro texto publicado por Carlos Estevão, “Cerâmicas de Santarém”. Por meio da cerâmica, vai perceber os aspectos culturais de determinados grupos indígenas. Afirma que a cerâmica é o estalão pelo qual se afere o grau de cultura a que chegaram os primitivos habitantes da Amazônia. O autor entende que os povos indígenas alçaram um grau elevado de cultura material, extremamente desenvolvida. O estudo apresentado, tem como objetivo auxiliar o SPHAN na proteção dessa cultura material, com destaque para a cerâmica encontrada na região de Santarém.

Se o “Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” pudesse tomar sobre seus ombros tão necessária investigação, ou, pelo menos, referentes aos lugares da Amazônia ainda não explorados, tendo como ponto de partida Santarém, muito lhe ficaria a dever a nossa etnologia (OLIVEIRA, 1939, P 12).

Nessa perspectiva, o autor vai evidenciar em seu artigo outra lógica de “monumentalidade”. Se, na maioria dos artigos apresentados na Revista, a ideia de “monumentalidade” está intimamente ligada a arquitetura religiosa, militar, aos edifícios governamentais do período colonial, em Carlos Estevão ela é pensada dentro de uma outra lógica, inserindo a cultura material indígena dentro dessa concepção. Podemos observar o pensamento destacado do autor em algumas passagens de seu artigo ao perceber a cerâmica de Santarém como importante elemento da cultura nacional:

O que fica exposto, conforme presumimos, é suficiente para demonstrar a importância da cerâmica de Santarém, e, portanto, para colocá-la sob a guarda

do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Nessas condições e de acordo com a nossa maneira de pensar, *o que aquela Instituição teria a fazer de início era transformar o que resta da antiga aldeia "Tapajó" num "monumento cultural"* (OLIVEIRA, 1938, P 31. Grifos nossos).

Na missão de encontrar uma jazida arqueológica que pudesse ser transformada em um monumento¹⁷¹, coloca-se à disposição do SPHAN na busca do que o autor considera um achado de elevada importância cultural.

O local em que existiu a "populosíssima" aldeia mencionada por Betenford, está hoje coberto pela atual cidade de Santarém. Ali, portanto, o que o "Serviço do Patrimônio" poderá fazer é realizar escavações nas ruas que não estão ainda calçadas e em quintais de certas casas do lado ocidental da Cidade, onde foi aldeia, para que seja coletado o mais que for possível da preciosa cerâmica. No entanto, essa coleta, não é tudo que precisa ser feito a seu respeito, porquanto ela está a exigir, não somente pesquisas no sentido de comprovarem-se ou não ligações sua com outras culturas, mas também, o encontro do "achadoro" que possa ser transformado em "monumento". No justificável afan de auxiliar o "Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional" no estudo e conservação da cerâmica de Santarém, apressamo-nos em colocar ao seu inteiro dispor a nossa boa vontade, lembrando um "achadoro" daquela cerâmica talvez alcance o fim visado (OLIVEIRA, 1938, P31).

Na busca de referências sobre as cerâmicas de Santarém nos processos de tombamento do SPHAN, percebemos que os critérios e valores sugeridos por Estevão Pinto para se pensar outras formas de patrimônio ligadas à construção da identidade nacional não teve destaque dentro dos processos de patrimonialização do SPHAN. A lógica que figurou é outra, vinculadas aos processos políticos desenvolvidos durante o Estado Novo que elencava outros elementos para se pensar a identidade nacional e a preservação dos bens ligados a mesma. Desta forma, foi possível encontrar um processo de tombamento no que diz respeito à cerâmica somente no ano de 1960. Ele trata de uma coleção de cerâmica arqueológica particular de propriedade da Sra. Ilse Liebold, localizada em Santarém. A análise do processo sugere que o desinteresse do SPHAN ao longo desse tempo sobre as cerâmicas pode ter acarretado na perda de um patrimônio de grande valor histórico para entender o processo de formação cultural de determinados grupos indígenas. No processo de número 611-T-60 há uma série de documentos em que Rodrigo Melo Franco busca entrar em contato com a proprietária da coleção na busca de seu tombamento, devido a descoberta de que a mesma pretendia vender a coleção para um museu alemão ou americano, como podemos constatar em carta enviada a Rodrigo Melo Franco datada de 06 de junho de 1960:

¹⁷¹A ideia de monumentalidade está associada a atribuição de valores que caracterizem os aspectos de excepcionalidade de determinado objeto, o que permite concluir que a monumentalização é um passo do processo de patrimonialização.

A coleção a que se refere a lista junta é uma preciosidade. Tentei adquiri-la pelo preço pedido pela proprietária para o Museu Paulista. Mas ela recebeu oferta maior dos Estados Unidos e há ainda um interessado: o Museu de Etnologia de Berlim. Mas a coleção não pode sair do Brasil. Seria bom tombá-la. Você quer dar as necessárias providências?¹⁷²

Ao tomar conhecimento do caso, Rodrigo Melo Franco toma as devidas providências e comunica à senhora Ilse Liebold que a sua coleção arqueológica integrada por 1817 objetos estava sendo determinada para figurar no livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. A proprietária acusa o recebimento, mas não estabelece um diálogo com o diretor do SPHAN a respeito do tombamento. O que faz com que Rodrigo Melo Franco solicite que um dos seus representantes regionais no Pará busque o paradeiro de Ilse Liebold, acreditando que ela esteja evitando contatos ao saber da intenção em tomba a sua coleção.

Como há interesse em proceder ao tombamento daquele valioso acervo arqueológico, ante a iminência de serem as suas peças vendidas para museus da Alemanha ou dos Estados Unidos, venho de novo solicitar a sua prestimosa atenção para o assunto, no sentido ser localizada para a residência efetiva e o atual paradeiro da sra. Liebold. Para tanto, ocorre-me sugerir-lhe um entendimento pessoal com o dr. Frederico Barata, que por certo conhece a referida senhora e também poderá opinar acerca do valor da coleção, completando assim os dados de que dispões a DPHAN sobre este caso. É de supor que a interessada, sabedora da nossa intenção de proceder ao tombamento da coleção, procure esquivar-se ao recebimento da notificação respectiva, razão pela qual se torna conveniente proceder as indagações com reserva.¹⁷³

Ao que parece, a proprietária da coleção não entra em contato com os funcionários do SPHAN, nem com Rodrigo Melo Franco. Isso sugere que provavelmente as peças tenham sido vendidas para um dos museus interessados. Essa conclusão pode ser confirmada justamente porque na lista do SPHAN dos bens tombados ou em processo de tombamento, consta a situação desse tombamento como “indeferido”. O processo de tombamento que durou de 1960 até 1962 não teve o resultado esperado, o que permite afirmar que o SPHAN não conseguiu ter acesso a coleção. O valor histórico desse acervo, abordado por Carlos Estevão em seu artigo publicado na Revista número três, datada de 1939, por não ter recebido a devida atenção por parte do SPHAN no período em que o artigo fora publicado pode ter representado a perda desse acervo que Carlos Estevão considerava um “monumento” nacional.

Curt Nimuendaju publicou um dos poucos artigos a tratar da etnografia dentro da Revista. No texto “A habitação dos Timbira” o autor irá versar sobre a cultura indígena

¹⁷² Arquivo do SPHAN. Processo N. 611-T-60.

¹⁷³ Ibidem. Carta de Rodrigo Melo Franco a Ernesto Cruz. Datada de 23 de agosto de 1960.

dos timbira a partir da sua relação com modelos de organização social vinculados a modelos construtivos. Discorre sobre variadas formas de organização das casas indígenas em diferentes comunidades Timbira. O autor apresenta essas comunidades dispostas em forma circular, o que estava ligado a própria organização social e cerimonial dos grupos indígenas. Essa forma de organização foi insistentemente descaracterizada por missionários cristãos. As formas de organização dos Timbira irão aparecer como importante elemento cultural na narrativa de Curt Nimuendaju. O modelo de construção das casas, dos quartos, os utensílios domésticos, como as esteiras de *envira* de buriti, cestas de carga, bolsas de folha de *anaiá*, a organização social dos grupos indígenas, todos esses elementos são apresentados como significativos para a cultura dos Timbira e, por figurar dentro da Revista do Patrimônio, podem representar uma tentativa de propor novos valores sobre as quais o SPHAN poderia se debruçar.

Os artigos apresentados vinculados aos museus representaram o levantamento de temas que não estavam inseridos nas políticas de ações do SPHAN. Esses autores foram os principais responsáveis por apresentar outras formas de narrativas vinculadas ao patrimônio cultural brasileiro. Os critérios e valores elencados por esses profissionais filiados ao Museu Nacional e Museu Goeldi mostraram a atenção dada aos debates sobre o patrimônio. Conforme destacado por Marcio Rangel, os museus sempre tiveram um papel preponderante no processo de condução, construção e consolidação das políticas propostas na área do patrimônio (RANGEL, 2012). Nessa sequência, como destaca o próprio autor, é evidente a relação existente entre a museologia e o patrimônio, e como ela não deixou de figurar dentro do espaço da Revista do Patrimônio. Aqui, os artigos publicados por esses autores são os que irão se aproximar da proposta inicial de Mario de Andrade de pensar outras formas de patrimônio dentro do espaço da Revista. Embora essa narrativa não tenha se destacado dentro dos processos de patrimonialização do SPHAN, foram representativos ao demarcar os espaços que esses museus buscavam legitimar dentro da nova lógica que se estabelecia na política do Estado Novo.

No âmbito das políticas de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, os temas tratados por esses autores ligados aos museus aqui destacados configuraram como um embrião do que hoje é reconhecido como patrimônio cultural, abrangendo o patrimônio natural e imaterial, pensando o patrimônio para além do consolidado dentro da Revista do Patrimônio. O destaque dado à natureza, aos saberes vinculados aos grupos indígenas, às influências dos elementos étnicos e raciais na formação de usos e

costumes da população brasileira, às manifestações culturais regionais, aos modos de produção artística artesanal, representaram importante contribuição nos debates em torno das narrativas sobre o patrimônio que se consagraram dentro da Revista.

CONCLUSÕES

Nos arquivos pessoais sobre Rodrigo Melo Franco que se encontram no acervo de arquivos literários da Casa de Rui Barbosa e no Arquivo do IPHAN, diversos documentos permitiram apreender a dimensão da imagem representativa que se configurou em torno da figura de Rodrigo Melo Franco. A formação discursiva à volta da imagem de Rodrigo Melo Franco enquanto *homem-monumento*, conforme aponta Leticia Bauer, foi constituída a partir da referência de diferentes instâncias, com destaque para própria instituição SPHAN e dos personagens que estiveram envolvidos na mesma. Embora a sua imagem tenha sido forjada, criando uma potente força no imaginário brasileiro a respeito do personagem Rodrigo Melo Franco, poucos trabalhos acadêmicos foram desenvolvidos tendo como destaque sua figura. Os usos da sua imagem encontram-se dispersos, reforçando, em certa medida, o discurso oficial que se criou em torno da sua representatividade (BAUER, 2015).

Parte desse trabalho teve como objetivo, a partir do universo editorial do SPHAN, delinear uma outra imagem de Rodrigo Melo Franco até então pouco figurativa e que fornece elementos que contribuem para compreender parte dessa figura tão emblemática que se tornou Rodrigo Melo Franco. Um documento encontrado nos arquivos pessoais de Rodrigo Melo Franco no acervo da Casa de Rui Barbosa, de autoria de Carlos Rubens, sem data, coloca a discussão deste trabalho em termos claros:

(...)Rodrigo Mello Franco de Andrade fez-se a sentinella do patrimônio histórico e artístico, um patrimônio inestimável e de que ninguém cuidava, nem para estudá-lo nem defendê-lo. Impunemente demolia-se um templo mais de uma vez secular, destruíam-se decorações muraes de artistas primitivos, primores architecturaes jesuíticos, telas de raro valor, edíficios que falavam do passado, evocando a infância da arte e a meninice da pátria. O que os outros povos civilizados, ciosamente guardam como manifestação cultural e nacionalismo, nós esotraçalhávamos, tornávamos em poeiras. Rodrigo Mello Franco tornou-se o guardião do nosso patrimônio histórico e artístico. Já agora ninguém destrói um movel, pinta uma igreja, vende um quadro, abate uma ruína sem ouvil-o ou sem o seu protesto. Todo o Brasil tradicional, histórico e artístico vive sobre os seus cuidados extremos. Uma legião de collaborador e obedece-lhe às ordens, zelando pelo o que é nosso. E tudo elle copia, restaura, recompõe, photographa, reconstitue, estuda e defende; em redor de si mesmo enfileiram-se centenas de documentos preciosíssimos sobre monumentos religiosos e civis, lugares santos da história, a vida e a obra de artistas. (...) ¹⁷⁴

¹⁷⁴Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais – Carlos Rubens- RMFCp120.

Tal passagem historicizada, compreendida dentro do âmbito do Estado Novo, reforça a ideia de que preservar o passado, as tradições e a cultura, são partes de um processo de invenção de uma memória nacional. A defesa do patrimônio estaria ligada a ideia de uma inserção nos moldes civilizacionais das práticas pré-estabelecidas sobre as formas como as “grandes” civilizações europeias lidam com a sua memória. As palavras de Carlos Rubens revelam dois pontos importantes que se inter-relacionam e tratam de dois aspectos centrais no que diz respeito às ações iniciais de proteção ao patrimônio no Brasil. A primeira, destaca as práticas institucionais realizadas pelo SPHAN durante o período do Estado Novo, em que o órgão se empenhou na realização de pesquisas, cursos, organização de bibliotecas e museus, inventários de documentos, enfim, todo o processo estrutural de dinamização das práticas de proteção do patrimônio nacional que até então ninguém “cuidava”, “estudava” ou “defendia”. Na articulação desse processo estava a figura de Rodrigo Melo Franco, a “sentinela” do patrimônio nacional, que sob a égide da “Academia Sphan”, instigados pela missão de investigar o patrimônio e a história nacional, tomou para si a missão de salvaguardar a história nacional por meio do seu patrimônio. Nesse processo, os membros do SPHAN foram incitados a pensarem sobre o patrimônio, construir um conhecimento sobre o patrimônio nacional, sobre seus valores.

A Revista do Patrimônio se enquadrou de maneira exemplar aos objetivos do SPHAN, ao divulgar as pesquisas realizadas pelo órgão, possibilitando que diversos intelectuais ligados à “Academia Sphan” utilizassem o espaço da Revista como um ambiente de debate acerca do patrimônio, revelando assim o que de mais pungente estava sendo pensado sobre o tema. Porém, mais do que isso, parte da pesquisa desenvolvida nestes trabalhos mostrou que esse ambiente de pungência intelectual vivido em torno da Revista do Patrimônio era regido pelo olhar atento de Rodrigo Melo Franco. Ao focarmos no papel desenvolvido por Rodrigo Melo Franco enquanto editor da Revista, pudemos perceber um outro aspecto sobre ele. Por meio das cartas trocadas entre Rodrigo Melo Franco e os autores que publicaram na Revista, foi possível perceber o esforço e a estratégia utilizada por Rodrigo Melo Franco para alcançar o seu objetivo exposto no prefácio a primeira edição, o de contribuir com a ampliação do conhecimento sobre o patrimônio. Mais que isso, mostrou o quanto ele esteve ligado a todo o processo de produção de pesquisa e produção dos artigos, sugerindo temas, corrigindo, modificando e traduzindo os textos, evitando conflito entre os membros da “Academia”, propondo estudos mais aprofundados sobre temas de seu interesse, enfim, incentivou

sua rede de sociabilidade a empreenderem a missão que ele tomou para si. Ao analisarmos Rodrigo Melo Franco dentro das acepções teóricas que envolvem a imagem do editor, e por isso o compreendendo também como autor dos artigos, foi possível afirmar que o discurso sobre o patrimônio instaurado por meio das narrativas elaboradas na Revista do Patrimônio podem ser compreendidos a partir da acepção da ideia que Rodrigo Melo Franco tinha sobre o patrimônio histórico e artístico nacional.

Tendo retratado a miscelânea que envolveu o processo de criação da Revista do Patrimônio, seus atores, produção dos artigos, os processos que antecederam a criação da Revista, revelando que Rodrigo Melo Franco já vinha desenvolvendo atividades enquanto editor antes mesmo da criação da Revista do Patrimônio, lançamos um olhar museológico sobre a Revista, tendo em vista que, a Revista não foi objeto de estudos dentro da área da Museologia. Sendo assim, nos debruçamos sobre os textos da Revista de maneira a perceber quais discursos estavam implícitos em sua narrativa, quais critérios e valores, que pudessem clarificar a partir de que conceitos as ações do órgão na vida prática estavam sendo guiadas.

Sob a insígnia do Estado Novo, as narrativas elaboradas na Revista permitiram traçar alguns pontos em comum, que figuraram como elementares nos processos de patrimonialização. As fundamentações elaboradas pelos autores representaram aquilo que se estava pensando como patrimônio e, como tal, figuraram nos discursos de práticas de tombamento. Em uma análise apurada dos artigos que figuraram nos 8 primeiros volumes da Revista, pudemos constatar que os critérios de valoração para a patrimonialização dos objetos vinculados à identidade brasileira podem ser elencados em quatro definições de valores, sendo eles **1) Valor histórico**, ligados aos mitos e heróis da nação; **2) Valor educativo, moral e cívico**; **3) Valor de Herança, do legado colonizador**; e **4) Valor artístico**, pensado no aspecto de autenticidade e originalidade, principalmente na representação do barroco mineiro. Tais critérios se ligavam ao discurso do Estado Novo, que procurava criar um imaginário social próprio, delimitando o seu lugar e efeitos na sociedade brasileira. É possível perceber na Revista do Patrimônio, assim como houve na revista Cultura Política ou Ilustração Brasileira, a intenção de abordar um conjunto de imagens, de tecer o reencontro das tradições brasileiras com as religiosas, da política com a nação, que representavam o reflexo do empreendimento estado novista.

Outro ponto que merece atenção é a respeito da ausência de temas relacionados ao patrimônio imaterial, que, no entendimento de Mario de Andrade, era definido como

“folclore”. Conforme abordamos no segundo capítulo, o *“folclore”* não teve destaque na Revista no período em que Rodrigo Melo Franco foi diretor e editor da linha editorial do SPHAN. Vimos no terceiro capítulo que a análise que se aproximou de uma discussão sobre o patrimônio imaterial teve um pequeno destaque nos artigos vinculados aos profissionais que trabalhavam no Museu Histórico Nacional e no Museu Paraense Emilio Goeldi.

Os contornos assumidos pelo periódico seguiam a linha ideológica do Estado Novo, que se utilizou dos meios de comunicação disponíveis para elaborar uma propaganda de si mesmo, por meio de uma produção cultural com fins políticos, um diálogo estabelecido entre poder e cultura (WILLIAMS, 2001). Nas palavras de Rodrigo Melo Franco, devido as atribuições iniciais do SPHAN, o *“folclore”* não pôde figurar dentro da Revista e por isso esteve longe das políticas de preservação do órgão. O caráter de autenticidade e valor histórico que guiou as políticas patrimoniais do órgão, ligadas ao ideário do Estado Novo, deixou a margem outras formas de representatividade do patrimônio cultural. O que se destacou na Revista do Patrimônio, como reflexo das políticas do Estado Novo, “ não foi a busca das raízes mais populares e vitrais do povo, que caracterizava a preocupação de Mário de Andrade, e sim a tentativa de fazer do catolicismo tradicional e do culto dos símbolos e líderes da pátria a base mítica do Estado forte que se tratava de constituir. (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA. 2000, P98)

As políticas patrimoniais, como pudemos analisar, são permeadas por um aspecto “perverso”, e tendem a criar uma relação de exclusão muito mais do que a ideia de pertencimento em si. Quer se trate da arquitetura, da arte, das manifestações religiosas, de aspectos da vida social, o conceito de patrimônio são designados, em sua maioria, por uma classe seleta. Conforme aponta Hugues de Varine, “os árbitros do gosto”, aqueles que decidem sobre o que deve ser preservado ou não, geralmente não possuem relação com a realidade, com a população local do qual se debruçam sobre a preservação do patrimônio. Essa política acaba por gerar um efeito de admiração que foca mais nos de fora desses espaços do que nos de dentro (VARINE,2017).

Vimos que a forma como a ideia de patrimônio se estruturou está vinculada à manutenção de um discurso legitimador que impõe a sua visão sobre o passado como mecanismo de forjar uma ideia de identidade dentro das políticas nacionais (Kulemeyer,2017). No Brasil, o processo de patrimonialização dos bens culturais se estabeleceu dentro desse mecanismo. Para a afirmação das políticas do governo Vargas,

não faltariam nesse plano símbolos a serem difundidos e cultuados, mitos a serem exaltados e programas a serem cumpridos.

Destacamos no primeiro capítulo que estudiosos de diversas áreas se debruçaram sobre a Revista devido à sua importância no campo do patrimônio. Porém, mais do que mostrar a importância da Revista, relevou que ela ainda não teve uma atenção destacada dentro da área da Museologia. Com isso, a intenção desta dissertação é contribuir para o aprofundamento do estudo da Revista sobre o espectro museológico. Acreditamos que um novo olhar contribuiria para a pluralidade de visões sobre o patrimônio e, principalmente, sobre a Revista do Patrimônio, que, como visto, ainda se limitam ao campo das Ciências Sociais, principalmente ao campo da História.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário. "Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional". In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Mário de Andrade. N.º 30. 2002.

_____. Mário de Andrade - cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945). Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória. (Publicações da SPHAN, 33). p.107-109. 1981.

BAUER, Leticia Brandt. O homem e o monumento: criações e recriações de Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade. Tese de Doutorado. 2015.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: REPENSANDO o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

BRAGANÇA, Aníbal. Sobre o editor. Notas para sua história. Em Questão (UFRGS. Impresso), Porto Alegre - RS, v. 11, n.2, p. 219-237, 2005.

BRAGANÇA, Aníbal (Org.); ABREU, M. (Org.). Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros. 1. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010. v. 1. 664p.

BRULON SOARES, Bruno C.; SCHEINER, Tereza C. M. A Chama Interna: Museu e patrimônio na diversidade e na identificação. MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO - v.3 n.1 - jan/jun de 2010.

BRULON SOARES, Bruno César. Máscaras guardadas: musealização e descolonização / Bruno César Brulon Soares. – 2012

_____. Caminhos modernos da musealização: a fábrica de musealia no Ocidente. Revista Tempo Amazônico – V.3/N 1 / julho- dezembro de 2015 / p. 42- 61.

_____. Paisagens culturais e os patrimônios vividos: vislumbrando a descolonização, para uma musealização consciente Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - Unirio | MAST - vol.10, no1, 2017.

CAMARA, Marcelo Barbosa. Cultura Política- Revista Mensal de estudos brasileiros (1941 a 1945): Um voo panorâmico sobre o ideário político do Estado Novo. Dissertação de Mestrado/PUC São Paulo.2010.

CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: REPENSANDO o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 p.

CHAGAS, Mário de Souza. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó, Santa Catarina: Argos, 2006.

_____. A imaginação museal: Museu, Memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darci Ribeiro – Rio de Janeiro: Minc/IBRAM, 2009.

CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

_____. O mundo como representação. In.: Estudos Avançados, Instituto de Estudos Avançados, São Paulo, v.5, n.11, jan-abr.1991

_____ A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII, Brasília. Editora UnB, 1994.

_____ Autoria e história cultural da ciência / Roger Chartier; Priscila Faulhaber, José Sérgio Leite Lopes(orgs). - Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.160p.

_____ A mão do autor e a mente do editor / Roger Chartier; tradução George Schlesinger. - 1 ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP.2001.

CHUVA, Márcia Regina Romero. Os arquitetos da memória:sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro:Editora UFRJ, 2009.

_____ Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: Revista do Patrimônio, nº 34/2012. Rio de Janeiro: IPHAN (organização: Márcia Chuva).2012.

CORREIA, Maria Rosa dos Santos C824 Mídia e Discurso: a memória da instituição federal de preservação do patrimônio brasileiro / Maria Rosa dos Santos Correia – Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010. 158 f.; il.

CURY, Marília Xavier. NOVAS PERSPECTIVAS PARA A COMUNICAÇÃO MUSEOLÓGICA E OS DESAFIOS DA PESQUISA DE RECEPÇÃO EM MUSEUS Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, Volume 1, pp. 269-279. 2009.

GOMES, Ângela Maria de Castro. A “Cultura Histórica” do Estado Novo. Proj. História, São Paulo. (16). Fevereiro. 1998. P 121 – 141

_____ Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In.: GOMES, A.C. (Org.). Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Mediação intelectual e percursos da cultura no Brasil dos anos 1930: o caso da coleção Brasileira e da Cia. Editora Nacional. In.: RODRIGUES, Helenice; KOHLER, Heliane. Travessias e cruzamentos culturais: a mobilidade em questão. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo. A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil/ José Reginaldo Gonçalves - Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 1996.

GUEDES, Tarcila. O lado doutor e o gavião de penacho:movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil: O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) Tarcila Guedes. - São Paulo: Annablume:2000.

FAULHABER, Priscila; TIBAU, Fernanda. Cinema documentário, política de boa vizinhança e a construção de uma imagem do Brasil na década de 1940. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 9, n. 1, p. 199-216, jan.-abr. 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3 e 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ:IPHAN, 2009/2017.

GADDIS, John Lewis. Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

KULEMEYER, Jorge. Cambios en el concepto de patrimonio de la mano de las actuales modalidades de los procesos de patrimonialización. In: El lado perverso del patrimonio cultural / Ariadna Bello ... [et al.]; compilado por Jorge Alberto Kulemeyer; Yussef Daibert Salomão de Campos. - 1a ed. - San Salvador de Jujuy: Editorial de la Universidad Nacional de Jujuy - EDIUNJU, 2017.

LANARI, Raul Amaro de Oliveira, 1982 - O Patrimônio por Escrito: a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-45). Dissertação de Mestrado. 2010.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan.-abr. 2012.

MAIA, Cleiza Deccache. Românticos, Cardeais e Literatos: Um Olhar Histórico para Algumas Narrativas de Nação e Brasilidade em Torno da Ideia de Patrimônio. Rio de Janeiro – 2012.

MENSCH, P. Van; MEIJER-VAN MENSCH, L.O objeto de estudo da museologia. Tradução de Débora Bolsanello; Vânia Dolores Estevam de Oliveira. Rio de Janeiro: UNIRIO; Universidade Gama Filho, 1994.

MICELI, Sergio. Intelectuais e Classe dirigentes no Brasil(1920-1945). Rio de Janeiro: Difel, 1979.

PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990, 335p.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. In: In.: VELLOSO, Mônica Pimenta, OLIVEIRA, Lúcia Lippi & GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). Estado Novo: Ideologia e Poder. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1982

PESAVENTO, Sandra Jathay. História e História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PONTES, Heloisa. Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleções Brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, Sergio (org.). História das Ciências Sociais no Brasil. V. 1. 2. ed. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.

RANGEL, Marcio Ferreira. Museologia e patrimônio: encontros e desencontros. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 1, p. 103-112, jan.-abr. 2012.

_____ A museologia no mundo contemporâneo. Ci. Inf., Brasília, DF, v. 42 n. 3, p.408-418, set./dez., 2013

RIBEIRO, Robson Orzari. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico nacional: a história da arte engajada na política de preservação no Brasil. 279 f. Dissertação (Mestrado em

História da Arte). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP. Campinas, 2013.

RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa (tomo I). Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.

Rodrigo e o SPHAN; coletânea de textos sobre o patrimônio cultural/ Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade – Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987

RUBINO, Silvana. As Fachadas da Memória: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

SÁ. Ivan Coelho de. MATRIZES DO PENSAMENTO MUSEOLÓGICO DE GUSTAVO BARROSO: UMA ANÁLISE PRELIMINAR. XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. O tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia Sphan: relação entre modernismo e barroco. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.

SCHEINER, Tereza Cristina M. Imagens do não-lugar: Comunicação e o patrimônio do futuro. Tese de doutorado em Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Brasil, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Tempos de Capanema. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, 388p.

SILVA, Geanne Paula de Oliveira, 1986-A revista e a propaganda [manuscrito]: o projeto político-cultural do Estado Novo nas páginas da Ilustração Brasileira. / Geanne Paula de Oliveira Silva. - Uberlândia, 2011.

SILVA, Cintia Mayume de Carli. Revista do Patrimônio: editor, autores e temas. 185 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens culturais). Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Roberto Sabino da. S116 Litígios patrimoniais: as disputas pela representação do patrimonionacional (1967-1984) / Roberto Sabino da Silva, 2012.

SIQUEIRA. Graciele Karine; GRANATO, Marcus; SÁ Ivan Coelho de. relato de experiência: o tratamento e a organização do acervo documental do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, Rio de Janeiro. Revista CPC, São Paulo, n. 6, p. 142-169, maio 2008/out. 2008.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. Para uma história cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org). Por uma História Política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p.p.231-269. 1996.

TEIXEIRA, Luciano do Santos. *Civilização Material, História e Preservação em Afonso Arinos*. In: CHUVA, Marcia. *Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*, Marcia Chuva, Antônio Gilberto Ramos Nogueira. – Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.p. 47- 57.

VARINE, Hugues de. *Por um olhar histórico sobre nosso patrimônio*. In: *El lado perverso del patrimonio cultural / Ariadna Bello ... [et al.]; compilado por Jorge Alberto Kulemeyer; Yussef Daibert Salomão de Campos*. - 1a ed. - San Salvador de Jujuy: Editorial de la Universidad Nacional de Jujuy - EDIUNJU, 2017.

VELLOSO, Mônica Pimenta, OLIVEIRA, Lúcia Lippi & GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1982

XAVIER, Laura Regina. *Patrimônio em prosa e verso: a correspondência de Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade para Augusto Meyer / Laura Regina Xavier*. – 2008.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia. Organização e Introdução: H.H. Gerth e C. Wright Mills*. Quinta edição. Tradução: Waltensir Dutra. Revisão Técnica: Prof. Fernando Henrique Cardoso. Editora LTC – Livros Técnicos e Científicos S.A. Rio de Janeiro. 1982.

WILLIAMS, Daryle. *Culture Wars in Brazil: The First Vargas Regime, 1930–1945*. Durham, N.C.: Duke University Press. 2001.

WHITE, Hayden. *Meta-História, 1978. A Imaginação Histórica do Século XIX/Hayden White*; (tradução de José Laurêncio de Melo) - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992

_____. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura/ Hayden White*; tradução Alípio Correia de Franca NETo. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

FONTES

Arquivo Central do IPHAN, Série Personalidades.

Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade: distribuição nas séries correspondência pessoal, produção intelectual, produção intelectual de terceiros, produção na imprensa e documentos iconográficos.

TAUNAY, Afonso de E. *O forte de São Tiago da Bertioga*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

LOPES, Raimundo Lopes. *A Natureza e os monumentos culturais*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

_____. *Pesquisa etnológica sobre a pesca Brasileira no Maranhão*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938.

FILHO, Godofredo. A torre e o castelo de Garcia D'Ávila. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 3. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939.

FERNANDES, Anibal. A Igreja dos Montes Guararapes. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

LAMEGO, Alberto. O Solar do Colégio. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938.

_____. Os sete povos das Missões. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 4. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940.

FILHO, Francisco Venâncio. A barraquinha de Euclides da Cunha. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938.

VASCONCELOS, Salomão de. Um velho solar de Mariana. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 3. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939.

_____. Relíquias do Passado. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938.

RODRIGUES, Jose Watsh. Móveis Antigos de Minas Gerais. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 7. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943.

_____. A Casa de moradia no Brasil antigo. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 8. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

SANTOS, Noronha. O parque da praça da república, antigo da aclamação. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 8. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1944.

BARRETO, Paulo Thedim. Uma Casa de Fazenda em Jurujuba. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

_____. O Piauí e a sua Arquitetura. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938.

FILHO, Godofredo. Seminário de Belém da cachoeira. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

LACOMBE, Lourenço Luiz. A mais velha casa de Corrêas (Município de Petrópolis). In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938.

FREYRE, Gilberto Freyre. Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e a das colônias. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

_____ Casas de Residência no Brasil – Introdução. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 7. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943.

FERREIRA REIS, Artur César. Guia História dos Municípios do Pará. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 11. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

PINTO, Estevão. Muxarabís e Balcões. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 7. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943.

COSTA, Lucio. Documentação Necessária. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

_____ A arquitetura Jesuítica no Brasil. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 5. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1941.

SILVA CARNEIRO, David A. da. Colégio dos Jesuítas em Paranaguá. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 4. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940.

CARVALHO, Ayrton. Algumas notas sobre o uso da pedra na arquitetura religiosa do Nordeste. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 6. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942.

OLIVEIRA NETO, Luiz Camilo de. João Gomes Batista (nota preliminar). In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 4. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940.

JARDIM, Luis. Pinturas decorativas em algumas igrejas de Minas. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 3. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939.

MACEDO, Epaminonda. A capela de Nossa Senhora de Sant'Ana. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

LIMA JUNIOR, Augusto de. Ligeiras notas sobre Arte Religiosa no Brasil. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco Franco de. escreve o artigo. Contribuição para o estudo da obra do Aleijadinho. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. Oprimeiro depoimento estrangeiro sobre o Aleijadinho. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 3. Rio deJaneiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939.

MATINS, Judith. Apontamentos para a bibliografia de Antônio Francisco Lisboa. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 3. Rio deJaneiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939.

_____ Subsídios para a biografia de Manuel Francisco Lisboa. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 4. Rio deJaneiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940.

SOUSA REIS, José de. O adro do Santuário de Congonhas. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 3. Rio deJaneiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939.

CAMILO, Luis. João Gomes Batista. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 4. Rio deJaneiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940.

TORRES, Heloisa Alberto. Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil.In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

PINTO, Roquette. Estilização. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

ESTEVÃO. Carlos. Resumo Histórico do Museu Paraense Emilio Goeldi.In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938.

_____ A cerâmica de Santarém. In.: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 3. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939.

NIMUENDAJU, Curt. A habitação dos Timbira. In.: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 8. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1944.

ANEXO



Figura 1 - Capas dos números 1 a 8 da Revista do Patrimônio.

